

administração · **ciclovias** · ambiente · **desenvolvimento** · bibliotecas
economia · cultura · **educação** · desporto · **estradas** · finanças · **turismo**
juventude · **qualidade de vida** · museus · **obras municipais** · planeamento
saúde · proteção civil · **urbanismo** · administração · **ciclovias** · ambiente
desenvolvimento · bibliotecas · **economia** · cultura · **educação**
desporto · **estradas** · finanças · **turismo** · juventude · **qualidade de vida**
museus · **obras municipais** · planeamento · **saúde** · proteção civil
urbanismo · administração · **ciclovias** · ambiente · **desenvolvimento**
bibliotecas · **economia** · cultura · **educação** · desporto · **estradas**

PLANO E ORÇAMENTO

2017

administração · **ciclovias** · ambiente · **desenvolvimento** · bibliotecas
economia · cultura · **educação** · desporto · **estradas** · finanças · **turismo**
juventude · **qualidade de vida** · museus · **obras municipais** · planeamento
saúde · proteção civil · **urbanismo** · administração · **ciclovias** · ambiente
desenvolvimento · bibliotecas · **economia** · cultura · **educação**
desporto · **estradas** · finanças · **turismo** · juventude · **qualidade de vida**
museus · **obras municipais** · planeamento · **saúde** · proteção civil
urbanismo · administração · **ciclovias** · ambiente · **desenvolvimento**
bibliotecas · **economia** · cultura · **educação** · desporto · **estradas**
finanças · **turismo** · juventude · **qualidade de vida** · museus · **obras**
municipais · planeamento · **saúde** · proteção civil · **urbanismo**
administração · **ciclovias** · ambiente · **desenvolvimento** · bibliotecas
economia · cultura · **educação** · desporto · **estradas** · finanças · **turismo**
juventude · **qualidade de vida** · museus · **obras municipais** · planeamento
saúde · proteção civil · **urbanismo** · administração · **ciclovias** · ambiente
desenvolvimento · bibliotecas · **economia** · cultura · **educação**
desporto · **estradas** · finanças · **turismo** · juventude · **qualidade de vida**
museus · **obras municipais** · planeamento · **saúde** · proteção civil
urbanismo · administração · **ciclovias** · ambiente · **desenvolvimento**
bibliotecas · **economia** · cultura · **educação** · desporto · **estradas**





ÍNDICE

Mensagem do Presidente.....	3
Introdução.....	6
Proposta dos Partidos da Oposição com Representação na Assembleia Municipal	26
Presidência	46
Administração e Finanças.....	106
Cultura, Turismo, Biblioteca e Museus.....	114
Planeamento, Urbanismo e Transportes.....	138
Obras Municipais, Proteção Civil, Ambiente e Saúde.....	148
Educação, Desporto e Juventude	166
Normas de Execução do Orçamento Municipal	234
Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal	242
• RESUMO DO ORÇAMENTO	
• ORÇAMENTO DA RECEITA	
• ORÇAMENTO DA DESPESA	
• PPI – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	
• PAM – PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL	
• Outros Documentos	
• MAPA DE TRANSFERÊNCIAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA	
• ANALISE COMPARATIVA ENTRE O ORÇAMENTO MUNICIPAL E O PAF	
• MAPA DAS PARTICIPAÇÕES DO MUNICÍPIO	
• ORÇAMENTO - FEIRA VIVA CULTURA E DESPORTO E E.M.	
• ORÇAMENTO - ASSOCIAÇÃO ORQUESTRA E BANDA SINFÓNICA DE JOVENS DE SANTA MARIA DA FEIRA	

Mensagem do Presidente

O ano de 2017 será o último ano do mandato do atual executivo municipal, sufragado pelos feirenses nas eleições de 2013, pelo que este plano e orçamento assume um papel fundamental no consolidar do ciclo de governação e, simultaneamente, lançar já as bases e premissas do desenvolvimento futuro.

O rigor, transparência e sustentabilidade na gestão e a melhor aplicação dos dinheiros públicos constituem os princípios fundamentais das políticas municipais, pelo que o controlo da dívida, e a seletividade da despesa continuarão a ser os vetores centrais do orçamento municipal, a par com o desenvolvimento social e económico.

No que diz respeito à proposta de orçamento e tendo como base os valores constantes da proposta de orçamento de estado, teve-se em conta o contexto macroeconómico do país e as prioridades definidas pelo executivo.

No que diz respeito aos impostos e taxas municipais, optou-se pela não atualização do valor das taxas e pela manutenção da taxa do IMI abaixo do limite máximo definido na Lei, e, com o intuito de aliviar a carga fiscal das famílias, fixou-se uma redução máxima do IMI a aplicar atendendo ao número de dependentes.

Ainda numa perspetiva de continuidade e estabilidade fiscal, fixou-se a redução da taxa de derrama a aplicar às empresas com um volume de negócios inferior a 150 mil euros anuais, em 1% do lucro tributável, em vez da taxa máxima de 1,5%, como um incentivo às pequenas e médias empresas e ao comércio.

Em termos globais o orçamento reflete uma previsão das receitas e das despesas de 63 milhões de euros, cerca de 3 milhões de euros a mais do que em 2016, sendo que a receita corrente atingirá um montante de 53 milhões de euros, que suporta a despesa corrente de 43 milhões de euros, enquanto a receita de capital ficará pelos 10 milhões de euros para uma despesa de capital de 20 milhões de euros. Como facilmente se constata o saldo corrente / poupança corrente, regista um superavit de 10 milhões de euros, o qual financiará no mesmo valor as despesas de capital, incluindo a amortização da dívida.

No que diz respeito aos Fundos Comunitários disponíveis, o ano de 2017, no que se refere aos municípios, será o ano em que se iniciarão os grandes investimentos enquadrados no atual quadro comunitário de apoio 2014 – 2020.

Como facilmente se constata numa leitura mais pormenorizada dos capítulos setoriais seguintes, as múltiplas atividades desenvolvidas pelos diferentes pelouros espelham um concelho dinâmico, permanentemente à procura das melhores soluções.

No que diz respeito aos principais investimentos, permitimo-nos destacar em 2017 a continuidade do investimento na reabilitação da rede viária, iniciado em 2015, e que se irá prolongar pelos próximos anos - constituindo-se o maior investimento de sempre na rede viária municipal.

De facto, após a conclusão das obras de saneamento de águas residuais, cujos trabalhos muito danificaram a rede viária, era fundamental proceder a uma adequada reabilitação. É o que estamos a fazer e a concretizar há 2 anos e iremos continuar.

Em 2017 manter-se-á o ritmo de investimento na rede viária, que a boa gestão financeira e o pagamento a tempo e horas permitem.

Na área dos grandes empreendimentos concretizados ou em concretização, uma especial referência ao PERM-TSM, cujos trabalhos ficaram concluídos em 2016 e em que a comercialização dos lotes perspectiva a construção de várias unidades industriais, algumas já em obra, outras em fase de projeto o que perspectiva um forte incremento do emprego nesta zona.

Simultaneamente decorrem em bom ritmo as obras de infraestruturização do Lusopark, novo parque empresarial a norte do Europarque, onde já se encontram em curso algumas obras para indústrias e onde se prevê o arranque da construção do grande investimento da empresa multinacional Norte Americana “Amy’s Kitchen”.

Destaque ainda para o possível arranque do eixo das cortiças, no troço entre Lamas e Fiães, cuja candidatura a fundos comunitários foi já apresentada e se aprovada irá permitir o efetivo arranque dos trabalhos, potenciando o crescimento e desenvolvimento deste importante eixo industrial e empresarial da parte norte do Concelho.

No que diz respeito ao Parque Escolar, destacamos o arranque dos trabalhos de reabilitação da Escola EB 2.3. e Secundária Coelho e Castro de Fiães, mediante contrato programa já celebrado com o Ministério da Educação.

Quanto à habitação social, prevemos a reabilitação de 9 empreendimentos, com um investimento de cerca de 2 milhões de euros, financiados por fundos comunitários.

No desporto iniciar-se-ão as atividades no novo pavilhão gimnodesportivo de S. João de Vêr e prevemos o arranque e conclusão dos trabalhos do Pavilhão de Mozelos, bem como o apoio a alguns clubes na reabilitação dos respetivos pavilhões ou infraestruturas, bem como o prosseguimento do programa de apoio à colocação de pisos sintéticos em campos de futebol que ainda não foram intervencionados.

A análise mais fina de todo o trabalho do executivo municipal nas páginas setoriais seguintes mostram claramente uma dinâmica do território impar e revelam que as apostas efetuadas estão a resultar.

Depois de anos a investir nas infraestruturas básicas, que hoje são uma realidade e que nos tornam competitivos, procuramos desenvolver o nosso território e a nossa economia, no sentido do mercado global, da internacionalização, do reconhecimento além-fronteiras, da captação do investimento e de abertura de novos horizontes.

Procuramos levar esta visão e ambição a todos os setores, olhando simultaneamente para os mais desfavorecidos e vulneráveis. Penso que estamos a consegui-lo.

Os instrumentos de gestão previsional para 2017 revelam já uma nova ambição e uma visão do território a longo prazo, assente na competitividade global.

De fato estamos a lançar as bases de uma política que esperamos venha a dar grandes resultados a longo prazo, muito para além do atual e próximos mandatos, numa perspetiva de consolidação da nossa marca e identidade no país e no mundo.

Atente-se numa leitura pormenorizada dos capítulos relativos ao desenvolvimento económico e empresarial, à cultura e à educação e a plena integração das políticas de todos os pelouros, numa visão única e objetiva do município.

Assente no “Bizfeira”, projeto de desenvolvimento económico e empresarial de Santa Maria da Feira, instrumento agregador das atividades conducentes à operacionalização da estratégia de desenvolvimento económico desenhado para o concelho perspetivando o crescimento económico e emprego na região, a ação da autarquia em 2017 é de continuidade e de consolidação de diversos eventos, ferramentas e apoios que tem vindo a desenvolver e disponibilizar, reforçando o seu papel de agente dinamizador da economia e parceiro ativo e colaborante na procura de soluções conjuntas com aos agentes económicos.

Ora no ano de 2017 e considerando que a gestão do Europarque é agora da responsabilidade da autarquia, iremos promover ações potenciadoras de um novo contexto, numa aposta estratégica na criação de condições para a capacitação de pessoas e atração de empresas em setores/ clusters que consideramos fundamentais para o futuro da economia de Santa Maria da Feira:

O Mercado MICE (Meetings, Incentives, Conferences and Exhibitions), as indústrias criativas, a saúde e as T.I.C. (Tecnologias de Informação e Comunicação).

De facto a nova gestão do Europarque e na senda das razões fundadoras do mesmo, pretende consolidá-lo como equipamento de referência nacional no mercado MICE, com notoriedade internacional. Desta forma se consolidará a afirmação de Santa Maria da Feira como player nacional e internacional na área dos eventos, maximizando os efeitos diretos e indiretos na economia local e regional. Acresce que dadas as suas múltiplas valências, o Europarque é também um elemento integrador de dinâmicas de base já prosseguidas e em linha com as orientações programáticas para o

período 2014-2020: a internacionalização da economia e a dinamização do cluster das indústrias culturais e criativas, parte integrante do RIS3 Norte 2020.

Ora o Europarque, pelas suas características funcionais únicas ao nível de todo o espaço físico da Área Metropolitana do Porto, é um dos pilares de sustentação deste setor, designadamente no que diz respeito aos grandes eventos culturais e multidisciplinares.

Uma outra atividade emergente que se pretende promover estrategicamente, passa também pela valorização do espaço envolvente e pelo desenvolvimento do “Europarque Health & Research”.

Esta ambição responde e integra-se num dos pilares mais importantes da Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS3) e que sustenta, por sua vez, todas as opções de políticas subjacentes ao Acordo Parceria Portugal 2020. Trata-se da criação de condições para a consolidação de um Cluster da Saúde, congregando “as dinâmicas de articulação entre a investigação regional (nomeadamente ao nível da engenharia dos tecidos, do cancro, das neurociências e do desenvolvimento das técnicas cirúrgicas) e as empresas, nas indústrias e serviços na área da saúde em sentido amplo (farmacêutica, dispositivos médicos, prestação de serviços de saúde, turismo de saúde e bem estar e cosmética)”.

Tirando partido das vastas áreas arborizadas e infraestruturadas que envolvem o centro de congressos, o Município tem já em curso a organização de um verdadeiro parque da saúde constituído por uma clínica oncológica já em funcionamento e, em fase de lançamento por uma unidade de investigação e em fase de estudo uma unidade de treino cirúrgico e um hospital ortopédico e ambulatório.

A integrar na rede nacional do Health Cluster Portugal, esta valência científica e económica dinamizará fortemente a utilização do Europarque (centro de congressos), reforçando a sua vocação de nó focal da rede metropolitana de equipamentos.

Uma outra importante fileira económica em que se fará uma forte aposta, também em termos de qualificações, é a das TIC, a qual ocupa uma posição central nas economias modernas, enquanto produtor de bens e serviços de suporte, assumindo-se desta forma como catalisador da globalização, da economia do conhecimento e dos novos modelos de negócios das empresas, podendo actuar como um elemento transversal de qualificação de todos os setores da economia local.

Santa Maria da Feira é já hoje sede de cerca de 60 empresas das TIC, muitas delas com projeção e reconhecimento nacional e internacional, um mini-cluster, altamente especializado, que a autarquia está a potenciar e a envolver.

Como certamente recordarão, em 2014, o Imaginarius – Festival Internacional de Teatro de Rua, integrou a Circostrada – EUROPEAN NETWORK Circus and Street Arts, uma rede europeia de artistas e agentes criativos que promovem o encontro, discussão e reflexão acerca do Teatro e Artes de Rua a nível europeu e internacional. Fruto desta parceria, Santa Maria da Feira receberá em maio o “Fresh Street #2 – International Seminar for the development of Street Arts”, um evento que será realizado nas



instalações do Europarque e que irá proporcionar oportunidades únicas de contato com redes potenciadoras nos processos de internacionalização do setor cultural e criativo local, regional e nacional.

Em linha com esta estratégia e numa perspetiva de médio e longo prazo, iniciou-se já no terreno a aprendizagem da linguagem de programação nas escolas ao nível do 1.º ciclo, nos colégios Terras de Santa Maria e de Lamas e no Isvouga, encontrando-se a decorrer negociações com a empresa “Academia do Código” para a incrementação de um projeto dirigido a jovens adultos licenciados.

Os instrumentos de Gestão Previsional e o Orçamento que hoje apresentamos, representam, para além das rúbricas normais de receitas, despesas, investimento e atividades, uma perspetiva de desenvolvimento e competitividade a 20 anos de distância.

É ambicioso, como o nosso território e as nossas gentes.

Santa Maria da Feira, outubro de 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA

— Dr. Emídio Sousa

introdução

Nota Introdutória

A Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, refere que a elaboração do orçamento é enquadrada num quadro plurianual de programação orçamental (QPPO) e tem em conta as projeções macroeconómicas que servem, de base ao Orçamento de Estado.

Esta informação é transmitida aos membros do conselho de coordenação financeiro que têm acesso antecipado, nomeadamente quanto à seguinte informação:

- a) Projeções dos principais agregados macroeconómicos com influência do Orçamento de Estado;
- b) As linhas gerais da política orçamental do Governo, nomeadamente quanto às medidas com impacto na receita fiscal; e as projeções da receita discriminadas entre as provenientes do Orçamento de Estado e as cobradas pelo município.

Acresce que, nos termos do n.º3 do art.º 47 da LFL, os limites são vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico do orçamento e indicativos para os restantes e deve ser atualizado anualmente.

Diz ainda o art.º 44 da referida Lei que o órgão executivo municipal apresenta ao órgão deliberativo uma proposta do QPPO que delimita, numa base móvel, os quatro exercícios seguintes.

O art.º47º da LFL determina que “os elementos constantes dos documentos referidos no art.º 44 são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após a publicação da presente lei”, ou seja, devia ter sido publicada até 3 de janeiro de 2014.

Deste modo, dado que até ao presente momento não existe regulamentação quanto aos documentos a aplicar, nem em relação às suas regras, torna-se inaplicável a norma constante quer do art.º41.º e 44.º, entendimento este subscrito pela Circular n.º 108/2014/AG da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

O Decreto-Lei n.º192/2015 de 11 de setembro, vem aprovar o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, doravante designado SNC – AP, cuja entrada em vigor se encontra prevista para 1 de janeiro de 2017, revogando o sistema contabilístico em vigor – POCAL. Contudo, e



segundo informação da DGAL, os Documentos Previsionais para 2017 devem ser elaborados em POCAL, sendo esse o referencial contabilístico que se encontra em vigor, havendo depois, a partir de 2 de janeiro de 2017, um ajustamento em sede de execução para os moldes de reporte previstos no SNC-AP.

1. INTRODUÇÃO

Os documentos previsionais para 2017 foram elaborados tendo em referência os princípios da governação autárquica, entre eles, o do equilíbrio, da transparência, da estabilidade e rigor orçamentais, sem descurar a promoção da satisfação do munícipe e do desenvolvimento do território. O controlo da dívida global, bem como a seletividade da despesa municipal, continuarão a ser os vetores centrais do orçamento municipal, a par com o desenvolvimento social, económico, científico e tecnológico.

Em 2017, optou-se pela manutenção do valor das taxas em vigor, nos termos estabelecidos no n.º1 do artigo 9.º do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais não Urbanísticas do Município de Santa Maria da Feira, tendo em conta que a referida tabela entrou recentemente em vigor.

Por opção de gestão, o Município de Santa Maria da Feira fixou a taxa do IMI abaixo do limite, ou seja, 0,4%. Além deste facto, e com o intuito de aliviar a carga fiscal das famílias residente no concelho, o Município fixou uma redução da taxa de IMI a aplicar atendendo ao n.º de dependentes, nos seguintes termos:

N.º Dependentes	Montante
1	20 euros
2	40 euros
3 ou mais	70 euros

Optou ainda, por minorar em 30% a taxa de IMI que vigorar, para os prédios situados na zona delimitada e que corresponde a área situada a menos de 1200 m dos limites do aterro sanitário intermunicipal, em funcionamento e localizado na União de Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior, por força do propósito e dos impactes resultantes da atividade ali desenvolvida, que assume-se como fator potenciador do abandono das áreas localizadas na área circundante, bem como num desincentivo à manutenção ou fixação da população e de atividades económicas, podendo, a curto prazo, provocar a diminuição da população numa freguesia que, por força da sua localização geográfica, bem como da sua matriz eminentemente rural, apresenta já densidades populacionais mais baixas que o restante território do concelho. Sobre esta medida não foi possível apurar com fiabilidade o impacto da despesa fiscal para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.



Para o orçamento de 2017, e numa perspetiva de continuidade com a política adotada fixou-se a redução da taxa da derrama a aplicar às empresas com um volume de negócios inferior a 150 mil euros anuais, em 1 % do lucro tributável e não isento de IRC, em vez da taxa máxima de 1,5 %, como um incentivo às pequenas e médias empresas e comércio do Município.

O orçamento segue a estruturação estabelecida pelo classificador económico das receitas e das despesas aprovado pelo Decreto-Lei 26/2002, de 14 de fevereiro, as quais são divididas em correntes e capital.

Apesar de não ser obrigatório, as despesas orçamentais foram ainda discriminadas em conformidade com a estrutura orgânica do Município, pelo que se encontram sistematizadas nas seguintes classificações:

- 01 Administração Municipal
 - 01.01 Assembleia Municipal
 - 01.02 Câmara Municipal
 - 01.03 Op. Financeira
- 02 Departamento Administrativo e Financeiro
- 03 Departamento Administrativo de Apoio ao Urbanismo
- 04 Departamento de Planeamento e Urbanismo
- 06 Departamento Ambiente, Serviços Urbanos e Obras Municipais
- 08 Divisão Bibliotecas e Arquivo
- 09 Divisão Património Cultural
- 10 Divisão Desporto, Associativismo e Ação Cultural
- 11 Divisão Educação
- 12 Divisão Ação Social e Qualidade de Vida

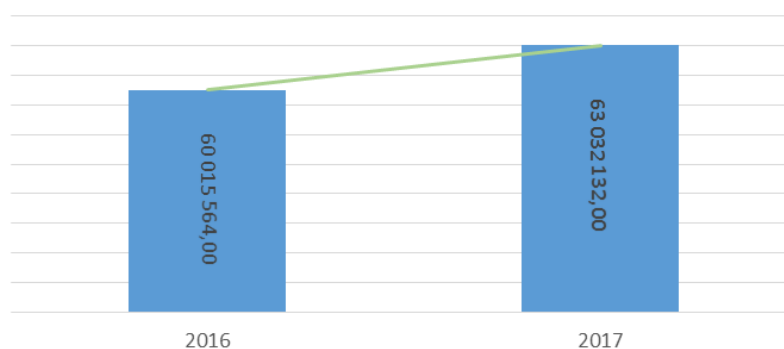
Nas GOP são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia, que são desagregadas por classificação funcional representativa de quatro grandes funções, que por sua vez se desdobram em várias subfunções:

- 1. Funções Gerais
- 2. Funções Sociais
- 3. Funções Económicas
- 4. Outras funções

2. APRESENTAÇÃO GERAL DO ORÇAMENTO

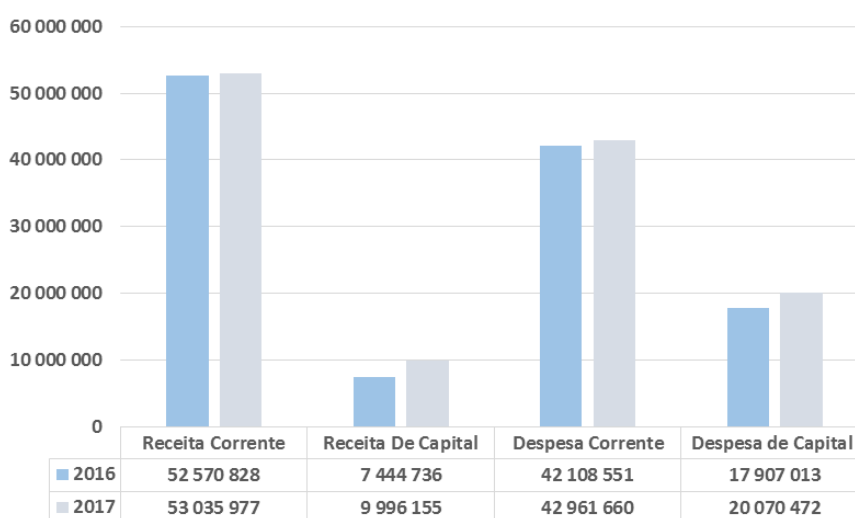
Em termos globais, o orçamento reflete um acréscimo de 5,03 % face a 2016, ou seja, cerca de 3 milhões de euros, como podemos constatar no quadro infra.

Quadro 1 – Evolução do Orçamento



A previsão das receitas e das despesas para o próximo ano é de 63.032.132,00 euros. A receita corrente atingirá um montante de 53 milhões de euros que suporta a despesa corrente de 42,9 milhões de euros, enquanto a receita de capital fica pelos 10 milhões de euros para uma despesa de capital de 20 milhões de euros.

Quadro 2 – Análise comparativa entre a receita e a despesa em 2017/2016





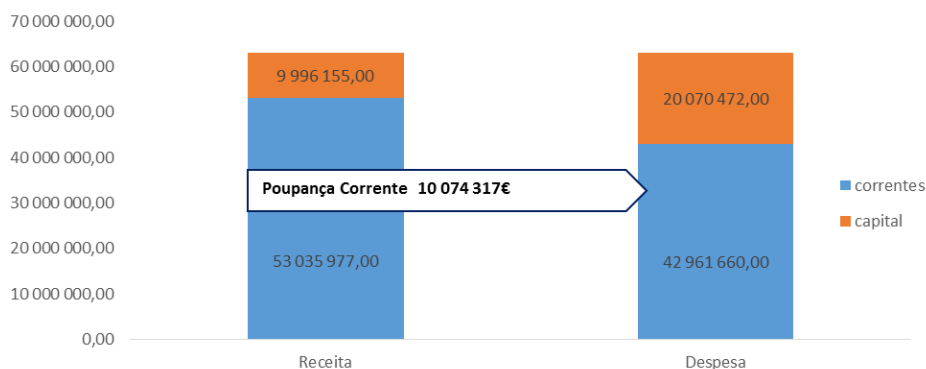
Quadro 3 – Receitas e Despesas por Classificação económica

RECEITAS	Valor	%	DESPESAS	Valor	%
RECEITAS CORRENTES	53 035 977,00	84,1%	DESPESAS CORRENTES	42 961 660,00	68,2%
IMPOSTOS DIRECTOS	25 058 826,00	39,8%	DESPESAS COMO PESSOAL	16 424 912,00	26,1%
IMPOSTOS INDIRECTOS	1 277 771,00	0,2%	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	20 398 062,00	32,4%
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	1 085 509,00	1,7%	JUROS E OUTROS ENCARGOS	432 753,00	0,7%
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	2 849 994,00	4,5%	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3 191 383,00	5,1%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19 353 762,00	30,7%	SUBSÍDIOS	1 709 000,00	2,7%
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	4 320 863,00	6,9%	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	805 550,00	1,3%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	239 252,00	0,4%			
RECEITAS DE CAPITAL	9 996 155,00	15,9%	DESPESAS DE CAPITAL	20 070 472,00	31,8%
VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	621 624,00	1,0%	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	13 301 784,00	21,1%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9 372 529,00	14,9%	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2 044 949,00	3,2%
ACTIVOS FINANCEIROS	1,00	0,0%	ACTIVOS FINANCEIROS	411 739,00	0,7%
PASSIVOS FINANCEIROS		0,0%	PASSIVOS FINANCEIROS	4 302 000,00	6,8%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1 501,00	0,0%	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	10 000,00	0,0%
REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	500,00	0,0%			
Total	63 032 132,00	100,0	Total	63 032 132,00	100,0%

Em termos de receita, verifica-se uma forte dependência do orçamento nas receitas correntes, que totalizam cerca de 53 milhões de euros e que contribuem em 84,1 % para a receita total. Destaca-se ainda a receita proveniente das transferências correntes, que representam 30,7% e as receitas fiscais que totalizam 41,7 % do valor total da receita.

No que se refere à despesa, o peso dos encargos com pessoal (26,1 %), da aquisição de bens e serviços (32,4 %) e da aquisição de bens de capital (21,1 %) representam em conjunto, 79,5 % do total da despesa.

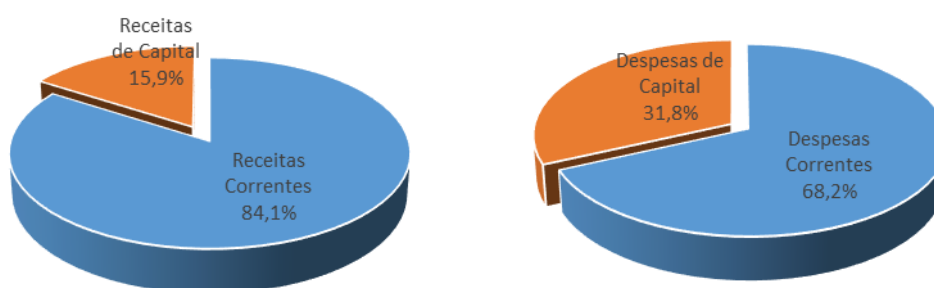
Quadro 4 – Poupança Corrente



O quadro 4, permite verificar que o saldo corrente regista um superavit de 10 milhões de euros, o qual financiará no mesmo valor as despesas de capital, incluindo a amortização da dívida.

Em termos relativos, verifica-se que a receita corrente representa 84,1 %, enquanto a receita de capital representa 15,9 % da receita total. Na componente da despesa, o peso relativo das despesas correntes fixa-se nos 68,2 %; em contrapartida, a despesa de capital ascende a 31,8 % da despesa total.

Quadro 5 – Estrutura da Receita e da Despesa



Não obstante a poupança gerada, a regra de equilíbrio orçamental contemplada no Novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro) introduz mudanças, no estabelecimento do cálculo do equilíbrio orçamental. Assim, o artigo 40º n.º 2, infere que, para além do orçamento municipal prever todas as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, a “receita corrente bruta cobrada, deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”.

Quadro 6 – Equilíbrio Orçamental

Equilíbrio orçamental - RFALEI (artigo 40.º Lei 73/2013 de 3/9)		
Receita corrente bruta cobrada ≥ despesa corrente + amortização média de empréstimos MLP		
Receitas correntes	53 035 977,00 €	
Total (a)		53 035 977,00 €
Despesas correntes	42 961 660,00 €	
Amortizações médias para o ano de 2017	4 443 059,92 €	
Total (b)		47 404 719,92 €
Equilíbrio orçamental c = (a) -(b)		5 631 257,08 €

Como se pode aferir do quadro infra, o Município de Santa Maria da Feira detém um *superavit* de 5,6 M€, o que permite financiar com receitas correntes o investimento que o Município pretende realizar.

3. PREVISÃO DAS RECEITAS MUNICIPAIS

Em 2017 prevê-se que a receita municipal atinja os 63 milhões de euros. Da receita total, prevê-se que 53 milhões de euros tenham origem em receitas correntes (84,1 %) e 10 milhões de euros em receitas de capital (15,9 %).

Quadro 7 – Receitas Municipais

Designação da Rubrica	2016		2017		Variação 2017/2016	
	valor	%	valor	%	Valor	%
RECEITAS CORRENTES						
IMPOSTOS DIRECTOS	24 570 865,00	40,94%	25 058 826,00	39,76%	487 961,00	1,99%
IMPOSTOS INDIRECTOS	144 628,00	0,24%	127 771,00	0,20%	-16 857,00	-11,66%
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	1 252 463,00	2,09%	1 085 509,00	1,72%	-166 954,00	-13,33%
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	2 760 714,00	4,60%	2 849 994,00	4,52%	89 280,00	3,23%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18 931 026,00	31,54%	19 353 762,00	30,70%	422 736,00	2,23%
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	4 309 587,00	7,18%	4 320 863,00	6,86%	11 276,00	0,26%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	601 545,00	1,00%	239 252,00	0,38%	-362 293,00	-60,23%
RECEITAS DE CAPITAL						
VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	506 073,00	0,84%	621 624,00	0,99%	115 551,00	22,83%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6 937 160,00	11,56%	9 372 529,00	14,87%	2 435 369,00	35,11%
ACTIVOS FINANCEIROS	1,00	0,00%	1,00	0,00%	0,00	0,00%
PASSIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1 002,00	0,00%	1 501,00	0,00%	499,00	49,80%
REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	500,00	0,00%	500,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL	60 015 564,00	100,00%	63 032 132,00	100,00%	3 016 568,00	5,03%

(Un: EUROS)

Os montantes previsionais inscritos na rubrica de Impostos Diretos, Impostos Indiretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades foram aferidos de acordo com o disposto na alínea a) do Ponto 3.3 do POCAL: “As importâncias relativas a impostos, taxas e tarifas a inscrever no orçamento não podem ser superiores à média aritmética simples das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses”.

Tendo em consideração que, segundo as regras e princípios do POCAL, as receitas só podem ser liquidadas e arrecadadas apenas quando forem objeto de inscrição orçamental adequada, por prudência, foram dotadas algumas rubricas com valores residuais.

O cálculo da receita corrente foi reportado à data de 31 de agosto de 2016.

Todas as receitas foram estimadas tendo como base de cálculo a média aritmética simples das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses, exceto as rubricas:



- Impostos Abolidos e Venda de Bens de Investimento, uma vez que as arrecadações destes impostos referem-se a situações antigas, não estando previsto qualquer previsão para a sua arrecadação;

- Venda de Bens de Investimento, o valor estimado nesta rubrica resulta da Lei do OE para 2016, que define que os municípios não podem, na elaboração dos documentos previsionais para 2017, orçamentar receitas respeitantes à venda de imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de imóveis nos últimos 36 meses.

Receitas fiscais

Na estrutura das receitas municipais é relevante o peso das receitas fiscais que, incluindo os impostos diretos, os impostos indiretos e as taxas, multas e outras penalidades, ascendem a cerca de 26,3 milhões de euros e constituem a maior fonte de receita do Orçamento, representando 41,7 % da receita total e 49,5 % da receita corrente.

Quadro 8 – Receitas Fiscais

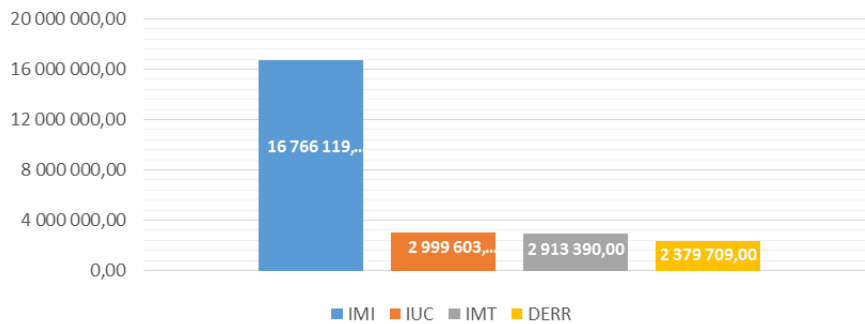
Receitas Fiscais		2016	2017	Varição 2017/2016
IMPOSTOS DIRECTOS		24 570 865,00	25 058 826,00	1,99%
IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMOVEIS		16 419 609,00	16 766 119,00	2,11%
IMPOSTO UNICO DE CIRCULAÇÃO		3 052 559,00	2 999 603,00	-1,73%
IMPOSTO MUNICIPAL S/AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMOVEIS		2 707 062,00	2 913 390,00	7,62%
DERRAMA		2 391 630,00	2 379 709,00	-0,50%
IMPOSTOS ABOLIDOS		4,00	4,00	0,00%
IMPOSTOS DIRECTOS DIVERSOS		1,00	1,00	0,00%
IMPOSTOS INDIRECTOS		144 628,00	127 771,00	-11,66%
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES		1 252 463,00	1 085 509,00	-13,33%
TAXAS		1 004 680,00	822 599,00	-18,12%
MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:		247 783,00	262 910,00	6,10%
Total		25 967 956,00	26 272 106,00	1,17%

un: euros

A receita estimada proveniente de impostos diretos atinge o montante de cerca de 25 M€ e representa cerca de 39,8% do valor total das receitas previstas e, a sua distribuição está refletida no seguinte quadro:



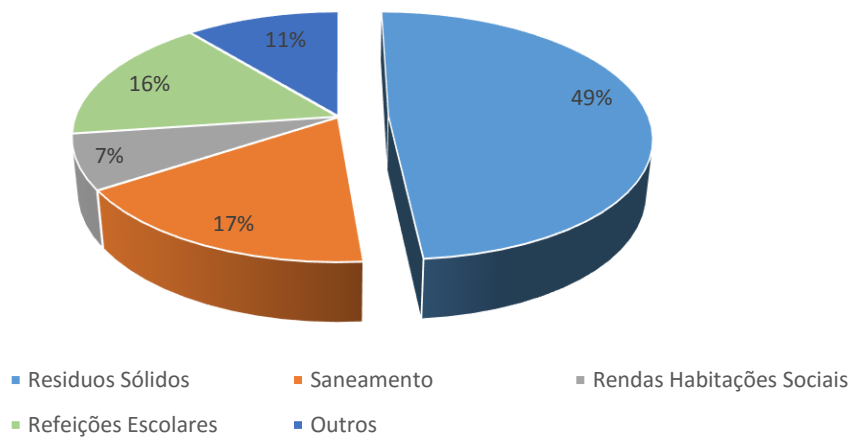
Impostos Diretos - 2017



Venda de Bens e Serviços

A venda de bens e serviços correntes representa 6,9 % das receitas totais onde tem especial relevância as receitas provenientes dos resíduos sólidos com uma previsão de 2,1 milhões de euros para 2017, como se evidencia no quadro infra.

Quadro 9 – Estrutura da venda de bens e serviços correntes



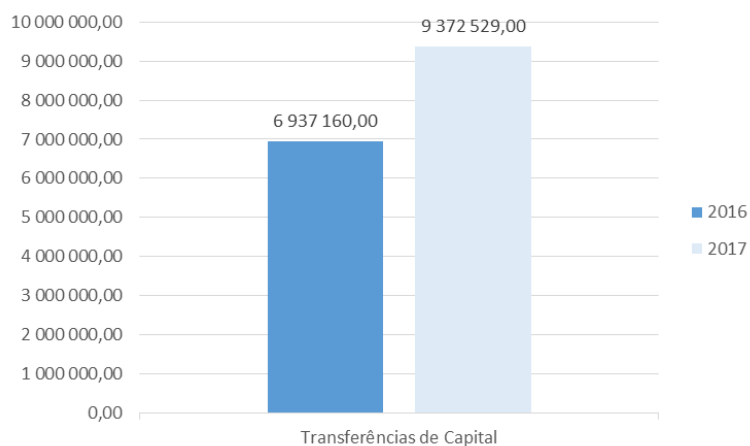
Transferências

O conjunto das transferências, correntes e de capital, ao totalizar cerca de 28,7 € constitui, o agrupamento mais relevante no cômputo geral da receita, contemplando, para além das transferências oriundas da Administração Central (FEF, FSM e participação no IRS), as provenientes da DGESTE, assim como outras de menor relevância.

Verifica-se um ligeiro aumento das transferências correntes (2,23%) face ao ano anterior e um aumento mais significativo nas transferências de capital (35,11%).

O quadro 10 permite verificar o aumento previsional das transferências de capital, comparativamente a 2016, no montante de 2,4 milhões de euros, por força do início do novo quadro comunitário – Portugal 2020.

Quadro 10 – Receitas provenientes de transferências de capital



Rendimentos de Propriedade

A receita estimada em rendimentos de propriedade, no ano de 2017, atinge os 2,85 milhões de euros, dos quais 2,6 milhões de euros respeitam ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica com a EDP. O restante diz respeito à renda de concessão da Indáqua, a juros provenientes das aplicações financeiras de curto prazo que a autarquia efetua mensalmente e outros.

4. PREVISÃO DAS DESPESAS MUNICIPAIS

A despesa municipal para 2017, repartida por despesa corrente e despesa de capital, e constituída por diversos agrupamentos económicos, prevê-se que ascenda a 63 milhões de euros.

Quadro 11 – Despesas por classificação económica

Designação da Rubrica	2016		2017		Variação 2017/2016	
	valor	%	valor	%	Valor	%
DESPESAS CORRENTES	42 108 551,00	70,16%	42 961 660,00	68,16%	853 109,00	2,03%
DESPESAS COM PESSOAL	16 325 003,00	27,20%	16 424 912,00	26,06%	99 909,00	0,61%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	19 609 802,00	32,67%	20 398 062,00	32,36%	788 260,00	4,02%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	725 283,00	1,21%	432 753,00	0,69%	-292 530,00	-40,33%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3 005 016,00	5,01%	3 191 383,00	5,06%	186 367,00	6,20%
SUBSÍDIOS	1 711 897,00	2,85%	1 709 000,00	2,71%	-2 897,00	-0,17%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	731 550,00	1,22%	805 550,00	1,28%	74 000,00	10,12%
DESPESAS DE CAPITAL	17 907 013,00	29,84%	20 070 472,00	31,84%	2 163 459,00	12,08%
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	10 455 658,00	17,42%	13 301 784,00	21,10%	2 846 126,00	27,22%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2 264 769,00	3,77%	2 044 949,00	3,24%	-219 820,00	-9,71%
ATIVOS FINANCEIROS	411 739,00	0,69%	411 739,00	0,65%	0,00	
PASSIVOS FINANCEIROS	4 774 842,00	7,96%	4 302 000,00	6,83%	-472 842,00	-9,90%
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	5,00	0,00%	10 000,00	0,02%	9 995,00	199900,00%
TOTAL	60 015 564,00	100,00%	63 032 132,00	100,00%	3 016 568,00	5,03%

(Un: EUROS)

As despesas de capital, com um aumento previsional de 2,1 milhões de euros para 2017, representam 31,8 % do orçamento total. Para este acréscimo concorre o aumento na rubrica de aquisição de bens de capital em cerca de 2,8 M€.

As despesas correntes mantêm uma estrutura idêntica à prevista para 2016, salientando-se as despesas com pessoal e as aquisições de bens e serviços, que representam, em conjunto, 58,41 % do total das mesmas.

Em 2017 estima-se que as despesas com pessoal aumentem ligeiramente face ao ano anterior, com uma dotação de 16,4 milhões de euros. Este agrupamento compreende todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que requeiram processamento nominalmente individualizado e que sejam satisfeitos pela autarquia local, tanto aos seus funcionários e agentes, como aos indivíduos que, embora não tendo essa qualidade, prestam serviço à autarquia nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou de avença. Engloba, também as despesas que a autarquia local, como entidade patronal, suporta com o sistema de segurança social dos seus funcionários.

O valor previsto para a rubrica Despesas com Aquisição de Bens e Serviços cifra-se no montante de 20,4 milhões de euros a que correspondem uma variação de 3,99 %.

Classificam-se neste agrupamento as despesas com bens de consumo (duráveis ou não) que, por não contribuírem para a formação de capital fixo, não são caracterizáveis como bens de capital (investimento). São exemplos as despesas com aquisição dos seguintes bens e serviços:

- Combustíveis e lubrificantes;
- Material de limpeza e higiene;
- Material de escritório
- Material de eletricidade, material de canalização, ferragens, tintas, vernizes e diluentes, outro material de construção civil, desinfetantes e reagentes químicos;
- Materiais (peças) que alguns serviços, dispendo de oficinas próprias, utilizam em trabalhos de reparação, conservação e beneficiação do material considerado como de transporte.
- Encargos das instalações (eletricidade, água, gás);
- Serviços de limpeza e higiene;
- Serviços de conservação de bens em edifícios e outras construções, em material de transporte e em outros bens;
- Locação de edifícios e de outros bens;
- Comunicações;
- Transportes;
- Seguros;
- Serviços de vigilância e segurança;
- Serviços de assistência técnica;
- Encargos de cobrança de receitas;
- Iluminação Pública;
- Transportes Escolares;
- Fornecimento de Refeições ao 1.º Ciclo, no âmbito da Ação Social Escolar;
- Serviços de conservação e manutenção de espaços verdes;
- Serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos no Concelho;
- Serviços de tratamento de resíduos sólidos urbanos.

Os juros e outros encargos correntes que se prevê ascendam a 0,43 milhões de euros. Este agrupamento compreende as despesas referentes a juros e outros encargos financeiros, designadamente, juros de empréstimos, serviços bancários e outras despesas financeiras. Uma vez que os empréstimos encontram-se indexados à taxa Euribor, por precaução as rubricas foram dotadas com valores superiores de forma a cobrir essa imprevisibilidade.

As transferências correntes, com um aumento previsto de 193 mil euros, englobam, entre outras as transferências para as Freguesias, Associação de Municipio de Terras Santa Maria, instituições sem fins lucrativos e famílias. Neste agrupamento são contabilizadas as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das entidades receptoras, qualquer contra prestação direta para com a autarquia local.

Neste agrupamento são também contabilizadas as transferências para Instituições sem fins lucrativos, apoios aos agrupamentos escolares, atribuição de bolsas de estudos, entre outros.

No que diz respeito à rubrica Subsídios, estes são os fluxos financeiros não reembolsáveis das autarquias locais para as empresas públicas municipais e intermunicipais ou empresas participadas, com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

Foi aqui orçamentado o valor que se pretende fixar para o novo contrato programa a celebrar com a empresa municipal Feira Viva EM.

O agrupamento – Outras Despesas Correntes traduz-se numa rubrica económica com uma função residual e inclui despesas com as restituições de impostos/contribuições e com o pagamento do IVA, de indemnizações bem como de quotizações.

A aquisição de bens de capital com um valor orçado de 13,3 milhões de euros, representa 21 % do valor total do orçamento da despesa e está discriminado por natureza económica no quadro abaixo elencado.

Quadro 12 – Investimento a realizar pela Autarquia

Natureza Económica	Valor
Terrenos	293 031,00
Habitacões	47 000,00
Edifícios	2 322 391,00
Construções Diversas	1 814 324,00
Material de Transporte	9 400,00
Equipamento Informático	242 228,00
Equipamento administrativo	234 719,00
Equipamento Básico	24 406,00
Bens Domínio Público	7 998 754,00
Outros	315 531,00
Total	13 301 784,00

(Un: euros)

O montante de 411,7 mil euros inscrito na rubrica Ativos Financeiros diz respeito à contribuição anual do Município de Santa Maria da Feira para o FAM – Fundo de Apoio Municipal.

As despesas orçamentais para o ano de 2017 estão agrupadas de acordo com a estrutura orgânica e visa flexibilizar a gestão orçamental na sua componente técnica, responsabilizando mais cada um dos dirigentes de cada serviço municipal pela execução do seu orçamento e, em consequência, pelos resultados a alcançar.

Quadro 13 – Orçamento por Unidade Orgânica

Orgânica	Despesas Correntes	%	Despesas de Capital	%	Total	%
01 Administração Municipal						
01.01 Assembleia Municipal	44 500,00	0,10%	0,00	0,00%	44 500,00	0,07%
01.02 Câmara Municipal	12 277 745,00	28,58%	1 526 995,00	7,61%	13 804 740,00	21,90%
01.03 Op. Financeiras	432 753,00	1,01%	4 713 739,00	23,49%	5 146 492,00	8,16%
02 Dep. Administrativo e Financeiro	2 727 832,00	6,35%	214 000,00	1,07%	2 941 832,00	4,67%
03 Dep. Administrativo de Apoio ao Urbanismo	716 015,00	1,67%	0,00	0,00%	716 015,00	1,14%
04 Dep. de Planeamento e Urbanismo	1 884 244,00	4,39%	190 896,00	0,95%	2 075 140,00	3,29%
06 Dep. Ambiente, Serviços Urbanos e Obras Municipais	11 702 176,00	27,24%	11 503 346,00	57,31%	23 205 522,00	36,82%
08 Div. Bibliotecas e Arquivo	841 135,00	1,96%	81 662,00	0,41%	922 797,00	1,46%
09 Div. Património Cultural	1 805 980,00	4,20%	69 962,00	0,35%	1 875 942,00	2,98%
10 Div. Desporto, Associativismo e Acção Cultural	1 037 592,00	2,42%	492 842,00	2,46%	1 530 434,00	2,43%
11 Div. Educação	8 172 784,00	19,02%	964 278,00	4,80%	9 137 062,00	14,50%
12 Div. Acção Social e Qualidade de Vida	1 318 904,00	3,07%	312 752,00	1,56%	1 631 656,00	2,59%
TOTAL	42 961 660,00	100,00%	20 070 472,00	100,00%	63 032 132,00	100,00%

(Un: euros)

Verifica-se um forte peso da despesa estimada para o departamento Ambiente, Serviços Urbanos e Obras Municipais, que abrange cerca de 37% da despesa orçada, seguida da orgânica Câmara Municipal (21,89%) e da Divisão Educação (14,5%)

A despesa total é distribuída por funções e sub-funções de acordo com o classificador funcional do POCAL e releva o esforço financeiro desenvolvido por cada uma destas funções, de acordo com os objetivos finais desta autarquia.



Quadro 14 – Despesa da Autarquia – Classificação funcional

Função / Subfunções	2017			
	PPI	PAM	TOTAL	%
1. Funções Gerais	456 500,00	2 170 746,00	2 627 246,00	7,02%
1.1. Serviços Gerais da Administração Pública	453 000,00	1 847 796,00	2 300 796,00	6,15%
1.2. Segurança e Ordem Públicas	3 500,00	322 950,00	326 450,00	0,87%
2. Funções Sociais	3 766 064,00	15 312 210,00	19 078 274,00	51,01%
2.1. Educação	967 107,00	4 190 689,00	5 157 796,00	13,79%
2.2. Saúde	26 135,00	0,00	26 135,00	0,07%
2.3. Segurança e Acção Sociais	0,00	386 554,00	386 554,00	1,03%
2.4. Habitação e Serviços Colectivos	1 149 166,00	6 417 283,00	7 566 449,00	20,23%
2.5. Serviços culturais, recreativos e religiosos	1 623 656,00	4 317 684,00	5 941 340,00	15,89%
3. Funções Económicas	9 079 220,00	4 243 828,00	13 323 048,00	35,62%
3.1. Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	0,00	2 700,00	2 700,00	0,01%
3.2. Indústria e Energia	945 000,00	2 769 831,00	3 714 831,00	9,93%
3.3. Transportes e comunicação	8 113 939,00	839 610,00	8 953 549,00	23,94%
3.4. Comércio e Turismo	14 781,00	122 439,00	137 220,00	0,37%
3.5. Outras Funções Económicas	5 500,00	509 248,00	514 748,00	1,38%
4. Outras Funções	0,00	2 373 299,00	2 373 299,00	6,35%
TOTAL	13 301 784,00	24 100 083,00	37 401 867,00	100,00%

(Un: euros)

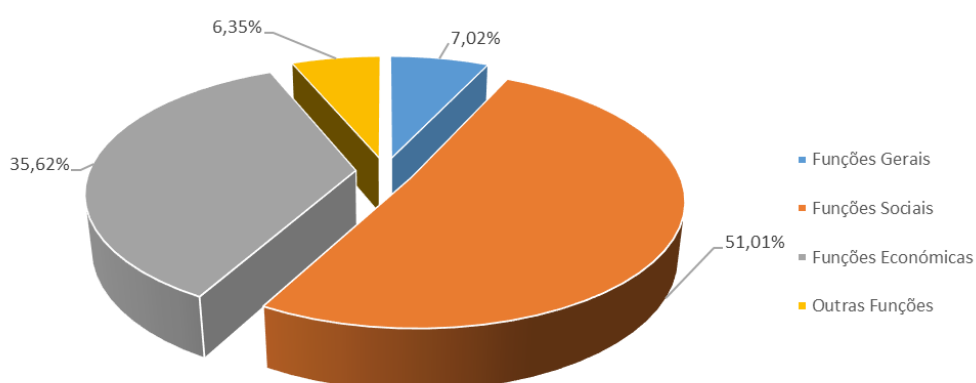
A despesa da Autarquia, agrupada por classificação funcional, permite-nos constatar que as Funções Gerais absorvem 7 % do orçamento global, em particular os Serviços Gerais da Administração Pública. Nesta sub-função estão incluídas as despesas inerentes ao funcionamento, modernização e equipamento dos serviços, bem como o investimento em aplicativos informáticos, modernização dos processos administrativos, entre outros.

A Função Social, à semelhança dos orçamentos anteriores, surge como primeira prioridade do executivo, com 51 % do orçamento global totalizando o montante de 19 milhões de euros. Dos 7,6 milhões de euros destinados à sub-função Habitação e Serviços Coletivos destacam-se o saneamento, os resíduos sólidos e a proteção do meio ambiente. A sub-função Educação absorve cerca de 5,2 milhões de euros.

Destaca-se ainda, nas funções económicas, as sub-funções: Transportes e Comunicação e Indústria e Energia e Outras Funções Económicas.

A sub-função Transportes e Comunicação traduz claramente a importância que reveste a requalificação das vias de comunicação / estradas no orçamento para 2017. Também continua a merecer destaque, não pelo montante, mas pelo seu significado, a Indústria e Energia e as Outras Funções Económicas. A verba inscrita na Indústria e Energia destina-se ao desenvolvimento dos estudos com vista à racionalização dos consumos de energia numa ótica de sustentabilidade, assim como as despesas a serem realizadas no âmbito do projeto de Eficiência Energética na Iluminação Pública. Na sub-função Outras Funções Económicas é relevante a dinamização de políticas para atrair o investimento, contribuir para a sustentabilidade das empresas e promover o empreendedorismo.

Quadro 15 – Composição das Grandes Opções do Plano



**RESPONSABILIDADES CONTINGENTES**

(nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 46º da Lei 73/2013 de 3 de Setembro)

Identificação	Data Processo	Probabilidade de ocorrer
720/06 - Ação Popular	2006	em curso
469/06.0 BEVIS	2006	Aguarda Sentença
3788/08.7 TBVFR (1º Juízo Cível)	2008	Trânsito em julgado sentença
1521/08.2 BEVIS - Ação Administrativa	2008	em curso
388/09.8 BEVIS - Ação Administrativa	2009	em curso
610/09.0 BEAVR - Ação Administrativa	2009	em curso
6662/09.6 TBVFR	2009	Aguarda sentença
110/09.9 BEVIS	2009	em curso
767/09.0 bevis	2009	Aguarda decisão
462/10.8 TBVFR - 4º Juízo Cível	2010	em curso
890/11 - Ação Administrativa Especial	2011	em curso
916/11.9 BEAVR - Ação Administrativa	2011	Extinção por inutilidade superveniente da lide em 2015
158/11.3 BEAVR - Ação Administrativa	2011	em curso
308/12.2 BEAVR	2012	Aguarda Sentença
369/12.4 BEAVR	2012	em curso
896/12.3 BEAVR	2012	Aguarda julgamento
604/13.1 BEAVR - Ação Administrativa Especial	2013	em curso
886/13.9 BEAVR	2013	Aguarda julgamento
895/13.8 BEAVR - Ação Administrativa Especial	2013	em curso
114/13.7 BEAVR	2013	em curso
115/13.5 BEAVR	2013	em curso
117/13.1 BEAVR	2013	em curso
119/13.8 BEAVR	2013	em curso
184/13.8 BEAVR	2013	em curso
550/13.9 BEAVR	2013	em curso
903/13.2 BEAVR	2013	em curso
630/13.0 BEAVR	2013	Aguarda julgamento
697/13.1 BEAVR	2013	Aguarda julgamento
195/14.6 BEAVR	2014	em curso
1123/14.4 BEAVR	2014	Aguarda decisão
3134/14.0 TBVFR	2014	Trânsito em julgado
390/14.5 YIPRT	2014	em curso
825/14.0 BEAVR	2014	Aguarda julgamento
65/14.8 TBVRF	2014	Aguarda envio para Tribunal competente
503/14.0 BEAVR	2014	Aguarda julgamento
726/14.1BEAVR	2014	Aguarda julgamento
648/15.9 BEAVR	2015	Aguarda julgamento
36/15.7 BEAVR	2015	em curso
474/15.5 BEAVR	2015	em curso
822/15.8 BEAVR	2015	em curso
827/15.9 BEAVR	2015	em curso
877/15.5 BEAVR	2015	Aguarda julgamento
916/15.0 BEAVR	2015	Aguarda julgamento
964/15.0 BEAVR	2015	Aguarda julgamento
326/15.9 BEAVR	2015	Aguarda julgamento
493/15.1 BEAVR	2015	Aguarda julgamento
671/15.3 BEAVR	2015	Aguarda julgamento
808/15.2 BEAVR	2015	Aguarda envio para Tribunal competente
2/16.5T8VFR	2016	Aguarda julgamento
471/16.3 BEAVR	2016	em curso

**propostas dos
partidos da oposição com
representação na assembleia
municipal**



PROPOSTAS DOS PARTIDOS DA OPOSIÇÃO COM REPRESENTAÇÃO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Foram solicitadas propostas a todos os partidos da oposição com assento na Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, tendo respondido o CDS-PP e a CDU, conforme documentos anexos.



SANTA MARIA DA FEIRA
COMISSÃO POLÍTICA CONCELHIA

Opções do Plano (e Orçamento) do Município de Santa Maria da Feira para o ano de 2017

CDS de Santa Maria da Feira – Sugestões/Propostas

O CDS de Santa Maria da Feira apresenta um conjunto de sugestões e propostas que entende como pertinentes:

1. Europarque - o modelo de gestão deveria ser próprio, sendo autónomo da Feira Viva;
2. Parque da Cidade – obra fundamental para a cidade e o concelho, devendo ser enquadrada no Europarque;
3. Acção Social – uma das áreas mais dinâmicas da gestão camarária, exigindo redobrada atenção;
4. Requalificação das Margens dos Rios e Ribeiras – continuação do projecto e seu alargamento para outras realidades;
5. Campos Sintéticos – uma boa aposta da Câmara, mas que se exige mais equidade geográfica das obras em curso e programadas;
6. Rede Viária – demorará uma década para termos toda a rede em bom estado, pelo que é imperioso acelerar o ritmo e corrigir as prioridades nas freguesias;
7. Empreendedorismo, Emprego e Economia – requalificar urgentemente as zonas industriais, apostar nos espaços temáticos e construir acessos ajustados e motivadores ao investimento;
8. Indáqua – posição firme da Câmara Municipal perante a arrogância e clima de terror que esta empresa tem com os feirenses;
9. Imaginarius – regressar ao seu esplendor de outrora, voltando a ser uma referência de excelência na cultura da região e do país;
10. Apoio ao Mundo Associativo – reformulação do apoio às associações, não marginalizando as mais pequenas e modestas;
11. Património Abandonado – património como o Castro de Romariz e a Estrada Real em S. João de Ver, entre muitos outros casos, estão absolutamente esquecidos;
12. Unidade do Concelho – análise objectiva e meticulosa no sentido de se perceber possíveis descontentamentos populares que possam, no limite, perigar a unidade do nosso concelho.

Muitas outras questões serão, porventura, pertinentes e urgentes. Contudo, temos consciência de que quem tudo quer, nada faz...

CDS
Comissão Política Concelhia
Santa Maria da Feira

Santa Maria da Feira, 30 de Setembro de 2016



CDU

**PROPOSTAS DA COLIGAÇÃO
DEMOCRÁTICA UNITÁRIA PARA AS
GOP**



CDU

PCP-PEV



Índice

EMPREGO	4
AÇÃO SOCIAL	5
PLANEAMENTO	6
AMBIENTE E PATRIMÓNIO	7
EDUCAÇÃO	9
TRANSPORTES	10
PARTICIPAÇÃO E PLURALIDADE DEMOCRÁTICA	10
Assembleia Municipal	11
JUVENTUDE	11
CONCLUSÃO	13



CDU

PCP-PEV



Exmo. Sr. Presidente

da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

As Grandes Opções do Plano e Orçamento (GOP) para 2017 são instrumentos fundamentais para a concretização de políticas de desenvolvimento social, económico e ambiental de que o Município feirense tanto carece. Assim e agradecendo desde já a carta que nos foi endereçada e o convite formulado, passamos a elencar o conjunto das nossas principais preocupações sobre as mesmas e que deveriam, no nosso entender, ser integradas na elaboração das referidas GOP. É nessa linha que consideramos sete áreas prioritárias: **EMPREGO; AÇÃO SOCIAL; PLANEAMENTO; AMBIENTE E PATRIMÓNIO; EDUCAÇÃO; TRANSPORTES; JUVENTUDE**, sendo que a área da **CULTURA** surge como agregadora e implícita nas diferentes áreas.

Salientamos o facto de na última área prioritária (Juventude) se repetirem algumas propostas formuladas noutros pontos. No entanto, dada a especificidade e as necessidades atuais da população alvo, surge a pertinência de as elencar nesta área específica.

Tratando-se 2017 de ano de eleições autárquicas, e portanto último ano de mandato, este documento apresentar-se-á de forma mais sucinta que o habitual. Elencam-se apenas aspetos tidos como mais pertinentes e/ou passíveis de serem executados num ano.



CDU

PCP-PEV



EMPREGO

Apesar das ligeiras melhorias, o Concelho de Santa Maria da Feira foi um dos mais duramente atingidos no Distrito de Aveiro pela crise económica e social que se traduziu no elevado número de desempregados inscritos, sendo a grande maioria de longa duração, em resultado de políticas recessivas de sucessivos governos.

Neste quadro pensamos que a principal prioridade do Executivo municipal deverá ser a manutenção e defesa dos postos de trabalho existentes nas empresas do concelho, bem como toda uma série de ações e medidas ativas próprias que dinamizem e facilitem a instalação no seu território de novas unidades industriais, como por exemplo:

- Análise da situação sócio - laboral do Município: causas, consequências e soluções e intervenção urgente junto do governo em defesa do emprego;
- Adoção de políticas de incentivo à fixação de pequenos e médios empresários no Município;
- Pagamento do IMI em duodécimos para empresários que se estão a instalar no Município – no primeiro ano;
- Isenção da taxa de publicidade para empresários que se estão a instalar no Município – no primeiro ano;
- Criação de um diretório de toda a atividade comercial e empresarial do Município, onde por exemplo poderia estar anexado ofertas de emprego;
- Planeamento, dinamização e requalificação das zonas industriais.



CDU

PCP-PEV



AÇÃO SOCIAL

Conhecida a grave situação de carência e exclusão social que ainda afeta uma boa parte da população feirense, é também responsabilidade da Câmara desenvolver iniciativas que a possam enfrentar e minorar tais como:

- Reforço dos programas destinados à inserção social das famílias;
- Reabilitação dos equipamentos destinados à habitação social e manutenção das rendas a preços simbólicos, garantindo o direito fundamental a uma habitação digna às famílias sem recursos económicos;
- Criação de uma rede de transporte com sede nas Juntas de Freguesia que permita a qualquer idoso ou incapacitado a compra de medicamentos;
- Criação de um banco de material geriátrico que poderá ser cedido a famílias carenciadas que necessitem;
- Criação de um serviço ao domicílio de pequenas reparações domésticas para pessoas idosas ou incapacitadas;
- A conclusão da rede de abastecimento de água e tratamento de águas residuais, numa perspetiva de serviço público, com preços, taxas e tarifas acessíveis a todas e todos;
- A Câmara Municipal deverá assumir as condições mínimas de dignidade dos agregados familiares vítimas de desemprego, assumindo os custos da água e da eletricidade dos mesmos.



CDU

PCP-PEV



PLANEAMENTO

As quatro décadas de atropelo ao urbanismo culminam numa década para a revisão do PDM que está suspensa. Como se não bastasse a Câmara Municipal irá ter de adequar o PDM à nova Lei de Bases da Política de Solos de Ordenamento do Território e de Urbanismo que terá já sido aprovada pelo Governo central e encontra-se agora na Assembleia da República. Vemos, assim, como indispensáveis e urgentes as seguintes medidas:

- Criação de um Plano Pormenor do Núcleo Histórico de St^a M^a da Feira;
- Levantamento e classificação do património construído de interesse arquitetónico, para que venha a ser classificado como interesse público;
- Manutenção e melhoria da rede viária existente;
- Criação de uma rede viária que perspetive o futuro e una os centros urbanísticos das freguesias do Município;
- Levantamento de todas as anomalias e atentados urbanísticos existentes;
- Dar início ao processo de construção de ponte pedonal sobre a variante Feira – S. João da Madeira que ligue a Av. Comendador Sá Couto à Rua dos Passionistas.



CDU

PCP-PEV



AMBIENTE E PATRIMÓNIO

Não obstante todas as promessas e processos de intenção, a verdade é que o Município de St^a M^a da Feira continua a debater-se com graves problemas ambientais entre outros, lesivos do seu rico património, que urge serem atalhados pelo que propomos:

- Atendendo ao próximo PERSU que preconiza metas de recolha seletiva dos diferentes resíduos muito mais eficiente, a nossa Câmara deverá adotar um progressivo plano de recolha de lixo a efetua-lo com maior periodicidade semanal em todas as freguesias do Município, implementando gradualmente a recolha seletiva e a triagem do lixo pelo próprio município, providenciando os sacos de cores diferenciadas;

- O aumento efetivo da rede de Ecocentros, permitindo uma maior proximidade com as cidadãs e cidadãos, por forma a erradicar as lixeiras de berma de estrada;

- A adoção progressiva, em todos os serviços da Câmara Municipal, da utilização de meios informáticos em substituição do papel. Quando não for possível aconselha-se a adoção de papel reciclado e impressão dos documentos oficiais em frente e verso;

- Eliminação de todas as lixeiras de rua;

- Dinamização de atividades de sensibilização da população;

- A dotação de todas as Freguesias do Município de casas mortuárias condignas;

- A dotação do matadouro municipal com equipamentos de incineração e deposição de animais (domésticos e outros) mortos e adoção de campanhas de esterilização de animais de rua;

- Criação de um guia arbóreo e arbustivo do município;

- Criação de um manual de boas práticas ambientais nos espaços públicos;



CDU

PCP-PEV



- Utilização de água não tratada para a limpeza de ruas;
- Classificação de algumas unidades fabris características da atividade fabril do nosso Município;
- Estabelecer um sistema de recolha de RSU mais abrangente e igual em todo o município;
- Recuperação do Edifício da Malaposta de Sanfins, bem como do rico património arqueológico do Município.
- Eliminação das barreiras arquitetónicas que condicionam a mobilidade dos cidadãos;
- Iniciar a negociação com os privados para a resolução do problema ambiental que constituem as pedreiras desativadas existentes um pouco por todo o município;
- Remoção de todas as coberturas de "Fibrocimento" nos edifícios que são da responsabilidade do Município;
- Ligação de todas as escolas à rede de saneamento básico;
- Encetar medidas no sentido de se criar uma rede efetiva de ciclovias e de percursos pedonais, na qual o Município faça parte integrando assim a rede europeia com esse fim;
- Criação de um corpo de fiscalização ambiental efetivo, sob a tutela do Vereador do Ambiente;
- Criação do "Provedor do "Ambiente e Meio Natural" com o fim de poder intervir opinando e aconselhando;
- Recolha, em todas as freguesias, dos lixos dos cemitérios em separado dos RSU, pois os mesmos são maioritariamente biomassa e, como tal, facilmente compostáveis;
- Implantação de caixas de areia, (ex. Rossio) para os caniços equipadas com caixotes para as fezes e luvas descartáveis;



CDU

PCP-PEV



- Monitorização da Ribeira da Lage, Ribeira do Cáster, Rio Inha, Rio Maior, Rio Úl e Uima, no que se refere aos seus principais poluidores industriais;

- Abandono progressivo do recurso a herbicidas por parte da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira;

- Acelerar o processo de qualificação do Castro de Fiães;

- Dinamização do Castro de Romariz com projetos de cariz educativo.

EDUCAÇÃO

Na área da Educação as nossas propostas são:

- Substituição e melhoria dos equipamentos da rede escolar de Jardins-de-infância e Escolas Básicas do 1º ciclo, que se encontrem desadequadas ao desenvolvimento das aprendizagens;

- Criação de um programa concelhio que possibilite a aprendizagem gratuita de natação a todas as crianças;

- Criação de um festival de música clássica das escolas de música e conservatórios do município;

- Adequar as políticas de educação à semelhança de outros municípios:

- . Criação de escola a tempo inteiro a custos acessíveis em todo o município
- . Estabelecer um regime de aprendizagem da natação para todas as crianças do 1º ciclo;

- Correção de todas as anomalias e insuficiências registadas nos novos Centros Escolares recentemente inaugurados.



CDU

PCP-PEV



TRANSPORTES

- Reforço da frota da rede de transportes municipais – Transfeira - ampliação de percursos e horários da mesma e dotação dos veículos e paragens de acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
- Dar início ao processo de criação de um centro coordenador de transportes na sede do Município;
- Estabelecimento de um protocolo com a CP para a implementação de horários especiais de comboios na altura da Viagem medieval;
- Colocação de mais paragens de autocarros com abrigo nas diversas freguesias do município;
- Defesa da requalificação da linha do Vale do Vouga.

PARTICIPAÇÃO E PLURALIDADE DEMOCRÁTICA

Mantém-se, ainda, a necessidade de uma política de maior proximidade e participação dos munícipes numa gestão democrática e que permita o acesso por todos à informação sobre os órgãos autárquicos e cumprimento do mandato de todos os eleitos locais:

- Criação de um serviço e de terminais informático em todas as Juntas de Freguesia por forma a que todas e todos possam consultar o estado de processos que tenham a decorrer junto na Câmara Municipal, com acesso pessoal de cada munícipe, garantindo a confidencialidade dos dados pessoais;
- *Upgrade* na página da Internet do Município incluindo uma ligação a uma página de cada Junta de Freguesia (desenvolvida pelo Município) e da Assembleia Municipal, com alguns destes conteúdos;
- Juntas de Freguesia: informação relevante (designadamente caixas de correio para o cidadão enviar queixas, dúvidas e/ou reclamações; informação sobre farmácias de serviço,



CDU

PCP-PEV



moradas e contactos de equipamentos existentes – escolas, bibliotecas, fóruns, auditórios, entre outros – iniciativas e informação relativa ao andamento dos trabalhos dos executivos e das assembleias de freguesia);

- Direito ao atendimento das populações locais nas freguesias que foram agregadas;

- Avaliação do impacto que a agregação das freguesias teve na qualidade de vida dos cidadãos e da manutenção das infraestruturas das respetivas freguesias.

Assembleia Municipal

- Reforço da dotação orçamental para o funcionamento da Assembleia Municipal garantindo, nomeadamente;

- A disponibilização de uma sala no edifício da Câmara Municipal para utilização dos partidos com assento na Assembleia Municipal;

- A criação de uma conta de correio eletrónico para todos os membros da Assembleia Municipal;

- Introdução na página internet da Câmara Municipal dos seguintes conteúdos: informação relativa à sua composição, atividade, reuniões e temática debatida nas Assembleias Municipais, informações relativas aos Grupos Municipais (composição, atividade e trabalho desenvolvido), e, bem assim, balanço e estatísticas da atividade deste órgão municipal;

- Gravação das sessões com possibilidade de disponibilização *online*.

JUVENTUDE

As preocupações da CDU (Coligação Democrática Unitária) para com os jovens e o seu futuro são do conhecimento público. Assim, não poderíamos deixar de contribuir com



CDU

PCP-PEV



propostas (*expressivas das nossas principais preocupações*) que entendemos pertinentes para o bem-estar desta faixa etária que representa o futuro da nossa sociedade:

- Análise da situação sócio - laboral do Município: causas, consequências e soluções;
- Criação de um espaço físico onde os jovens possam desenvolver novos projetos profissionais e/ou culturais;
- Criação de um espaço *online* onde os jovens feirenses possam divulgar os seus projetos profissionais e/ou culturais;
- Desenvolver ações com o objetivo de dar a conhecer aos jovens as atividades económicas do município;
- Tarifários especiais para jovens até 35 anos, nomeadamente nas infraestruturas desportivas e culturais públicas;
- Desenvolver ações com o objetivo de criar habitações a preço controlado para jovens.
- Maior regularidade no funcionamento do Conselho Municipal da Juventude;
- Maior divulgação da atividade do Conselho Municipal de Juventude;
- Criação do Provedor da Juventude.
- Restauração e modernização dos espaços desportivos públicos, nomeadamente os espaços existentes nos bairros municipais;
- Restauração e modernização dos parques infantis.



CDU

PCP-PEV



CONCLUSÃO

A CDU / Feira entende que todas estas propostas são passíveis de serem concretizadas ainda no último ano de mandato pelo que as irá defender juntos de todos os órgãos institucionais.

Salienta, ainda, que apesar das melhorias que se têm feito sentir, há ainda um longo percurso a se realizar para a reposição das freguesias, restabelecimento de serviços públicos, aproximação dos poderes autárquicos das populações e principalmente reposição dos direitos laborais.

Nesta medida, reclamamos do Executivo uma política mais social, mais justa, no interesse dos munícipes, na defesa dos seus interesses e justas aspirações.

A Comissão Coordenadora da CDU / Feira

Santa Maria da Feira, 28 de setembro de 2016

presidência

Desenvolvimento Económico e Empresarial

1. Introdução

O Bizfeira - Projeto de Desenvolvimento Económico e Empresarial de Santa Maria da Feira é o instrumento agregador das atividades conducentes à operacionalização da estratégia de desenvolvimento económico desenhada para o concelho, perspetivando a geração de mais crescimento económico e emprego na região.

As ações, que têm vindo a ser promovidas potenciam a divulgação daqueles que são os fatores competitivos do território, como o são as acessibilidades, o reconhecido dinamismo económico e vocação exportadora do seu tecido empresarial, a existência de mão-de-obra crescentemente especializada, a existência de importantes zonas industriais e infraestruturas de apoio à atividade produtiva e à investigação e desenvolvimento.

Em termos globais, as ações têm-se pautado por uma forte aposta na redução dos custos de contexto e na criação de uma nova e mais ágil forma de relacionamento com empresas e investidores, nomeadamente através da disponibilização de informação relevante, simplificação de processos e um acompanhamento dedicado e orientado para o apoio e atração de novas empresas e para a facilitação de processos de qualificação e internacionalização da economia local.

Neste âmbito, importa referir o crescimento sustentado de registos de empresas e da utilização da plataforma eletrónica de "business network" bizfeira, a qual, para além de constituir instrumento de comunicação geral, tem atuado como espaço virtual de negócios ativo e colaborativo, mobilizando também a diáspora feirense para o desenvolvimento económico concelhio. Todavia, merecem particular destaque as iniciativas de diplomacia económica realizadas, que começam já a dar os seus frutos. De facto, nos últimos tempos, o concelho de Santa Maria da Feira tem sido escolhido como local de implantação de novas empresas e realização de importantes investimentos, os quais são responsáveis pela criação de cerca de 2000 novos postos de trabalho (o desemprego desceu 5%, passando de 15% em 2013 para 10% para 2016).

Importa referir a importância do trabalho realizado, mormente numa conjuntura económica que se reconhece difícil, mas na qual a economia local tem sabido enfrentar e, como resultado de um trabalho conjunto, tem conseguido manter numa trajetória de crescimento da riqueza gerada e de emprego.

A ação da autarquia em 2017 será pois de continuidade e de consolidação de diversos eventos, ferramentas e apoios que tem vindo a desenvolver e disponibilizar, reforçando o seu papel de agente dinamizador da economia local e, dentro do seu âmbito de atuação, continuará a ser um parceiro ativo e colaborante na procura de soluções conjuntas com os agentes económicos, sejam eles empresas, associações empresariais, instituições de ensino e do sistema científico e tecnológico, e todas as

entidades relevantes para o desenvolvimento económico concelhio. Assumirá assim, o seu papel de interlocutor privilegiado, de agregador de vontades e promotor de projetos de interesse coletivo e que possam incrementar as condições competitivas para os sectores ditos tradicionais e emergentes.

No ano de 2017 assistir-se-á, para além do desenvolvimento de várias atividades que adiante se explanam, a realização de diversas ações potenciadores de um novo contexto – a gestão do Europarque é agora da responsabilidade da autarquia – uma aposta estratégica na criação de condições para a capacitação de pessoas e atração de empresas em sectores/clusters que consideramos fundamentais para o futuro da economia de Santa Maria da Feira - a Saúde e as TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação).

De facto, entregue pelo Estado ao Município de Santa Maria da feira, por Protocolo assinado em maio de 2015, a nova gestão, na senda das razões fundadoras do Europarque, pretende consolidá-lo como equipamento de referência nacional no mercado MICE (Meetings, Conferences, Incentives & Exhibitions) com notoriedade internacional. Desta forma se consolidará a afirmação de Santa Maria da Feira como player nacional e internacional na área dos eventos, maximizando os efeitos diretos e indiretos para a economia local, do Entre Douro e Vouga e mesmo da Área Metropolitana do Porto. Este equipamento apresenta enormes desafios à política autárquica, encerrando em si, contudo, um enorme potencial como elemento alavancador do desenvolvimento.

Acresce que, dadas as suas múltiplas valências, o Europarque é também um elemento integrador de dinâmicas de base já prosseguidas e em linha com as orientações programáticas para o período 2014-2020: a internacionalização da economia metropolitana e regional e ainda a dinamização do cluster das indústrias culturais e criativas, parte integrante da RIS3 Norte 2020.

Tal como se pode ler na Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Área Metropolitana do Porto, “As indústrias criativas têm como principal desígnio o desenvolvimento na AMP de um ecossistema favorável ao desenvolvimento das atividades culturais e criativas, que contribua para aumentar a sua atratividade ao nível nacional e internacional.” Ora, o Europarque é, pelas características funcionais únicas ao nível de todo o espaço físico da Área Metropolitana, um dos nós de sustentação deste sector designadamente no que diz respeito aos grandes eventos culturais e multidisciplinares.

Idêntico papel multiplicador lhe cabe quando falamos da internacionalização da economia local, metropolitana e regional. A capacidade de funcionar como um verdadeiro espaço “showroom” bem como a proximidade a um número tão significativo de sectores de atividade, relevantes do contexto da RIS3 regional, torna o Europarque capaz de projetar internacionalmente a Área Metropolitana do Porto, fomentando o marketing territorial e a competitividade empresarial.

Uma das atividades emergentes que se pretende promover estrategicamente, passa também pela valorização do seu espaço envolvente e pelo desenvolvimento do Europarque Health & Research. Esta ambição responde e integra-se num dos pilares mais importantes da Estratégia Regional de

Especialização Inteligente (RIS3) e que sustenta, por sua vez, todas as opções de políticas subjacentes ao Acordo de Parceria Portugal 2020. Trata-se da criação de condições para a consolidação de um Cluster da Saúde congregando “as dinâmicas de articulação entre a investigação regional (nomeadamente, ao nível da engenharia dos tecidos, do cancro, das neurociências e do desenvolvimento das técnicas cirúrgicas) e as empresas nas indústrias e serviços na área da saúde em sentido amplo (farmacêutica, dispositivos médicos, prestação de serviços de saúde, turismo de saúde e bem estar e cosmética).”

Tirando partido das vastas áreas arborizadas e infraestruturadas e que envolvem o centro de congressos, o Município de Santa Maria da Feira tem já em curso a organização de um verdadeiro parque da saúde constituído por uma clínica oncológica já em funcionamento, e, em fase de lançamento por uma unidade de investigação e em fase de estudo uma unidade de treino cirúrgico e um hospital ortopédico e ambulatório.

A integrar na rede nacional do Health Cluster Portugal, esta valência científica e económica dinamizará fortemente a utilização do Europarque (centro de congressos), reforçando a sua vocação de nó focal da rede metropolitana de equipamentos.

Uma outra importante fileira económica em que se fará uma aposta, também em termos de qualificações, é a das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), a qual ocupa uma posição central nas economias modernas, enquanto produtor de bens e serviços de suporte, assumindo-se desta forma como catalisador da globalização, da economia do conhecimento e dos novos modelos de negócios das empresas, podendo atuar como um elemento transversal de qualificação de todos os sectores da economia local.

Santa Maria da Feira é já hoje sede de cerca de 60 empresas das TIC, muitas delas com projeção e reconhecimento nacional e internacional, havendo condições para a criação de um ecossistema empresarial, um mini cluster, altamente especializado. Esta articulação entre empresas que a autarquia entendeu relevante potenciar, decorre do carácter heterogéneo da fileira, integrando um conjunto alargado de atividades industriais e de serviços. Todavia, reconhece-se que o sector das TIC ocupa uma posição central nas economias modernas em termos diretos, pela relevância que possui em matéria de produção, emprego, investimento, exportações e inovação. A mesma relevância pode-se constatar também em termos indiretos, enquanto produtor de bens e serviços de suporte (bens de equipamento, software, comunicações), assumindo-se desta forma como catalisador de novos modelos de negócios das empresas e da sua internacionalização e incremento da competitividade.

Por último, importa referir que será dada continuidade ao esforço de qualificação dos espaços de acolhimento empresarial / zonas industriais concelhios dotando-os de condições funcionais e infraestruturais que reforcem a sua atratividade e possam contribuir para facilitar a atividade das suas empresas. Destas ações, pelos constrangimentos que a hoje se assiste e que se pretende resolver, entende-se como sendo da maior relevância a construção de uma via que interligue entre si vários

Espaços de Atividades Económicas (Eixo das Cortiças), gerando inputs positivos no sector produtivo local, dado que essa via possibilitará o reforço das relações de complementaridade das empresas. De facto, o Espaço de Atividades Económicas do Casalinho (Lourosa), o qual confina com o Espaço de Atividades Económicas da Silveirinha (São João de Ver) e da Valada (Santa Maria de Lamas) e a Espaço de Atividades Económicas do Monte Grande (Fiães), no seu conjunto têm vindo a assumir, um papel fulcral na estratégia delineada para o desenvolvimento económico do concelho. A construção desta via, apresenta-se como infraestrutura fundamental de apoio à competitividade ao sector industrial da cortiça existente em Santa Maria da Feira. A autarquia pugnará assim pela sua concretização junto das entidades competentes e pelo acesso a sistema de incentivos que possam garantir a sua concretização.

Em suma, as orientações que se continuarão a perseguir, visam criar no nosso concelho um ambiente económico, social e cultural propício ao investimento, ao emprego e ao desenvolvimento. As prioridades políticas e da ação municipal serão as da criação das melhores condições para que o sucesso das empresas seja o sucesso do território de Santa Maria da Feira e das famílias feirenses. Por isso, o emprego está na primeira linha das preocupações e o BizFeira é uma ferramenta para ajudar neste objetivo.

Tal como tem vindo a ser prática corrente, a maior parte das ações aqui apresentadas serão desenvolvidas, no máximo possível, através de fundos comunitários e apresentação de candidaturas aos Programas de Apoio disponíveis, com vista a onerar o menos possível a autarquia. Também importa destacar que não se esgotam nas ações do Gabinete de Desenvolvimento Económico e Empresarial (GDEE) da autarquia, mas complementar-se-ão e articular-se-ão com as ações de outras unidades orgânicas da Câmara Municipal, como são exemplo a educação, ação social, obras municipais e ALPE, bem como em parceria com outros agentes económicos.

Dar-se-á ainda continuidade à disponibilização de informação e incentivo à apresentação de candidaturas por parte das empresas aos diversos instrumentos disponíveis: do SI Inovação Produtiva, SI Qualificação e Internacionalização e SI I&DT, funcionando o BizFeira como interlocutor de aconselhamento, bem como dinamizador de entidades associativas para o desenho de projetos enquadráveis no sistema de apoio a ações coletivas. Este visa a criação ou melhoria de condições envolventes à atividade económica, com relevo para os fatores imateriais de competitividade de natureza coletiva, que se materializem na disponibilização de bens coletivos ou públicos que produzam efeitos de arrastamento na economia.

A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira considera de extrema importância que o município, as associações empresariais, centros de formação e de investigação, empresas e demais atores estejam alinhados e trabalhem conjuntamente na definição de um programa estratégico onde a aposta na competitividade, na inovação, na formação, no empreendedorismo e na promoção internacional sejam a base de uma ação conjunta para os próximos anos. O desenvolvimento económico local, a criação

de mais riqueza e emprego e um futuro mais próspero para todos os Feirenses requer um esforço colaborativo de toda a comunidade.

Atividades

Assim, no seguimento dos objetivos e pressupostos apresentados, o município desenvolverá as seguintes ações, no âmbito do desenvolvimento económico e empresarial:

1. Dinamizar e alargar os serviços prestados pelo Bizfeira, promovendo ativamente o registo e a utilização das funcionalidades da plataforma eletrónica por parte das empresas, nomeadamente através de um plano de comunicação específico e pela organização de um evento de networking em 31 Março de 2017 (data de aniversário do projeto) no Europarque, para aprofundamento de relações e cooperação entre o tecido económico e para a atração de investimentos para o concelho. Este momento deve constituir-se paulatinamente como espaço de projeção nacional e internacional de promoção do nosso território e dos sectores industriais mais preponderantes, em especial dos sectores da cortiça e do calçado, em parceria com outros agentes da Região Norte. Paralelamente, promover a primeira edição da FEIRATECH, como mostra tecnológica do que de melhor a indústria local produz e com a participação de players de relevo, em cada uma das áreas, ao nível nacional e internacional, visando a geração de sinergias e a divulgação do tecido empresarial.

2. Disponibilizar informação de cariz económico (notícias, oportunidades de negócio, formação, imóveis, emprego, sistemas de incentivo, dossiers temáticos, entre outros) e desenvolver iniciativas de relevo para as empresas locais.

3. Robustecer a ligação às Associações Empresariais com importância para o tecido económico local, valorizando as parcerias económicas e o trabalho conjunto, em particular nos sectores mais representativos e identitários da indústria feirense;

4. Apoiar o surgimento e consolidação de Clusters Empresariais na área da Saúde e das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), atuando como parceiro na definição das estratégias de desenvolvimento e disponibilizando os meios que possam facilitar a sua implantação.

5. A partir da Brochura “Good Makers - Santa Maria da Feira”, atualizar conteúdos e o seu formato, no sentido de atuar como um “Guia Prático para o Investimento” no concelho, no qual constará uma sistematização resumida da informação económica, tecnológica, oferta formativa e zonas industriais existentes, bem como das orientações regulamentares e vantagens competitivas, de forma a potenciar e facilitar a instalação de novas empresas.

6. Elaborar uma brochura promocional para distribuição alargada que sirva de divulgação do projeto BizFeira e dos seus serviços e, assim, dar a conhecer nacional e internacionalmente os fatores

competitivos do concelho e os apoios disponíveis para quem selecione Santa Maria da Feira como território para a realização de investimentos e iniciativas empresariais.

7.Promover iniciativas em conjunto com os parceiros estratégicos, designadamente:

a) o “Dia Aberto ao Conhecimento” com instituições do Sistema Científico e Tecnológico Regional: o qual pressupõe a realização de um encontro entre as universidades e as empresas, para exploração de oportunidades de colaboração e transferência de tecnologia;

b) o “Dia do Atendimento Descentralizado”, a realizar com o apoio de especialistas indo ao encontro das empresas feirenses e das suas necessidades, através de um conjunto de soluções adaptadas a qualquer fase do seu ciclo de vida. Estas sessões de esclarecimento e assessoria aos empresários, decorrerão em algumas freguesias, de forma a cobrir todo o território, em articulação com as Juntas de Freguesia.

8.Acolher o IV Fórum da União de Exportadores da CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa de forma a potenciar a captação de investimento e crescimento dos negócios das empresas instaladas no concelho de Santa Maria da Feira;

9.Conceção de projeto intermunicipal de Promoção do Marketing Digital no sector empresarial, em parceria com as empresas TIC do concelho, com vista à sensibilização para a importância das TIC nos negócios e sua utilização profícua na qualificação dos produtos e processos para incremento da competitividade produtiva. Este projeto será enquadrado no âmbito dos sistemas de incentivo do Portugal 2020.

10.Promover o espírito empreendedor, apoiando na criação de condições e serviços para a dinamização dos espaços de incubação empresarial concelhios, explorando as oportunidades no âmbito do Feirapark, IDIT (Instituto de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica) e Europarque.

11.Realizar, de forma contínua, intervenções de requalificação dos espaços de acolhimento empresarial, com prioridade às zonas industriais municipais, com vista à melhoria dos acessos, pavimentações de vias, requalificação dos passeios, rede de águas pluviais, iluminação e arborização e sinalética. Pugnar pela infraestruturização de novas áreas para a fixação de empresas.

12.Garantir o cumprimento das exigências regulamentares definidas contratualmente, por parte dos proprietários de lotes industriais, acionando, se necessário, as cláusulas de reversibilidade.

13.Incentivar ativamente as Escolas Profissionais, os Centros de Formação e outras entidades a estruturar planos formativos ajustados às necessidades do tecido produtivo local e ao aumento da empregabilidade, nomeadamente que permitam a reconversão profissional (ex. metalomecânica e automação, TIC, ...).

14.Promover o acolhimento de missões empresariais estrangeiras (missões inversas) em parceria com a CIEP – Confederação Internacional dos Empresários Portugueses, AICEP, e/ou Associações

Empresariais, para conhecimento do nosso tecido empresarial, tendo em vista o desenvolvimento de negócios e parcerias que fomentem a produção, geração de riqueza e criação de postos de trabalho.

15. Continuar as ações de diplomacia económica, nos termos da nova abordagem do papel das autarquias locais no desenvolvimento económico local, mormente estabelecendo e reforçando canais de comunicação com embaixadas e representações diplomáticas de países com mercados relevantes e ou emergentes.

16. Organização de Seminários e Sessões de Esclarecimento de interesse empresarial, bem como de áreas temáticas de interesse para a competitividade das empresas e inerentes ao relacionamento com a autarquia.

17. Dinamização de Rede de Embaixadores / Representantes Externos de SMF – “Feirenses no Mundo” - junto da diáspora e dos mercados emergentes, em parceria com a AICEP, com a participação das mais importantes empresas feirenses, com o intuito das mesmas alavancarem a internacionalização de outras e promoverem externamente as capacidades do nosso território. Continuar a identificar Feirenses e luso-descendentes espalhados pelo Mundo que se destaquem, no contexto das respetivas sociedades de acolhimento e correspondentes economias, em áreas como a cultura, educação, economia e intervenção social e convidá-los a integrar a rede bizfeira.

18. Em estreita ligação com os serviços de ação social e da educação da autarquia, dinamizar a empregabilidade, formação e requalificação profissional (jovens à procura do 1º emprego, desempregados de longa duração, pessoas com baixas competências profissionais) aliado ao incentivo do empreendedorismo e inovação social, criação do próprio negócio; incentivar programas de estágios emprego, contratos emprego-inserção, trabalho em período de férias para jovens nas empresas, em estreita colaboração com o tecido empresarial, com o setor da economia social, com o Centro de Emprego e Formação Profissional do EDV, Gabinetes de Inserção Profissional concelhios, Centros de Formação da Cortiça e do Calçado, Escolas, Agência Local em Prol do Emprego – ALPE, Gabinete de Desenvolvimento Económico e Empresarial e a Associação de Desenvolvimento Local ADRITEM, entre outros.

19. Desenvolver projeto municipal de Promoção do Empreendedorismo, promovendo atividades de capacitação ao Empreendedorismo. Este projeto terá uma dinâmica conjugada com parceiros regionais e nacionais, sendo precedido de um mapeamento de instituições e competências nos diversos atores/agentes do território, o qual terá como possível consequência o estabelecimento de possíveis parcerias na implementação do projeto, bem como o ajustamento do seu modelo de funcionamento para que possa ser mais profícuo e adequado à realidade concelhia. Este projeto será enquadrado no âmbito dos sistemas de incentivo do Portugal 2020.

20. Potenciar uma parceria com uma instituição de ensino superior, no sentido de promover o estudo de monitorização e avaliação do impacto dos resultados do projeto Bizfeira.

Ação Social e Qualidade de Vida

1. Introdução

Face a problemas sociais complexos e uma sociedade do “risco”, de velocidade, do “clique”, da turbulência, de ciclos curtos e incertos, exige-nos que continuemos a investir nas capacidades e competências pessoais e organizacionais e nas abordagens em processos colaborativos e cooperantes, numa lógica integradora, participada e concertada, ao nível das metodologias de intervenção dos **21 Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias, estes expressão estratégica de um novo modelo de funcionamento e de dinamismo participativo da Rede Social concelhia**. Para garantir um equilibrado desenvolvimento socioeconómico do território e da qualidade de vida e bem-estar das suas populações, o Município continuará a apostar em 2017, em não descurar na sua Política Social, medidas de apoio e de transformação, nos domínios da empregabilidade, empreendedorismo, formação, capacitação, através da Agência em Prol do Emprego, do Gabinete de Inserção Profissional e dos Clubes ALPE, do apoio à deficiência e incapacidades, nomeadamente na aposta das acessibilidades e desporto para Todos, no apoio à população mais vulnerável, como as crianças e jovens em risco, os jovens NEET, os idosos e minorias etnias, e ainda no âmbito das migrações.

O sector da **Habitação Social** continuará a ser um grande pilar enquanto gestor do Parque Habitacional do Município, a nível social, patrimonial, conservação e jurídico, concorrendo para satisfação dos seus moradores e de uma saudável apropriação do espaço. No ano de 2016, com o intuito de capacitar e reconverter o concelho num “Concelho Sustentável”, o Município encetou o seu **Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU)**, que estabeleceu as linhas orientadoras do desenvolvimento, organização e gestão do seu território urbano, contemplando através da Prioridade de Investimento 9.8 – Comunidades Desfavorecidas, ações de reabilitação nos empreendimentos sociais de: Argoncilhe; Fiães (Almeida Garrett); Fiães (Souto); Lourosa (Cadinha); Lourosa (Vila Verde); Sanguedo; e Feira (Balteiro). Estas ações serão iniciadas em 2017.

O ano de 2017 colocará mais uma vez ao Município o desafio em organizar, através da sua rede Social, o **V Mosaico Social**, no âmbito do Programa da Rede Social, iniciativa que tem como objetivos divulgar os serviços e projetos sociais existentes no Concelho de Santa Maria da Feira, promover o seu conhecimento junto da população, reforçar e consolidar a cultura de parceria aberta e eficaz, através do intercâmbio de boas práticas e metodologias entre Instituições e proporcionar o aumento das competências e desempenho das organizações da economia social.

A integração do Município na **Rede Mundial das Cidades Amigas das Pessoas Idosas** da Organização Mundial de Saúde será um propósito a alcançar, dado todo o trabalho desenvolvido no domínio das pessoas mais idosas, tendo em atenção o progressivo envelhecimento populacional. Pretende-se assim, criar comunidades mais fortes e amigas das pessoas mais velhas, estimulando o seu envelhecimento ativo, participativo, seguro e com condições de saúde, em que sejam valorizadas todo o seu potencial e contributos.

Por forma a favorecer a inclusão social de grupos específicos, o Município continuará a promover os **Protocolos de Parceria com as Entidades do Terceiro Sector**, nomeadamente: Ser + Pessoa - Associação de Alcoólicos Recuperados do Concelho de Santa Maria da Feira; FAPFeira - Federação de Pais e Encarregados de Educação; Associação Pelo Prazer de Viver; Liga dos Amigos do Hospital São Sebastião; Associação Melhor Viver - Desporto, Cultura e Lazer e Casa dos Choupos – Cooperativa Multisectorial de Serviços, CRL.

Assente numa lógica de intervenção articulada e integrada entre entidades com responsabilidades no desenvolvimento da ação social do Concelho, a **Rede Local de Intervenção Social de Santa Maria da Feira/ “Mais Próximo de Si”**, aprovada em junho de 2016, tendo como entidade executora a Cooperativa Casa dos Choupos, em parceria com a Rede Social concelhia, objetiva concretizar espaços de atendimento e acompanhamento social descentralizados, com vista a garantir a proximidade com os destinatários e assegurar um efetivo envolvimento desta população,

A outro nível, a capacitação e a reflexão permanente dos atores envolvidos nos **21 Fóruns Sociais de Freguesia e outras entidades do 3º Sector** será concretizada através de um **Programa de Formação**, com o intuito de possibilitar uma mudança nas práticas comunitárias, no potenciar capacidades, no partilhar de responsabilidades e na procura de soluções inovadoras de política social. As dinâmicas contempladas neste Programa serão de Formação, Reflexão conjunta e partilhada, e Monitorização/Acompanhamento e Avaliação. Serão coordenadas pelo Prof. Doutor Roque Amaro.

De salientar a importância da assinatura do **Protocolo de Cooperação** que o Município celebrou com a **Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens**, em julho de 2016, no âmbito do reforço dos recursos humanos da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira, no superior interesse da defesa e proteção das crianças e dos jovens em risco do Concelho.

Por outro lado, o **Direitos & Desafios - Contrato Local de Desenvolvimento Social - CLDS 3ª Geração**, cuja entidade promotora é a Casa dos Choupos – Cooperativa Multisectorial de Serviços. CRL., continuará a desenvolver ações integradas nos 3 eixos de intervenção sociocomunitária, nomeadamente Eixo 1 – Emprego, Formação e Qualificação; Eixo 2 - Intervenção Familiar e Parental e Eixo 3 - Capacitação da Comunidade e das Instituições, permitindo diferentes instrumentos



facilitadores de integração e inclusão social no concelho, e ao mesmo tempo, fazendo emergir novas respostas inovadoras e motivadoras, aptas a minimizar o efeito da constante mutação das problemáticas que têm vindo a emergir.

HABITAÇÃO

1. Gestão Social do Parque Habitacional

1.1. Gabinetes de Proximidade Local (GAP's)

Pretende-se em 2017 dar seguimento à metodologia implementada de desenvolvimento local sustentada nos Fóruns Sociais. Sendo os Gaps um vetor dinamizador de toda esta estratégia, garantir-se-á o apoio técnico aos presidentes de junta de freguesia enquanto presidentes de fóruns sociais de freguesia e dos parceiros locais ao nível da cooperação, partilha, dinamização e operacionalização dos seus planos de ação, em que se enquadra o atendimento/acompanhamento à comunidade na área da habitação (procura de habitação, autoconstrução, ações de despejo/entrega de imóveis), ação social através do *Programa Concelho Solidário* (medida A e medida B), e a gestão social do parque Habitacional do Município.

No que respeita à população residente nos empreendimentos habitacionais, Os Gaps assegurarão o cumprimento da gestão social integrada (patrimonial, Jurídico, financeiro) ao nível do atendimento/acompanhamento social, a atualização da composição social dos agregados, visitas domiciliárias, cumprimento das regras das partes comuns e gestão de conflitos.

Enquadrada nos Planos de Ação dos Fóruns Sociais de Freguesia e no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, pretende-se a par da reabilitação física dos empreendimentos habitacionais considerados de intervenção prioritária na referida estratégia (Fiães, Sanguedo, Lourosa e Argoncilhe e Feira), desenvolver uma intervenção integrada no sentido de capacitar a população residente nas principais vulnerabilidades:

- Envelhecimento: potenciar a adesão ao cartão feira sénior e a integração da população no Programa Raízes do Afeto (movimento e bem estar, passeios na minha terra, programa emili@);realização de sessões de informação sobre o acesso a serviços públicos, saúde e segurança; dinamizar um programa de voluntariado de proximidade de apoio aos seniores;
- Capacitação Familiar - em termos de vulnerabilidades familiares, as problemáticas encerram-se na gestão doméstica e orçamento familiar bem como na gestão do espaço habitacional, constatando-se, ao nível da vivência coletiva, incumprimentos e desresponsabilização na conservação e manutenção dos espaços coletivos, o que impede a convivialidade e cidadania, pelo que se objetiva desenvolver um programa formativo de capacitação de competências



individuais ao nível de gestão doméstica, económica, zelo das habitações (interiores e espaços comuns) bem como promover sessões de capacitação parental com vista à atenuação dos efeitos negativos da problemática das crianças e jovens em risco.

- Formação/Emprego - Integração da população em situação de desemprego nos Clubes de Emprego (ALPE) com vista a capacitação e desenvolvimento de atitudes de procura ativa de emprego; Integração da população desempregada e com baixos níveis de escolaridade em respostas formativas educativas formais ou não formais potenciadoras do aumento da escolarização e do saber fazer.

- **Programa Habitar**

Decorrente da necessidade de intervir ao nível da conflitualidade presente nos empreendimentos que condiciona o bem-estar desta população e dada a necessidade de reorganizar a equipa técnica que condicionou em 2016 o acompanhamento global ao nível da gestão das partes comuns, perspetiva-se para 2017 que as reuniões de moradores (40) sejam trabalhadas diretamente pelo gabinete jurídico e contencioso com vista a uma maior eficácia no cumprimento dos deveres contratuais. Paralelamente, a gestão social garantirá a continuidade do apoio técnico aos moradores e seus representantes ao nível das redes de sociabilidade e manutenção e conservação dos espaços coletivos.

1.2. Procura Habitacional

Garantir-se-á o atendimento/acompanhamento prestado aos munícipes no âmbito da procura de habitação e conseqüente análise e diagnóstico dos processos com vista ao equacionamento de respostas neste domínio. Registou-se até ao 1º semestre de 2016, a abertura de 36 processos, sendo a maioria proveniente das freguesias de Santa Maria da Feira, Rio Meão, Lobão e os fatores relacionados com baixos rendimentos (23) e rendas elevadas (4), o que relacionando com os apoios concedidos no âmbito do Programa Concelho Medida A (43-arrendamento/prestação), reflete as dificuldades das famílias em suportarem as despesas com a habitação.

Tendo em conta que 2016 correspondeu a um período experimental da aplicação informática – Sistema Integrado de Gestão Habitacional, prevê-se em 2017, a implementação em pleno da mesma.

Esta aplicação funcionará como um eficiente instrumento de diagnóstico e planeamento de iniciativas/respostas na área da habitação na medida em que permita gerir os serviços fornecidos pela Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida de forma rigorosa e controlada, e no qual os diversos setores possam interagir com o sistema de forma a poderem disponibilizar informação de gestão relevante para a tomada de decisão.

1.3. Programa de Realojamento

No seguimento do novo quadro legal do arrendamento apoiado para habitação – Lei n.º 81/2014 de 19 de dezembro, pretende-se para 2017, a criação de um regulamento de atribuição de habitação social com vista a uma maior eficácia e adequação à realidade social.

Não obstante e à semelhança de 2016 tendo-se efetuado até ao 1º semestre o realojamento de 16 agregados familiares, garantir-se-á a atribuição habitacional enquadrado no regime de emergência social, nos empreendimentos com habitações vagas e prontas a habitar em 50% (17), nas freguesias de Fiães, Paços de Brandão, N. Regedoura, Souto e Guisande.

Este regime de emergência visa responder a situações de necessidade habitacional urgente que não se coadunam com a morosidade decorrente de um procedimento administrativo concursal, nomeadamente, a situações sociofamiliares em que se assiste a uma confluência de problemáticas, que associadas entre si e decorrentes de situações de violência doméstica, de doença física, mental e ou problemas de saúde incapacitantes, más condições habitacionais, precariedade económica, bem como perigo físico ou moral, para as quais o realojamento constitui um fator potencializador da sua inclusão social.

2. Gestão Patrimonial do Parque Habitacional

2.1. Apoio e Acompanhamento Jurídico

O Gabinete Jurídico e de Contencioso (GJC) da DASQV propõe-se para o ano de 2017 colaborar numa gestão eficaz dos recursos disponíveis, contribuir para o cumprimento dos objetivos definidos, dando prioridade ao acompanhamento técnico e apoio jurídico das iniciativas sociais que, pela sua natureza concorrem para a missão desta Divisão, nomeadamente para a promoção do desenvolvimento social integrado e conseqüente melhoria da qualidade de vida dos grupos sociais mais vulneráveis e da comunidade em geral.

Tendo sido 2016 um ano de reformulação de procedimentos de atuação, decorrente do novo quadro legal introduzido quer pelo Código de Procedimento Administrativo, quer pelo regime do arrendamento apoiado para habitação e atribuição de habitações; um ano de dinamização e implementação dos Fóruns Sociais de Freguesia, estendendo por toda a área geográfica do concelho uma intervenção local de dinamização e articulação de parcerias, da qual têm vindo a decorrer novas necessidades de resposta e apoio jurídico, para as entidades parceiras envolvidas. Assim, e num contexto de garantir o cumprimento das suas atribuições o GJC deverá realizar as seguintes atividades:

- Assegurar o apoio técnico-jurídico necessário à prossecução das atividades dos demais setores da DASQV;



- Prestar apoio técnico nas relações contratuais a estabelecer ou já constituídas com munícipes e/ou entidades/instituições, nomeadamente, na elaboração, modificação ou revogação de contratos ou protocolos de colaboração na área de atuação da DASQV;
- Dar continuidade ao processo de modificação/ celebração de aditamentos aos contratos de arrendamento em vigor;
- Privilegiar a resolução extra judicial das situações de incumprimento contratual dos inquilinos do parque municipal de arrendamento apoiado para habitação, diligenciando no cumprimento de 10 acordos de pagamento faseado de rendas vencidas e não pagas em vigor e na celebração de 10 novos acordos;
- Em situações de incumprimento contratual reiterado e culposo, esgotadas as diligências extra judiciais, promover a cessação de 5 contratos de arrendamento, fundamentando e propondo superiormente os respetivos processos e executando os despejos deliberados;
- Acompanhar os processos em curso junto do competente tribunal administrativo;
- Representar o Município nas reuniões de gestão das partes comuns do património habitacional municipal sob alçada da DASQV;
- Manter atualizada a base de dados de todos os processos encaminhados e em acompanhamento jurídico no GJC DASQV.

2.2. Gestão económica e financeira

Com o intuito de continuar uma gestão integrada, ao nível social e económico, do Parque Habitacional de Arrendamento Social Municipal, atualmente composto por 774 frações habitacionais, 92 frações de garagens e 6 frações espaço de lojas, abrangendo um universo populacional de 2000 residentes, o Município objetiva cumprir o acionamento em 2017 dos seguintes eixos de atuação preponderantes:

- Mediante o novo Regime do arrendamento apoiado para habitação e atribuição de habitações, em vigor desde Março de 2015 – Lei nº 81/2014 de 19.12 e da correspondente atualização ordinária dos valores de renda no Parque Habitacional do Município, bem como, das regras vigentes de Bonificação Municipal ao valor de renda apoiada, dar continuidade à garantia de atenuação dos efeitos surgidos no âmbito da alteração deste quadro legislativo;
- Respeitante ao património EX-IGAPHE, e na exigência de minimizar os encargos económicos financeiros anuais associados à antiguidade e vetustez deste edificado, dar-se-á continuidade à análise dos custos financeiros implicados neste nível de gestão, por forma a sustentar uma potencial e futura alienação;
- Tendo sido concretizada em 2016 a implementação da *e-fatura-disponibilização on line no portal da Autoridade Tributária* das rendas de habitação social, em 2017, além do cumprimento desta obrigação legal, constituir-se-á como uma mais valia para prestação de um serviço de

qualidade aos munícipes, permitindo-lhes de uma forma transparente e aberta o acesso à sua informação contratual.

Por outro lado, e de modo a minimizar os constrangimentos e vulnerabilidades económicas sentidos por estes agregados familiares, e por outro, o evitar da contração e da acumulação de dívida, irá dar-se continuidade ao acompanhamento mensal célere e atento a todos os inquilinos residentes, e mediante os mecanismos previstos, através da elaboração de Planos de Pagamento faseados, adequados à sua situação socioeconómica, para os inquilinos incumpridores, e também através da atualização extraordinária e anual dos valores de renda dos contratos de arrendamento.

2.3. Gestão da manutenção e conservação

A fim de contrariar a evolução da degradação do património respeitante ao parque de habitação do Município de Santa Maria da Feira, em 2017, a gestão ao nível da sua manutenção e conservação continuará a apostar em ações de vistorias/acompanhamento, de fiscalização e de intervenção, quer ao nível de ações preventivas, quer ao nível de ações corretivas, ambas assentes em critérios de sustentabilidade socioeconómica e de equidade que garantam desta forma o aumento da vida útil dos elementos funcionais dos edifícios. Por outro lado, a parceria com a Casa a dos Choupos, Cooperativa Multisectorial de Solidariedade Social, C.R.L., será mantida para a execução de trabalhos, ao nível da construção civil de pequena intervenção com natureza preventiva e corretiva, estimando-se que esta assegure cerca de 70% dos trabalhos de manutenção e conservação de pequena intervenção, essencialmente no domínio da pintura e trolha. Os restantes trabalhos em outras especialidades da construção civil, designadamente, pichelaria, eletricidade, telecomunicações, serralharia, carpintaria e vidraria serão assegurados pelas Brigadas Municipais ou através de contratação de serviços.

2.4. Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU)

Com o intuito de capacitar e reconverter o concelho num “Concelho Sustentável”, foi articulada a presente estratégia com os diferentes instrumentos estratégicos mencionados que estabeleceram as linhas orientadoras do desenvolvimento, organização e gestão dos territórios regionais e municipais, que vão ao encontro do documento “Cidades Sustentáveis 2020” e as políticas atuais para a Europa 2020, tendo assim como fim a obtenção de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Relativamente ao que diz respeito à área de intervenção da DASQV, deverá ser referido o problema concernente à degradação do ambiente, nomeadamente no que diz respeito à habitação social. A degradação física dos edifícios e do espaço exterior condiciona a imagem social do empreendimento e favorece o estigma social, concorrendo para a insatisfação dos moradores e não apropriação do espaço residencial. Tendo em conta que existem no concelho 23 empreendimentos sociais que apresentam

sinais de desgaste, congregando simultaneamente diversas problemáticas sociais (desemprego; envelhecimento da população residente; elevados níveis de abandono escolar conjugados com baixos ou nenhuns níveis de escolaridade; problemas familiares; incumprimentos contratuais; conflitos com a vizinhança; problemas económicos; entre outros), afigurou-se como urgente a intervenção nestes locais, em articulação com os planos de ação dos Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesia, com vista à diminuição e prevenção das problemáticas sociais mais visíveis nestes territórios, considerando que a melhoria da qualidade da habitação favorece a diminuição de fenómenos de exclusão social vulgarmente associados a este tipo de apoio social.

No entanto, e face ao financiamento disponibilizado, foram 7 os Empreendimentos de Habitação Social, aprovados no Quadro de Compromissos PEDU 2016-2020, na Prioridade de Investimento 9.8 – Comunidades Desfavorecidas, e a beneficiar com ações de reabilitação dos edifícios, envolvendo intervenções ao nível das acessibilidades: Argoncilhe; Fiães (Almeida Garrett); Fiães (Souto); Lourosa (Cadinha); Lourosa (Vila Verde); Sanguedo; e Feira (Balteiro). Em 2017, e estando já a preparar-se a execução dos projetos e lançamento das empreitadas, pretende-se iniciar os trabalhos nestes Empreendimentos.

2.5. Outras Medidas de Apoio Habitacional

2.5.1. Medida Autoconstrução

Os apoios da medida Autoconstrução continuarão a ser mantidos em 2017, nomeadamente ao nível da disponibilização gratuita do projeto de arquitetura e de especialidades; acompanhamento e direção de fiscalização da obra e isenção de pagamento de taxas de urbanização e licenciamento, nos termos da alínea d), do artigo 63.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação. A medida de Autoconstrução destina-se aos munícipes carenciados, detentores de terreno ou de habitação devoluta, e que pretendam construir ou recuperar a sua própria habitação,

2.5.2. Residências Partilhadas

Tendo em conta que em 2016 foi possível implementar uma residência partilhada resultante de um projeto do Fórum Social de Freguesia de Lourosa é objetivo para 2017 dada a inexistência de tipologias adequadas no parque habitacional municipal, encetar esforços com os parceiros locais em sede de Fóruns Sociais de Freguesia, com vista à implementação de quatro residências partilhadas nas freguesias de Fiães, Santa Maria da Feira e Lobão, respondendo-se assim a 8 agregados familiares unipessoais.

2.5.3. Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação – SOLARH

Dependendo da disponibilidade financeira alocada pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana a este programa de apoio, será garantido em 2017 todo o apoio técnico para a elaboração de candidaturas ao Programa SOLARH, com vista à apresentação junto do referido Instituto.

2.5.4. Mercado Social de Arrendamento

Em 2017 continuar-se-á a garantir a prestação de esclarecimentos aos cidadãos que manifestem interesse em candidatar-se às habitações localizadas no Concelho e realizará o necessário acompanhamento técnico para o envio de candidatura ao Mercado Social de Arrendamento (MSA), uma das medidas do Programa de Emergência Social do Governo que possibilita o acesso à habitação a pessoas que dispõem de rendimentos que não sendo suficientemente elevados para aceder ao mercado livre de arrendamento também não são suficientemente baixos para serem enquadrados no mercado de arrendamento social, ou seja, no Programa de Realojamento Municipal.

AÇÃO SOCIAL

1. População Sénior – Programa Raízes do Afeto

O ano de 2017 terá como elemento chave a continuidade da implementação de uma política local de estímulo ao envelhecimento ativo, participado, informado e com elevados indicadores de saúde e bem-estar, assentes, por um lado, na estratégia de diagnóstico e conhecimento das necessidades dos seniores, desenvolvida pelo Fórum Sénior de Santa Maria da Feira, e por outro, na aposta na execução de estratégias de ação inovadoras, desenvolvidas pelos Fóruns Sociais de Freguesia e União de Freguesias.

Paralelamente a conclusão do Plano Estratégico para a Terceira Idade 2016-2020, permitirá definir os objetivos estratégicos de atuação municipal no âmbito do envelhecimento, consolidando as atuais medidas e programas existentes, adaptados aos interesses e necessidades desta população, bem como, introduzir respostas inovadoras, nomeadamente ao nível do isolamento dos idosos, de intervenção ao nível de novas problemáticas de saúde, e ainda na criação de novas áreas de participação ativa/lazer.

Para finalizar é de referir a estratégia supramunicipal, consubstanciada no Programa “Valor + Sénior” integrado no Pacto de Desenvolvimento para a Coesão Territorial (PDCT) da Área Metropolitana do Porto (AMP), com o qual se pretende desenvolver estratégias de desenvolvimento local de base comunitária assentes em iniciativas de economia solidária, empreendedorismo social e inovação social, dirigidas à população sénior da AMP.

1.1 Medida de Promoção Educativa e Acesso à Sociedade do Conhecimento

Programa emili@

O nosso concelho, à semelhança do sucedido com a generalidade dos concelhos em Portugal, apresenta um crescente número de pessoas idosas, situação que tem tendência a agravar-se nos próximos anos. Deste modo, é importante o desenvolvimento de políticas e respostas sociais direcionadas para esta população, com realce para as atividades desenvolvidas no Programa e-mili@.

Através deste programa pretende-se promover a inclusão digital e o desenvolvimento de capacidades em tecnologias nos seniores com mais de 60 anos, e para além da promoção educativa e do acesso à sociedade do conhecimento, pretende-se, promover a socialização e a integração dos mais velhos. Apoiado pelos voluntários do Banco Local de Voluntariado e por elementos das entidades parceiras do Município no desenvolvimento deste programa (nomeadamente Juntas de freguesia, Escolas, IPSS's e Polos da biblioteca municipal, com um funcionamento semanal em 30 pontos educativos, e contando com a participação de cerca de 400 idosos, o Programa e-mili@ desenvolve sessões (in)formativas sobre o uso e acesso às novas tecnologias, como o computador e a internet e sessões de alfabetização/literacia.

1.2. Medida de Atividade Física e Desporto e Participação Ativa das Pessoas Idosas -

Programa Movimento e Bem-Estar

O Programa Movimento e Bem-Estar, em parceria com as mais diversas entidades, entra no XVII ano de existência, proporcionando uma atividade física regular e diversificada como estratégia para melhorar a qualidade de vida dos seniores do concelho. É um programa desenvolvido em parceria com 48 entidades protocoladas, das quais, 30 são IPSS's, 15 Freguesias e 3 Associações Culturais e Recreativas, contando em 2016 com a participação de cerca 1 800 seniores e 26 professores de Educação Física.

Continuar-se-á no ano de 2017 a manter uma ligação próxima com os Serviços de Saúde Concelhios (Hospital São Sebastião, Centro de Saúde de Santa Maria da Feira, Unidades de Saúde/Extensões de Saúde) com os objetivos de divulgar o programa (reeditar o MOVESTAR BEM), de sensibilizar utentes idosos a optar por estilos de vida mais saudáveis e de criar momentos de formação na área da saúde e bem-estar.

Este Programa em de outubro de 2016 a Julho de 2017, terá como principais objetivos:

- Aumentar o número de participantes séniores e de entidades aderentes (um a dois novos protocolos/desdobramento dos existentes);
- Atividades adequadas às preferências e características físicas/cognitivas de todos os participantes;
- Apoiar na organização dos transportes e acessibilidades ao Programa;



- Apresentação dos resultados de avaliação do programa junto das entidades protocoladas e dos participantes (iniciada em Outubro 2013), através de uma parceria com a Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física - Universidade de Coimbra;
- Ginástica de Manutenção semanal ou bissemanal, nas entidades protocoladas com o Município;
- Hidroginástica semanal ou bissemanal nas Piscinas Municipais;
- Dinamização da modalidade de *Boccia* nas entidades e realização de três torneios concelhios nos Jogos de Natal, Páscoa e XIII Olimpíadas Seniores;
- Realização de 5 Caminhadas temáticas, em parceria com as entidades protocoladas, com o Hospital São Sebastião, Unidades de Saúde Familiares/extensões de Saúde, Agrupamentos de Escolas, Juntas de Freguesias, envolvendo-as na sensibilização e informação sobre os benefícios deste tipo de atividade física;
- Realização de 27 *Matinés Dançantes* dinamizadas pelas entidades protocoladas, Juntas de Freguesias e outras entidades que queiram colaborar e apoiar a atividade;
- Promoção do ensino de dança em Santa Maria da Feira e outros polos (a definir), de modo a permitir o acesso e participação de todos os séniores do Concelho.
- Dinamização das Comemorações do Dia Mundial da Saúde com o desenvolvimento de atividades desportivas e de formação na área da saúde (semana de 3 a 7 de abril);
- Realização dos Jogos de Natal Intergeracionais e Jogos da Páscoa Intergeracionais, com jogos lúdicos desportivos adaptados à aptidão física dos seniores, a realizar nos Agrupamentos de Escolas.
- Realização das XIII Olimpíadas Seniores Intergeracionais em parceria com as Mini Olimpíadas em atividades a definir (ex.: *Boccia*), em Santa Maria da Feira.
- Experiências com a Música - Aprendizagem de um instrumento musical (120 minutos semanais) na CLASSBAND, promovida pela Tuna Mozelense.

1.3. Medida de Criação de Respostas Especializadas para Idosos

Cuidar de Quem Cuida – Programa Intermunicipal

A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, dará continuidade em cooperação com o Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga- EPE, Liga de Amigos do Hospital de S. Sebastião; Agrupamento dos Centros de Saúde de Santa Maria da Feira e Arouca e CASTIIS - Centro de Assistência Social à Terceira Idade e Infância de Sanguedo, ao programa Intermunicipal Cuidar de Quem Cuida, cujo promotor é o CASTIIS.

No ano 2017 serão dinamizadas as seguintes iniciativas, ao nível do apoio e acompanhamento psicológico, jurídico e social: **Gabinete de Apoio ao Cuidador** a funcionar em instalações do CHEDV, dinamizado pela Liga dos Amigos do Hospital S. Sebastião continuar a funcionar enquanto resposta municipal de apoio e encaminhamento individual das necessidades do cuidador informal; **2 Grupos de**

intervenção psico-educativa; Sessões de Ajuda Mútua entre os Cuidadores; Atendimento e encaminhamento dos Cuidadores para soluções de internamento temporário, que permitam o descanso destes; Sessões de sensibilização/informação sobre a problemática da incapacidade de pessoas adultas, junto dos profissionais, não só das áreas do social e de saúde, como também do Ministério Público.

1.4. Medida de apoio na luta contra as condições de pobreza crónica de Pessoas Idosas - Cartão Feira Sénior

Tendo por objetivo atenuar os fenómenos de isolamento, solidão e do envelhecimento desprotegido, em estreita cooperação com os Fóruns Sociais de Freguesia, as Forças de Segurança Pública, a Segurança Social e os Serviços de Saúde, dar-se-á continuidade em 2017 ao plano de reforço de medidas de implementação do Cartão Feira Sénior.

Seguindo uma lógica de responsabilidade social e de parceria o **Cartão Feira Sénior**, enquanto medida de apoio sobretudo às situações de maior vulnerabilidade, continuará a prestar apoio aos seniores com menores recursos económicos, através da comparticipação nas despesas com medicamentos e nas taxas de água e luz e no domínio da habitação através de em pequenas obras de melhoria do conforto habitacional.

Por outro lado, prosseguir-se-á com a dinamização do plano de reforço da implementação do Cartão Feira Sénior realizando um plano de divulgação do cartão junto dos seniores, entidades e empresas, que permita prosseguir com o estabelecimento de novas parcerias estratégicas, nomeadamente, para a implementação de um serviço de Teleassistência que garanta a segurança e o apoio junto dos idosos sós ou isolados.

1.5. Medida de Conservação do património cultural e da memória coletiva das comunidades - Passeios Na Minha Terra

No ano de 2017 continuar-se-á com o Programa *Passeios na Minha Terra*, justificado pelo elevado número de inscrições na edição de 2016, correspondente a mais de 1500 participante, bem como, pelo seu elevado grau de satisfação. Após consulta aos seniores, no sentido de manifestarem o seu interesse na temática/destino dos “Passeios Na Minha Terra” em 2017, sugere-se que o destino seja a Região Norte do País - Rota de escritores e mosteiros beneditinos.

Os roteiros adaptados são delineados tendo em atenção a mobilidade condicionada dos idosos, recorrendo à carrinha adaptada “Mobilidade Para Todos”, ao apoio das IPSS’s, Juntas de Freguesia, Associações culturais, desportivas e recreativas, comunidade e famílias.

1.6. Medidas de formação e educação em cuidados pessoais

Tendo presente os produtos elaborados no âmbito do projeto *Abecedário da Saúde* na área da literacia em saúde, financiado em 2015 pela *Fundação Calouste Gulbenkian*, nomeadamente: o vídeo, o jogo digital e o jogo de tabuleiro, em 2017 dinamizar-se-ão em parceria, com os parceiros do projeto (Agrupamento de Centros de Saúde Feira/ Arouca, Liga dos Amigos do Hospital S. Sebastião, Termas de S. Jorge, Associação Diabético Feira e Centro Social de Souto), diferentes ações formativas junto de vários públicos.

Ter-se-á em especial atenção as populações jovem e sénior, através da realização de dinâmicas formativas tais como sessões, campeonatos e outras diferenciadoras, que promovam a aquisição de conhecimentos sobre as nove áreas da saúde abordadas nestes produtos: alimentação, atividade física, saúde oral, vacinação, glicemia, pressão arterial, colesterol, rastreios de saúde e equipa de saúde familiar. Estas dinâmicas formativas implicarão a definição de um plano de ação envolvendo as entidades e os programas que os jovens e seniores frequentam, nomeadamente as escolas, bibliotecas, programa e-mili@, entre outros.

1.7. Fórum Sénior do Concelho de Santa Maria da Feira

O Fórum Sénior foi constituído em Maio de 2012, no âmbito das atividades adjacentes ao Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações, apresentando-se como um organismo independente e aberto, seguindo um princípio democrático local à representação das pessoas idosas do Concelho, promovendo uma ampla e transparente análise das políticas dirigidas à população sénior, apresentando sugestões que visem melhorar as atividades desenvolvidas e criar novas iniciativas.

Em 2017, o Fórum Sénior continuará a basear a sua atividade na vertente consultiva das políticas sociais dirigidas à população sénior, motivando para tal, estratégias de participação, mobilização, auscultação e representação desta população nas comunidades onde estão inseridos, de forma a poderem apresentar sugestões para integrarem a política sénior municipal, destacando-se desde já o lançamento da campanha concelhia sobre a Não-violência sobre os Idosos.

Sendo um dos objetivos deste Fórum, a discussão e o debate de opiniões, continuará a realizar diversas atividades, à semelhança de 2016, das quais se destacam, a análise e avaliação do Plano Estratégico para a Terceira Idade do Concelho, a realização de encontros concelhios de debate, a participação como exemplo de boa prática, em encontros promovidos por outros municípios, e a continuidade do lançamento trimestral da Newsletter “Somos + - O Sénior Hoje”.

1.8. Rede Mundial de Cidades Amigas das Pessoas Idosas

Perante o envelhecimento rápido das populações registado no mundo inteiro, a Organização Mundial de Saúde (OMS) lançou, a “Rede Mundial de Cidades Amigas das Pessoas Idosas”, cujo objetivo é criar um ambiente urbano que permita que as pessoas idosas se mantenham ativas, gozem de saúde e continuem a participar na vida social da sua comunidade.

Em 2017, o Município pretende encetar esforços para aderir a esta Rede Mundial, que “pede” às cidades que nela participam que estimulem um verdadeiro processo de reflexão, de avaliação e de aplicação de medidas destinadas a criar um ambiente mais favorável aos seus habitantes mais idosos.

O Programa incentiva as cidades a refletirem de uma maneira construtiva sobre as formas de melhorar a vida das pessoas idosas, de modo a melhorar a vida de todos. Para o efeito, integram nos seus pressupostos sobre oito domínios em que as cidades podem favorecer um envelhecimento com saúde: espaços exteriores e edifícios, transportes, habitação, participação social, respeito e integração social, participação dos cidadãos e emprego, comunicação e informação e serviços de saúde e de apoio social.

1.9. Dia Metropolitano dos Avós

A Área Metropolitana do Porto tem vindo a dinamizar, em parceria com os diversos municípios que a integram, o Dia Metropolitano dos Avós a fim de ver reconhecida e valorizado o papel que os avós desempenham na comunidade. No ano de 2017 esta iniciativa chegará à sua 11ª edição.

O Município de Santa Maria da Feira tem participado em todas as edições, destacando-se pelo elevado número de avós envolvidos e pela participação ativa nos espetáculos, tendo sido até ao momento responsável pela promoção das edições de 2008 e 2015.

No final do 1º semestre de 2016 ainda não se encontrava definido o local de realização deste evento, tendo sido opinião dos mais diversos avós, técnicos e entidades que a melhor edição decorreu em Santa Maria da Feira, no Europarque, em 2015, tanto pelas condições físicas do espaço como pela qualidade do espetáculo e do acolhimento dos avós.

1.10. Programa Termal Sénior

Este programa resulta da parceria estabelecida entre as Termas de S. Jorge e o Município no âmbito do Cartão Feira Sénior, e tem por objetivo proporcionar às pessoas com 65 ou mais anos, residentes no concelho, o acesso a tratamentos termais nas áreas do foro reumático, músculo-esquelético, vias respiratórias e pele, em condições economicamente mais vantajosas e facilitadoras do transporte, uma vez que muitas vezes esta população encontra-se impedida de frequentar estes tratamentos por falta de meios de locomoção.

Tendo assim em consideração a expansão do programa e os resultados obtidos em termos de ganhos de saúde para esta faixa da população, a continuidade desta parceria é fundamental, sendo necessário continuar a reforçar a sua divulgação em algumas freguesias com menor adesão, envolvendo de uma forma mais direta os Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesia, delas correspondentes.

Ainda no âmbito desta parceria com as Termas de S. Jorge, e abrangendo também a UNIFAI – Unidade de Investigação e Formação sobre Adultos e Idosos, proceder-se-á à dinamização do programa *FIT and Strong*, dirigido a pessoas com 60 ou mais anos, que apresentem critérios clínicos de Osteoartrose

no joelho e/ou na anca, pressupondo o exercício de atividade física (60 m/semana) e uma de educação para a saúde (30 m semana), com o objetivo de minimizar os custos com esta doença.

2. Animação Sociocomunitária – Incluir Pel’Arte

A excelência, a participação e o compromisso social são os valores estratégicos que impulsionam a divisão de ação social a apostar em projetos artísticos comunitários que convidam as pessoas a experimentar emoções que as ajudem a melhorar a suas vidas.

A cultura é uma ferramenta poderosa para construir pontes entre as pessoas, nomeadamente os jovens, reforçando a compreensão mútua, e, também pode ser um motor para o desenvolvimento socioeconómico.

A crença de que a educação artística é um meio para construir uma sociedade verdadeiramente intercultural, capaz de antecipar o futuro e pronta para aceitar as mudanças, faz com que alguns projetos sejam uma realidade contínua em que o foco da sua intervenção cruza diferentes disciplinas artísticas como a música, a dança, o teatro, a poesia, com o envolvimento de uma multiplicidade de públicos de diferentes idades e de estratos sociais distintos.

Com o intuito de dar continuidade à ação que vem sendo desenvolvida nestes últimos anos e no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Cultura Para Todos foram definidas um conjunto de ações concretas que favoreçam o crescimento inclusivo e sustentável, suscetíveis de beneficiarem de financiamento de diferentes programas nacionais e internacionais. Nesse sentido foram efetuadas 3 candidaturas ao Prémio BPI Capacitar (a aguardar aprovação) para apoiar pessoas com deficiência, com três instituições locais (Cooperativa Casa dos Choupos, CerciFeira e AMICIS - Associação de Amigos Por uma Sociedade Inclusiva em Sanguedo) e estabelecida uma parceria nacional com uma associação cultural ACCCA – Companhia Clara Andermatt.

2.1. Projetos Artísticos com a Comunidade

2.1.1. Orquestra Criativa de Santa Maria da Feira (OC)

A Orquestra Criativa eleito projeto de referência e de boa prática pela Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) dará continuidade em 2017 ao seu trabalho de experimentação musical, com os grupos que no presente a compõem: nomeadamente adultos da CerciFeira; seniores do Centro Social de Lourosa e de Milheirós de Poiares; jovens das escolas EB2,3 de Argoncilhe e Milheirós de Poiares, e crianças da escola EB1 de Sanguedo, num total de 82 elementos.

As 21 freguesias e uniões de freguesia que compõem o concelho apresentam características únicas e identitárias, conferindo ao território uma diversidade cultural que faz parte do seu património material e imaterial. Tendo em conta esta riqueza e diversidade (gastronómica, desportiva, paisagística e cultural),

pretende-se encetar um trabalho musical a nível de um dos Fóruns Sociais de Freguesia, em articulação com a equipa de gestão social do Parque Habitacional do Município, que cruze música e poesia, com o objetivo de promover a coesão e a inovação sócio territorial.

A Orquestra tem desenvolvido ao longo destes oito anos vários projetos artísticos em que o cruzamento disciplinar é a tónica dominante que a caracteriza, nesse sentido lançou no ano transato o livro “A Emocionante História de Francisco, Afonsina e Outras Coisas Mais” que pretende ver disseminado pela comunidade escolar do concelho, bem como por outros espaços e públicos a nível nacional.

2.1.1. 1. Sinfonia do Prédio

Sendo um espetáculo sonoro e visual que tem como palcos os empreendimentos habitacionais do concelho, e como protagonistas os próprios inquilinos, este trabalho iniciado no ano passado, pretende despertar, motivar, entusiasmar e incluir públicos não familiarizados com a arte e a cultura.

2.1.1. 2. “A Pomba da Paz é Cheia de Revoluções Futuras”

Tendo em conta que em 2016 foi desenvolvida a fase de construção da escultura sonora que teve a sua estreia na edição do Festival *Imaginarius*, pretende-se este ano explorar a parte musical dos novos instrumentos – 16 harpas amplificadas, bem como a parte coreográfica em torno da escultura, tendo como protagonistas os diferentes elementos que compõem este mosaico humano que é a orquestra, feita com gente do local. Pretende-se trabalhar a composição poética em torno do tema, simbolizando a pomba da paz revoluções futuras, como forma de reforçar laços intergeracionais e multiculturais, alimentando o diálogo, a abertura de espírito, a dignidade e o respeito mútuo.

Dada a dimensão poética e estética do projeto pretende-se trabalhar para a digressão e disseminação do mesmo em diferentes contextos (festivais, salas de espetáculos, seminários, entre outros), na medida que esta criação coletiva é o exemplo vivo da capacidade territorial de empreender e envolver os cidadãos comuns em projetos culturais e artísticos plurigeracionais e inclusivos.

Ao longo destes oito anos a Orquestra criou um repertório inédito e extenso que gostaria de ver compilado em cd como BEST OF Orquestra Criativa.

2.1.2. Projeto Musical Class Band

A *ClassBand* é um sistema de ensino da música, coletivo, que através de um método moderno e motivador os participantes aprendem a conhecer o seu instrumento, e, em conjunto a tocá-lo.

Esta metodologia está a ser implementada pela Tuna Musical Mozelense em parceria com o Município e é dirigida aos seniores do Movimento e Bem-Estar.

2.1.3. LaB InDança

O projeto *LaB Indança*, enquanto projeto artístico que utiliza a dança inclusiva como instrumento de intervenção social, continuará a funcionar em 2017, com aulas de dança que decorrem duas vezes por semana integrando um grupo de dança constituído por pessoas com e sem deficiência, (num total de 20 participantes) sob a direção artística dos coreógrafos Clara Andermatt e Henrique Amoedo.

Ao longo do ano está previsto decorrerem duas ou três residências artísticas com participação de bailarinos convidados para colaborarem nos ensaios, de modo a construir uma programação em diálogo com o contexto local e internacional, desafiadora dos limites de intervenção.

Prevê-se ainda a produção de um documentário que retrate o processo e envolvimento dos participantes como forma de divulgar e disseminar o projeto.

LaB Indança conta com a parceria da Provedoria Municipal dos Cidadãos com Deficiência, e com a colaboração das instituições locais da área da deficiência para divulgação e disseminação do projeto. Enquanto ponto de encontro criativo, este projeto, aposta na capacitação da comunidade local e na sua participação ativa nos processos criativos através da sua ligação com criadores nacionais como é o caso da parceria com a associação ACCA – Companhia Clara Andermatt da e a Associação Dançando com a Diferença, e, deste modo construir conteúdos culturais e artísticos de carácter universal.

2.1.4. Dança Medieval

O grupo noivas de Santa Maria é um grupo intergeracional de cerca de 30 pessoas oriundas de diferentes freguesias do concelho que gostam de dançar e de fazer parte da Viagem Medieval. Compõe o grupo: jovens, adultos e seniores que durante o mês de Junho e Julho ensaiam em conjunto na criação coletiva do espetáculo “O Festim”.

2.1.5. Bazar: Loja Social

O Bazar, a funcionar na Casa do Moinho, acolhe uma dinâmica social empreendedora traduzida pelo envolvimento da comunidade local na oferta de serviços originais e inovadores, que transformam o espaço num laboratório de experimentações em diálogo com o território, promovendo um ambiente favorável à partilha e ao desenvolvimento territorial. Em 2017 mantêm-se diversas atividades, nomeadamente:

- **Núcleo do Reiki de Santa Maria da Feira:** com o objetivo de divulgar e colocar o Reiki ao serviço da comunidade do concelho. Assim, será dada continuidade ao Projeto Reiki na Oncologia - Hospital de S. Sebastião, tendo como objetivo a terapia e investigação, para apoiar os doentes oncológicos; ao Projeto Reiki para Idosos em colaboração com a Santa Casa da Misericórdia de Santa Maria da Feira e a Associação de Apoio Social de Sanfins, com o objetivo de proporcionar uma maior qualidade de vida e manutenção do bem-estar do idoso; e à formação de voluntários.



- **Banco de Tempo de Santa Maria da Feira:** funcionando na Casa do Moinho, como um Banco, e utilizando o tempo como moeda de troca. Trata-se de um sistema de organização de trocas solidárias que promove o encontro entre a oferta e a procura de serviços, tais como pequenas reparações domésticas, aulas de inglês/informática, companhia para ir ao médico, ajuda em assuntos burocráticos, etc. Pretende-se em 2017 reforçar a criação de uma rede alargada de parcerias no terreno, de forma a consolidar o serviço, desenvolvendo-se ainda outras atividades: encontros, convívios, debates, conversas, tertúlias e exposições.
- **Feirinha pela Noitinha:** O Município assume como fundamental a atuação estratégica no âmbito da esfera social, que favoreça a criação do próprio emprego, o empreendedorismo e a inovação social, norteando a sua linha de ação pela participação efetiva de um espectro alargado de interlocutores relevantes neste domínio. No ano de 2017, o Bazar e a Cooperativa Casa dos Choupas em articulação com a equipa de gestão social do Parque Habitacional do Município e a ALPE pretendem dinamizar sessões de capacitação de artesãos locais, de modo a criar condições para aumentar a qualidade e competitividade dos produtos artesanais locais, tornando-os atrativos e com design. Pretende-se, deste modo, estender o conceito da Feirinha a outras localidades e integrá-la noutros circuitos e iniciativas locais em articulação com os Fóruns Sociais de Freguesia e o CLDS, por entender-se que esta iniciativa possa ser uma das formas de como as entidades públicas e as atividades económicas interagem na produção de mais-valias respondendo a necessidades sociais da população. Prevê-se organizar ao longo do próximo ano três feirinhas.
- **Tertúlias:** Enquanto espaços informais de conversa com convidados locais dinamizados por convidados de fora do concelho, com o objetivo de se trocarem experiências e estabelecerem novos contactos, está previsto em 2017, a dinamização de três tertúlias, sob a temática da inclusão pela arte, na medida que a cultura constitui um capital essencial na reflexão sobre políticas de desenvolvimento, de coesão e de ordenamento.

2.1.6 Outros

As consecutivas alterações socioeconómicas produzem desequilíbrios ao nível da coesão social, deixando em aberto a necessidade de encontrar soluções e respostas transformadoras, sustentáveis e com forte impacto social. Nesse sentido, procura-se através de candidaturas a diferentes programas encetar projetos e iniciativas inovadoras que contribuam para implementar e experimentar novas metodologias de intervenção social.

3. Programa *Concelho Solidário*

3.1. Programa de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos

No âmbito do presente programa garantir-se-á a aplicabilidade das medidas regulamentadas (medida A e B), numa lógica de complementaridade e concertação com a Rede Social concelhia. No que concerne a medida A – Apoio a situações de emergência social de carácter pontual e temporário a estratos sociais desfavorecidos visa-se reforçar o apoio no sentido de minimizar as diversas e distintas situações de vulnerabilidade social complexas: a **Rede de Restaurantes e Padarias Solidários**, como resposta de emergência alimentar, com 22 restaurantes, os quais disponibilizam cada um, cinco refeições diárias; o **Mercado da Solidariedade**, como resposta de apoio alimentar à população mais vulnerável e de combate ao desperdício, através de parcerias com entidades de comercialização e campanhas de recolha de alimentos; o **Programa “Sorrisos”**, como resposta de apoio, no âmbito da saúde oral, aos jovens e crianças do concelho, com idade inferior a 18 anos, com a parceria de médicos dentistas voluntários neste programa, em parceria com a Casa dos Choupos; o **Banco de Projetos Sociais - Apadrinhamento Empresarial**, estruturado no âmbito da responsabilidade social empresarial, no seio da Rede Social concelhia, e alocado na Plataforma BIZFEIRA, pretende-se continuar em 2017, por um lado, a oferecer às empresas, promotoras de uma filosofia empresarial solidária, um serviço de informação, análise e avaliação de projetos sociais encetados pelos Parceiros, e por outro, disponibilizar às instituições uma ferramenta que lhes permita angariar apoios para os seus projetos; o **Banco de Materiais de Construção e de Ajudas Técnicas**, continuará a adotar práticas de disponibilização de materiais de construção civil e de ajudas técnicas, por parte das empresas para melhoria das condições habitacionais e de vida dos idosos e de pessoas portadoras de deficiência;

3.2. Outras Iniciativas /Atividades

3.2.1 Rendimento Social de Inserção – Núcleo Local de Inserção

Em 2017 iremos continuar a participar nas reuniões de acompanhamento e na elaboração dos Planos de Inserção no domínio da Habitação, em articulação com os Fóruns Sociais de Freguesia e União de Freguesias/Rede Social.

4. Migrações

4.1. Rede Portuguesa das Cidades Interculturais

Criada em 2011 a Rede Portuguesa das cidades Interculturais inclui atualmente 11 Municípios. Integrada no Programa das Cidades Interculturais do Conselho da Europa, esta Rede oferece oportunidades de partilha e aprendizagem no âmbito do desenvolvimento de estratégias e políticas interculturais de âmbito local, através da realização de encontros temáticos, visitas de estudo, apoio de peritos, projetos comuns e linhas de financiamento. No ano de 2016 o Município de Santa Maria da Feira colaborou no INDEX das Cidades Interculturais, respondendo a vários de intervenção na área intercultural, daí resultando a visita de um perito do Conselho da Europa, com o objetivo de ajustar as políticas municipais para uma cidade mais Intercultural. No âmbito do intuito de acolhimento de refugiados, o Município participou em duas visitas internacionais, a saber, Bergen (Noruega) e Viena (Áustria) para perceber novas linhas de atuação e integração desta população altamente fragilizada. De salientar ainda que, em Março de 2016, o Município organizou no Europarque a V Reunião das Cidades Interculturais, que contou com a participação de Oliver Freeman, Consultor Britânico-Suíço do Conselho da Europa, na área das migrações e da interculturalidade.

Para 2017 a Rede Portuguesa das Cidades Interculturais, no âmbito do Programa das Cidades Interculturais tem previstas as seguintes atividades/ linhas de intervenção:

- desenvolver uma estratégia anti-rumores focada nos refugiados e minorias étnicas (<http://pjp-eu.coe.int/en/web/c4i>);
- continuar a integrar o projeto MATCH - “The Match and The Matchmaker: matching new entrepreneurs to services and new opportunities” cujo público são PME’s detidas por empresários/investidores imigrantes, que precisem de apoio para se fortalecer e /ou expandir os seus negócios, criar empregos;
- cluster de aprendizagem de competências interculturais;
- cluster de aprendizagem em comunicação política intercultural;
- laboratório de políticas para a integração inclusiva;
- seminários sobre inter-religiosidade e inovação social;
- página de *facebook* Inter Cultural Cities (ICC);
- grande evento público Inter Cultural Cities;

4.2. Rede Portuguesa de Municípios Amigos da Diversidade

Após a aplicação do Índice dos Municípios Amigos da Diversidade (IMAD), uma ferramenta disponibilizada pela Rede dos Municípios Amigos da Diversidade, promovida pelo Alto Comissariado das Migrações, o Município viu reconhecidas como práticas inspiradoras o trabalho desenvolvido pela Orquestra Criativa e a Plataforma *BizFeira*. O Município continuará em 2017 a responder às solicitações do Alto Comissariado para as Migrações no âmbito desta Rede.

4.3. Acolhimento de Refugiados

Dada a importância da atual crise humanitária, com milhares de famílias que chegam ao continente europeu em busca de proteção e asilo, e considerando que o Governo Português criou um grupo de trabalho para a agenda europeia em matéria de migração, com a missão de avaliar a capacidade instalada e a execução de um plano de Ação para acolhimento e integração dos imigrantes, e também responder a um pedido pelo Centro Distrito de Aveiro Segurança social e da Associação Nacional de Municípios Portugueses relativa à disponibilidade de meios e recursos das instituições que compõem a Rede Solidária para receber cidadãos refugiados foi possível criar um consenso e definidos os princípios para o acolhimento de refugiados em Santa Maria da Feira junto das instituições que compõem a Rede Social Concelhia e das diversas forças partidárias que têm assento na Assembleia Municipal.

Na sequência do exposto foi indicado um interlocutor municipal junto do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e em Julho de 2016 celebrado um Protocolo com o Conselho Português dos Refugiados (CPR), em que este assume o papel de parceiro interlocutor junto do Grupo de Trabalho para a Agenda Europeia da Migração, coordenado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), no âmbito da recolocação de famílias refugiadas no Concelho de Santa Maria da Feira.

Em 2016 proceder-se-á à consolidação do plano para o acolhimento de refugiados nas seguintes áreas:

- Potenciar o Conselho Local de Ação Social como plataforma de articulação entre os diversos parceiros públicos e privados com vista a potenciar recursos e sinergias;
- Atualização da bolsa de recursos locais para o acolhimento nas áreas do Alojamento, Educação, Saúde, Emprego, Alimentação, Apoio Social, Jurídico, etc.;
- Articulação com as estruturas do governo e o CPR para a conciliação entre as ofertas das disponibilidades apresentadas e as pessoas com necessidades de proteção internacional a receber.
- Formação dos técnicos, entidades acolhedoras, voluntários e instituições locais;
- Campanhas de sensibilização e desmistificação junto das diversas comunidades;

- Monitorização dos processos de integração dos agregados familiares nos diversos alojamentos avaliando se estes correspondem às necessidades dos agregados.

4.4. Minorias Étnicas

Em 2014 foi criado o Fórum Social de Freguesia de Sanguedo, uma estrutura de diálogo entre os diferentes agentes da comunidade, identificando como ação prioritária a melhoria das condições de vida das 19 famílias que constituem a comunidade de etnia cigana de Sanguedo, num total de 68 pessoas.

Relativamente aos diferentes plurais socio demográficas que se afiguram no interior desta comunidade de etnia cigana, salientamos os seguintes traços: Desemprego de longa duração e desocupação, baixa qualificação profissional dos adultos; habitações degradadas – construções abarracadas ou barracas; ausência de infraestruturas, sem água e saneamento básico, abandono precoce da escola, dependência total das prestações sociais. Com base nestes pressupostos, e na sequência dos projetos desenvolvidos em 2016, pelo Município enquanto entidade parceira ou como entidade promotora, nomeadamente, o Projeto Sol em Comunidade – Promoção da empregabilidade e autoemprego, Oficinas na Escola de Argoncilhe da Orquestra Criativa, candidatura ao Projeto Escolhas do Alto Comissariado das Migrações, pretende-se que, em 2017 sejam reforçadas as seguintes áreas de atuação:

- Conciliar as ações existentes no território, decorrentes de diretivas de políticas nacionais públicas, criadas ao nível concelhio (ex: ALPE) com as existentes ao nível das comunidades locais e ainda com as ações dinamizadas pelo Contrato Local de Desenvolvimento Social Concelhio, incorporando encontros regulares entre os diversos interlocutores, incluindo a comunidade cigana nos processos, desde a sua construção;
- Melhoria das condições habitacionais da comunidade cigana através da constituição de uma bolsa de materiais de construção e tutoria aos elementos da comunidade cigana na realização de obras pelos próprios;
- Desenvolvimento de competências profissionais, de empregabilidade ou empreendedorismo, nomeadamente através de instrumentos de auto-organização da comunidade no processo de produção, valorização e comercialização de produtos endógenos á cultura da comunidade;
- Combate ao insucesso e apoio escolar através de mecanismos de apoio às crianças e maior corresponsabilização dos pais no processo educativo.

4.5. Gabinete de Apoio às Comunidades Emigrantes (GACE)

O Gabinete de Apoio às Comunidades Emigrantes – GACE tem como missão desde 2002 a garantia do apoio social e jurídico a cidadãos portugueses residentes no estrangeiro e aos já regressados, que se traduz em atender, aconselhar sobre os direitos e instrução de processos adquiridos nas áreas da segurança social; equivalências escolares; carta de condução, impostos; legalização de veículos; cobrança coerciva de pensões de alimentos, assegurar o apoio e informação aos cidadãos portugueses

que pretendam trabalhar/viver no estrangeiro, atuar na prevenção de atividades ilícitas referentes à emigração; e ainda, fomentar a inter-relação entre o Município e as Comunidades Emigrantes Feirenses.

Em Julho de 2016, a Câmara Municipal estabeleceu um novo Protocolo de Cooperação com a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, justificado pelo aumento expressivo dos fluxos emigratórios com a consequente necessidade de executar uma nova política de apoios à Emigração e às Comunidades Portuguesas residentes no Estrangeiro.

Neste âmbito, para além das atividades já desenvolvidas pelo GACE, nomeadamente, a realização de sessões de sensibilização denominadas “Trabalhar no Estrangeiro”, a manutenção da Base de Dados dos emigrantes feirenses em colaboração com diversas entidades; e a garantia da qualidade de informação no Portal das Comunidades Portuguesas; a divulgação semestral estatística dos atendimentos; em 2017 o GACE irá desenvolver em articulação com o Gabinete de Emergência Consular que integra a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas e que tem como missão a prestação de apoio consular, em situações de emergência, aos cidadãos nacionais que se encontrem no estrangeiro, as seguintes atividades:

- Incentivo à Inscrição Consular dos cidadãos emigrantes de Santa Maria da Feira nos seus Países de Acolhimento;
- Desenvolvimento de atividades de visitas guiadas ao Património Cultural do Concelho para luso-descendentes tendo como objetivo o conhecimento do Concelho da Feira;
- Divulgação junto dos emigrantes Feirenses da inscrição o recenseamento eleitoral para facilitar o voto para a Presidência da República, a Assembleia da República e para o Conselho das Comunidades (Órgão consultivo do Governo para as políticas relativas à emigração e às comunidades portuguesas no estrangeiro);
- Preservação da memória e identidade da Emigração Santamariana, ao ceder a exposição sobre a Emigração Santamariana e recolha de documentação relacionada com esta temática;
- Dinamização um programa de rádio mensal direcionado às comunidades Santamariana;
- Prestar informação a pedidos de paradeiro de cidadãos nacionais solicitados por entidades oficiais, tribunais e familiares;
- Assegurar o apoio social a cidadãos portugueses repatriados, deportados e expulsos, bem como acompanhar o retorno destes cidadãos facilitando a sua reintegração social e profissional;
- Melhorar o apoio ao associativismo e centros difusores da cultura portuguesa nas comunidades portuguesas: Associação da Comunidade Portuguesa de Pretória; Associação Civil das Terras de Santa Maria – Caracas e Casa da Vila da Feira e Terras de santa maria – Rio de Janeiro;



- Levantamento, manutenção e atualização da base de dados das "Associações das Comunidades Portuguesas" junto das Missões e Postos Consulares;
- Integração do GACE no Conselho Consultivo do Observatório da Emigração a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP), através do Alto Comissariado para as Migrações (ACM), e o ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), por intermédio do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), celebraram um protocolo de cooperação entre o Observatório da Emigração e o Observatório das Migrações;
- Divulgação junto dos emigrantes Feirenses da inscrição o recenseamento eleitoral para facilitar o voto para a Presidência da República, a Assembleia da República e para o Conselho das Comunidades (Órgão consultivo do Governo para as políticas relativas à emigração e às comunidades portuguesas no estrangeiro);
- Preservação da Memória e Identidade da Emigração Santamariana: cedência de exposição sobre a Emigração Santamariana e recolha de documentação relacionada com esta temática;
- Dinamização de um programa de rádio mensal direcionado às comunidades Santamariana;
- Envolver o movimento associativo local, instituições oficiais e outras de índole privada na prestação de um apoio efetivo, mais abrangente e tentacular, a nacionais carenciados;
- Prestar informação a pedidos de paradeiro de cidadãos nacionais solicitados por entidades oficiais, tribunais e familiares;
- Assegurar o apoio social a cidadãos portugueses repatriados, deportados e expulsos;
- Melhorar o apoio ao associativismo e centros difusores da cultura portuguesa nas comunidades portuguesas: Associação da Comunidade Portuguesa de Pretória; Associação Civil das Terras de Santa Maria – Caracas e Casa da Vila da Feira e Terras de santa maria – Rio de Janeiro;
- Levantamento, manutenção e atualização da base de dados das "Associações das Comunidades Portuguesas" junto das Missões e Postos Consulares;
- Integração do GACE no Conselho Consultivo do Observatório da Emigração a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP), através do Alto Comissariado para as Migrações (ACM), e o ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), por intermédio do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), celebraram um protocolo de cooperação entre o Observatório da Emigração e o Observatório das Migrações.

Por outro lado, e modo a estabelecer e facilitar o contacto com emigrantes e luso-descendentes que desejem impulsionar parcerias económicas e investimento no Concelho, o GACE em 2017 desenvolverá ainda as seguintes atividades: potenciar a Plataforma BIZFEIRA, através da promoção de encontros com os líderes das comunidades emigrantes, enquadrados em ações de Diplomacia Económica e promoção de negócios; e da sensibilização cidadãos portugueses residentes no

Estrangeiro e de luso-descendentes para investirem na economia nacional/local; assegurar em articulação com o Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora, que visa promover, apoiar e facilitar o investimento originário das comunidades portuguesas e luso-descendentes, e com a AICEP, que o potencial investidor da Diáspora possa beneficiar da adequada informação à realização do seu negócio em Portugal.

4.6. Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM)

A nova Portaria n.º 203/2016 criou formalmente a Rede Nacional de Apoio à Integração de Migrantes (RNAIM), da competência do Alto Comissariado para as Migrações, I. P. (ACM, I. P.) composta pelas seguintes estruturas:

- a) Os **Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM)**, que, no mesmo espaço, visam assegurar a representação de diferentes instituições, serviços e gabinetes de apoio aos migrantes, com o objetivo de dar uma resposta integrada aos migrantes no seu processo de acolhimento e integração.
- b) Os **Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM)**, que visam, no âmbito das políticas locais de integração de migrantes, assegurar espaços de acolhimento, informação e apoio descentralizado, ajudando a responder às necessidades que se colocam aos migrantes no seu processo de acolhimento e integração.

Neste sentido, o CLAII - Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes, passou a denominar-se em Julho de 2016 por CLAIM - Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes, que continuará com os serviços de atendimento, acolhimento, informação e apoio descentralizado, que pretende ajudar a responder às questões e aos problemas que se colocam aos imigrantes, nomeadamente: apoio nas situações de legalização de residência, emprego, equivalência de habilitações literárias, reconhecimento de diplomas, saúde, segurança social, e em articulação com as entidades locais apoia pontualmente situações de emergência social.

No âmbito da sua ação desenvolverá igualmente, em 2017, as seguintes atividades:

- Dinamizar sessões de cultura e Língua Portuguesa, em articulação com a Cooperativa Multisectorial de Serviços - Casa dos Choupos, com vista a promover o acesso à requisição da Nacionalidade Portuguesa;
- Articulação com o SEF e SIS – Sistema de Informação de Segurança relativamente a questões de imigração ilegal e segurança nacional;
- Continuar a colaborar com o Gabinete de Desenvolvimento Económico e Empresarial, no acolhimento de comitivas estrangeiras, e que se deslocam ao Concelho assim como na realização de missões empresariais fora do país;
- Participar na Plataforma sobre as Políticas de Integração e Acolhimento de Imigrantes da Fundação Calouste Gulbenkian, à qual aderiu em Novembro de 2007;

- Colaborar com a Rede Portuguesa de Cidades Interculturais e no Projeto MATCH - “The Match and The Matchmaker: matching new entrepreneurs to services and new opportunities”.

4.7. Registo de Cidadãos de Países da União Europeia, do Espaço Económico Europeu (EEE) e Suíça

O Certificado de Registo **Cidadãos de Países da União Europeia, do Espaço Económico Europeu (EEE) e Suíça**, de acordo com a Lei nº 37/2006, de 9 de Agosto, que formaliza o direito de residência em Portugal dos cidadãos, bem como dos seus familiares, da União Europeia, do Espaço Económico Europeu (EEE) e Suíça, continuará a ser emitido pelo Município em estreita colaboração com o SEF, Forças de Segurança Pública, Segurança Social, Conservatórias, Registo Civil, Finanças e IEFP.

De salientar que, até ao final do 1º semestre de 2016 foram emitidos 7 Certificados de Registo de Cidadãos de Países da União Europeia, do Espaço Económico Europeu (EEE) e Suíça.

5. Rede Social

O órgão plenário da Rede Social de Santa Maria da Feira, o Conselho Local de Ação Social (CLAS), é constituído por 115 parceiros, sendo que destes 48% são IPSS's, 19% são Juntas de Freguesia e 33% são outras entidades concelhias. O Núcleo Executivo e o Gabinete de Apoio Técnico, também órgãos constituídos ao abrigo do Programa da Rede Social, irão continuar a prestar apoio e assessoria técnica na elaboração de candidaturas a entidades privadas sem fins lucrativos na área social, na elaboração de pareceres técnicos para criação ou alargamento de respostas e/ou equipamentos sociais, sempre numa lógica de capacitação dos parceiros para a articulação de respostas sociais, bem como para a promoção do planeamento com base na rentabilização de recursos.

Em 2017, importará, por um lado, continuar a pensar as prioridades e estratégias de intervenção do desenvolvimento social concelhio, reajustando e reformulando a ação da Rede Social concelhia, num processo contínuo de avaliação, reforçando os Fóruns Sociais de Freguesia ou Uniões de Freguesias, focalizando a sua ação na resolução dos problemas das próprias comunidades e na criação de respostas partilhadas e integradas de base local, potenciando as suas capacidades e recursos, e ao mesmo tempo aproveitando as oportunidades dos instrumentos de financiamento nacionais e comunitários.

Por outro lado, irá dar-se continuidade à capacitação das comunidades e suas organizações, nomeadamente através da realização do V Mosaico Social, e do Programa de Formação/Capacitação dos interlocutores dos Fóruns Sociais, para potenciar as dinâmicas sociais locais, promovendo a mobilização, participação e mudança comunitária.

5.1. Instrumentos de Planeamento da Rede Social

5.1.1. Diagnóstico Social

Resultante de uma dinâmica participativa gerada no âmbito dos Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias, o Diagnóstico Social será continuamente atualizado, segundo a metodologia *botton-up* (da base para o topo), atendendo à compreensão de cada realidade social local, construído em diálogo entre todos os parceiros que os integram, tentando sempre identificar e caracterizar as necessidades das pessoas e dos grupos mais vulneráveis, isto é, das pessoas que se encontram mais expostas à ameaça de privação e de exclusão, de forma a podermos chegar mais longe, e melhor, nos esforços que são necessários realizar para respondermos rapidamente aos problemas humanos e sociais do nosso concelho.

Desta forma, continuará a seguir-se uma metodologia de mobilização do maior número possível de atores, numa dinâmica de diagnóstico territorial, encarada como parte integrante de um processo contínuo para o desenvolvimento social local, e não como uma etapa separada, trabalhando ao mesmo tempo a participação, motivação e comprometimento de todos.

5.1.2. Plano de Desenvolvimento Social 2016-2020

O Plano de Desenvolvimento Social 2016-2020 (PDS 2016-2020) pretende trazer ao Município um novo ciclo de planeamento social, consubstanciado pelo Diagnóstico Social bem como pelo Acordo de Parceria 2014-2020 – Portugal 2020, e pelos instrumentos de programação nacionais e comunitários, que daí decorreram, cruzando as prioridades definidas para o concelho, com as estratégias definidas quer a nível da AMP, quer do EDV. O PDS assume-se assim como um instrumento facilitador e promotor de desenvolvimento social ao espelhar e concertar um conjunto de propostas, visões e entendimentos, resultantes da mobilização e participação dos diversos *stakeholders* do Município, através dos Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesia, onde se revêm as articulações e concertações das parcerias locais. Assim, foram definidos como grupos prioritários para a intervenção:

- Crianças e jovens
- Jovens à procura do 1º emprego
- Desempregados de longa duração
- Pessoas portadoras de deficiência
- Pessoas com doença mental
- Vítimas de violência doméstica
- Idosos, nomeadamente em situação de isolamento
- Pessoas com comportamentos de risco e consumos aditivos
- Entidades parceiras dos Fóruns Sociais

Salientamos ainda que, apesar da sua plurianualidade, o Plano de Desenvolvimento Social pode ser reajustado de acordo com as necessidades identificadas no decorrer da intervenção, ou quando identificadas outras problemáticas que exijam uma intervenção a curto prazo. Como documento orientador do caminho a seguir no planeamento integrado e participado do desenvolvimento social do município, o PDS terá a coordenação e avaliação externa do Instituto Superior para as Ciências do Trabalho e Empresas (ISCTE), através do Professor Doutor Roque Amaro.

5.1.3. Plano Estratégico para a Terceira Idade 2016-2020

Prevê-se em 2017 a conclusão do Plano Estratégico para a Terceira Idade, enquadrado no Plano de Desenvolvimento Social 2016-2020 no qual vão ser elencadas medidas, iniciativas, metas e indicadores dirigidos à população sénior, com atenção especial aos fenómenos de isolamento, solidão e do envelhecimento desprotegido.

Pretende-se com este instrumento de planeamento criar um modelo inovador de intervenção social em que as práticas / programas estão ancorados nos recursos locais, na mobilização dos atores e suas competências/lideranças, na concertação de ações e no trabalho em rede, com base numa Governança integrada, partilhada e participada em que as dimensões sociais, económicas, culturais, ambientais, geracionais e territoriais incorporam as políticas de desenvolvimento sustentável de base local.

5.2. Estratégias Supra e Inter Municipais para a Inclusão Social e Emprego

Em 2017, o Município dará continuidade, por um lado à sua participação na execução de candidaturas inter e supramunicipais que venham a surgir aos Programas Operacionais nacionais e europeus, que promovam o emprego, a inclusão social e o combate à pobreza, bem como à implementação das candidaturas efetuadas em 2016, e por outro ao acompanhamento e monitorização dos documentos estratégicos nos quais foram estabelecidos os objetivos comuns e prioridades de intervenção para o período 2014-2020, nomeadamente: Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial – AMP 2020; Estratégia Territorial EDV 2020, e ADRITEM Rural 2020 – Estratégia de Desenvolvimento Local/DLBC Rural.

5.3. RLIS - Rede Local de Intervenção Social de Santa Maria da Feira/ “Mais Próximo de Si”

O concelho de Santa Maria da Feira viu aprovada em Junho de 2016, a candidatura efetuada pela Cooperativa Casa dos Choupos, em parceria com a Rede Social concelhia, para um período de 3 anos, de uma Unidade Rede Local de Intervenção Social (RLIS) “Mais Próximo de Si”, que assenta numa lógica de intervenção articulada e integrada entre entidades com responsabilidades no desenvolvimento da ação social do nosso território.

Esta Unidade RLIS prevê a implementação de espaços de atendimento e acompanhamento social descentralizados, com vista a garantir a proximidade com os destinatários e assegurar um efetivo

envolvimento desta população, condição essencial para os territórios onde não existe a resposta social de Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS). São destinatários desta nova resposta: crianças, jovens, adultos e famílias em situação de vulnerabilidade em risco, nomeadamente desempregados de longa duração e jovens à procura do 1º emprego, cidadãos portadores de deficiência e incapacidade, idosos, e população em geral que apresente problemáticas do âmbito social.

5.4. Programa de Formação/Capacitação, Acompanhamento e Avaliação

Em 2017 será dada continuidade ao programa de formação iniciado em 2016, aos parceiros que integram os 21 Fóruns Sociais de Freguesia ou União de Freguesias, nomeadamente autarcas, sobretudo os 21 presidentes, técnicos das autarquias locais, técnicos dos serviços públicos desconcentrados, técnicos das organizações de economia social e solidária, dirigentes das organizações de economia social e solidária, em especial das IPSS, e dirigentes e membros das coletividades locais, associações e grupos informais da comunidade, com a colaboração do ISCTE, através do Professor Doutor Roque Amaro. Este Programa permitir-lhes-á a aquisição, a clarificação e/ou o aprofundamento de conceitos, de metodologias, de linguagens e de instrumentos de enquadramento e de intervenção, nas seguintes áreas: Desenvolvimento Local, Governança Local Partilhada, Democracia Participativa, Parcerias, Trabalho em Rede, Liderança, Planeamento e Avaliação. Tem como principais objetivos proporcionar a criação e inovação nas novas respostas aos problemas sociais, devendo estas ser partilhadas, quer ao nível dos recursos, dos objetivos, das responsabilidades, quer das tarefas para a sua execução. Por outro lado, a consolidação deste novo modelo de desenvolvimento social local, os Fóruns Sociais, só será possível se existirem dinâmicas participativas e de *empowerment* das comunidades, implicando assim uma contínua formação ao nível do impacto, da lógica e da enorme importância do trabalho em parceria.

5.5. Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias

Sendo a dinamização dos Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias um eixo estratégico no sentido da promoção do desenvolvimento local numa lógica mobilização comunitária e de partilha de responsabilidades políticas e sociais, pretende-se para 2017, a par de todo o trabalho de dinamização e operacionalização das ações, consolidar a metodologia implementada nos 21 Fóruns, avançando para uma maior estruturação ao nível do seu funcionamento, acompanhada por um maior comprometimento e eficiência da intervenção.

Para esse efeito, e tendo em conta que estamos perante um novo modelo de funcionamento das dinâmicas potencializadas pelas redes sociais locais que exigem novas competências, visa-se implementar um plano de formação no sentido da capacitação dos agentes envolvidos, o qual terá uma carga horária prevista de 639 horas. Este plano de capacitação e reflexão será direcionado para os diversos atores locais, nomeadamente, autarcas, animadores/dinamizadores dos Fóruns, técnicos dos serviços públicos, técnicos das organizações da economia social e solidária e dirigentes e membros das coletividades locais, associações e grupos informais da comunidade. O conteúdo deste plano versará sobre as seguintes

temáticas: Desenvolvimento Local, Governança Local Partilhada, Democracia Representativa e Participativa, Parcerias e/ou Trabalho em Rede, Participação, Liderança, Planeamento e Avaliação.

Ainda no âmbito da formação e das iniciavas de apoio ao empreendedorismo e responsabilidade social, pretende-se permitir aos parceiros locais o conhecimento in loco de projetos pelo que realizaremos 4 visitas durante o ano de 2017.

Tendo em conta que o próximo ano se vai dinamizar a V edição do Mosaico Social, iniciativa que apresenta uma mostra das dinâmicas e envolvimento comunitário, é nosso objetivo assinalar este evento com a apresentação de um produto artístico, fruto de um trabalho sociocomunitário dos 21 Fóruns concelhios. Partindo da Oficina de Liteiros - oficina de tecelagem para a construção de liteiros tradicionais com valor acrescentado ao nível da inovação e *design*, dirigido a pessoas em situação de desemprego, que já se encontra em funcionamento e dando visibilidade a esta iniciativa de empreendedorismo, pretendemos através da construção de pequenos teares manuais, colocar todas as freguesias a construir uma peça para este grande evento da Rede Social concelhia.

No que concerne aos planos de intervenção e tendo em linha de conta as prioridades de intervenção delineadas assentes numa metodologia de intervenção social integrada e participada, objetiva-se operacionalizar as seguintes atividades nas principais problemáticas diagnosticadas nos diferentes planos de ação dos 21 Fóruns Sociais de Freguesia:

- **Empregabilidade**

Promover a empregabilidade, um maior ajustamento entre a oferta e a procura de emprego, e a qualificação e a formação da população com baixo nível de escolaridade e com baixas competências profissionais, são as principais metas a alcançar em 2017, em articulação com a Agência Local em Prol do Emprego, o Contrato Local de Desenvolvimento Local e os 6 Gabinetes de Inserção Profissional, através da dinamização das seguintes ações: fomentar a integração profissional e a participação em ações formativas de grupos socialmente vulneráveis; promover ações de alfabetização e de literacia; desenvolver um trabalho de proximidade com o tecido empresarial; Apoio na dinamização e intervenção dos Pontos ALPE; Apoiar a empregabilidade através da recuperação de artes, ofícios tradicionais com vista à criação de oficinas e produtos suscetíveis de comercialização e iniciativas de autoemprego. Estas ações serão realizadas pelos seguintes Fóruns: Caldas S. Jorge/Pigeiros; Souto/Mosteiro; Lobão/Gião/Louredo/Guisande; Canedo/Vale/Vila Maior, S. J. Ver, Rio Meão; Fiães; Argoncilhe; Milheirós de Poiares e Santa Maria de Lamas.

- **Capacitação Parental**

Estando diagnosticados vários agregados familiares que revelam dificuldades ou ausência de competências parentais capazes de permitir um saudável desenvolvimento social e emocional dos seus filhos, pretende-se desenvolver em 8 Fóruns Sociais de Freguesia /União de Freguesia, vários programas de desenvolvimento e reforço de competências parentais, criando-se momentos de partilha, diálogo, aprendizagem e reflexão, operacionalizados através dos Clubes de Pais.

Estes programas serão realizados nos seguintes territórios: Caldas S. Jorge/Pigeiros, Romariz, Milheirós de Poiares, Canedo/Vale/Vila Maior, S. João de Ver, Lobão//Gião,/Louredo/Guisande, Nogueira da Regedoura, Lourosa.

- **Envelhecimento e Isolamento da População Sénior**

Na ótica da promoção do envelhecimento ativo e melhoria da qualidade de vida da população sénior, levar-se-á a cabo as seguintes iniciativas: dinamização de núcleos de voluntariado e grupos de proximidade para acompanhamento das situações de isolamento no domicílio; atividades de convívio e a rentabilização dos programas/respostas existentes (emil@, Movimento e Bem estar, Cartão Feira Sénior, Passeios na Minha Terra); promoção de 2 espaços de convívio intergeracional na freguesia de Mozelos e S. Miguel de Souto; dinamização de ações de sensibilização e informação; envolvimento da comunidade no desenho/execução de projetos integradores e criativos.

Os Fóruns Sociais dinamizadores das iniciativas referidas serão: Arrifana, Argoncilhe, Lourosa, S. Miguel de Souto e Mosteirô, Fornos, Caldas S. Jorge/Pigeiros, Romariz, Fiães, S. Maria de Lamas e Escapães.

- **Saúde Mental**

Com o intuito de apoiar e melhorar as condições de vida das pessoas com doença mental e seus cuidadores, promover-se-á o alargamento da metodologia de intervenção “Teatro Fórum” nos Fóruns Sociais de Freguesia de M. Poiares, Romariz e Rio Meão; a criação de grupos de entreajuda no Fórum Social de Milheirós de Poiares e constituição de uma bolsa de cuidadores especializados e de um *atelier* socio ocupacional no Fórum Social de Rio Meão; e ainda, a realização de Encontros temáticos sobre esta problemática nos 21 territórios.

- **Respostas de Inclusão de Grupos Sociais Mais Desfavorecidos**

Tendo em conta que a eficácia e inovação na intervenção com vista à inclusão social responsável é objetivo dos 21 Fóruns Sociais de Freguesia/União de Freguesias, prevê-se a realização das seguintes ações: abertura de uma mercearia social em Arrifana e apoio técnico às existentes; abertura da loja 65 – venda de produtos de higiene pessoal, habitacional, vestuário, calçado, pequenos eletrodomésticos, têxtil lar e puericultura em Rio Meão; planos de formação familiar subjacentes à gestão doméstica e económica; requalificação de escola devoluta para habitações de tipologia T0; dinamizar uma intervenção integrada e

articulada assente na harmonização e clareza dos procedimentos com vista à rentabilização de recursos; estimular a inovação e a inclusão social pela arte e criatividade.

5.6. V Mosaico Social

Desde 2009 que o Município de Santa Maria da Feira e a Rede Social Concelhia promovem a iniciativa Mosaico Social, com carácter bienal, com o objetivo de divulgar os serviços e projetos sociais existentes no Concelho. Estimular o seu conhecimento junto da população e potenciar uma cultura de parceria aberta e eficaz, através do intercâmbio de experiências e metodologias de trabalho entre instituições. Pretende-se deste modo, qualificar a cultura de cooperação e de partilha, numa lógica de reforço e inovação das políticas de desenvolvimento local.

Na reunião plenária do Conselho Local de Ação Social realizada a 03 de Maio foi constituído o Grupo de Trabalho para a organização do V Mosaico Social, sendo composto por 6 entidades parceiros: Câmara Municipal, Cooperativa Casa dos Choupos, Cercifeira, Associação de Apoio Social de Sanfins, o Fórum Social de Arrifana e Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Sanguedo. O V Mosaico Social terá como tema de fundo os novos desafios que se colocam à política social concelhia, a Empregabilidade, o Empreendedorismo e a Governança Local Partilhada, estes tomados como fatores determinantes no alcançar da coesão e desenvolvimento social local.

Os parceiros da Rede Social de Santa Maria da Feira colaboram ativamente na organização e dinamização do Mosaico Social, com destaque para as seguintes atividades: debates e seminários, exposição permanente das instituições, animação permanente e espetáculos, oficinas, tertúlias e *workshops*, Gala Prémio Concelho Solidário e Mostra de produtos Locais.

Em 2017, para além da participação dos atuais 115 parceiros da Rede Social, pretende-se um maior envolvimento da comunidade no evento, seja nas atividades como participantes ou na própria conceção e proposta de atividades a integrar o programa.

Considerando que todas as Freguesias/Uniões de Freguesia já têm Fóruns Sociais em funcionamento, a metodologia de participação na área de exposição de Instituições passa pela apresentação por Fórum Social integrando as entidades da unidade territorial correspondente às Freguesias e Uniões de Freguesia.

5.7. Sistemas de Informação e Comunicação da Rede Social

A Rede Social de Santa Maria da Feira assenta num modelo de organização e de trabalho em parceria para garantir uma maior eficácia e eficiência nas respostas sociais e rapidez na resolução dos problemas. Este trabalho de parceria e de articulação da intervenção dos diferentes parceiros permite um planeamento estratégico da intervenção social local, contribuindo para o desenvolvimento social.

Assim, a aposta na tecnologia como meio de comunicação entre os diferentes parceiros e o acesso ao conhecimento em tempo real através de um conjunto de recursos tecnológicos é fundamental para a

disseminação da informação, permitindo, também, o seu armazenamento, organização e disponibilização para posterior consulta. Neste contexto, continuar-se-á em 2017 a privilegiar e a aperfeiçoar a Plataforma Colaborativa da Rede Social e o Portal Sénior e-mili@, enquanto instrumentos tecnológicos que hospedam importantíssimos conteúdos de divulgação ao nível da disseminação de boas práticas, diretrizes de planeamento, capacitação dos parceiros da Rede Social concelhia, armazenamento de informação e documentação, sempre numa lógica de transparência, abertura e participação.

- **Plataforma Colaborativa da Rede Social**

O desenvolvimento da plataforma colaborativa de suporte às práticas da Rede Social surgiu através de um protocolo estabelecido em 2009 com a Fundação Calouste Gulbenkian e o INESC Porto. Esta Plataforma, para além de promover o estreitamento de relações entre todos os parceiros, constitui o veículo privilegiado de ligação e de transmissão de informação entre as entidades da Rede Social de Santa Maria da Feira.

A plataforma colaborativa da Rede Social permite a divulgação das atividades realizadas pelas entidades parceiras, facilitando o trabalho em conjunto e uma melhor gestão de recursos. Possibilita também o Registo Municipal das Organizações de Natureza Social, por parte dos Parceiros da Rede Social, no âmbito do Programa de Apoio às Entidades Privadas sem fins lucrativos, o acesso direto por parte dos cidadãos/entidades à informação da carta social do concelho, observatório social, contactos úteis, legislação, composição e funcionamento dos órgãos da Rede Social, programas, atividades, eventos, ações de formação e informação, candidaturas a programas e projetos, entre outros, promovidos pelas entidades que compõem a Rede Social, e por outras instituições de âmbito local, regional e nacional.

A plataforma continuará, igualmente, a desempenhar um papel de relevo na comunicação e disseminação de informação entre as entidades que integram os Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias, nomeadamente através da área reservada destinada a cada Fórum, que constitui um espaço de trabalho *online* para que os seus membros possam ter acesso a informações diversas: convocatórias e atas das reuniões, documentos de trabalho, regulamento interno, plano de ação, relatórios, fotos, material informativo, atividades e outros documentos de interesse, constituindo, também, um repositório de toda a informação e documentação relevante acerca dos objetivos e do trabalho realizado em cada Fórum Social.

- **Página no Facebook da Rede Social**

De acordo com um estudo recentemente elaborado pela Marktest, entre 2008 e 2015 o número de utilizadores de redes sociais em Portugal cresceu de 17,1% para 54,8%, sendo o Facebook a rede social com maior taxa de penetração em Portugal, com 93,6%. A comunicação instantânea estabelecida através desta rede social é dinâmica e gratuita, promovendo a rápida circulação de informação de uma forma atrativa (com recurso a textos, fotografias, imagens diversas e vídeos). Esta versatilidade proporciona uma comunicação e o contacto constante com um número ilimitado de pessoas e organizações, favorecendo a difusão de projetos e ideias e a partilha de informação de uma forma rápida e eficaz.

Tendo em conta esta realidade, foi criada em outubro de 2015 a página de Facebook da Rede Social, a qual possibilita a difusão da informação em tempo real e permite atingir outros públicos que habitualmente não utilizam a plataforma colaborativa, com a inegável vantagem de propiciar o retorno e feedback imediato por parte dos seus utilizadores.

- **Portal Sénior e-mili@**

Em 2017 o Portal Sénior e-mili@ continuará a reunir num único espaço todas as iniciativas relacionadas com o envelhecimento ativo, disponibilizando um conjunto de funcionalidades que, entre outras, permitem: a colaboração e a interação entre os seniores; dar a conhecer programas e iniciativas; criar um repositório de notícias, eventos e imagens; e abrir um espaço de partilha de informação e de experiências.

Neste espaço, os seniores continuarão a ter acesso a informações sobre os vários projetos e iniciativas existentes no concelho, promovidas pela Câmara Municipal ou pelas entidades da Rede Social.

5.8. Programa de Apoio às Pessoas Coletivas de Direito Privado Sem Fins Lucrativos

De forma a impulsionar e reforçar o aparecimento de estratégias inovadoras no combate ao desemprego, exclusão e à desigualdade social, em que as entidades coletivas de solidariedade social sem fins lucrativos desempenham um importante papel, o Município, através da Rede Social, com o seu trabalho de proximidade com as comunidades e no apoio às famílias e indivíduos, baseado na partilha, na participação e na colaboração, com vista à consensualização de objetivos, à concertação das ações a desenvolver, e à otimização de recursos, dará continuidade ao seu trabalho em parceria, disponibilizando apoios, mediante dotação orçamental, a candidaturas efetuadas ao Programa de Apoio às Pessoas Coletivas de Direito Privado Sem Fins Lucrativos, nomeadamente os descritos nos artigos 5º, 6º, 7º.

5.8.1. Protocolos de Parceria no âmbito do combate à pobreza e exclusão social

O Município de Santa Maria da Feira, através da sua Rede Social/Fóruns Sociais de Freguesia, no âmbito das suas atribuições e do Regulamento Municipal de Apoio às Pessoas Coletivas de Direito Privado Sem Fins Lucrativos, continuará a assumir o desafio de incentivar as organizações que intervêm no desenvolvimento social concelhio, para serem elas próprias, ou através de parcerias, a assegurarem a dinamização e implementação de medidas inovadoras de intervenção social, prestando apoios diretos aos grupos populacionais mais vulneráveis, assim como a desenvolverem outras iniciativas e prestação de serviços de salvaguarda da coesão social, desempenhando um importante papel, no trabalho de proximidade com as comunidades e no apoio às famílias e indivíduos.

Assim, no âmbito das atribuições do Município, designadamente no domínio da ação social e das competências materiais em participar na prestação de serviços de apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes no Regulamento Municipal do Programa de Apoio às Pessoas Coletivas de Direito Privado Sem Fins Lucrativos, do Município de Santa Maria da Feira, nos termos do artigo 14º, será dada continuidade a parcerias que prosseguem fins específicos, nomeadamente, o combate ao desemprego, especialmente o de longa duração e o dos jovens; a luta pela inclusão, nomeadamente de crianças e jovens em risco, de vítimas de violência doméstica, de jovens e adultos com comportamentos aditivos, de famílias monoparentais; bem como o combate das desigualdades e discriminações, nomeadamente para com as pessoas portadoras de deficiência ou incapacidade, de doença de foro de mental, ou para com a população idosa em situação de vulnerabilidade:

- **Associação “Ser + Pessoa” – Associação de Alcoólicos Recuperados de Santa Maria da Feira** (ações de prevenção/tratamento das dependências, projetos de inclusão social e emergência social);
- **Casa dos Choupos – Cooperativa Multisectorial de Solidariedade Social, CRL.**, (ações no âmbito da empregabilidade; da inovação e empreendedorismo social; da capacitação institucional; da recuperação do parque habitacional e manutenção de espaços; da violência doméstica; da intervenção familiar e parental; da igualdade de género; da emergência social; e apoio alimentar);
- **Fapfeira – Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação** (ações de prevenção das dependências; projetos de inclusão social e escolar de crianças e jovens em risco de abandono e insucesso escolar; ações de promoção de competências pessoais, sociais e parentais das famílias);
- **Associação Pelo Prazer de Viver - Saúde, Cultura e Vida** (atividade de ocupação de tempos livres de crianças do 1º ciclo em situação de risco);
- **Liga dos Amigos do Hospital S. Sebastião/ Casa Ozanam** (atividades terapêuticas e de reabilitação integrada, destinadas a pessoas com problemas de saúde mental);
- **Associação Melhor Viver – Desporto, Cultura e Lazer** (atividades junto da população sénior, ao nível da difusão da cultura, prática do desporto, ocupação dos tempos livres e de lazer).

5.8.2. Outros Protocolos de Cooperação

5.8.2.1. Protocolo de Cooperação com a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

No âmbito da monitorização e análise estatística periódica e sistemática ao funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira, a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, ao abrigo do artigo 20º-A da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, verificou a necessidade premente de reforço dos seus recursos humanos, propondo a celebração de uma parceria com o Município para suprir as suas dificuldades técnicas.

Atendendo à defesa do superior interesse das crianças e dos jovens, e ao empenho que o Município de Santa Maria da Feira tem demonstrado na construção de uma cultura genuína de respeito pelos seus direitos, e para que a CPCJ de Santa Maria da Feira, não veja comprometida a sua capacidade de resposta, o Município formalizou a sua adesão a este protocolo de cooperação para disponibilização de 2 técnicos superiores para apoio a esta entidade.

5.9. Projeto Mobilidade para Todos/Transporte Municipal Adaptado

O Projeto Mobilidade para Todos possibilita o transporte de pessoas com mobilidade condicionada, nomeadamente indivíduos portadores de deficiência (motora, sensorial, mental ou outra), idosos dependentes ou indivíduos com incapacidade motora temporária clinicamente comprovada pelos serviços de saúde, seguindo uma política promotora da igualdade de oportunidades no concelho.

O Projeto dispõe de duas carrinhas, sendo uma delas de transporte adaptado, as quais são disponibilizadas à população com mobilidade condicionada para o acesso aos serviços de saúde, educação, reabilitação física, socioprofissional, promovendo, também, a participação em atividades culturais e de lazer. As viaturas são cedidas às entidades parceiras, servindo ainda de apoio aos Programas/Projetos desenvolvidos pelo Município. Para 2017, pretende-se continuar a trabalhar em colaboração com os Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesia, no âmbito da promoção do desenvolvimento e de respostas locais.

6. Banco Local de Voluntariado

Tendo presente a importância que o voluntariado representa no desenvolvimento socioeconómico das sociedades, na resposta às necessidades das organizações e ao valor com que este se reveste no

crescimento e integração das pessoas, o Banco Local de Voluntariado em 2017 continuará a concretizar as linhas orientadoras propostas pelas entidades concelhias para o desenvolvimento do voluntariado no concelho, prosseguindo com as prioridades previamente definidas, valorizando-se sobretudo o voluntariado sénior e jovem e estimulando as organizações concelhias a desenvolverem projetos de voluntariado.

Na área da juventude será de dar continuidade ao Programa de Voluntariado Jovem em parceria com a Casa dos Choupos, sugerindo-se prosseguir com a experiência iniciada em 2016 no período das férias escolares, através da articulação com as entidades concelhias interessadas no desenvolvimento de projetos, onde a participação dos jovens a partir dos 16 anos lhes permita a valorização do seu tempo e a aquisição de competências nas áreas sociais, ambientais, culturais e desportivas.

Neste âmbito será também fulcral prosseguir com a envolvimento dos agrupamentos escolares, incentivando a prática de voluntariado junto dos mais jovens, através da realização de pequenas ações de formação e projetos dentro do espaço escola e na comunidade, onde sejam reforçados os elos de solidariedade e de compromisso com o outro.

No Programa de Voluntariado Sénior propõe-se que, em parceria com o Fórum Sénior do Concelho de Santa Maria da Feira, este programa seja dinamizado, tendo em consideração as competências e capacidades cada vez maiores que os seniores apresentam e à importância que o voluntariado se reveste no combate à solidão e na participação social dos seniores. Será assim de dinamizar, à semelhança do que se experienciou na área do voluntariado jovem, a realização de pequenas iniciativas dirigidas especificamente aos seniores, onde estes de forma voluntária contribuam com os seus saberes, competências e tempos livres em projetos dirigidos a outros seniores ou a crianças e jovens, permitindo e facilitando a conciliação trabalho/família de muitos agregados familiares sem retaguarda social.

Para além da continuidade das iniciativas *Entregerações* “Falar de Nós” e do assinalar do dia Internacional do Voluntariado (5 de Dezembro), em articulação com os Pelouros da Educação, Desporto e Juventude, e com o da Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus do Município, assim como, em articulação com a Rede Social concelhia, dinamizar-se-á uma Rede de Voluntariado de Proximidade aos idosos e adultos portadores de deficiência, enquadrada no Plano de Ação dos Fóruns Sociais de Freguesia/União de Freguesias, a qual integrará projetos sociocomunitários dirigidos a pessoas portadoras de deficiência, como o Desporto Plural e o *LaB in Dança*.

Proceder-se-á à dinamização e alargamento do Banco Local de Voluntariado, nas áreas da ação social, cultura, educação, desporto, turismo e ambiente, criando bolsas especializadas de voluntários interessados em participar em eventos ou projetos, como o Mosaico Social, o programa Movimento e Bem-Estar, o programa E-mili@, o Imaginarius, o Espaço Filhos, o Dia dos Avós, entre outros.

Paralelamente o Banco Local de Voluntariado continuará a efetuar o atendimento e acompanhamento dos munícipes/entidades interessados na prática do voluntariado e divulgar os projetos de voluntariado das organizações concelhias através das plataformas municipais.

7. Plano Municipal de Prevenção Primária das Dependências – Núcleo Prevenir

O Núcleo Prevenir, enquanto Núcleo Operativo do Plano Municipal de Prevenção das Dependências prevê, para o ano de 2017, dar continuidade ao seu trabalho preventivo através de um apoio técnico às várias concelhias, disponibilizando serviço de consultadoria, sessões de esclarecimento, formações e ações de sensibilização.

Mantendo os pressupostos base do Plano Nacional da Luta contra a Droga, o trabalho desenvolvido pelo Núcleo Prevenir tem incidido, sobretudo, na modalidade de consultoria principalmente na comunidade escolar com vista à capacitação do pessoal docente e não docente. Continua a apostar na sua constituição enquanto instrumento mobilizador de parcerias, desenvolvendo a sua actividade no âmbito da prevenção cada vez mais através de um trabalho em rede com os habituais parceiros: FAPFeira – Federação da Associação de Encarregados de Educação, Agrupamentos Escolares Concelhios, Associação de Alcoólicos Recuperados de Santa Maria da Feira, Gabinete de Juventude e Desporto e a Unidade de Saúde Pública do ACES Entre Douro e Vouga I, Escola Segura (PSP e GNR), Centro de Resposta Integradas do Porto Central, Unidade de Intervenção Local que integra o Território de Santa Maria da Feira.

7.1. Espaço OK: Consulta/Aconselhamento para Jovens com Comportamentos de Risco

O Espaço OK é uma resposta de consulta e/ou aconselhamento destinado a jovens dos 12 aos 25 anos com dificuldades ou comportamentos de riscos associados ao consumo de substâncias psicoativas, assim como, familiares, professores e outros significativos. Este espaço visa promover uma maior articulação interinstitucional no âmbito da prevenção e da redução de riscos associados aos jovens tendo como principal objetivo promover estilos de vida saudáveis, reforçando fatores protetores e minimizando fatores de risco, caracterizando-se por uma metodologia de intervenção individual/familiar.

Em 2017, o serviço continuará integrado no Gabinete de Desporto e Juventude, localizado na Zona Histórica, no sentido de prosseguir o reforço desta resposta no terreno que se encontra cada vez mais próxima dos jovens do Concelho.

Esta resposta conjunta é resultado de uma parceria entre a Equipa de Tratamento do CRI – porto Central (ARS Norte), o Município de Santa Maria da Feira, a Ser Mais Pessoa – Associação de Alcoólicos Recuperados do Concelho de Santa Maria da Feira e APPV – Associação Pelo Prazer de Viver. Em articulação com o ACES, através do Gabinete de Atendimento à Saúde Juvenil, este espaço pretende continuar a disponibilizar um atendimento e aconselhamento confidencial e anónimo na área da saúde juvenil.

7.2. Ponto P: Por ti. Para ti

O Ponto P constitui-se como uma resposta concelhia ao nível da intervenção no âmbito da prevenção e redução de riscos nas áreas do consumo de substâncias psicoactivas e sexualidade em contextos recreativos e de lazer noturno da Zona Histórica de Santa Maria da Feira. Demonstra-se como uma iniciativa conjunta entre Núcleo Prevenir, Ser Mais Pessoa - Associação de Alcoólicos Recuperados do concelho de Santa Maria da Feira, FAPFeira – Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Santa Maria da Feira, a Unidade de Saúde Pública e o GASJ - Gabinete de Atendimento à Saúde Juvenil do Agrupamento de Centros de Saúde Entre Douro e Vouga I Feira/Arouca,

Em 2017, dar-se-á continuidade à captação e formação de voluntários, possibilitando uma intervenção reforçada e mais frequente ao longo do ano. Prevê-se a realização de encontros e momentos formativos para os voluntários Ponto P ao longo do ano. Estes servirão para fortalecer relações entre os voluntários, refletir sobre os pontos fortes e fracos do projeto, permitir formação contínua, estreitar relações entre técnicos e voluntários criando um vigoroso espírito e trabalho de equipa. Este fortalecimento da equipa de voluntários e técnicos demonstra-se imperativo no sentido de enriquecer e solidificar o Ponto P como iniciativa preventiva, assim como, a Noite Ponto P como momento interventivo e evento cultural.

Será também reforçado o envolvimento dos proprietários de bares da Zona Histórica de Santa Maria da Feira com vista à consolidação das parcerias informais existentes como elemento chave para uma intervenção que se pretende que seja global. No ano de 2017 prevê promover Formação para os Proprietários de Bar da Zona Histórica em parceria com a IREFREA, assim como a realização da 3ª Edição do Encontro entre estes mesmos Proprietários, PSP de Santa Maria da Feira, Taxas e licenças do Município e Equipa da IREFREA no sentido de fortalecer ações de cooperação e concertação com vista ao objetivo comum: desenvolver a marca noite segura e saudável da zona histórica de Santa Maria Feira.

Em 2017, prevê-se também, a realização de mais uma edição da Noite Ponto P. Desta forma, será a nona Edição da Noite Ponto P, na Zona Histórica de Santa Maria da Feira, dando assim continuidade aos objetivos do Ponto P e direcionando a intervenção aos frequentadores deste contexto recreativo. Este evento será mais uma vez dinamizado pelos voluntários Ponto P, com o suporte técnico das várias instituições que constituem este projeto. Paralelamente, nesta Edição o Ponto P pretende continuar a desenvolver uma noite de concertos e mostra de talentos, dando oportunidade aos jovens e jovens adultos do Concelho de divulgarem os seus projetos musicais através de uma performance no palco Ponto P.

7.3. Ponto P – Versão 2.0: Educação pelos Pares

No âmbito de uma candidatura, em parceria com o Gabinete de Desporto e Juventude, surge uma nova fase do Ponto P designada como Ponto P - Versão 2.0. Através lançamento Ponto P – Versão 2.0 pretende-se reforçar nos jovens a identificação com o projeto no sentido de captar novos elementos para o grupo de voluntários Ponto P. Com isto, prevê-se a dinamização de algumas atividades/*workshops* relacionadas com os consumos de substâncias e sexualidade, assim como, com o apoio a projetos musicais e artísticos dos jovens do concelho, num registo informal e de partilha de experiências.

O Ponto P deverá ser anunciado como um espaço informal de esclarecimento de dúvidas, de apoio, informação e encaminhamento mas também, de promoção de iniciativas musicais e artísticas dos jovens. Desta forma, a iniciativa reforça os fatores protetores, promotores de estilos de vida saudáveis e preventores de comportamentos de risco, assim como, possibilita o despertar de interesse pelo Projeto podendo mesmo perspetivar a integração dos jovens no grupo de voluntários Ponto P. Desta forma, para 2017, prevê-se a captação e formação de novos voluntários Ponto P, em parceria com o Gabinete de Desporto e Juventude, recorrendo à metodologia de educação pelos pares com vista a reconcentrar a iniciativa Ponto P. Com isto, pretende-se desenvolver intervenções mais frequentes ao longo do ano junto dos jovens e jovens adultos frequentadores dos contextos recreativos e de lazer noturno na Zona Histórica de Santa Maria da Feira. O Ponto P será responsável pela formação e sustentabilidade do grupo de voluntários, apoiando-os e orientando-os com vista à realização de pelo menos duas intervenções nestes contextos recreativos.

7.4. Serviços de Consultoria na Área da Prevenção Primária das Toxicodependências Junto das Instituições do Concelho (Contexto Familiar, Escolar e Espaços de Lazer, Recreativos e Desportivos)

O Núcleo Prevenir pretende continuar a proporcionar apoio técnico na dinamização de projetos de prevenção junto das instituições Concelhias.

Prevê-se para o ano 2017 dar continuidade às Oficinas Formativas creditadas para docentes, mediante as solicitações dos respetivos Agrupamentos.

Por outro lado, e mediante as solicitações, continuar-se-á a desenvolver também sessões de esclarecimento, em parceria com a Polícia de Segurança Pública (PSP), para crianças e jovens no sentido de colmatar dúvidas sobre a temática do consumo de substâncias e suas consequências.

Paralelamente, o Núcleo Prevenir prestará apoio técnico na dinamização de projetos que se revelem pertinentes integrar e implementar nos planos de ação dos Fóruns Sociais de Freguesia e de União de freguesias, consoante as necessidades e solicitações verificadas.

Em 2017, pretende-se reforçar os serviços de consultadoria na área de prevenção primária dos consumos de substâncias no sentido de envolver e potenciar os vários parceiros da forte rede social concelhia.

8. Projeto DIREITOS & DESAFIOS - CLDS 3ª Geração

O Plano de Desenvolvimento Social de Santa Maria da Feira, instrumento orientador no enquadramento de todas as intervenções para a promoção do desenvolvimento social, definiu como eixos de intervenção prioritários a Empregabilidade, Qualificação Escolar e Profissional e a Inclusão de Grupos Vulneráveis. Destaca-se, assim, a necessidade de atuar ao nível do aumento das qualificações escolares e profissionais, quer dos jovens quer dos adultos, considerando a sua relação com o acesso ao mercado de trabalho; ao nível da racionalização e articulação da oferta formativa/educativa com as necessidades do tecido económico empresarial; na aposta no estímulo do empreendedorismo social; na empregabilidade de grupos em situação de vulnerabilidade, como as pessoas portadoras de deficiência; na formação e na capacitação das famílias vulneráveis; no reforço da capacidade de resposta às famílias em crise, no processo de procura de novos equilíbrios que se traduzam numa reorganização familiar e conjugal, nomeadamente da violência doméstica, no acompanhamento a grávidas em situação de risco e no desenvolvimento de instrumentos facilitadores tendo em vista a mobilidade de pessoas a serviços públicos de utilidade pública, a nível local, reduzindo o isolamento e a exclusão social.

Com base nestes pressupostos, o Plano de Ação do Projeto Direitos & Desafios – CLDS 3G, candidatura efetuada ao Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), aprovada em 2016, procurou conciliar as ações existentes no território, decorrentes de diretivas de políticas nacionais públicas, a continuidade das ações criadas: ALPE – Agência Local em Prol do Emprego/Clubes de Emprego; Espaço Trevo/Gabinete de apoio a situações de violência doméstica; Cegonha & Companhia: Acompanhamento a grávidas em risco; Laboratório de inovação social; e o desenho de novos projetos, em articulação com os Planos de Ação dos Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias: Oficina de Liteiros; Oficina de Produção e comercialização de calçado artesanal; Oficina de produção e comercialização produtos agroalimentares; Oficina de Dança Inclusiva; Centro de recursos especializados de apoio à Família; Jogar e Aprender: Academia de Programação Informática; Fórum da Cidadania e o Posto de Acesso serviços públicos on-line.

EIXO 1 – Emprego, Formação e Qualificação

8.1. Agência Local em Prol do Emprego (ALPE)

8.1.1. Agência de Negócios

A Agência de Negócios incentiva a criação de emprego por conta própria, e criação de empresas por desempregados e outras pessoas inativas, num articulação concertada com o Gabinete de Desenvolvimento Económico e a Plataforma BIZFEIRA. Realiza atendimentos, promovendo a exploração do perfil empreendedor, da oportunidade e viabilidade das ideias de negócio, da possibilidade de recurso aos apoios financeiros disponíveis e da elaboração de planos de negócios. Disponibiliza serviço de comunicação, marketing e apoio jurídico. Com recurso a parceiro de comunicação local, divulga os negócios criados e realiza mentoria aos negócios criados. Promove formação especializada na área do empreendedorismo, com recurso a parceiros de formação, e dinamiza rede de networking e de partilha de informação entre os empreendedores. Metas: 100 pessoas apoiadas âmbito criação negócios; 400 atendimentos realizados no âmbito criação negócios; 25 negócios criados; 40 Postos de trabalho criados; 15 negócios visitados in loco; 4 encontros.

8.1.2. Agência de Formação

A Agência de Formação informa e encaminha para oportunidades de qualificação desenvolvidas pelas autoridades públicas e privadas, através de aconselhamento e orientação profissional. Dinamiza Bolsa de Oferta Formativa e promove percursos formativos no concelho, partindo do diagnóstico e em articulação com os Fóruns Sociais de Freguesias, com destaque para áreas de formação com forte empregabilidade na região, em articulação com parceiros de formação. Metas: 1000 pessoas atendidas; 1200 atendimentos; 700 encaminhamentos respostas de educação-formação; 500 participantes em respostas de educação formação (base); 100 participantes em respostas de qualificação "Formar para Empregar"; 400 certificações percursos de educação - formação; 60 integrações em estágio ou formação prática em contexto de trabalho; 15 sessões temáticas; 260 participantes sessões temáticas.

8.1.3. Agência de Emprego

A Agência de Emprego dinamiza a Bolsa de Oferta e Procura de Trabalho (serviço gratuito de articulação estreita com empresas do EDV em processos de recrutamento e seleção de candidatos), numa gestão partilhada com o Gabinete de Desenvolvimento Económico e a plataforma BIZFEIRA, e divulga e comunica de ofertas de emprego visionadas em portais de emprego. Realiza atendimentos de orientação profissional em contexto individual e personalizado. Disponibiliza acesso gratuito à Internet e apoio na elaboração de documentos (CV's, cartas de candidatura) e na preparação para entrevistas de emprego. Dinamiza um Programa de incentivo a medidas de apoio ao emprego (sensibiliza os empresários, as instituições e as entidades empregadoras locais para uma participação ativa na concretização de medidas ativas de emprego e em processos de inserção profissional e social), apoiando a transição entre o sistema de qualificações e o mercado de trabalho, em estreita articulação com o sector público, privado e o 3º sector. Realiza trabalho de recrutamento para empresas que o solicitem, nomeadamente, as novas empresas fixadas recentemente no Concelho; Auxilia empresários, instituições e as entidades



empregadoras locais na elaboração de candidaturas a medidas de apoio ao emprego e no acompanhamento durante e após a medida de apoio. Dinamizará programa de estágios de curta duração para desempregados de longa duração em empresas e sessões temáticas sobre este domínio. Metas: 1300 atendimentos a pessoas à procura de emprego; 1000 pessoas atendidas; 70 integrações no mercado de trabalho; 5 desempregados de longa duração em estágios de curta duração em empresas; 30 candidaturas elaboradas a medidas de apoio ao emprego; 30 participantes abrangidos por medidas ativas de emprego.

8.2. Clubes ALPE

Os Clubes de Emprego da ALPE capacitam e promovem o desenvolvimento de atitudes de proactividade na identificação de soluções individuais / grupo para a resolução problema de desemprego e a aquisição, o desenvolvimento ou melhoramento de ferramentas de procura de emprego, numa lógica de pequeno grupo. Promove exercícios de relacionamento interpessoal, de coesão de grupo e de auto-estima. É espaço de partilha de experiências para pessoas em situação de desemprego, por forma a minimizar o impacto do desemprego nas suas várias dimensões (social, psicológica). Pretende desmistificar e desconstruir conceitos associados à condição de desempregado, conceitos estes que dificultam a integração no mercado de trabalho, permitindo novas formas de olhar a situação de desemprego. Metas: 200 participantes Clubes; 15 Clubes.

8.3. Programa de organização de produtores agrícolas e frutícolas locais para comercialização (PROVE+)

O PROVE+, dinamizado em parceria com ADRITEM, promoverá a criação de circuitos de produção, divulgação e comercialização de produtos locais e ou regionais de modo a potenciar o território e a empregabilidade. Cumprirá estes objetivos através da identificação, registo e mobilização de produtores locais agrícolas e frutícolas, da identificação, registo e mobilização de IPSS`s e Escolas que possam adquirir produtos a esta rede de produtores; a elaboração de diagnóstico de necessidades de produtos agrícolas de frutícolas das IPSS`s e Escolas, da organização de produção em função das necessidades identificadas e no apoio à comercialização produtos.

8.4. Rede de oferta de equipamento e instalações de cozinha para promoção de pequenos negócios

A Rede de oferta de equipamento e instalações de cozinha para promoção de pequenos negócios, dinamizado em parceria com ADRITEM, organizará de uma rede de oferta de equipamentos e instalações licenciadas para atividade de confeção de alimentos (Identificação, registo e mobilização de

IPSS's e Escolas) e realizará a identificação e apoio a empreendedores para utilização da rede de oferta de equipamentos e instalações (cozinha) na promoção de pequenos negócios, utilizando estes equipamentos fora do horário de funcionamento destas organizações.

8.5. Intervenção junto dos jovens NEET e prevenção do abandono escolar

Em parceria com o Gabinete da Juventude da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, divulgará e orientará jovens entre os 15 e os 25 anos, no âmbito do Programa Jovem Ativo, que se encontrem a estudar ou, tendo terminado a escolaridade obrigatória, se encontrem em processo de orientação vocacional e/ou profissional, para ações de favorecimento da integração profissional. O projeto “Põe-te à Prova” consiste na possibilidade de realização de estágios de diferentes naturezas numa das empresas que aderiram a este programa. Os estágios assumem três modalidades: visita guiada à empresa; estágio de dois dias (com oscilação entre um ou dois dias); estágio de duas semanas (com oscilação entre uma ou duas semanas). O projeto “Conta-me Negócios” consiste na proposta de realização de sessões de informação e sensibilização junto dos alunos das escolas do Concelho de Santa Maria da Feira, com empreendedores oriundos de empresas de referência da região.

Por outro lado, no âmbito da prevenção do abandono escolar, o CLDS desenvolverá ações de sinalização, encaminhamento e orientação de alunos que abandonam ou se encontram em risco de abandonar sistema educativo, através de um projeto em parceria que, que promova ações de educação não formal, para o contacto com diferentes realidades do mundo do trabalho, para estabelecimento de redes de contacto com vários agentes com competência em matéria de emprego e formação profissional. Ao mesmo tempo, fomentará os valores de cidadania ativa bem como reforçar a participação dos jovens nas mais variadas ações que permitam a sua inclusão social.

8.6. Oficina dos Liteiros

Em parceria com a ADRITEM, será objetivo promover a criação de circuitos de produção, divulgação e comercialização de produtos locais e ou regionais de modo a potenciar o território e a empregabilidade. Cumprirá este objetivo através da identificação de artesão locais com competências no domínio da tecelagem, recrutamento e seleção candidatos desempregados com perfil para integrar a oficina, dinamização oficina de tecelagem com recurso a voluntários detentores de saberes tradicionais na arte da tecelagem e excedentes da indústria regional, criação marca dos produtos da Oficina dos Liteiros e *design* de produtos de decoração e, por fim, a comercialização de produtos de decoração.

8.7. Oficina de Produção e comercialização de calçado artesanal

Em parceria com o Centro Tecnológico do Calçado de Portugal, será objetivo promover a criação de circuitos de produção, divulgação e comercialização de produtos locais/regionais potenciando o território e a empregabilidade. Realizará ações de sensibilização para o desenvolvimento, manufatura e venda de calçado com alto nível de diferenciação (High-end Shoe). Promoverá formação teórico-prática “Técnico Produção Manual Calçado, apoio ao negócio (websites, registos de marcas/modelos industriais, linhas financiamento, parceiros industriais e/ou comerciais), divulgação de resultados. Esta ação integra componente de comunicação, monitorização e avaliação de impacto.

8.8. Oficina de produção e comercialização produtos agroalimentares

Em parceria com a Associação AMICIS, será objetivo promover a criação de circuitos de produção, divulgação e comercialização de produtos agroalimentares. Cumprirá este objetivos através da dinamização de uma horta pedagógica: produção produtos agroalimentares com pessoas portadoras de deficiência e voluntários; da criação de marca dos produtos da Oficina, nomeadamente dos cabazes de produtos agroalimentares e a comercialização de produtos agroalimentares. Prevê-se, ainda, a constituição de uma cooperativa de produção e comercialização de produtos agroalimentares.

Eixo 2 - Intervenção Familiar e Parental

8.9. Oficina de Dança Inclusiva

Em parceria com a Cerci-Lamas será objetivo desenvolver uma oficina de dança para pessoas portadoras de deficiência institucionalizadas e não institucionalizadas promovendo o desenvolvimento de competências pessoais e sociais facilitando a sua integração, sendo elas próprias também, pela participação ativa no processo, agentes da sua inclusão. Prevê-se, com o desenvolvimento desta oficina, uma criação artística, que terá a sua maior expressão num espetáculo de apresentação à comunidade, com vista a promover a “bilateralidade inerente à inclusão social, em que a pessoa portadora da deficiência assume um papel na sociedade - bailarino – e esta adapta-se para o receber.”

8.10. Espaço Trevo: Gabinete de apoio a situações de violência doméstica

Este gabinete de intervenção na área da violência doméstica disponibiliza apoio a vítimas de violência doméstica e agressores/as ao nível informacional, psicossocial, psicológico e aconselhamento jurídico, intervindo numa lógica de parceria para a promoção de uma intervenção baseada em estratégias integradas, privilegiando o trabalho em rede. No sentido de colmatar as necessidades encontradas no território de Santa Maria da Feira pelo Ministério Público da Comarca da Feira disponibilizará, também, em parceria direta com o DIAP- Feira um gabinete de apoio a vítimas de crime de forma a apoiar estas

durante as diligências efetuadas no DIAP, bem como disponibilizar assessoria técnica aos Magistrados. Prevê-se ainda, uma intervenção numa vertente preventiva.

8.11. Centro de recursos especializados de apoio à Família

Consiste em disponibilizar junto das IPSS's do Concelho um serviço especializado nas áreas sentidas como mais deficitárias no território e de pouco acesso às famílias de vulnerabilidade social residentes no concelho. Prevê-se a constituição de uma bolsa de diferentes áreas de especialidade com vista a apoiar de forma ágil, em articulação estreita com a CPCJ, famílias em situação de crise, disponibilizando serviços, nomeadamente, Psiquiatria, Pedopsiquiatria, Terapia Familiar, Mediação familiar, Assistente Pessoal de doentes neuromusculares, bem como um Financeiro e Nutricionista. Esta bolsa pretende, também, dar resposta a necessidades encontradas no desenvolvimento de ações deste projeto, nomeadamente nos Clubes de Pais e Cegonha & Companhia.

8.12. Cegonha & Companhia: Acompanhamento a grávidas em risco

Em parceria estreita com a Unidade de Cuidados Continuados de Santa Maria da Feira, do ACES Entre Douro e Vouga I Feira Arouca, esta ação prestará apoio a grávidas adolescentes, jovens, mães e pais em risco social bem como a grávidas adultas em risco social na (re)definição do seu projeto de vida, com maior incidência nas questões do planeamento familiar, gestão doméstica no período pré e pós-parto, bem como na (re)inserção na vida académica e/ou profissional através da articulação com os recursos existente de apoio à maternidade.

8.13. Clubes de Pais

Consiste em promover e desenvolver grupos de pais, mães, encarregados de educação com necessidades identificadas pelas IPSS's do Concelho. Pretende-se que os Clubes de Pais se constituam como um espaço de diálogo, partilha, aprendizagem e reflexão, promovendo o desenvolvimento e o reforço de competências parentais dos intervenientes, capacitando-os de modo a que se sintam mais confiantes e eficazes no exercício das suas responsabilidades parentais.

8.14. Jogar e Aprender (Academia de Programação Informática)

Consiste em proporcionar a crianças do 1º ciclo em risco social a frequência de um programa de introdução à programação informática para ensino da linguagem do futuro – o Código. Promovendo a participação destas crianças neste programa pretende-se, também, melhorar a capacidade de resolução de problemas dos alunos e o seu desempenho escolar a Português e Matemática, contribuindo para a



diminuição das taxas de insucesso escolar e retenção, assim como contribuir para novas técnicas de aprendizagem que promovam um melhor envolvimento com o sistema de ensino. As crianças poderão desenvolver estórias, jogos e animações interativas e partilhá-las com os outros facilitando a aprendizagem de estratégias importantes para a resolução de problemas, a conceção de projetos e a comunicação de ideias.

Eixo 3 - Capacitação da Comunidade e das Instituições

8.15. Laboratório de inovação social

Em parceria com o Instituto de Empreendedorismo social, implementará o Programa Inovação Social + que consiste no envolvimento de organizações sem fins lucrativos a participar no Programa, com identificação de problemas sociais negligenciáveis, e a abertura à sociedade civil e às próprias organizações a identificação de soluções inovadoras. Seguir-se-á ação formativa especializada em empreendedorismo social para análise da viabilidade da solução para a resolução do problema e mentoria na implementação, no terreno, de projetos finalistas.

8.16. Fórum da Cidadania

O Fórum de Cidadania desenvolve-se no terreno através da criação de espaços participativos de cidadania, de comunicação e interação entre grupos de cidadãos e os representantes autárquicos e demais entidades dos Fóruns Sociais.

8.17. Posto de Acesso serviços públicos *on-line*

Com vista ao desenvolvimento de instrumentos facilitadores tendo em vista a mobilidade de pessoas a serviços públicos de utilidade pública, a nível local, reduzindo o isolamento e a exclusão social. Será criado um posto virtual de acesso aos serviços públicos online (plataforma online de comunicação pela Internet através de conexões de voz e vídeo com profissionais dos diversos serviços públicos) e da realização de ações de informação/formação à comunidade sobre acesso serviços públicos online.

9. Plano Municipal para a Igualdade de Género

No âmbito da criação do Plano Municipal para a Igualdade de Género, surgiu o Gabinete de Igualdade de Género, caracterizado por uma ação transversal a vários domínios orientada para a disseminação de boas práticas em matéria de igualdade, cidadania e não-discriminação nas áreas respeitantes à promoção da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional; eliminação de estereótipos de género e

sensibilização para as problemáticas da violência de género, orientação sexual, discriminação e identidade de género e promover práticas de responsabilidade social.

9.1. Dia Internacional da Mulher

No dia 8 de Março de 2017, propõe-se uma atividade promotora de bem-estar para as colaboradoras da Câmara Municipal e Feira Viva, através da realização de uma sessão de Pilates, ao final do dia, seguida de uma conversa ou encontro intitulado “Siga o seu Coração – Março Vermelho” com especialistas na área da Saúde Mental, Nutricionismo e Cardiologia, organizado em parceria com o Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga e ACES Feira/Arouca. Será providenciado um espaço infantil, para as participantes deixarem os/as seus/as filhos/as, durante o decorrer da iniciativa. Durante esse dia, as mulheres da autarquia serão homenageadas com uma serenata no local de trabalho, chegando a todos os setores municipais, propondo-se a participação da Tuna Académica do ISVOUGA.

9.2. Semana Comemorativa do Dia Internacional da Família

Propõe-se a criação da semana do bem-estar para as famílias dos colaboradores da Câmara Municipal e Feira Viva, Cultura & Desporto, e.m., (entre 08 e 15 de Maio de 2017) através da atribuição do voucher “Mimo terapêutico para pais, mães e filhos/as”, com a oferta de um momento de spa coletivo de relaxamento para crianças e pais, filhos dos colaboradores/as, constituído por massagens corporais, em estreita parceria com a Escola ABC Cabeleireiros, Termas de S. Jorge e Piscinas Municipais de Santa Maria da Feira.

9.3. Espaço Filhos – Férias de Natal, Páscoa e Verão

A iniciativa Espaço Filhos, a realizar nos períodos de interrupção letiva de Natal, Páscoa e Verão, apresenta como objetivos a promoção da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional; o incentivo à relação de proximidade entre a organização e as famílias; o equilíbrio dos usos do tempo na esfera pessoal, familiar e profissional e rentabilização das respostas criadas pelos recursos culturais, aglomerando-as num programa único, em estreita parceria com a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e Feira Viva, Cultura & Desporto, e.m.

9.4. Consultoria às Empresas

Pretende-se promover o apoio continuado na prestação de consultoria em matéria de igualdade de género, cidadania e não – discriminação às empresas que se objetivem a implementar boas práticas de responsabilidade social (apoio na realização do diagnóstico e no plano de ação/atividades – bolsas de estudo, protocolos com centros sociais, cheque-refeição, plano de saúde, creche, etc.).

9.5. Workshop em Linguagem Inclusiva de Género e Comportamento de Género na Comunicação – “Pessoas de Palavras, Palavras de Pessoas”

Sensibilizar os órgãos de comunicação locais, responsáveis pela área da comunicação dos diferentes setores da autarquia e empresa municipal e outros agentes da rede social para as questões do uso da linguagem e do bem comunicar, por meio de palavras ou de imagens, algo que de forma inconsciente e involuntária pode reproduzir desigualdades de género. Este *workshop* visará, assim, mudar o atual paradigma, consciencializando estes atores para a não promoção sensacionalista de comportamentos desviantes, como é o caso da violência doméstica e de género, através dos meios e órgãos responsáveis pela comunicação social local.

10. Gabinete da Qualidade

Mantendo a aposta na melhoria dos serviços prestados pela DASQV, bem como tendo presente os parâmetros definidos na norma NP EN ISO 9001:2008 e no Sistema de Gestão de Qualidade da DASQV, este Gabinete pretende desenvolver as seguintes ações em 2017:

- Colaborar na consolidação do Sistema de Gestão da Qualidade da DASQV;
- Manter atualizada a base de dados das normas e regulamentos internos e demais legislação em vigor aplicável à DASQV., em colaboração com os restantes setores;
- Realizar ações de auditoria interna, visando o respeito pelas normas estabelecidas;
- Assegurar o acompanhamento e monitorização das exposições e reclamações dos munícipes no âmbito de atuação da DASQV, apresentando propostas corretivas que se revelem necessárias.

11. Provedoria Municipal para a Mobilidade

A Provedoria Municipal dos Cidadãos com Deficiência, criada em 2007, tem por função principal garantir a defesa e a prossecução dos direitos e interesses legítimos dos cidadãos portadores de incapacidade/mobilidade condicionada perante os órgãos e serviços municipais. Pautada por este objetivo dinamiza as seguintes atividades: promover o levantamento dos obstáculos que visam a mobilidade e acessibilidade; emitir propostas e recomendações visando a eliminação de barreiras urbanísticas e arquitetónicas; sensibilizar os organismos públicos e empresas privadas para que as barreiras arquitetónicas, deles dependentes, sejam eliminadas; produzir diagnósticos de caracterização local das pessoas portadoras de deficiência/mobilidade condicionada; promover seminários e ações de formação e sensibilização nas áreas relacionadas com as funções da provedoria; fomentar parcerias com entidades que promovam iniciativas visando a criação de uma sociedade inclusiva.

11.1. Desporto Plural

Sendo um Projeto de inclusão através do Desporto, é promovido pela Provedoria Municipal para os Cidadãos com Deficiência e Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, e tem por objetivo criar condições para desenvolver capacidades criativas e espontâneas no contexto informal do desporto e promover a integração pela diversidade, proximidade e intergeracionalidade. É um projeto destinado a todos, independentemente do sexo, idade ou capacidade, evidenciando as capacidades do indivíduo e do grupo. Em 2017, continuar-se-á a desenvolver a captação de interessados e apoiar logisticamente a dinamização do projeto, nomeadamente na promoção de futsal, *boccia* e ténis de mesa.

11.2. Concurso “Mobilidades no Espaço Público”

Partindo de pressupostos de dinamizar e promover iniciativas inclusivas dirigidas à população portadora de deficiência e ampliando os seus direitos cívicos, a Autarquia e a Provedoria Municipal dos Cidadãos portadores de deficiência, lançaram ao nível do território concelhio, o Concurso “Mobilidades no Espaço Público”, que visa premiar a sensibilização e responsabilização de todos os agentes que intervêm no espaço público.

Neste Concurso podem participar as Juntas de Freguesia ou de União de Freguesias individualmente ou em parceria com a sociedade civil, descrevendo os temas da intervenção através de programa de ação na área da mobilidade no espaço público. Deste modo, os agentes que participam neste Concurso conseguem implementar uma nova filosofia de fruição do espaço público, assente num novo conceito de rua, mudando fluxos, movimentos e hábitos ao nível de estacionamento, sinalizações, percursos pedonais, percursos rodoviários.

11.2.1. Selo “Mobilidades”

O Selo "Mobilidades" visa sensibilizar os organismos públicos e privados para a eliminação de barreiras de diferentes naturezas, e reconhecer e disseminar boas práticas no domínio das acessibilidades. Para além de ajudar a incrementar a qualidade de vida de todos os cidadãos, esta iniciativa reconhece a qualidade do serviço prestado pelos aderentes, identificando-os como entidades inclusivas. De salientar ainda que, o selo destina-se a todos os organismos públicos e privados que pretendam distinguir-se pelo seu esforço de aumentar as acessibilidades dos seus imóveis, desde que abertos ao público.

11.3. Comunicação/ Infoacessibilidade

Ao nível da Comunicação e da Infoacessibilidade, a Provedoria irá apostar em 2017 na implementação de documentação escrita em Braille e dinamização do alargamento do produto *ColorAdd* nos serviços da Provedoria, Autarquia e outros parceiros. Por outro lado, será criada a página de *Facebook* da



Provedoria. Será ainda priorizada a orientação/Formação para Público e profissionais, na área da Acessibilidade/ Infoacessibilidade, e ao nível dos funcionários municipais, voluntários, na área da Língua Gestual Portuguesa (LGP).

11.4. Promoção da Acessibilidade ao nível da Cultura e Turismo

A Provedoria terá intuito de promover e acompanhar, em 2017, os eventos culturais no Município (ex. *Imaginarius* – Festival Internacional de Teatro de Rua, Viagem Medieval, *PERLIM* e outros), para beneficiação das condições de acessibilidade e sua divulgação abrangente para todos os cidadãos; bem como, dinamizar a sensibilização para a eliminação das barreiras arquitetónicas nos equipamentos culturais e de lazer.

pelouro
administração e finanças



“Garantir a satisfação do Múncipe”

Para 2017, o Pelouro de Administração e Finanças mantém como estratégia e linha orientadora a gestão eficaz e eficiente dos recursos, de forma a obter um elevado nível de desempenho ao mais baixo custo e a prestação de um serviço de elevada qualidade ao múnice, dando cumprimento à missão subjacente ao Município.

Assim, os objetivos operacionais deste Pelouro encontram-se espelhados nos seguintes aspetos:

- O projeto de “Melhoria dos Processos de Gestão”, desenvolvido nos últimos dois anos, acabou por funcionar como “uma alavanca” para a implementação de procedimentos, nas unidades orgânicas inseridas no departamento Administrativo e Financeiro, tendo por base os requisitos das normas ISO 9001/2008 (em todas as unidades orgânicas) e NP 4427:2004 (na DRHDO), estabelecendo uma cultura de gestão, facilitadora da melhoria continua.
Em 2017, pretendemos consolidar e oficializar esta nova cultura, através da certificação das unidades orgânicas anteriormente referidas, recorrendo a uma entidade externa habilitada para o efeito, processo esse que será conduzido, internamente, pela DRHDO.
- A formação, desempenha um papel primordial em matéria de gestão de competências dos nossos colaboradores. Em 2017, pretendemos continuar este trabalho, através da adequação das ofertas formativas às necessidades efetivas dos colaboradores, bem como do desenvolvimento de ações que permitam a correta aplicação e monitorização do processo de avaliação do desempenho. De referir ainda, que em 2017 inicia-se novo ciclo avaliativo (SIADAP 2), pelo que será oportuno elaborar um novo diagnóstico de necessidades de formação, o qual funcionará como um instrumento de operacionalização, da já referida adequação das ofertas formativas, às reais necessidades dos colaboradores.

A formação contínua dos recursos humanos é um dos fatores que mais contribui para a melhoria dos serviços. Dotar os trabalhadores, de novos conhecimentos, novas competências, novos métodos, ou apenas reforçar o know-how já adquirido, é o início de um processo de melhoria, sempre bem-vindo em qualquer organização.



Apesar dos fortes constrangimentos legais de contratação, apoiaremos a execução de estágios profissionais com o intuito de promovermos/potenciarmos a formação/experiência em ambiente de trabalho.

- Promoção da melhoria das condições de Higiene, Segurança e Saúde no trabalho dos nossos colaboradores, através da prevenção e controlo da sinistralidade laboral, da implementação de um sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho nas brigadas operacionais, da Medicina no trabalho, e da Saúde ocupacional, em estreita colaboração com os técnicos ao serviço da divisão de Ação Social e Qualidade de Vida. De notar, que serão iniciadas as obras de requalificação do Estaleiro Municipal com o intuito de melhorar as condições físicas de trabalho dos colaboradores municipais.
- Disseminação das práticas de melhoria associadas ao processo de modernização administrativa, numa ótica de promoção da partilha de informação, nomeadamente através da rentabilização da ferramenta sigma-flow, de forma a desmaterializar e desburocratizar os serviços prestados pelo Município. Apostaremos na reorganização de processos administrativos com o único objetivo de melhorar o serviço prestado interna e externamente. Em 2017, serão disponibilizados vários serviços on-line por forma a tornar mais rápido e eficiente o contacto entre o munícipe e os serviços da autarquia, bem como a possibilidade dos pagamentos serem feitos por multibanco, evitando assim a deslocação aos Paços do Concelho pelos munícipes.
- Manutenção ao nível da gestão financeira, da utilização de metodologias de controlo e gestão imprescindíveis à prossecução da política de cumprimento do prazo de pagamentos praticados pelo Município (até 30 dias). Ao nível do circuito documental financeiro serão diligenciados esforços no sentido de tornar o processo integralmente informatizado para maior controlo, eficiência e celeridade dos mesmos, nomeadamente, através da incorporação da assinatura digital nos documentos emitidos. A, previsível, entrada em vigor do SNC -AP em 2017 com o objetivo de uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas implicará, formação e adaptação dos serviços técnicos a um novo software e regras processuais.
- Garantir o recurso a programas de apoio comunitário disponíveis para a concretização de projetos e obras essenciais, que sejam favoráveis ao desenvolvimento do território e da economia local do Concelho de Santa Maria da Feira, bem como da região de Entre Douro e Vouga.



- Garantir que a contratação pública continua a ser um instrumento fundamental à prossecução da contenção das despesas, à manutenção da centralização da função compras, à utilização da plataforma das compras eletrónicas, à otimização e rentabilização dos recursos através das sinergias desenvolvidas pelos diversos serviços e à opção preferencial do concurso público como procedimento a utilizar, no estrito cumprimento da legislação em vigor e das boas práticas de gestão de compras.
Potenciaremos a elaboração de concursos conjuntos com outras entidades, nomeadamente, com a E.M. Feira Viva por forma a garantir economias de escala nas aquisições concretizadas.
- Ao nível dos sistemas de informação, prevê-se a prossecução, desenvolvimento e consolidação das infraestruturas informáticas implementadas em 2015 e 2016, nomeadamente, ao nível dos servidores, armazenamento e salvaguarda de dados; a preparação do software para suporte à implementação do sistema de qualidade dos serviços; implementação da fase final da central telefónica Voip e desmontagem definitiva do PPCA Alcatel e por fim, em 2017 pretende-se uma evolução da solução de segurança da rede interna.

Fundos Comunitários

O Município de Santa Maria da Feira, nos últimos anos, tem aproveitado os Fundos Comunitários disponíveis para a concretização de obras essenciais ao desenvolvimento do Concelho de Santa Maria da Feira e da própria região, em domínios que abrangem áreas tão diversas como Educação, Desporto, Ambiente, Turismo, Cultura, Eficiência Energética, Modernização Administrativa, entre outras.

O ano de 2017 não será exceção. Embora o novo Quadro Comunitário de Apoio – Portugal 2020 para o período entre 2014-2020, tenha iniciado formalmente em 2014, no que se refere aos Municípios, será em 2017 que se iniciarão os grandes investimentos enquadrados neste quadro comunitário de apoio.

Efetivamente, no que se refere ao “Portugal 2020”, e no que diz respeito aos Municípios, dando cumprimento ao previsto no Acordo de Parceria, o período entre 2014 e 2016 foi o período de refletir, e encontrar respostas às questões “quem somos, como estamos, como chegámos aqui?” Ou seja, onde nos encontramos, quais as potencialidades e oportunidades e quais os problemas e constrangimentos que a região enfrenta, assim como quais as grandes prioridades/desafios que teremos de agarrar para “dar a volta à região”.

Consolidando a cooperação intermunicipal prevista no Acordo de Parceria, participamos na concretização de uma AIDUS (Área Integrada de Desenvolvimento Urbano Sustentável) à escala AMP, com a definição de uma Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial, que deu origem ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da AMP.

Sem perder de vista as orientações da Europa 2020 e da nova regulamentação da política de coesão europeia, a estratégia da AMP está ancorada no Norte 2020 e na proposta de Acordo de Parceria, de forma a potenciar e otimizar a alocação de fundos estruturais no seu território durante o período 2014/2020.

Este processo deu origem ao Pacto para Desenvolvimento e Coesão Territorial da AMP assinado em 11 de fevereiro de 2016, com o NORTE2020, o POSEUR, o PDR2020 e o POISE. As intervenções a realizar no período 2014-2020 enquadram-se nas seguintes prioridades de investimento:

- TIC
- Eficiência Energética e Renováveis
- Empregabilidade, Emprego e Empreendedorismo
- Inclusão Social
- Prevenção do Abandono Precoce e Promoção do Sucesso Escolar
- Infraestruturas Educativas

As candidaturas a estas verbas serão formalizadas aquando da abertura de avisos por parte dos Programas Operacionais, sendo que o início da execução está previsto para 2017.

As AIDUS são complementadas por operações de valorização da estruturação urbana dos territórios de incidência e de promoção da atratividade e da competitividade das cidades.

Para tal o Município de Santa Maria da Feira elaborou o seu Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU)

O PEDU é o instrumento de programação que suportará a contratualização com as Autoridades Urbanas. No caso do Município de Santa Maria da Feira, o PEDU é um elemento de integração de instrumentos de planeamento, com os seguintes objetivos estratégicos:

- Objetivo estratégico 1: Promoção de uma mobilidade sustentável
- Objetivo estratégico 2: Qualificação do sistema urbano
- Objetivo estratégico 3: Potenciação de novas dinâmicas económicas e turísticas.
- Objetivo estratégico 4: Promoção da inclusão social das Comunidades Desfavorecidas

As ações decorrentes desta estratégia deverão incidir com particular relevância nas Áreas de Reabilitação Urbana, contemplando, não só a integração de um conjunto urbano que necessita de continuar a ser intervencionado, como também a melhoria da qualidade de vida da população, quer no que concerne ao edificado e aos espaços públicos, quer no que diz respeito às ações imateriais a desenvolver junto da população, potenciando assim todo o concelho de Santa Maria da Feira como um território competitivo, atrativo e socialmente coeso.

Paralelamente e no que se refere a outras matérias não incluídas no PDCT e no PEDU o Município de Santa Maria da Feira, mantém-se atento a todas as possibilidades de financiamento, tendo já elaborado várias candidaturas no âmbito do Portugal 2020.

Em conclusão, o Município de Santa Maria da Feira, procura utilizar o apoio comunitário disponível em prol do desenvolvimento do território, da economia local e da população Feirense, criando melhores condições de vida para todos os munícipes e potenciando a fixação de população no concelho.

CIAC – Centro de Informação Autárquico ao Consumidor

Nos conflitos de consumo, o CIAC tem um papel importante, no potenciar da componente da formação junto dos cidadãos que ajudará a construir um caminho de futuro com consumidores mais conscientes e responsáveis dos seus direitos e deveres, com cidadãos mais participativos numa comunidade mais solidária.

O CIAC dispõe de um serviço de apoio ao consumidor gratuito através do qual informa e presta aconselhamento ao consumidor sobre os seus direitos, contacta as entidades reclamadas para a resolução dos conflitos de consumo, e denuncia as práticas lesivas dos interesses dos consumidores à Deco, com quem temos protocolo.

No dia 15 de março de 2017, o CIAC - Centro de Informação Autárquico ao Consumidor completa 18 anos de existência, realizando ao longo deste percurso várias ações de sensibilização sobre a temática deste gabinete, como veículo distinto para a construção de uma sociedade participativa e preventiva. Deste modo, o gabinete pretende continuar, no ano de 2017, a prestar informações atualizadas, concretizando a sua disseminação em ações de informação que têm como objetivo a prevenção de conflitos de consumo.



Em 2017, estão previstas sessões de esclarecimento sobre literacia financeira junto dos diversos públicos (escolas, IPSS, Juntas), com intuito de informar e aconselhar o consumidor, ajudá-lo a gerir o seu orçamento familiar e apoiar as famílias vulneráveis na renegociação dos seus créditos e encargos. Paralelamente, continuamos a disponibilizar o Gabinete de Apoio ao Sobre Endividado, com o intuito de ajudar as famílias.

Julgado de Paz

A atuação dos Julgados de Paz, centra-se na justa composição de litígios, de forma simples, rápida e económica.

Estes serviços estão vocacionados para a participação cívica e responsabilização das partes na superação dos conflitos, privilegiando-se, sempre, a consensualidade, contribuindo decisivamente para a pacificação social.

Para o ano de 2017, prevê-se a realização de várias ações divulgativas, de forma a esclarecer as características e competências do Julgado de Paz, nomeadamente, junto dos 4 postos territoriais da GNR no concelho, e na esquadra da PSP de Santa Maria da Feira. Prevê-se também a realização de divulgações em parceria com as Juntas de Freguesia e os Institutos Superiores sedeados no concelho.

Também se pondera a realização de sessões de esclarecimentos junto de alguns serviços municipais, que, tendo contacto direto com matérias enquadráveis nas competências do Julgado de Paz, poderão informar os munícipes da possibilidade de recurso ao Julgado de Paz, de forma a que estes possam dirimir questões que ultrapassam as competências da autarquia. Esta articulação entre os serviços, poderia potenciar bastante a divulgação deste serviço.

A atividade desenvolvida pelo Julgado de Paz, tem-se pautado pela eficácia do serviço, não obstante todas as vicissitudes que teve de ultrapassar. É reflexo disso, o aumento anual de processos entrados e a classificação deste Julgado de Paz no 5.º lugar do ranking nacional.

A atuação deste serviço para o ano 2017, irá ao encontro dos anos anteriores, buscando-se, no entanto, melhores e mais satisfatórios resultados.

pelouro
**cultura, turismo,
biblioteca e museus**

Cultura

Culture in the cities should be regarded not only in terms of its artistic dimension but also as a mechanism to stimulate and promote social inclusion and urban regeneration. It also assists the creative economy in general. Culture is a vital pillar for the balanced and sustainable development of Europe's cities. It is a engine for urban economic development and contributes directly to enhancing the quality of life citizens.

EUROCITIES (in *Building a European Agenda for Culture that reaches Cities*, 2007, p. 4)

A Cultura tem vindo a ocupar um papel central no desenho das políticas autárquicas, dada a sua pertinência e contributo no contexto de um paradigma de desenvolvimento local integrado e sustentável. Para além da atenção que lhe é dirigida, graças à sua conexão com fatores de índole económica, social e urbana, a sua relevância fica-se a dever às relações intrínsecas que mantém com as questões da identidade, da memória, da criatividade, do conhecimento e do pensamento crítico.

O Município de Santa Maria da Feira tem vindo a implementar uma política cultural abrangente, visando o desenvolvimento local e qualidade de vida dos cidadãos, que se estabelece na mediação das relações entre: os públicos e os bens culturais; o fruir e o fazer artístico; a oferta e a procura (sobretudo dos agentes culturais e criativos); a tradição e a contemporaneidade.

Perseguindo o contexto do desenvolvimento local integrado e sustentável, em 2017, a política cultural do Município de Santa Maria da Feira terá por base a continuidade do investimento em instrumentos de mudança, nomeadamente:

- Ações regulares e programadas de capacitação de tecido associativo, agentes culturais e criativos;
- Programação cultural regular nas dimensões criativa, performativa, educativa e participativa;
- Envolvimento e criação artística da comunidade para a comunidade através do PAPC - Programa de Apoio a Projetos Culturais;
- Chamadas (*Calls*) aos artistas locais para a integração de projetos na oferta cultural e educativa;
- Chamadas (*Calls*) aos novos valores da criação artística contemporânea nacional e internacional para a criação e formação em residência em Santa Maria da Feira.

Para 2017, na reta final deste mandato governativo (2013/2017), o Pelouro da Cultura, Turismo, Biblioteca e Museus, na implementação do programa de ação Cultural observará **quatro eixos de ação**, considerados prioritários, sendo eles:

- **A sensibilização dos agentes culturais, de base associativa, para os valores da interdisciplinaridade e da complementaridade;**
- **A Cultura enquanto agente de sustentabilidade social;**
- **As sinergias Cultura / Turismo / Património enquanto motor de inovação económica;**
- **A internacionalização dos produtos e agentes culturais e criativos do território.**

No âmbito da missão do Pelouro da Cultura, Turismo, Biblioteca e Museus, procurar-se-á desenvolver estratégias integradas e apostar na procura de oportunidades de financiamento para os projetos de desenvolvimento, nomeadamente, através do quadro comunitário Portugal 2020.

Principais Linhas /Estratégias de Ação:

- Promoção do acesso à fruição estética de bens culturais de correntes estéticas distintas **da cultura popular à arte contemporânea;**
- Manutenção do **apoio técnico e assessoria aos agentes culturais, criativos e associativos**, adequando o horário de serviço para corresponder às necessidades destes;
- **Promoção de ações de formação**, planeadas e integradas, dirigidas ao tecido associativos e aos agentes culturais e criativos;
- Apoio e acompanhamento ao **Programa de Apoio a Projetos Culturais;**
- **Descentralização** da oferta do acesso aos bens culturais através da promoção de projetos disciplinares e multidisciplinares, em parceria com os agentes culturais, criativos e associações culturais locais;
- **Apoio ao desenvolvimento do cluster das ICC e a projetos de Internacionalização do setor cultural**, através do projeto Caixa das Artes, em articulação com a plataforma BIZFEIRA;
- **Promoção dos principais ativos turísticos (e produtos turísticos) concelhios na área do Turismo Cultural, Turismo Criativo, Turismo de Saúde e Bem-Estar e Turismo de Negócios;**
- Promoção integrada do território através do agregador VISITFEIRA.TRAVEL;
- **Promoção da leitura através dos projetos de ação permanente e pró-ativa da Biblioteca Municipal e polos;**
- **Salvaguarda e promoção do património através dos serviços educativos, oficinas pedagógicas, eventos temáticos, exposições temporárias, estudos e ações de conservação e restauro pela Rede Municipal de Museus.**
- Valorização dos eventos de referência: Festa das Fogaceiras, Semana Santa, IMAGINARIUS, Viagem Medieval em Terra de Santa Maria, Encontros com a Música e Perlim – Uma Quinta de Sonhos;

Ação Cultural e Associativismo

1. Festa das Fogaceiras

A *Festa das Fogaceiras* incorpora a máxima representação do vasto capital simbólico e cultural de Santa Maria da Feira e das Terras de Santa Maria. Em 2017, paralelamente às atividades que pontuam o programa civil e religioso do feriado municipal (20.Janeiro), dedicado ao Mártir São Sebastião, será mantida uma programação cultural, de oferta diversificada, ancorada nos recursos endógenos do território, integrando espetáculos de música, teatro, dança, exposições e mostras de gastronomia local.

2. Imaginarius | Festival Internacional de Teatro De Rua

O *IMAGINARIUS – Festival Internacional de Teatro de Rua – Santa Maria da Feira*, em 2017, continuará a posicionar-se como o maior evento de teatro e artes de rua realizado em Portugal, considerando como principais os seguintes eixos de intervenção:

- a) A exposição do território e da sua comunidade aos grandes vultos da criação artística internacional para o espaço público;
- b) Promoção do acesso público aos bens culturais;
- c) Promoção da educação criativa e da transformação social pela arte;
- d) Promoção da interculturalidade;
- e) Promoção da capacitação dos agentes culturais e criativos locais.

Em 2014 o *IMAGINARIUS – Festival Internacional de Teatro de Rua* integrou a *Circostrada – European Network Circus and Street Arts*, uma rede europeia de artistas e agentes criativos que promovem o encontro, discussão e reflexão acerca do teatro e artes de rua a nível europeu e internacional. Fruto desta parceria, Santa Maria da Feira, receberá, de 24 a 26 de Maio de 2017, o *Fresh Street #2 – International Seminar for the Development of Street Arts*, um evento que será realizado nas instalações do Europarque e que irá proporcionar oportunidades únicas de contacto com redes potenciadoras nos processos de internacionalização do sector cultural e criativo local, regional e nacional.

3. Encontros com a Música

O Dia Mundial da Música (01.Outubro) continuará a ser assinalado em 2017 com a iniciativa do *Encontros com a Música*, através da qual pretende-se promover concertos e apontamentos musicais em locais informais, ou não convencionais, dando ao público a possibilidade de usufruir do bem artístico e cultural que é a Música em espaços e circunstâncias inusitadas.

4. CCTAR/ Caixa das Artes

O Projeto CCTAR/ Caixa das Artes, espaço de desenvolvimento criativo (EDC) constitui-se como **elemento central de um novo ecossistema cultural e criativo** do concelho e da região, **contribuindo para o desenvolvimento integrado de Santa Maria da Feira** a médio e longo prazo, quer **a nível cultural, educativo e social**, quer a nível **turístico e económico**.

O plano estratégico para o CCTAR/Projeto Caixa das Artes tem por base um conjunto de valores que inspiram a sua ação:

- **Interdisciplinaridade**

Distinguindo-se como um espaço aberto ao diálogo entre diferentes áreas de conhecimento, nomeadamente, entre as diversas linguagens e disciplinas artísticas que marcam a cena cultural contemporânea, o CCTAR/Projeto Caixa das Artes não só permite como também, e acima de tudo, promove a coexistência (autónoma ou simultânea) de projetos, eventos e atividades de programação inseridas em contextos disciplinares diversos, fomentando o diálogo entre diferentes práticas artísticas.

- **Complementaridade**

Através das suas valências, o CCTAR/Projeto Caixa das Artes promove a convergência entre a arte, a cultura, o conhecimento e a economia, contribuindo para a criação de um ecossistema cultural sustentável, promotor da qualidade de vida no concelho de Santa Maria da Feira. Neste sentido, o CCTAR/Projeto Caixa das Artes apresenta-se como um equipamento complementar aos equipamentos já existentes no concelho de Santa Maria da Feira – assim como a outros equipamentos já existentes na região –, e os seus projetos e atividades apresentam-se como complementares às dinâmicas culturais e artísticas locais – com especial relevo para o trabalho das associações culturais locais.

- **Dimensão internacional**

Acolhendo coproduções internacionais e promovendo eventos com parceiros internacionais, fomentando permanentemente o seu envolvimento com o tecido criativo local, o CCTAR/Projeto Caixa das Artes constitui-se como uma plataforma para a internacionalização da produção cultural local, colocando o concelho de Santa Maria da Feira em novos circuitos de turismo cultural, novas redes de criação, e novos projetos produção artística, potenciando a sua promoção e a captação de financiamentos.

- **Coesão Social**

Promovendo a interação das comunidades locais com os artistas, projetos e criações que acolhe – ou que produz –, o CCTAR/Projeto Caixa das Artes traduz-se num elemento de coesão social de carácter vincadamente inclusivo, fomentando a acessibilidade nas suas mais diversas dimensões, não só provendo as necessidades dos mais diversos públicos, como também promovendo atividades que potenciem especificamente o acesso igualitário.

- **Aprendizagem**

O CCTAR/Projeto Caixa das Artes institui-se como promotor da produção de conhecimento e de valor, disponibilizando e dinamizando diversas atividades que, fomentando a aprendizagem informal e respetivas dinâmicas, permitem a formação, qualificação e profissionalização do tecido criativo de Santa Maria da Feira, propiciando um serviço educativo de relevo transversal a toda a sua estratégia.

- **Inovação económica**

Apostando na dimensão económica das atividades culturais e criativas, o CCTAR/Projeto Caixa das Artes pretende contribuir para a criação de emprego e riqueza, em particular através da incubação de novos projetos empresariais e a exportação de bens e serviços culturais, mas também pela criação de efeitos de spillover sobre outros sectores da economia local, devendo, para tal, articular-se com o programa Bizfeira.

- **Eixos de Intervenção**

No seguimento da missão e dos valores propostos para o CCTAR/Projeto Caixa das Artes, o modelo operacional que orientará as suas linhas de ação deverá fundar-se nos seguintes eixos de intervenção:

- **Participação cultural das comunidades**

Uma das preocupações do CCTAR/Projeto Caixa das Artes é fomentar a participação ativa das diferentes comunidades locais. Para o CCTAR/Projeto Caixa das Artes a comunidade é sujeito, objeto e canal, pelo que a sua participação deverá ser transversal a todos os programas deste equipamento.

No que concerne especificamente ao grande tecido associativo de Santa Maria da Feira – as suas potencialidades e as suas debilidades –, o CCTAR/Projeto Caixa das Artes pretende constituir-se como um elemento agregador de recursos, quer numa lógica de acolhimento e apoio às suas produções, quer, e sobretudo, no apoio à qualificação e profissionalização dos seus agentes criativos, numa lógica de desenvolvimento qualitativo da produção artística local – formando não só novos profissionais das artes, mas também uma massa crítica informada e capaz, potencialmente consumidora de produtos culturais.

- **Criação em residência**

O CCTAR/Projeto Caixa das Artes deverá promover um contexto favorável à receção de artistas e criativos, nacionais e internacionais, dos mais diversos domínios artísticos, possibilitando o encontro e o entrecruzamento multidisciplinar, o diálogo multicultural e a aproximação à comunidade, numa lógica comum de aprendizagem e concretização artística.

Esta dimensão deve ser concretizada em profunda articulação com o sistema cultural e criativo local, nomeadamente no que diz respeito aos agentes criativos autóctones e às condições técnicas de produção e de criação existentes no território – que poderão ser trabalhadas num registo de intercâmbio e partilha.

- **Internacionalização**

O CCTAR/Projeto Caixa das Artes está preparado para se constituir como uma plataforma de excelência para o acolhimento, criação e produção de projetos de foro cultural (pense-se em residências artísticas; atividades de formação e qualificação; eventos culturais; espetáculos; ou até mesmo congressos e colóquios dedicados às mais diversas disciplinas artísticas) de âmbito nacional e internacional, participando de forma ativa na geração de um sistema cultural sustentável.

Importa captar para o CCTAR/Projeto Caixa das Artes ações que promovam a sua atratividade quer a nível nacional, quer a nível internacional.

Para a prossecução desta ideia é fundamental: desenvolver parcerias locais, regionais e internacionais com artistas individuais, coletivos de artistas, universidades e instituições públicas e privadas; criar ou participar ativamente em redes nacionais e internacionais de trabalho; estimular o conhecimento nacional e internacional do espaço, realizando atividades de acolhimento e coprodução apelativas a artistas, produtores e programadores nacionais e internacionais; aproveitar as dinâmicas, de abrangência transnacional, geradas pelo Imaginarius – Festival Internacional de Teatro de Rua; e ainda, possibilitar aos intervenientes programas de intercâmbio cultural e artístico, promovendo a participação conjunta de artistas locais e artistas/entidades nacionais e internacionais na criação e produção de espetáculos.

A criação de programas atrativos a entidades artísticas nacionais ou internacionais é um elemento fundamental deste eixo, visando fundamentalmente colocar o Projeto Caixa das Artes no atual mapa da cena cultural nacional e internacional.

Em 2017 a Caixa das Artes implementará cinco programas temáticos, enquadrados na visão, missão e eixos de intervenção do projeto, a saber:

- i. Programa de Qualificação / Educação;
- ii. Programa de Residências Artísticas;
- iii. Programa de Mediação
- iv. Programa de Internacionalização;
- v. Programa de Criação de Novos Negócios

5. Programa de Apoio a Projetos Culturais

O PAPC - Programa de Apoio a Projetos Culturais tem como objetivo fomentar a participação ativa das associações locais nos processos de criação e de intervenção sociocultural no território. Constitui-se um instrumento de apoio à produção cultural associativa e à integração dos projetos culturais do tecido

associativo local na oferta cultural municipal - numa lógica de descentralização das ações, do acesso aos bens culturais pelas comunidades e do incentivo aos projetos que tenham por base a organização colaborativa, em redes ou através de parcerias. Pretende auxiliar o desenvolvimento qualitativo da produção artística local, de base associativa, formando não só novos agentes culturais, mas também uma massa crítica informada e capaz, produtora e potencialmente consumidora de produtos culturais. Em 2017 será dada continuidade aos PAPC - Programa de Apoio a Projetos Culturais, através do apoio a projetos culturais inovadores que potencializem a Cultura e o acesso à participação cultural no território. As associações poderão aceder a este apoio mediante a submissão de candidaturas sendo que todas as candidaturas serão avaliadas por um júri nomeado pela Câmara Municipal, segundo os critérios definidos no Regulamento do Programa de Apoio a Projetos Culturais.

6. Ações de Capacitação e Apoio ao Associativismo e Criatividade

Santa Maria da Feira possui um terceiro sector bastante ativo e com uma presença muito forte no território, nomeadamente através das atividades desenvolvidas pelas associações culturais, recreativas, desportivas e sociais. A exigência do contexto social e económico atual obriga a uma constante capacitação dos agentes do terceiro sector no sentido de o preparar para os desafios atuais, fazendo uso da inovação e do empreendedorismo como estratégia de gestão para as suas instituições. Dando resposta a essa necessidade formativa o Município fomentará a implementação de um curso intensivo de *DIRECÇÃO DE CENA E PRODUÇÃO*, que contribua para a formação e qualificação do tecido associativo concelhio, dotando-o de conhecimentos teórico-práticos que possam auxiliar no planeamento, gestão e execução dos processos e procedimentos inerentes à produção de espetáculos de rua e de sala.

A sua criação e implementação será, preferencialmente, suportada por instituição de ensino superior com oferta formativa na área específica das artes do espetáculo.

7. Cartografia do Associativismo Concelhio

Tendo como universo o número de associações e coletividades existentes no concelho, pretende-se elaborar uma *Cartografia do Associativismo Concelhio*, identificando os meios/recursos existentes quanto a: instalações, equipamentos, meios e recursos; competências técnicas e artísticas; atividades e projetos desenvolvidos.

A partir da elaboração da *Cartografia do Associativismo Concelhio* estarão reunidas condições para efetuar uma caracterização do tecido associativo presente no território de Santa Maria da Feira e elaborar um diagnóstico acerca das necessidades de intervenção aos níveis de programas de apoio e de qualificação e capacitação.

8. Ação Cultural - Produções e Eventos Temáticos Específicos

Através da realização de coproduções e do estabelecimento de parcerias colaborativas, pretende-se promover o acesso dos munícipes à Cultura através do estabelecimento de uma programação regular,

multidisciplinar, dirigida a toda a população, com particular enfoque na formação de públicos e formação integral das gerações futuras.

O trabalho a desenvolver nesta área será centrado no favorecimento do contacto com os vultos da criação artística nacional, bem como na criação de oportunidades de performance para os jovens criadores do território e da região. Pretende-se, ainda, que a ação cultural fomente, de forma sistematizada e constante uma agenda geradora de hábitos culturais no território, que possibilite a fruição de criações artísticas, ciclos temáticos e outras experiências edificantes, que promovam a ligação à história, ao património e à tradição do território.

9. Programação de Sala - Cineteatro António Lamoso

Com a reabertura, em 2015, do Cineteatro António Lamoso, o Município passou a dispor de uma infraestrutura cultural, totalmente equipada e disponível para a promoção da Cultura e de eventos culturais de médio formato em Santa Maria da Feira. Em 2017 será mantida uma programação de sala regular, contemporânea e diversificada, que vá da música à dança, do teatro aos cafés-concertos, passando pelas tertúlias, conferências, ações educativas e formativas. Desta forma aproveitar-se-á toda a potencialidade oferecida por aquele equipamento, bem como pelos seus espaços: Auditório, Café Concerto e Sala de Dança.

10. Viagem Medieval em Terra de Santa Maria

A Viagem Medieval é o maior evento de recriação histórica medieval em Portugal, atraindo milhares de visitantes, durante doze dias, ao centro histórico de Santa Maria da Feira. Com características únicas no país, este projeto, diferencia-se dos demais pela exigência do rigor histórico, dimensão (espacial e temporal) e envolvimento da população e agentes associativos locais. Esta diferenciação tem contribuído para o seu reconhecimento e obtenção de diversos prémios, destacando, de entre estes, os mais recentes:

- Prémio “Ciudad de Castellón” – Fundação Moros d’Alqueria [Espanha, 2016]
- Prémio “Melhor Evento Público 2014” [Gala dos Eventos – ExpoEventos 2015]
- Menção Honrosa “Melhor Filme de Turismo” [ART&TUR 2015]
- Certificado de Excelência 2015 [Trip Advisor]

Partindo dos agentes culturais e do tecido associativo local, representado pela Federação das Coletividades de Cultura e Recreio de Santa Maria da Feira, este projeto tem conseguido gerar valor acrescentado para o território, garantindo que grande parte da animação deste evento seja concretizada por uma forte e sustentada base de apoio local (associações e artistas locais).

A organização da Viagem Medieval é uma parceria de diversas instituições, tais como: a Feira Viva EM, a Câmara Municipal, a Federação de Coletividades de Cultura e Recreio de SM Feira e a Sociedade de Turismo de SM Feira. É pretensão da autarquia dar continuidade a este projeto que representa o verdadeiro capital cultural do município de Santa Maria da Feira.

11. Festival HARMOS 2017

Em 2016, o Município de Santa Maria da Feira estabeleceu uma parceria colaborativa com a ESMAE – Escola Superior de Música e Artes do Espectáculo/Instituto Politécnico do Porto, para o acolhimento do Festival *HARMOS Classical*, dedicado à música de câmara, que trouxe até ao nosso território alguns dos melhores alunos das escolas superiores de música da Europa.

Dando continuidade a esta parceria o Município irá acolher, pelo 2º ano este festival, fomentando uma ligação às escolas do ensino artístico especializado, e/ou às associações culturais cujo campo de ação se centra nas práticas musicais, permitindo que estas comunidades possam contactar com os alunos e/ou professores das mais relevantes escolas superiores de Música da Europa.

12. Festival de Cinema Luso-Brasileiro

O Festival de Cinema Luso-Brasileiro é um evento integrado no roteiro dos festivais de cinema do nosso país. A organização deste certame é da responsabilidade do Cineclube da Feira, que conta, desde a primeira edição, com o apoio da Câmara Municipal. Pelo Festival de Cinema Luso-Brasileiro tem passado diversas produções e personalidades, portuguesas e brasileiras, que foram consagradas e premiadas noutros certames internacionais. O objetivo deste festival de cinema é apresentar o que de melhor se faz, a nível cinematográfico, em Portugal e no Brasil, valorizando a língua e a matriz cultural de ambos os países, constituindo-se um fórum de debate de ideias sobre o cinema Luso-Brasileiro e um espaço de apresentação e promoção da nova geração do cinema.

Turismo

A atividade turística possui características peculiares específicas e provoca inúmeros impactos (económicos, sociais e ambientais, entre outros) transversais sobre diversos sectores de atividade, o que exige uma convergência de esforços dos diversos atores envolvidos, nas mais variadas escalas de atuação, tendo em vista o desenvolvimento sustentável e integrado do concelho, numa ótica regional, nacional e internacional.

Sendo o potencial turístico de Santa Maria da Feira um ativo distintivo do território - justificado nos principais produtos turísticos – Turismo Cultural, Turismo de Negócios, Turismo de Saúde e Bem-estar – e sobretudo, desde o início do século XXI, nos grandes eventos – Viagem Medieval em Terras de Santa Maria, Imaginarius e, mais recentemente, Perlim - todas as atividades do plano e orçamento estarão centradas na valorização dos **produtos turísticos estratégicos: Touring Cultural e Paisagístico; Turismo de Saúde e Bem-estar; Turismo Criativo e Turismo de Negócios**, destacando-se os seguintes projetos:

1. Apresentação do Plano Estratégico e de Marketing para o Turismo de Santa Maria da Feira

As permanentes mudanças no mercado turístico e a necessidade de implementar estratégias que respondam aos desafios atuais e futuros, exigem o desenvolvimento de políticas e estratégias capazes de responderem aos problemas da reestruturação económica, social e ambiental dos destinos, mas que ao mesmo tempo permitam a atração de investimento, promoção do crescimento económico e a geração de emprego, capaz de captar novos visitantes e residentes.

O plano estratégico e de marketing para o turismo de Santa Maria da Feira tem por base as seguintes ações:

- a) Criação de um perfil e imagem de turismo únicos (posicionamento e identidade do destino)
- b) Definição dos segmentos turísticos alvo (processo de segmentação)
- c) Propostas para o desenvolvimento de infraestruturas turísticas modernas, de qualificação da oferta e de organização dos produtos turísticos;
- d) Acessibilidades;
- e) Conceção de uma estratégia de venda e de marketing variada;
- f) Desenvolvimento da sustentabilidade do destino.

O Plano Estratégico e de Marketing para o Turismo de Santa Maria da Feira será apresentado no “Seminário Internacional de Turismo Sustentável”, em Santa Maria da Feira, no primeiro trimestre de 2017.

2. “Seminário Internacional de Turismo Sustentável” de Santa Maria da Feira

Este fórum internacional de Turismo, que decorrerá no primeiro trimestre de 2017 em Santa Maria da Feira, funcionará como o “arranque oficial do debate subordinado aos temas da atividade turística nacional”, incidindo preferencialmente sobre temáticas relevantes para o futuro turístico de Santa Maria da Feira, como o turismo Cultural, Criativo, de Negócios e de Saúde e Bem-estar.

Suportados por uma parte institucional com relevantes figuras do panorama nacional, debaterá ainda tópicos como a Imagem, Marketing | Promoção, Eventos e Cultura | Criatividade e Sustentabilidade dos destinos, devendo culminar com a apresentação do Plano Estratégico e de Marketing do Turismo de Santa Maria da Feira.

3. Promoção Turística

O estabelecimento de parcerias e sinergias com o envolvimento de novos atores deverá ser uma das prioridades da Autarquia, de forma a reforçar e qualificar a oferta turística do concelho, melhorando a experiência turística do turista e visitante e maximizando a rentabilização dos investimentos públicos e privados, sempre com o objetivo estratégico de “fazer mais com menos recursos”.

a) Portal Turístico

Manutenção e atualização do portal turístico www.visitfeira.travel, principal canal de promoção e comunicação turística de Santa Maria da Feira, nomeadamente ao nível da produção de novos conteúdos multimédia - fotografias e vídeos - promocionais do destino.

b) Feira Card

Manutenção, atualização e promoção do projeto turístico “Feira Card” - estabelecido entre a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, os principais equipamentos turísticos do concelho, as unidades hoteleiras de Santa Maria da Feira, os restaurantes de referência de Santa Maria da Feira, o Cineteatro António Lamoso e outros parceiros - nomeadamente através da procura de novos parceiros e estratégias integradas - *cross promotion*.

c) Material promocional

Desenvolvimento de conteúdos e impressão de material promocional com especial enfoque na produção de um desdobrável tríptico promocional (a disponibilizar on-line e em papel) com os principais ativos turísticos e informações das freguesias do concelho com base nas organizações administrativas.

d) Colaboração na promoção dos principais eventos culturais e turísticos de Santa Maria da Feira

Reforço da promoção dos eventos diferenciadores do destino Santa Maria da Feira, nomeadamente a Viagem Medieval em Terra de Santa Maria, Imaginarius – Festival Internacional de Teatro de Rua, Perlím – Quinta de Sonhos, Festa das Fogaceiras e Semana Santa, através do estabelecimento de

parcerias estratégicas, nomeadamente com a Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte, de forma a maximizar o impacto promocional a uma escala regional, nacional e internacional.

É importante salientar o apoio que o Gabinete de Turismo poderá desempenhar na organização, logística e promoção do maior seminário europeu de Artes de Rua (Fresh Street#2), que ocorrerá em maio no Centro de Congressos do Europarque.

Paralelamente, deverá ser intensificada a aposta no conceito de Bilhetes Experiência que são certamente um meio privilegiado na promoção, qualificação e diferenciação dos eventos e do destino Santa Maria da Feira, e se possível incorporá-lo nos restantes eventos, bem como nos equipamentos turísticos e Cineteatro António Lamoso.

Ainda em 2017, está prevista a candidatura dos eventos a conceituados prémios nacionais e internacionais de turismo, nomeadamente na Gala dos Eventos, Eventex e Festival Art & Tur, promovendo o seu reconhecimento e notoriedade nacional e internacional.

e) Comemorações do Dia Mundial de Turismo

Ainda no âmbito da promoção turística, e a exemplo dos anos anteriores, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira pretende associar-se às Comemorações do Dia Mundial de Turismo, através do desenvolvimento de diversas iniciativas que permitam a promoção integrada dos principais equipamentos turístico do concelho, bem como o reforço da satisfação e experiência turística dos visitantes.

4. Merchandising oficial de Santa Maria da Feira

Até ao final do ano de 2016, será feito um levantamento exaustivo de *souvenirs* e pequenas lembranças representativas de Santa Maria da Feira, de forma a se implementar uma linha coerente e apelativa de merchandising oficial de Santa Maria da Feira, nomeadamente a nível de postais, emblemas, pinos e ímanes, bem como artigos com base na transformação da cortiça para venda.

5. Feiras de Turismo e outros eventos promocionais

Para o ano de 2017, o Gabinete de Turismo da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira estará presente (ou representado) nas principais Feiras de Turismo nacionais e noutros eventos promocionais, em articulação com a Entidade de Turismo do Porto e Norte e o Eixo Atlântico, nomeadamente:

- Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL);
- FITUR, em Madrid;
- Expocidades 2017, em Vila Real.

6. Turismo religioso em Santa Maria da Feira

a) Caminho de Santiago em Santa Maria da feira

Realização, em parceria com a Via Lusitana, de um fim-de-semana temático, cujo programa será constituído por uma conferência sobre os Caminhos de Santiago em Santa Maria da Feira (focando a

história | importância | espiritualidade | sinalização | experiências), um jantar seguido de queimada galega e, no dia seguinte, a realização de uma caminhada pelo concelho, articulada com o Gabinete de Desporto da autarquia.

Ainda no âmbito do Caminho de Santiago em Santa Maria da Feira, pretende-se fomentar a disponibilização de um “Menu do Peregrino”, a um preço acessível, nos restaurantes localizados na proximidade do itinerário. Será igualmente reforçada a parceria com os Bombeiros Voluntários de Arrifana e de Lourosa, bem como com o Hotel Pedra Bela, de forma que se possa monitorizar o número de peregrinos que visitam ou ficam alojados nas suas instalações.

b) Roteiro Património Religioso

Ainda no âmbito, da aposta no Turismo Religioso, pretende-se estruturar um roteiro do património religioso concelhio, em articulação com as festividades religiosas, de forma a valorizar as tradições históricas religiosas e a atrair públicos a Santa Maria da Feira.

7. Turismo Gastronómico

Realização de um evento gastronómico no centro histórico de Santa Maria da Feira integrado nos Fins-de-Semana Gastronómicos do Porto e Norte.

8. Roteiro de Turismo Industrial em Santa Maria da Feira

Implementação de um roteiro de Turismo Industrial, no âmbito da Cortiça em parceria com a APCOR, com o objetivo da valorização e promoção da identidade histórica e cultural feirense através de visitas guiadas às fábricas aderentes ao projeto.

9. Turismo acessível em Santa Maria da Feira

Produção e implementação de um Manual de Boas Práticas a nível da acessibilidade de todos os públicos aos principais eventos, equipamentos turísticos, unidades hoteleiras de Santa Maria da Feira e restantes parceiros.

Dinamização de ações de formação / workshops de Turismo Acessível, em parceria com o Turismo de Portugal, dirigidos ao trade turístico de Santa Maria da Feira.

10. Visitas turísticas e encenadas

Organização e gestão de visitas guiadas encenadas ao património de Santa Maria da Feira, através da preparação logística, disponibilização de material promocional, receção e acompanhamento de grupos organizados ao concelho, utilizando preferencialmente os descontos associados ao cartão turístico “Feira Card”.

Biblioteca Municipal

A divisão de bibliotecas e arquivo, vive um momento de grande transformação, de grandes reptos à sua capacidade técnica, de criar e de recriar, num contexto em que nos é exigido responder às necessidades dos cidadãos com a maior e melhor eficácia e eficiência possível.

Sentimo-nos impelidos pela necessidade de abraçarmos a **oportunidade de mudança quando esta nos traz a certeza da prestação de um melhor serviço à nossa comunidade.**

A) Biblioteca Municipal

A biblioteca de Santa Maria da Feira tem prosseguido, com sucesso, os objetivos definidos no contexto das suas missões, sobretudo no que diz respeito: acesso à informação, qualquer que seja o seu suporte; acesso às TIC, sublinhando-se neste caso, a substituição de todos os PC de acesso público; à renovação, permanente, do seu fundo documental; à disponibilização de bens culturais; à promoção da leitura para diferentes grupos etários, na biblioteca e de forma descentralizada, numa relação direta com as escolas, os polos e as IPSS; à disponibilização de serviços de proximidade, cumpridos pelos polos e pelo Bibliobus; a prestação de serviços à comunidade através do acolhimento de eventos; à promoção da história local, através da disponibilização, em formato digital, no seu catálogo de mais de 10 000 documentos.

Devemos sublinhar que a prossecução das suas missões, tem sido acompanhada de um aumento substancial de novos leitores, de empréstimos, de participação nas atividades educativas e na utilização dos recursos eletrónicos.

No entanto, à semelhança das bibliotecas públicas, em todo o mundo, a biblioteca municipal deve estar predisposta à mudança sobretudo quando o contexto em que atua se altera e quando os superiores interesses dos seus concidadãos assim o exija.

As novas estratégias de ação das bibliotecas públicas, a nível mundial, passam pela criação de makerspaces, hackerplaces ou Fab Lab, ou seja, espaços onde as pessoas têm a oportunidade de explorar os seus interesses, aprender a usar ferramentas, equipamentos e materiais e desenvolver projetos criativos.

Atenta a esta transformação de paradigma, ao território onde age, à estratégia municipal para o projeto Caixa das Artes, à virtuosidade de a ele se associar, a biblioteca municipal iniciou um processo de transformação e focalizou-se na criação de um espaço de criatividade, de inovação e de aprendizagem. Neste contexto, a biblioteca municipal vai disponibilizar um espaço fab lab que será constituído por um estúdio de som; um estúdio de multimédia e uma sala TIC destinada à formação informal de 3 níveis e a ações criativas.

A disponibilização destes serviços e o foco na criação de condições para a promoção da criatividade, determina, também, a integração, na coleção da biblioteca, de um fundo de partituras musicais e a disponibilização de instrumentos musicais.

É evidente que esta nova estratégia não coloca em causa a continuidade da prossecução das missões da biblioteca e o plano de atividades que ora se apresenta reflete esta intenção. Antes constituirá um

complemento às mesmas e constituirá um polo de atração de novos públicos e uma referência a nível nacional.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PARA 2017

Para além da prestação dos serviços, atividades gerais da biblioteca e dos objetivos que, anualmente, traçamos e que temos prosseguido, importa, no presente Plano de Atividades e Orçamento, destacar os projetos que terão mais enfoque no próximo ano, a saber:

1. APOIAR A EDUCAÇÃO FORMAL E PROMOVER A APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

- criar competências de literacia nas crianças desde os 6 meses;
- sensibilizar os pais, através de programas de promoção da leitura, para a importância da leitura no desenvolvimento cognitivo da criança;
- continuar a promover, em parceria com as bibliotecas escolares, escolas e IPSS, ações de promoção da leitura.

INICIATIVA CHAVE

- promover, no fab lab da biblioteca, ações permanentes de literacia digital e de criação de competências na área das TIC, em público jovem e adulto, com o apoio de uma bolsa de voluntários.

2. MELHORAR O ACESSO AOS RECURSOS DA BIBLIOTECA E INCREMENTAR A SUA UTILIZAÇÃO

- subscrever revistas eletrónicas e disponibilizá-las aos leitores inscritos;
- divulgar e promover a utilização autónoma do catálogo online da biblioteca;
- reorganizar o fundo documental da biblioteca, em função dos interesses dos utilizadores, iniciando o processo de criação de núcleos de interesse e aplicando princípios de marketing;
- dar continuidade à preservação e divulgação da história local;
- criar um prémio simbólico que premeie os 3 leitores mais assíduos (criança, jovem, adulto);

INICIATIVA CHAVE

- criar um fundo de partituras musicais, destinadas ao empréstimo domiciliário.

3. PROMOVER A EXPRESSÃO CRIATIVA, A CULTURA E AS ARTES

- disponibilizar programas culturais para todo o tipo de públicos quer através de programação própria quer através da programação integrada na ação cultural da Câmara Municipal e da Caixa das Artes;
- realizar, em parceria com o Cineclubes da Feira, sessões de cinema para famílias e público idoso;
- promover exposições de arte contemporânea e ações que mediem a relação entre os artistas, os objetos artísticos e o público;



- sensibilizar a aprendizagem informal da música através da disponibilização de instrumentos musicais, partituras e da promoção de, de forma regular, concertos pedagógicos;

INICIATIVA CHAVE

- promover experiências criativas e inovadoras através da disponibilização dos recursos do fab lab;

INICIATIVA CHAVE

- disponibilizar, para empréstimo, instrumentos musicais.

4. GARANTIR A MÁXIMA SATISFAÇÃO DO UTILIZADOR

Para além da disponibilização de serviços que atendam, efetivamente, às necessidades dos utilizadores é importante que estes sejam prestados com a maior eficácia e eficiência.

Tal determina, obviamente, que se mantenha a cultura organizacional da biblioteca e que a equipa continue comprometida com a prestação de um serviço público de qualidade.

Neste sentido, deverão ser promovidas ações que garantam a prossecução dos objetivos definidos no cumprimento das missões da biblioteca e no quadro do Sistema de Gestão de Qualidade, aplicado como um eficaz instrumento de gestão.

INICIATIVA CHAVE

- implementar a nova NP EN ISO 9001:2005.

B) Arquivo Municipal

Como se referiu no texto introdutório, o Arquivo Municipal está num enorme processo de transformação que tem como objetivo modernizar a cultura informacional da organização, tendo como propósito final a melhoria do acesso do cidadão aos serviços e à informação produzida pelo Município.

Esta transformação assenta em três pilares:

- desmaterialização e disponibilização online de documentos históricos, produzidos entre 1508 e 1974;
- implementação do SIGIM - Sistema Integrado de Gestão de Informação do Município recorrendo à desmaterialização de processos através da digitalização de documentos, uniformização e integração de modelos de gestão, reorganização de serviços e requalificação de recursos humanos, modernização da infraestrutura tecnológica, criação de novos canais de comunicação com o munícipe;

INICIATIVA CHAVE

- construção do Arquivo Municipal.

Património Cultural

O fortalecimento das relações entre os museus e as diferentes comunidades concelhias, é um dos principais objetivos deste setor, dando cumprimento às orientações estratégicas definidas pelo pelouro com foco na potenciação das sinergias Cultura/Turismo/Património, na implementação e dinamização de uma política museológica global que permita aos museus assumirem-se como centros ativos de divulgação cultural, proporcionando ações inovadoras a partir dos seus conteúdos e do património concelhio.

Nesta sequência, paralelamente, complementarmente e/ou em extensão, serão promovidas iniciativas culturais de várias tipologias tais como visitas encenadas aos museus, às exposições, visitas guiadas ao património edificado no centro histórico de Santa Maria da Feira, ações de recolha de cantares e tradições associadas à identidade papelreira, ações integradas nos dias comemorativos do património, nomeadamente: Dia Internacional de Monumentos e Sítios, Dia Internacional dos Museus, La Nuit des Musées, Jornadas Europeias do Património, Dia Internacional do Turismo.

Projetos em Rede

Prevê-se a continuidade dos projetos educativos da Rede Municipal de Museus, considerando o bom acolhimento destes projetos pelos públicos a que se dirigem, com particular enfoque nas oficinas Do Papel à Escrita, o Herbário Ilustrado e a Maleta Pedagógica.

O Museu do Papel dará continuidade ao projeto educativo com a Biblioteca Municipal A Menina de Papel.

Museu Convento dos Lóios

Promover e orientar para a salvaguarda, preservação, valorização e qualificação do nosso património cultural e humano são objetivos que se pretendem fortalecidos com as relações de parceria entre o Museu e a comunidade concelhia. Nesta dinâmica, propõe-se a requalificação da exposição permanente com a aquisição de painéis expositivos que auxiliem a interpretação dos objetos expostos assim como a atualização dos quiosques multimédia e criação de suportes em linguagem técnica para públicos mais especializados.

1. Exposições Temporárias

As exposições temporárias são excelentes meios de comunicação e de divulgação dos bens culturais existentes nas coleções dos museus, convertendo-se num intercâmbio de experiências entre instituições e agentes culturais e artísticos que partilham objetivos comuns. É proposta a realização de quatro exposições incluindo um serviço educativo associado a cada uma.

- Associada ao Centenário das Aparições de Fátima, realização de uma exposição e catálogo sobre imaginária religiosa mariana, um trabalho em parceria com as Paróquias do Concelho e a Vigararia;

- Exposição: Viagem Medieval em Terra de Santa Maria, temática a ser trabalhada de acordo com o período histórico a retratar;
- Exposição tátil em parceria com a Provedoria Municipal para a Mobilidade;
- Exposição do Natal: a ser trabalhada com comunidades específicas do concelho.

Para a realização destas exposições, prevê-se a habitual aquisição de materiais, bens e serviços, nomeadamente: serviço de comissariado, monitor, transporte de obras de arte, seguros, valores de empréstimos, aquisição de mobiliário expositivo de várias espécies, produção e montagem de estruturas expositivas, luz e som assim como outros bens e suportes de informação e divulgação.

2. Serviços Educativos

Os projetos educativos e as oficinas pedagógicas associados à exposição permanente, às exposições temporárias, ao próprio edifício, enquanto património a preservar, assim como aos sítios arqueológicos identificados e sob a gestão do Museu Convento dos Lóios, para além dos projetos educativos em rede, com outros equipamentos culturais municipais, constituem-se como importantes instrumentos de divulgação das coleções do Museu, contribuindo para o acesso público ao património e às manifestações culturais e ao respeito pela diversidade cultural.

O programa do serviço educativo engloba a oferta de oficinas anuais associadas às coleções de Arqueologia, artes e ofícios e pintura do museu, oficinas temáticas ligadas a projetos culturais concelhios como sejam a Festa das Fogaceiras, a Viagem Medieval em Terra de Santa Maria, Imaginarius ou Perlim – Quinta de Sonhos; e oficinas sazonais direcionadas para as férias escolares e os fins-de-semana em família.

Também no âmbito do serviço educativo, são propostos projetos educativos trabalhados de acordo com os conteúdos programáticos dos vários níveis de ensino, como sejam a Cultura da Pedra e o Clube dos Arqueólogos tendo como principal componente educativa a proto-história e a romanização.

Neste panorama, é necessário a aquisição de bens e serviços diversificados, de acordo com as premissas desses projetos - matérias-primas, recursos materiais e bens consumíveis, de serviços animadores, artesãos, criadores - e formação, qualificação e certificação especializada dos colaboradores do Museu, no sentido de os dotar das valências adequadas à realização das atividades programadas. De um outro modo, seria importante dotar o espaço do serviço educativo com novo mobiliário – mesas e cadeiras – devido ao desgaste do existente.

3. Conservação e Restauro

O investimento ao nível de alguns equipamentos e materiais para esta área de serviço, são essenciais ao apetrechamento, melhoria das condições ambientais e dos recursos existentes no laboratório de conservação e restauro, nas áreas de exposição permanente e reserva, permitindo a criação de condições ambientais adequadas quer dos bens quer ao conforto dos nossos visitantes:

- Aquisição equipamento para laboratório associado à conservação preventiva e curativa dos objetos museológicos: 4 cadeiras para mesa de trabalho, lupa binocular, termo higrógrafo;



- Aquisição de consumíveis utilizados em trabalhos e ações conducentes à conservação preventiva e curativa dos objetos museológicos;
- Aquisição de sistema de climatização para áreas da exposição permanente, com possibilidade de captação de financiamento em candidatura.

Nesta área, tendo por objetivo sensibilizar o público para a importância dos objetos com história, o património móvel, fomentando o interesse pela conservação e guarda desses testemunhos materiais em local como os museus, propõe-se a execução de dois projetos ligados a esta área do saber museológico, revelando assim uma das tarefas intrínsecas mais importantes no trabalho de um museu: Oficina de Conservação e Restauro e Campanha de recolha de fotografias do século passado.

4. Outros Projetos

- Comemorações do dia 6 de maio de 1560, dia de S. João Evangelista, e aniversário do lançamento da 1ª pedra para construção do convento dos Loios e igreja. Estas comemorações serão realizadas nos dias 6 e 7 de maio com visitas encenadas ao edifício do convento e claustro, assim como a apresentação de momentos de música e teatro, tendo como principais parceiros associações do concelho.
- Visitas encenadas – criação de visitas encenadas para públicos diferenciados e em contextos do património diversos, como seja o património edificado no centro histórico da cidade, o Castro de Romariz ou o Castelo da Feira, tendo como parceiros as várias associações locais. Este projeto tem como objetivo principal potenciar e dar a conhecer a história local associada ao seu património histórico edificado.
- Exposição de rua – realização de uma exposição no centro histórico da cidade com imagens do passado e referências históricas do casario, podendo ter como parceiros os comerciantes locais.

Museu do Papel Terras de Santa Maria

Sendo o Museu do Papel, uma marca na definição do território, concorrendo para o seu desenvolvimento e diferenciação, quer ao nível do património material e imaterial, criação e ação cultural, é assumidamente um equipamento cultural de atração turística reconhecido pelo seu valor identitário e endógeno.

Para além das ações que decorrem da missão deste equipamento propõem ações de investimento ligadas à preservação e requalificação dos edifícios, assim como a conservação e restauro de peças e máquinas que integram a sua exposição permanente, a saber:

- Intervenção nas estruturas da casa do proprietário com projeto de consolidação de estruturas e beneficiação do espaço;
- Requalificação da zona a poente do Museu, nas zonas exteriores da fábrica Custódio Pais, abrangendo a zona destinada ao estacionamento de veículos, assim como intervenção paisagística no espaço exterior.

Sendo uma fábrica de papel em atividade, é também necessário efetuar a manutenção e conservação de todo o espaço fabril e maquinário, prevendo-se as seguintes ações:

- Manutenção e reparação das persianas de madeira do edifício de Custódio Pais e Azevedos;
- Manutenção da caixilharia da caixa de escadas;
- Manutenção dos degraus da escada de emergência do edifício dos Azevedos;
- Manutenção das portas e janela do Engenho da Lourença;
- Manutenção piso do Espande;
- Manutenção do piso do passadiço da casa da máquina e do piso e degraus da caixa de escadas;
- Pinturas exteriores e interiores dos edifícios;
- Requalificação da oficina de produção manual de papel - arranjo do piso e substituição dos móveis, adequados a trabalhar numa zona húmida;
- Criação de condições de segurança e proteção da margem do rio na entrada do museu;
- Execução de uma obra de vedação de água da chuva na entrada principal do museu;
- Recuperação da cobertura do cubo (roda hidráulica), com prolongamento para a roda do maxão;
- Casa do cilindro – construção de nova caixa do cilindro, tampa para canal da massa e reparação de proteção metálica da correia;
- Máquina de forma redonda – reparação do canal da massa do tanque de tabuleiros e tábua da tina.

1. Serviço Educativo

A realização de oficinas pedagógicas e temáticas têm um papel importante, enquanto fator de divulgação não só do museu, mas também de valores como a reciclagem e a reutilização do papel, havendo oficinas direcionadas para as diferentes faixas etárias, e vários tipos de público e ainda os projetos em rede, partilhados com os restantes equipamentos culturais do Município.

Associado aos vários núcleos expositivos: Engenho da Lourença, a fábrica de papel e “da floresta ao papel” será implementado um novo conceito de visita ao núcleo + oficina, sendo necessário aquisição de matérias-primas (pasta de algodão), outros materiais consumíveis e de apoio, bem como ações de divulgação e informação, tomando em atenção a reposição de alguns suportes de apoio: o desdobrável “Cocas”, o livro “A História da Lourença” e o jogo de tabuleiro “Descobrir o Papel”.

O programa educativo das diferentes oficinas será mantido, dado a sua continuada procura por parte do público: oficinas Descobrir, (engenho da Lourença, reciclagem do papel e o papel reciclado), Oficinas Fazer (origami, Kirigami e Tangram) e as oficinas Memórias (o cartucho), Oficinas O Sentido do Sentir (A importância de um gesto, Sonoridades e texturas do papel), para públicos portadores de deficiência auditiva, cegos e amblíopes, para além das oficinas temáticas férias do papel, máscara do papel, páscoa do papel e natal do papel.

2. Exposições temporárias

As exposições temporárias, excelentes meios de comunicação e de divulgação dos bens culturais existentes nas coleções dos museus, são o mote para a realização de um intercâmbio de experiências entre instituições e agentes papeleros, culturais e artísticos que partilham objetivos comuns:

- Associada ao Centenário das Aparições de Fátima, realização de uma exposição e catálogo sobre Bíblias e Missais existentes no espólio patrimonial das paróquias do concelho, sendo um trabalho em parceria com as Paróquias do Concelho;
- “Com o papel do museu o artista sou eu”, tendo como parceiros do projeto as escolas primárias de Paços de Brandão;
- Exposição sobre o papel canelado.

Para a realização destas exposições, será necessário a aquisição de suportes expositivos horizontais, painéis verticais e a instalação de iluminação adequada na Sala Polivalente, incluindo a colocação de calhas e focos direcionais, para além da possibilidade de seguros, brochuras, legendagem das peças, telas exteriores, ações e material divulgação.

3. Outros Projetos

- Congresso Ibérico sobre a História do Papel em Portugal e Espanha, com a participação de diferentes investigadores e historiadores, que decorrerá pela primeira vez em Portugal, com coorganização do Museu do Papel e da Asociación *Hispanica de Historiadores del Papel* (AHHP), tendo como parceiros deste congresso os industriais do papel assim como a comunidade papelera nacional;
- Turno da Noite inserido no projeto europeu La Nuit des Musées;
- Merenda à Papeleiro – atividade direcionada aos antigos operários da indústria do papel, sacarias, assim como antigos proprietários de fábricas de papel, tendo como objetivo promover num ambiente de descontração e convívio, a memória, partilha e recolha, de histórias e momentos ligados ao fabrico de papel;
- Semana Aberta - no âmbito da comemoração do aniversário de abertura ao público, com um regime de horário de visitas alargado e com visitas guiadas gratuitas, reforçando desta forma a atividade e envolvência do museu com todo o público;
- Mestres papeleiros – projeto direcionado para um público muito específico (10º e 11º ano de escolaridade na área de artes), pressupondo numa primeira fase, uma formação dos recursos humanos internos;
- Mostras de Vão de Escada – acolhimento de pequenas exposições ou mostras de produtos industriais, artesanais e/ou artísticos cujo tema base seja o papel;
- Visitas encenadas – visitas aos vários núcleos do museu tendo como parceiros as associações locais;

- Conhecer o papel – destaque mensal através da edição e publicação no site e em papel de rubricas associadas ao papel como O Papel do Mês”, “A Peça do Mês”, “A Máquina do Mês” ou “A Profissão do Mês”.

Arqueologia

O Concelho de Santa Maria da Feira, rico em testemunhos e vestígios arqueológicos, deve promover a salvaguarda, proteção e valorização desses sítios arqueológicos, trabalhados como sítios culturais de referência turística concelhia, recolhendo e conservando no seu museu municipal, o património móvel decorrente de achados fortuitos ou de escavações arqueológicas programadas:

- Possibilidade de realização de trabalhos arqueológicos de acompanhamento em obras públicas;
- Realização de escavações arqueológicas em sítios arqueológicos já identificados - Castro de Romariz, o Castro de Fiães, o Castelo da Feira - ou outros locais, desde que hajam evidências cientificamente comprovadas.

Castro de Romariz - Rede de Castros do Noroeste

No final de 2015, o castro de Romariz foi integrado na Rede de Castros do Noroeste, como reconhecimento enquanto valor patrimonial e herança cultural deste sítio arqueológico, não só para o nosso território, mas para todo o noroeste peninsular onde a cultura castreja tem mais expressão. Propõem as seguintes atividades e intervenções no Castro de Romariz (preferencialmente com recurso a financiamento comunitário):

- Campanha de consolidação e reposição de estruturas efetuadas por profissionais credenciados, conferindo também formação adequada a técnicos ou agentes do território, no sentido de criar sinergias e promover a manutenção dessas ações;
- Promoção de uma campanha arqueológica direcionada para componentes de estudo bem definidas;
- Criação de percursos e sinalética interpretativa do sítio arqueológico;
- Promoção de trabalhos de conservação e restauro de objetos arqueológicos e/ou aquisição de serviço de conservação e restauro em empresas qualificadas sempre que não hajam recursos tecnológicos e humanos para o realizar;
- Edição e publicação de prospectos de informação e divulgação do povoado e dos seus objetos.

pelouro
**planeamento, urbanismo e
transportes**

O rigor, a transparência e a modernidade continuarão a nortear a gestão urbanística e territorial do município de Santa Maria da Feira, prosseguindo numa estratégia de desenvolvimento sustentável do território, de fortalecimento da economia local e de melhoria contínua da qualidade de vida para todos.

Continuaremos a assegurar modelos de atuação assentes na igualdade de oportunidades, na inclusão social, na sustentabilidade, na diversificação da economia, e na promoção do ambiente.

Continuar a promover a competitividade de Santa Maria da Feira, pela captação de novos negócios e investimentos, promovendo o emprego, e a apoiando a regularização das unidades industriais existentes no nosso território ainda não licenciadas.

Continuar a política de não aplicação de taxas urbanísticas na regularização de unidades industriais ou de armazenagem existentes, bem como a todas as novas unidades que se localizem em área de atividades económicas definidas no Plano Diretor Municipal.

Continuar a apoiar o desenvolvimento das novas áreas de atividades económicas, nomeadamente do PERM e do LUSOPARK.

O programa Portugal 2020 será acompanhado de forma especial, na prossecução dos objetivos definidos no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano já elaborado, o que levará á elaboração de projetos que contribuirão seguramente para requalificar ainda mais Santa Maria da Feira.

A proximidade com os agentes do território, sejam munícipes, técnicos ou investidores, através do diálogo permanente continuará a ser uma aposta, salvaguardando sempre o interesse público/coletivo e qualidade de vida das pessoas.

Continuaremos a participar em projetos supramunicipais e/ou regionais e que envolvam parceiros estratégicos em função dos respetivos âmbitos de atuação.

O Plano Diretor Municipal de Santa Maria da Feira foi publicado (Aviso n.º 6260/2015 de 5 de junho), e a gestão urbanística do município rege-se, agora, por este novo documento e por todas as ações subsequentes impostas pela Legislação. Deste modo, é fundamental um acompanhamento permanente às novas realidades legislativas e regulamentares, sendo que, neste contexto, estão previstas as seguintes atividades:

– Integração dos planos especiais de ordenamento do território (POACL)

De acordo com a Lei n.º 31/2014, de 30 de maio – Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, os Instrumentos de Gestão Territorial passam a classificar-se de Planos ou Programas, distinguindo-os a afetação ou não de interesses dos particulares. Os programas apenas afetam as entidades públicas e os Planos afetam interesses das entidades públicas e particulares. Neste enquadramento o POACL – Plano de Ordenamento da Albufeira Crestuma Lever, na medida em que afeta interesses dos particulares, deve ver vertido no Plano Diretor Municipal o conteúdo e disposições que verifiquem essa condição, no prazo de três anos. O ano de 2017 será o ano de conclusão deste procedimento de adequação que, apesar de já iniciado internamente, passará agora a fase de consulta e coordenação com a CCDR-N.

– Inclusão no PDM das regras de classificação e qualificação do solo previstas no Decreto-Lei nº 80/2015 de 14 de maio

O Decreto-Lei nº80/2015 de 14 de maio, que aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, na sua SUBSECÇÃO II dedicada aos Planos Intermunicipais e Municipais, define as regras de classificação e qualificação do solo que devem ser transversais aos instrumentos de gestão territorial.

A este propósito, a classificação do solo passa a ter duas possibilidades: rústico ou urbano.

Os planos municipais ou intermunicipais devem, no prazo máximo de cinco anos após a entrada em vigor do presente decreto-lei, incluir as regras de classificação e qualificação previstas no presente decreto-lei. Assim sendo, no ano de 2017 será dada continuidade a este procedimento que, apesar de já iniciado, passará agora por uma fase de discussão interna e posteriormente, de consulta e coordenação por parte da CCDR-N.

– Atualização da Planta de Condicionantes - Áreas Percorridas por Incêndio nos últimos 10 anos

Com a publicação do mapa das áreas ardidas referente ao ano transato por parte do ICNF deverá o PDM atualizar a sua Carta de Condicionantes. De acordo com o parecer da CCDR-N, este procedimento é automático apenas sendo necessário internamente incorporar a informação no PDM e tratar da sua divulgação – substituição no sítio na Internet, informação ao executivo, informação à CCDR-N, etc...

Outras Ações:

– Plano de Sinalização (de orientação)

Plano Geral para a Instalação de Sinalização de Orientação no Concelho, a equipa levará a cabo um trabalho exaustivo de levantamento e definição de sinalização de orientação necessária, de modo a que seja evitada uma intervenção sistematicamente avulsa. Deste modo, será definido um quadro global de orientação no município.

- Sinalização vertical e horizontal de trânsito

Levantamento/análise, passando posteriormente à fase de projeto, tendo sempre em consideração preexistências e contextos/especificidades dos locais a intervir.

- Apreciação de processos

A este nível, prevê-se a contínua colaboração com a Divisão de Edificação na apreciação de processos de operações urbanísticas, designadamente em matérias que sejam referentes a dossiês específicos integrantes e vertidos no Plano Diretor Municipal, como sejam Património; REN; RAN; etc...

- Transportes

Na sequência da Assinatura do Contrato Interadministrativo com a Área Metropolitana do Porto (AMP) em matéria do Serviço Público de Transportes de Passageiros, o município assumiu um papel ativo e, de certa forma, regulador no que à sua área geográfica diz respeito, tanto nas vertentes da organização e articulação das referidas redes e linhas, como na vertente do seu correto planeamento. Ora, se numa fase inicial foi o Município que reuniu com os operadores locais com objetivo de se proceder ao correto levantamento e georreferenciação dos trajetos, paragens, horários e tarifários das linhas exploração (processo esse que constituiu a base para a outorga das Autorizações Provisórias de Exploração), prevê-se que, no futuro imediato, município e AMP enquanto Autoridade Metropolitana dos Transportes, avancem, desde já, para os processos subsequentes: emissão de Autorizações Definitivas de Exploração de Serviço Público de Transporte de Passageiros (com data até 31 de dezembro de 2019) e que sejam lançadas as bases para o futuro procedimento de concurso público para a contratualização deste serviço (em articulação com a Linha Ferroviária do Vouga).

- Transfeira, acompanhamento, gestão e emissão de passes, e estudos de adequação a novas necessidades.

- Interfaces

No Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da Área Metropolitana do Porto (PAMUS), e em consonância com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Santa Maria da Feira, prevê-se a concretização de duas operações relacionadas com a temática da mobilidade e transportes: Construção do Interface de Santa Maria da Feira e do Interface de Lourosa. Neste âmbito, e com horizonte temporal balizado no Quadro Comunitário de Apoio "Portugal 2020", prevê-se o desenvolvimento de matérias relacionadas que permitam dar origem a dossiês de formalização de candidaturas destes dois Interfaces.

Nesta ótica, dar-se-á sequência ao trabalho já iniciado na perspetiva de definição da localização dos referidos interfaces, bem como a fixação do respetivo programa e sintetização das suas características, fundamentando caderno de encargos para concurso.

- Planos Estratégicos/Urbanização/Estudos



Na continuidade do que vem acontecendo em anos anteriores, prevê-se a elaboração de Planos e/ou Estudos enquadrados na atual regulamentação legal, organizando todos os procedimentos necessários e, sempre que da Lei decorra tal obrigação, sua submissão a emissão de parecer por parte dos diversos organismos da Administração.

Neste âmbito cabem todos os projetos de escala mais abrangente e que se prevê possam vir a ser maioritariamente Planos, Operações de Loteamento, Projetos de Requalificação Urbana, nomeadamente da requalificação do largo da Feira Velha em Santa Maria de Lamas, da Rua da Mata e Rua da Relva, da Área Central de Fiães, dos Passadiços das Ribeiras do Uíma, da Praça da República – Santa Maria da Feira, do Parque Urbano do Vale do Cáster, do eixo cultural CCTAR/Cineteatro António Lamoso/Pedreira das Penas, da Quinta do Castelo, do Parque Ornitológico de Lourosa, do Mercado Municipal, dos espaços verdes e de utilização coletiva, dos Caminhos de Fátima ...

- ARUS / ORUS

Dando continuidade ao Dossiê das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) de Santa Maria da Feira, cuja delimitação foi aprovada pelo Aviso n.º 12420/2015 de 26 de Outubro, compete agora ao município, de acordo com a legislação em vigor, proceder à elaboração dos dossiês das respetivas Operações de Reabilitação Urbana (ORU). Tendo sido já ultimado o dossiê de Delimitação das ARU avançar-se-á agora para a concretização das operações de reabilitação, sendo que se prevê que será usada uma das ARU como matriz para que o processo se possa reproduzir e alargar a todas as outras. Deste modo, o exercício inicial recai sobre a Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Santa Maria da Feira.

- Atendimento Técnico (Planeamento e Urbanismo)

Manteremos o atendimento técnico para prestar esclarecimentos a munícipes e a técnicos, nos moldes atuais.

- Mobilidade e acessibilidades

Promoção de projetos de medidas de acalmia de tráfego nas zonas centrais e de cariz urbano das freguesias, qualificando o espaço público, permitindo a redução da velocidade e o aumento da segurança rodoviária;

Definição, em articulação com as Juntas de Freguesia, de uma estratégia para a localização de abrigos de passageiros, mobiliário urbano, bem como sinalização direcional;

Prossecução da estratégia/plano de Promoção das Acessibilidades, em conjunto com a Provedoria Municipal do Cidadão com Mobilidade Condicionada, facilitando a mobilidade dos portadores de deficiência, idosos, crianças, enquanto processo de construção de um território mas acessível para todos;

- Informação Geográfica

Participar no grupo de trabalho do Sistema de Informação Geográfica da Área Metropolitana do Porto. Apoio técnico na definição e implementação do SIG da AMP através da participação no grupo de trabalho do SIG Metropolitano. Este projeto foi alvo de duas candidaturas pela AMP, uma através dos serviços partilhados promovido pela DGAL através da CCDR-N e outra através do PDCT AMP 2020. A candidatura promovida pela DGAL foi aprovada e encontra-se em execução com acompanhamento técnico por parte dos municípios, nomeadamente pelos SIG de cada município.

Todos os projetos SIG já iniciados pelo gabinete em anos anteriores não poderão ser descurados, exigindo um permanente carregamento de informação, nomeadamente, integração de todos os processos de obras e de loteamentos (do Nortear e em papel) no SMIG, levantamentos topográficos e planos de alinhamentos, informações/certidões de toponímia, atribuição de novos números de polícia...

- Topografia e Cadastro

Continuaremos a elaborar levantamentos topográficos e cadastrais a solicitação dos vários setores da câmara municipal, nomeadamente de levantamentos Topográficos altimétricos / planimétricos com GPS e Estação Total, Planos de Alinhamentos, levantamentos Cadastrais, implantações e piquetagem de obras e novos arruamentos, georreferenciação de Marcas Topográficas, elaboração de autos de implantação de obras e loteamentos.

- Edificação e Urbanismo

Estabelecer princípios e ações que permitam melhorar ainda mais os pareceres, informações e notificações nos procedimentos de edificação e urbanização (licença de operações de loteamentos e suas alterações, de aprovação dos projetos de arquitetura, dos licenciamentos e projetos de especialidade, das autorizações de utilização, das certidões - destaque de parcela, compropriedade, prédio antigo, urbanísticas, propriedade horizontal, edificação e outras -, de informações prévias, remodelações de terrenos, autos de receção e outras informações internas);

Participar nas vistorias técnicas aos edifícios e nas receções provisórias e definitivas das operações de loteamento;

Desenvolver ações que permitam regularizar os alvarás de loteamento e suas alterações, no que se refere às receções provisórias e definitivas das obras de urbanização;

Acompanhar a execução de obras de edificação e de urbanização;

Estabelecer a melhoria continua no atendimento técnico aos munícipes/técnicos por forma a garantir, quando solicitado, um atendimento com o técnico(a) que informou o processo;

Promover a consulta entidades externas ao município, medir áreas de construção, implantação, número de fogos, número de estacionamento e outros, colocar carimbos nas peças que fazem parte dos processos para "compilação do projeto licenciado/admitido".

Monitorizar e elaborar propostas de alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação e às Normas de Instrução e Procedimentos.



Apoio Jurídico e Administrativo

Um longo caminho tem sido percorrido pela constante informatização e digitalização de milhares e milhares de documentos. A experiência acumulada ao longo dos anos permite e fornece contributos para o enriquecimento do serviço público que prestamos, precisamente na área do direito à informação. Assim, este trabalho, que perdurará pelos anos vindouros, é vital, para o acesso aos documentos, à informação administrativa, à sua utilização, divulgação e disponibilização.

O Direito à Informação constitui para nós o princípio da Administração aberta ou o princípio do arquivo aberto (fomos e, pelo que sabemos continuamos a ser, o único município que permite aceder a todos os documentos dos processos urbanísticos a partir de casa – os requerentes e os técnicos autores dos projetos têm acesso a todo o conteúdo do seu processo podendo aceder online). Damos assim um valioso contributo para a superação, entre nós, do sistema clássico da Administração, essencialmente burocrático, autoritário, centralizado, fechado sobre si e evado de secretismo, e significou um decisivo passo na direção da plena democratização da nossa vida administrativa.

Vamos continuar a digitalizar e informatizar os processos existentes nos arquivos, que datam desde 1941 (a última década está integralmente digitalizada e acessível á distancia de um clique).

Continuaremos a tratar todos processos de participação de queixas, de embargos e de contraordenações inerentes aos procedimentos urbanísticos.

Vamos continuar a elaborar contratos para aquisição de terrenos, protocolos de colaboração para reperfilamento e requalificação de arruamentos, assim como continuaremos a acompanhar processos de expropriação novos ou em curso.

Vistorias a elevadores e monta-cargas

Promover as inspeções dos elevadores, ascensores, monta-cargas e escadas mecânicas existentes no concelho, que totalizam mais de 1.200 instalações.

Gabinete de fiscalização

Manter uma politica de acompanhamento regular da execução das operações urbanísticas, numa atuação pedagógica, informativa e preventiva, sendo a aplicação de medidas coercivas e ou sancionatórias aplicadas em casos que se revelem manifestamente necessários.

Gabinete de Atendimento Urbano

O plano de atividades previsto para o Gabinete de Atendimento Urbano, consiste no desenvolvimento de ações que incidem essencialmente, na área da promoção da comunicação, interna e externa, através da estruturação da informação relacionada com os procedimentos urbanísticos e legislação específica, cujo conhecimento, é crucial à tomada de decisão de cada individuo, quer na sua qualidade de profissional, quer na sua qualidade enquanto cidadão.

No que diz respeito à comunicação externa, as ações a desenvolver, enquadrar-se-ão no âmbito do projeto de reestruturação do novo sítio da internet e incidirão essencialmente na revisão e reformulação



dos conteúdos de documentos relativos aos serviços prestados pelo pelouro no âmbito do urbanismo. Dar-se-á continuidade à divulgação dos serviços *online* disponíveis no sítio da internet do município, capitalizando todo o investimento realizado na disponibilização desses serviços, potenciando o aumento da interação dos cidadãos com o município através dos canais remotos cujas vantagens de utilização são inequívocas, tanto ao nível de economia de custos como ao nível de comodidade.

Relativamente à vertente comunicacional interna, será dada continuidade à sistematização da informação necessária à atividade do atendimento, cujo conhecimento potencia a qualidade do serviço prestado ao cidadão, contribuindo desta forma para uma efetiva eficiência dos serviços. A qualidade do atendimento visa não só a disponibilização dos meios de acesso à informação mas também o garante de que essa informação é entendida e compreendida por todos aqueles que dela necessitam. No próximo ano, divulgaremos os novos serviços *on-line*, produziremos brochuras sobre consulta *on-line* de processos urbanísticos e de emissão de plantas topográficas *on-line*;

Vamos proceder á revisão dos conteúdos dos documentos existentes no site, nomeadamente dos formulários e checklists, dos documentos para entrega de processos em formato digital, das NIPS, de toda a informação existente sobre atendimento.

Colocação de um computador na sala de espera do GAU com acesso ao portal da Câmara Municipal com vista a que o cidadão possa proceder ao registo de utilizador indispensável para utilização dos serviços e potencialidades *online*.

No que concerne á qualidade, pretendemos manter a certificação dos serviços do urbanismo, efetuando a necessária Auditoria de acompanhamento a realizar no âmbito do SGQ (Sistema de Gestão da Qualidade, a gestão e monitorização dos indicadores de desempenho das atividades do urbanismo e a realização de inquéritos de satisfação.

pelouro
**obras municipais,
proteção civil, ambiente e
saúde**

Ambiente, Serviços Urbanos e Obras Municipais

Unidade de Conservação de Edifícios

A Unidade de Conservação de Edifícios (UCE) estima que as despesas orçamentais a prever para o ano de 2017, por base o valor dos trabalhos executados no ano anterior por administração direta desta unidade, devidamente incrementados face ao que se considera vir a executar no próximo ano.

Em seguida, descreve-se com maior pormenorização os diferentes agrupamentos de trabalhos e respetivos valores estimados.

Remodelação e manutenção do Parque Escolar - os trabalhos correntes de pintura, rebocos, serralharia, carpintaria, reparação de telhados, redes elétricas e de pichelaria, pavimentações de recreios, eventuais prestações de serviço específicas de mão-de-obra e outras reparações ligeiras, a executar nos edifícios e recintos escolares.

Remodelação e manutenção dos Edifícios do Município - todos os trabalhos correntes de pintura, rebocos, serralharia, carpintaria, reparação de telhados, redes elétricas e de pichelaria, eventuais prestações de serviço específicas de mão-de-obra e outras reparações ligeiras, a executar nos edifícios do Município.

Remodelação e manutenção do Parque Habitacional Social - Consideram-se os trabalhos correntes de pintura, rebocos, serralharia, carpintaria, reparação de telhados, redes elétricas e de pichelaria, eventuais prestações de serviço específicas de mão-de-obra e outras reparações ligeiras, a executar nas diversas habitações sociais pertença do Município.

Remodelação e manutenção de Pavilhões Municipais - Neste item encontram-se os trabalhos correntes de pintura, rebocos, serralharia, carpintaria, reparação de telhados, redes elétricas e de pichelaria, eventuais prestações de serviço específicas de mão-de-obra e outras reparações ligeiras, a executar nos diversos pavilhões municipais ou da responsabilidade do Município.

Remodelação e manutenção de Espaços Públicos, fontanários e espelhos de água - Estão englobados neste item os trabalhos correntes de pintura, reboco, serralharia, carpintaria, redes



elétricas e de pichelaria, eventuais prestações de serviço específicas de mão-de-obra e outras reparações ligeiras, a executar em espaços públicos, fontanários e espelhos de água do Concelho.

Remodelação e manutenção de Infraestruturas- Consideram-se os trabalhos correntes de pintura, rebocos, serralharia, carpintaria, reparação de telhados, redes elétricas e de pichelaria, eventuais prestações de serviço específicas de mão-de-obra e outras reparações ligeiras, a executar nas diversas infraestruturas municipais, a título de exemplo, ponte pedonal sobre a ribeira de Cáster, redes de abastecimento e drenagem de águas no Largo de Camões e zona verde das Guimbras, etc...

Apoio à Organização de Eventos de responsabilidade do Município, Juntas de Freguesia e Coletividades do Concelho - Neste item são considerados todos os trabalhos necessários para apoio à organização de eventos cuja responsabilidade é do Município, Juntas de Freguesia e coletividades do Concelho, nomeadamente no que concerne na instalação de redes elétricas e de pichelaria, construções de carpintaria e serralharia.

Manutenção e construção de Muros de Suporte de Terras e de Vedação - Estão englobados neste item os trabalhos necessários à manutenção e construção de muros de suporte de terras, sejam em betão armado ou betão ciclópico, existentes em espaços públicos, bem como, a construção de muros de vedação de acordo com protocolos celebrados entre a Município de municípios.

Demolição de habitações ou outras construções em ruínas e estruturas ilegais - São considerados os trabalhos necessários à execução de demolição de habitações ou outras construções em ruínas de património adquirido de acordo com protocolos celebrados entre o Município e os Municípios, bem como, demolição de estruturas ilegais ao abrigo de processos de demolição coerciva.

Aquisição de veículos e equipamentos

É considerada a necessidade de renovação da frota automóvel e a aquisição de pequenas máquinas de utilização corrente.

Divisão de Rede Viária e Trânsito

Empreitadas

Empreitadas a abrir procedimento no exercício de 2017:

Pavimentação de tramos da rede viária municipal.

Construção e reparação de muros de suporte de via, da rede viária municipal, em diversas estradas e arruamentos no concelho.

Levantamento com correção de cotas de tampas de câmaras de visita, de sarjetas e sumidouros na rede de drenagem de águas pluviais, incluindo reparação e substituição, em diversos arruamentos do concelho.

Execução e reparação da rede de drenagem superficial das águas pluviais da rede viária municipal, em diversas estradas e arruamentos no concelho.

Demolição de construções e muros na rede viária municipal, em diversas estradas e arruamentos municipais .

Fornecimento e aplicação de equipamento de balizagem, de dispositivos de segurança rodoviária (guardas de segurança semi-flexíveis, etc.), para a rede viária municipal.

Fornecimento e aplicação, conservação e substituição de sinalização vertical de trânsito na rede viária municipal.

Fornecimento e instalação de sinalização luminosa automática do trânsito para a rede viária municipal.

Correção e conservação da sinalização vertical de trânsito e remarcação rodoviária da estrada municipal variante, de ligação de Espargo a Paços de Brandão.

Execução da sinalização vertical de trânsito e marcação rodoviária de arruamento municipal constituído pela Av. Monte de Cima, rua da Estação, Av. do Matoso e Av. da Portela, em Paços de Brandão.

Aquisição de Bens e Serviços

Prestação de serviços a abrir procedimento no exercício de 2017

De conservação e manutenção da rede viária municipal

Limpeza e desobstrução manual da rede pública de drenagem de águas pluviais, incluindo sumidouros e sarjetas, da rede viária municipal.

Monitorização, limpeza e desobstrução mecânica da rede pública de drenagem de águas pluviais em diversas estradas e arruamentos do concelho.

De engenharia

Elaboração de estudos e projetos e fiscalização, em vias de comunicação e obras de arte.

Consultoria em engenharia e assistência técnica, com emissão de pareceres técnicos, em obras de engenharia especiais e de elevada complexidade técnica.

Prestação de serviços de ensaios laboratoriais de geotecnia e a materiais de construção.

Divisão de Espaços Verdes

Considerando que, nos últimos anos as áreas dos espaços verdes do concelho têm vindo a aumentar exponencialmente, uma vez que foram construídos parques urbanos em praticamente todas as freguesias e todas as urbanizações que foram licenciadas estão a ser entregues definitivamente ao Município.

Considerando que, com a integração das ex-freguesias de Espargo, Travanca e Sanfins na cidade de Santa Maria da Feira, a área dos espaços duplicou.

Considerando que, o aumento substancial das atividades desportivas e eventos de grande dimensão (feira medieval, imaginários, festa dos idosos, corrida do castelo, provas de atletismo, BTT, cicloturismo, mosaico social, etc.), em áreas verdes, obriga a uma manutenção e restauro bastante mais exigente e assíduos, destes espaços.

Considerando que, cada vez mais os munícipes dão maior importância à quantidade e qualidade dos espaços verdes existentes quer na área da sua residência quer nas cidades onde habitam.

Assim, para poder fazer face a estes desafios e principalmente para garantir uma boa relação entre qualidade de vida dos munícipes e a quantidade e qualidade dos jardins e espaços verdes pertencentes ao Concelho, para o ano de 2017, solicita-se um conjunto de aquisições de materiais e equipamentos; assim como, a contratação de colaboradores para os nossos serviços a fim de podermos fazer face às múltiplas solicitações para a execução de tarefas que nos são solicitadas diariamente e que por esse motivo não podem ser previamente programadas.

Deste modo e de seguida, vamos descrever os diferentes trabalhos e a sua periodicidade, a realizar impreterivelmente ao longo do ano, assim como os materiais, equipamentos e o pessoal que devemos adquirir em 2017, que em nosso entender serão estritamente necessários para realizar com êxito as tarefas comuns e inerentes à Divisão e outras que pela sua natureza não podem ser previamente programadas.

Trabalhos de manutenção de espaços verdes existentes em toda a cidade, assim como em espaços públicos em todo o concelho (exemplos, Termas das Caldas de S. Jorge, Escolas, Parques e Largos de Feiras, Praia Fluvial da Mamoia, Sulipark, Parque do Murado e envolvente).

Nos trabalhos de manutenção de espaços verdes estão previstos cortes quinzenais em todos os relvados e áreas verdes existentes na cidade, limpeza e monda de canteiros, podas de rebaixamento de arbustos em canteiros, substituição de plantas mortas, vandalizadas ou furtadas, limpeza de ervas e folhas em passeio, tratamento e restauro de relvados, e tratamento e renovação de relvados desportivos.

Para a execução destes trabalhos será necessário fazer a aquisição de material vegetal, árvores e arbustos, sementes de relvas e fertilizantes, assim como equipamento para arejamento e restauro de relvados e a renovação de equipamento de corte de relva, que se encontra obsoleto ou em fase final do ciclo de vida.

Trabalhos de podas de árvores localizadas em espaços públicos de todo o concelho.

Nesta rubrica pretendemos efetuar o rebaixamento das copas das árvores, assim como a poda cirúrgica de árvores que se encontram já envelhecidas. Para a execução destes trabalhos será necessário adquirir material de poda de árvores nomeadamente, motosserras, tesouras mecânicas e um equipamento de trituração dos restos dos ramos provenientes das árvores a serem podadas, etc. Para a realização destes trabalhos necessitamos de contratar dois colaboradores com alguma experiência em podas técnicas em espaços urbanos e principalmente que tenham entre 20 e 30 anos uma vez que a média de idades dos colaboradores desta divisão se encontra acima dos 57 anos com graves problemas de saúde e incapacidades profissionais.

Ações de educação ambiental que visem as pessoas a preservar os espaços verdes, evitando a sua degradação e vandalismo.

À semelhança dos outros anos, estão previstas ações de formação teórico/práticas da carreira de jardineiro, nomeadamente em “Podas de Conservação e Tratamento da Árvore no Espaço Urbano”, “Plantação e Transplantação de Árvores e Arbustos”, “Sementeira, Plantação e Tratamento de

Relvados”, “Sementeira, Plantação e Tratamento de Relvados”, “Higiene e Segurança no Trabalho”, “Utilização de fertilizantes químicos e orgânicos em espaços verdes”, “Instalação de sistema de rega automáticos em espaços verdes” e “Utilização de herbicidas seletivos nos relvados para o combate a infestantes”.

Outros Trabalhos Previstos à semelhança de anos anteriores,

- Corte de vegetação e limpeza de todos terrenos pertencentes ao município pelo menos uma vez por ano
- Corte de vegetação e limpeza para levantamentos topográficos para a realização de estudos e projetos (setor de urbanismo)
- Limpeza e transporte a destino final de resíduos sólidos abandonados na via pública; montureiras, monstros e entulhos (divisão de saneamento)
- Corte de vegetação e limpeza das vias estruturantes Lourosa-Lamas, Espargo-Riomeão, S. João de Vêr-Lamas, pelo menos duas vezes por ano.
- Corte de vegetação, manutenção das vias de acesso à cidade, Espargo-Cruz, S. João de ver-Feira, Sanfins-Feira, Fornos-Feira, Travanca-Feira, Mosteirô-Feira, pelo menos três vezes por ano.
- Corte de vegetação e limpeza de valetas nas zonas periféricas da cidade; pelo menos duas vezes por ano
- Vigilância, limpeza e desinfeção das casas de banho públicas; todos os dias
- Vigilância, limpeza e desinfeção do mercado municipal; todos os dias com exceção do domingo
- Gestão e limpeza do cemitério municipal; todos os dias.
- Apoio permanente a todos os eventos realizados pelos diferentes pelouros deste município, (*Imaginarius*, Terra dos Sonhos, Feira Medieval, Semana Santa, etc.
- Apoio permanente à proteção civil;
- Transporte e montagem de materiais para todas as escolas pertencentes ao Concelho;
- Apoio no transporte, montagem e desmontagem de todos os eventos realizados pelo pelouro da Educação, Desporto e Juventude;
- Apoio no transporte, montagem e desmontagem de todos os eventos realizados pelo pelouro da Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus;
- Mudança de arquivos e de gabinetes;
- Preparação de salas para palestras e conferências

Gabinete de Gestão de Frota e Equipamentos

Ao Gabinete de Gestão de Frotas e Equipamentos compete promover uma gestão económica, eficiente e eficaz do parque de máquinas e viaturas e das oficinas e Estaleiro Municipal, onde se encontra

sedeado, integra o Departamento de Ambiente, Serviços Urbanos e Obras Municipais do Pelouro das Obras Municipais, Proteção Civil, Ambiente e Saúde.

Os serviços do Gabinete de Gestão de Frotas e Equipamentos asseguram a manutenção, reparação e controlo de máquinas e viaturas, o abastecimento de combustíveis, a gestão administrativa, a gestão da ferramentaria, a coordenação de viaturas com motorista e em autocondução, a limpeza dos efluentes domésticos, bem como a gestão dos espaços destinados ao estacionamento e a gestão do estaleiro, excluindo os armazéns.

Um dos objetivos da gestão do gabinete é a procura, através da racionalização dos meios humanos e materiais ao dispor, otimizar a capacidade de trabalho (produtividade) e a diminuição dos custos envolvidos.

Divisão de Projetos

A Divisão de Projetos, em termos de recursos humanos, constituída pelos seguintes colaboradores, Quatro Arquitetos, estando um a desempenhar funções de chefia; quatro Engenheiros Cívicos; um Engenheiro de Minas e Geoambiente; dois Engenheiros eletrotécnicos; quatro Desenhadores; um Medidor e uma Administrativa.

Em termos de recursos humanos parece-nos imprescindível aumentar o número de colaboradores na área dos projetos de especialidades e infra-estruturas (engenheiros civis), bem como na medição e orçamento, assim como de apoio de desenho. Em termos de meios é fundamental, para melhoria dos serviços que prestamos, para evitar custos acrescidos e surpresas em obra, desenvolver integralmente os projetos em BIM para o que necessitamos de mais formação.

Em relação ao trabalho, conforme solicitado e segundo prioridades estabelecidas superiormente, temos em execução e ou finalizado um vasto leque de trabalhos que se refletem na listagem anexa, dando continuidade a um conjunto de obras estruturantes, enquadradas numa perspetiva de desenvolvimento e crescimento sustentado, valorizando áreas como o ordenamento do território, eficiência energética, ambiente, cultura, saúde, educação, sustentabilidade ambiental, desporto e lazer. Muitos dos itens unicamente terão custos relacionados com o projeto (por serem para associações e entidades que suportarão os custos da obra) e isso é referido na listagem, não deixando no entanto, de ser em termos de trabalho, de quantidade e dimensão relevante para esta Divisão.

No âmbito do ordenamento do território, será implementada a requalificação urbana, desde a beneficiação de estradas municipais, estas com grande ênfase e custo em volume de obra, intervenções nos centros cívicos, cemitérios e outros equipamentos de freguesia, parte deles desenvolvidos em parceria técnico-financeiras entre as juntas e o município.

As políticas ambientais serão reforçadas pelas intervenções ao longo de rios, ribeiras e alguns espaços verdes, construindo-se percursos pedonais e parques que permitem a fruição de bens naturais e recreativos.

A atividade desportiva, aliada a estilos de vida saudável, tem sido uma preocupação que se prevê continuada neste plano pelo apoio técnico dado às associações que desenvolvem a sua atividade nesta área como em ações diretas de intervenções específicas resultantes de parcerias.

Ao nível da Educação, será dada especial relevância à Requalificação e Renovação dos Edifícios Escolares, sendo de destacar a requalificação da EB 2-3 e Secundária Coelho e Castro em Fiães, através do contrato celebrado com o Ministério da Educação.

O vasto património Municipal edificado é alvo de especial atenção, com projetos de reabilitação, recuperação e ampliação com vista à sua adequação a novas funcionalidades e utilizações, proporcionando melhores níveis de conforto e racionalidade, eficiência energética e poupança, chamando especial atenção, para dentro deste vasto conjunto de edifícios, ser de especial relevância o edifício do Estaleiro.

A Iluminação Pública, ampliando a instalação de mais LEEDS, a gestão de gastos com energia e a sua racionalização são assumidas como fundamentais onde a estreita ligação com a ENERGAIA e seu Observatório, potencia um trabalho que no próximo ano se espera dê ainda mais frutos.

A atividade cultural, com a materialização da instalação da Biblioteca Padre Domingos Moreira e o apoio ao associativismo tem sido uma preocupação que se prevê manter, elaborando projetos de sedes e ajudando com apoio técnico na melhoria das instalações, possibilitando às associações melhorarem as condições em que desenvolvem a sua atividade.

No que a equipamentos de apoio à Saúde diz respeito estamos a desenvolver projetos referentes à ampliação da USF de Riomeão e de S. João de Vêr, estando em carteira uma empreitada de construção de USF de Milheirós de Poiães. No apoio a dar ao Canil está a ser projetado um novo edifício para este efeito e prevemos iniciará a construção em 2017.

Além dos projetos que envolvem diretamente o município serão desenvolvidos projetos no âmbito do apoio técnico às instituições sociais de solidariedade social IPSS, culturais e religiosas, nomeadamente na elaboração de projetos para a construção de Creches, Centros de Dia e Lares da 3ª Idade.

Divisão de Saneamento Básico e Ambiente

Em 2017, dar-se-á continuidade à gestão dos contratos, quer das concessões, quer das prestações de serviço, afetas à unidade orgânica, bem assim como à fiscalização do seu cumprimento, no que se refere aos sistemas de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e recolha e tratamento de resíduos, por um lado e, por outro, às metas a atingir no que respeita à sustentabilidade ambiental, através de diversas ações inspetivas em todo o concelho, fundamentalmente, resultantes de reclamações apresentadas por munícipes. Está também prevista a continuidade da consolidação dos projetos ambientais em curso, a promoção de outros novos e, ainda, a educação e sensibilização para a temática do ambiente.

Resumidamente, na área do **Abastecimento de Água**, estando em pleno funcionamento 15 reservatórios de água, com capacidade para garantir a reserva de água, em caso de avaria grave, durante 48 horas, o que constitui um indicador de excelência da fiabilidade do sistema de acordo com as melhores práticas internacionais, fica a faltar, apenas, a construção de 3 reservatórios, sendo a taxa de cobertura atual da rede de abastecimento de água, de cerca de 97%.

Na vertente do **Saneamento de Águas Residuais**, com os sistemas das Bacias do Douro, de Rio Maior, Silvalde e Beire, Mamoã/Antuã e Remolha, em pleno funcionamento e com a entrega à entidade gestora, para exploração, das redes de drenagem de águas residuais nas Bacias de Laje e Cáster, está assegurada uma taxa de cobertura de cerca de 92% do território municipal.

Relativamente ao **Sistema de Drenagem de Águas Pluviais**, e à semelhança do ano transato, foram consideradas as empreitadas de carácter preventivo/corretivo que advêm de estudos elaborados, para o efeito, em anos anteriores.

Quanto à temática do **Ambiente**, decorrente das competências do município, enquanto entidade gestora dos resíduos urbanos do concelho, dar-se-á continuidade a todo um conjunto de atividades correntes, a desenvolver durante o ano 2017, e que desempenham um papel de grande relevância na gestão municipal, no apoio às juntas de freguesia e na prestação de serviços aos munícipes, das quais se salientam:



- A Gestão dos Resíduos Urbanos, que contempla, para além do acompanhamento dos serviços prestados pela empresa SUMA, S.A, ao nível da recolha indiferenciada de resíduos urbanos e da limpeza urbana na freguesia sede de concelho e pela Suldouro, S.A., responsável pela receção dos resíduos em aterro e pela recolha seletiva através dos ecocentros, ecopontos e porta-a-porta, a gestão da recolha de “monstros” (resíduos volumosos produzidos nas habitações, que pelas suas dimensões tornam difícil o seu transporte para destino final), realizada por administração direta, e, ainda a recolha de óleos alimentares usados.
- A Gestão dos resíduos produzidos pelo município que, enquanto entidade produtora de resíduos, está obrigado a cumprir determinados requisitos legais relacionados com o acondicionamento, transporte e destino final de resíduos. Assim, será também realizada, pelo Gabinete, a gestão dos resíduos produzidos nos edifícios e nos vários serviços do município, nomeadamente os resíduos provenientes da oficina, dos vários gabinetes (papel/cartão e embalagens de plástico e metal), das obras por administração direta, resíduos hospitalares provenientes do gabinete médico e do veterinário, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos e resíduos provenientes de montureiras.
- O preenchimento do Mapa Integrado de Registo (MIRR), incluindo a recolha de toda a informação necessária e cumprimento de prazos estabelecidos pela Agencia Portuguesa do Ambiente (APA).
- O reporte dos indicadores de desempenho à Entidade Reguladora de Águas e Resíduos (ERSAR) e acompanhamento da respetiva auditoria.
- O Desenvolvimento de ações de sensibilização ambiental, que em 2017, para além da habitual campanha dirigida ao público em geral, a cargo da SUMA, S.A., no âmbito da sua prestação de serviços, contemplará as ações “A compostagem doméstica vai à escola”, “Vamos recolher os óleos alimentares usados”, “Respeitar os sinais, é sinal de civismo”, “Toneladas de Ajuda”, “DIAS VERDES - um dia para celebrar, 365 dias para pôr em pratica”, “Aprender a separar”, “Birdwatching para miúdos de palmo e meio”, “Como funciona uma ETAR?” e “Rolhas e florestas”, propostas para o Plano Educativo Municipal 2016-17 e, ainda, outras ações com as escolas que participam no Projeto Rios, bem como a promoção/participação em atividades de defesa ambiental, como sejam, por exemplo, a “Hora do Planeta” e o “Projeto Greencork”.
- Assegurar a publicitação trimestral dos dados da qualidade da água destinada ao consumo humano, nas juntas de freguesia e no município, através da publicação de editais.
- A Informação aos munícipes sobre questões técnicas relacionadas com o ambiente, tais como, limpeza de linhas de água, gestão de resíduos, qualidade do ar, ruído, etc.

Similarmente, em 2017, o Gabinete do Ambiente continuará responsável pela gestão:



- Do projeto de compostagem doméstica, que resulta de uma parceria entre os Municípios de Santa Maria da Feira e Vila Nova de Gaia e a Suldouro, S.A. e tem como principais objetivos a promoção da redução de matéria orgânica a enviar para aterro e o aumento da consciencialização ambiental da população, alargado desde 2013 a todo o concelho, com resultados bastante positivos, tanto ao nível da adesão da população, como da metodologia utilizada;
- Do Parque das ribeiras do rio Uíma, que surge da operação de Reabilitação e Gestão Ativa do Corredor Ecológico do Rio Uíma e engloba as várias vertentes da sustentabilidade, nomeadamente a reabilitação dos ecossistemas ribeirinhos, a melhoria da qualidade da água, a promoção da mobilidade urbana e do património cultural, contribuindo para uma melhor qualidade de vida das populações;
- Da Praia Fluvial da Mamoá, designada como zona balnear desde o Verão de 2013 e com uma área de, aproximadamente, 2 hectares está localizada na bacia hidrográfica do Rio ÚI, na freguesia de Milheirós de Poiares, incluindo todo o processo de abertura da época balnear, definida no período de 1 de Julho a 30 de Agosto, durante a qual e são realizadas, pela ARH Centro, de 15 em 15 dias, análises à água, cujos resultados são depois divulgados aos banhistas através da afixação, nos painéis informativos, dos respetivos boletins de análise, de modo a dar cumprimento a todas as regras e legislação em vigor, relativamente à segurança dos banhistas e à qualidade da água.

Por último, importa considerar, também em 2017, a permanência no CRE_PORTO, Centro Regional de Excelência em Educação para o Desenvolvimento Sustentável da Área Metropolitana do Porto, enquanto rede de trabalho que integra dezenas de entidades públicas e privadas, através da participação na comissão de acompanhamento e nos grupos de trabalho, com o objetivo de fazer as pontes entre todos os parceiros e os equipamentos/unidades orgânicas do município que trabalham a educação para a sustentabilidade, promovendo o seu envolvimento.

Divisão de Fiscalização de Empreitadas

As obras descritas e elencadas traduzem a fiscalização das empreitadas inseridas no Plano e Orçamento de 2016 com implicações temporais no ano de 2017, e fazem parte dos objetivos de investimento do Município, nas áreas de construção civil, vias de comunicação e infraestruturas várias.

Serviço Municipal de Proteção Civil Municipal

A proteção civil desempenha um papel determinante no bem-estar e segurança da nossa comunidade, apesar do seu trabalho passar quase despercebido, notando-se mais no período de mais aflição, como os incêndios, cheias e nos casos de acidentes graves.

Todavia, o trabalho da Proteção Civil além de ser indispensável nestes momentos de catástrofe também existe no dia-a-dia, o trabalho preventivo que é desenvolvido, apesar de menos conhecido, é determinante, pois em inúmeros casos tem evitado problemas de maior.

A resposta aos acidentes graves, catástrofes ou calamidades não pode ser deixada ao acaso, antes pelo contrário, deve ser convenientemente planeada, devidamente coordenada e apoiada com os meios e recursos necessários, desempenhando os corpos dos bombeiros e outros agentes de proteção civil um papel crucial na preparação da comunidade com vista a enfrentar a ocorrência.

É necessário então adquirir equipamentos, viaturas e demais materiais, manteremos ações de prevenção e vigilância florestal e apoiaremos financeiramente e materialmente os nossos bombeiros, cruz vermelho e ainda as forças de segurança deste município.

O SMPC tem assumido uma vertente de prevenção e sensibilização relevante, pois cada um de nós enquanto cidadãos, também é um agente de proteção civil. Por vezes, basta-nos ter as noções básicas dos cuidados essenciais para prevenir riscos desnecessários.

Informar, dar a conhecer e sensibilizar são aspetos fundamentais e para os quais o SMPC tem dado um ênfase maior, nomeadamente junto das crianças do nosso concelho através de projetos educativos e demais atividades.

É importante que possamos estar aptos para ocorrências que nunca desejamos e por vezes acontecem quando menos se esperam. A melhor forma de combater essas situações quase sempre passa por estarmos preparados para essas eventualidades.

GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

Desde a sua criação em 2005, que o gabinete técnico florestal (GTF) de Santa Maria da Feira apoia tecnicamente a comissão municipal de defesa da floresta sendo o responsável pela elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) fazendo o acompanhamento da execução das ações propostas nesse plano. O técnico deste gabinete é ainda responsável pela elaboração de pareceres relativos a projetos de

arborização/rearborização de espaços florestais bem como ao enquadramento de projetos de edificação no PMDFCI, nomeadamente, na cartografia de risco de incêndio.

Trata ainda da fiscalização e notificação dos proprietários florestais no âmbito da legislação de defesa da floresta contra incêndios e neste município, desempenha ainda funções de gestão da zona de caça municipal e de coordenação da recuperação/ manutenção da Mata das Guimbras.

Zona de Caça Municipal

Com a publicação do Despacho 17023/2016 de 12 - 05 - 2016, já divulgado no portal do ICNF, foi criada a nova zona de caça municipal de Santa Maria da Feira (ZCM 6646-ICNF) e transferida a sua gestão para esta Câmara Municipal por um período de 6 anos. Os limites físicos da ZCM são diferentes, o número de processo é agora o 6646 - ICNF, mas as normas de funcionamento desta ZCM mantêm-se idênticas aos anos anteriores, pelo que, a tramitação administrativa dos processos de candidatura e emissão de autorização especial de caça, continuará a ser efectuada na Divisão de Administração Geral - Taxas e Licenças do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico desta câmara. Está previsto haver um período de inscrição obrigatório e único, apenas de 10 de Agosto a 2 de Setembro de 2016, e um período para a entrega das autorizações de caça aos candidatos aceites de 12 a 30 de Setembro deste ano. Terminada que está a sinalização dos seus limites e respetiva área de refúgio, efetuada durante o mês de Julho último, para o próximo ano estão previstos investimentos respeitantes à gestão corrente desta zona de caça.

SERVIÇO MÉDICO VETERINÁRIO MUNICIPAL

O presente plano e orçamento para 2017 refere-se apenas ao conjunto de obras, projetos e campanhas que o Médico Veterinário Municipal de Santa Maria da Feira pretende implementar e/ou adquirir, que envolvem despesas orçamentais, não contemplando as atividades que lhe estão atribuídas por lei, no âmbito da sanidade e bem-estar animal e na defesa da Saúde Pública, consagradas no Decreto-lei n.º 116/98, de 5 de maio, entre outras:

- Reclamações relacionadas com animais (Processos que envolvem problemas de sanidade animal e/ou saúde pública);
- Visitas de verificação técnica a talhos e peixarias;
- Exames periciais (Perícias solicitadas pelas autoridades veterinárias);
- Circos e outras exposições itinerantes com animais (Vistoria às instalações animais)

- Viagem Medieval (Formação e supervisão da segurança alimentar e bem estar animal)
- Campanha oficial de vacinação antirrábica e identificação eletrónica de animais de companhia.

Fármacos

- Adoções

Propõe-se para 2017 a quem adotar um animal no canil municipal, continuar a oferecer a vacinação antirrábica obrigatória, o microchip, a desparasitação interna oral (lombrigas e ténias) e desparasitação externa (pulgas e carraças), mantendo uniformes os procedimentos existentes no CIAMTSM e servindo desta forma como incentivo à referida adoção, salvaguardando também a saúde pública e permitindo identificar estes animais, caso venham a ser recolhidos novamente na via pública ao canil municipal, por abandono ou perda dos adotantes.

Controlo da reprodução

Através da legislação atual, as Câmaras Municipais devem promover o controlo da reprodução dos animais de companhia, evitando ninhadas indesejáveis, sendo necessário recorrer faseadamente à aquisição de anticoncecionais e abortivos injetáveis, para aplicação no canil, a preços mínimos de custo aos detentores de animais, que assim o desejem.

De referir que as taxas atuais contempladas na tabela de taxas e outras receitas municipais não urbanísticas, referentes ao canil municipal, estão em vias de serem atualizadas em baixa, o que tornará estes serviços mais apelativos aos munícipes que recorrerão a eles mais frequentemente.

- Contracetivo injetável

Através de uma taxa por injeção a um preço mínimo, os munícipes podem evitar e/ou controlar o cio das suas cadelas ou gatas, através de uma forma esporádica ou contínua, mediante um esquema de tratamento contínuo.

- Abortivo injetável

Através de uma taxa por injeção a um preço mínimo, é possível aplicar um abortivo às cadelas até 15 dias após a cobrição, nas situações em que os detentores não pretendam obter delas ninhadas, que posteriormente poderiam ter como destino o próprio canil municipal.

- Ocisão animal

Para o ano em causa, torna-se necessário proceder à aquisição faseada, de acordo com o stock existente de medicamentos de uso veterinário, tendo em vista a tranquilização, sedação e/ou eutanásia dos animais recolhidos.

Campanhas de adoção

É intenção do canil municipal, através do CIAMTSM, realizar campanhas de adoção de animais nos jardins municipais ou noutros locais para os quais venhamos a ser convidados. Estas campanhas, para além da adoção, permitem fornecer através da distribuição de panfletos e/ou projeção audiovisual, informações úteis acerca das obrigações legais e da posse responsável de animais de companhia.

Campanha de recolha de medicamentos, produtos de higiene e alimentação

Desde julho de 2016, contamos com donativos alimentares do Continente Modelo de Santa Maria da Feira. Todo o excedente, tem sido entregue no Canil Intermunicipal da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria.

Pretende-se continuar em 2017, a solicitar pelos meios habituais, a disponibilidade do canil municipal e dos seus animais recolhidos poderem usufruir de medicamentos, produtos de higiene animal usados ou fora de prazo e ainda ração animal que pretendam doar ao canil.

Estes materiais serão sujeitos a triagem, de acordo com as necessidades. Desta forma, estaremos a conter despesas extras na aquisição destes materiais, bem como a reutilizar estes recursos que iriam para o lixo, em animais que assim poderão ter mais hipótese de serem adotados, pois estarão melhor cuidados e visualmente mais atrativos.

pelouro
**educação, desporto e
juventude**

Educação

O concelho de Santa Maria da Feira é um município, por excelência, educador, fazendo parte da rede internacional das cidades educadoras. Tem como princípio que a educação/formação é fundamental para o desenvolvimento económico, social e sustentado da sua comunidade. Nesta caminhada é importante a participação e empenhamento de todos: escolas, pais, comunidade, autarquia, empresas, associações instituições públicas, privadas, etc.

Num momento em que a conjuntura do país e do concelho exige que as políticas sejam mais assertivas, mais do que nunca temos de continuar a apostar numa educação e formação de excelência, num projeto de desenvolvimento e promoção de valores de forma a termos cidadãos mais críticos, solidários, justos, empreendedores e por conseguinte uma comunidade mais incluída. Tendo como pano de fundo a estratégia Portugal 2020, são vários os desígnios que queremos vencer:

- » Aumentar o nível de qualificação dos portugueses
- » Diminuir o abandono/insucesso escolar
- » Melhorar a qualidade das aprendizagens
- » Ter como referencial o 12º ano de escolaridade obrigatória
- » Modernizar e qualificar o parque escolar

Assim, os objetivos estratégicos da política educativa concelhia são os seguintes: contribuir para o desenvolvimento sustentável do concelho de Santa Maria da Feira através da excelência na educação, ensino, formação, património, ambiente e cultura; promover o aumento da qualidade das aprendizagens e assegurar a continuidade das mesmas ao longo da vida; tomar decisões relativamente à construção de novos empreendimentos e à reconversão e adaptação do parque escolar, otimizando a funcionalidade da rede existente e a respetiva expansão; adequar a oferta educativa do município às necessidades reais, de modo a contribuir para o desenvolvimento da qualidade e diversidade da oferta educativa concelhia, assegurando o desenvolvimento social do concelho; orientar a expansão do sistema educativo em função do desenvolvimento económico, social e cultural, de forma a promover e garantir a igualdade do acesso ao ensino; combater o insucesso e abandono escolar; orientar a educação para a inovação, conhecimento e tecnologia; contribuir para que Santa Maria da Feira continue a afirmar-se como concelho educador capaz de responder aos novos desafios da sociedade atual, sociedade da informação e do conhecimento, sociedade em constante mudança, através da sua política educativa assente no conhecimento, empreendedorismo e inovação.

Num mundo repleto de tecnologia, a programação é uma das competências do século 21 tão importantes como o saber ler ou escrever. Urge, assim, apostar na aprendizagem de código de programação nas escolas cada vez mais cedo, de forma criativa e divertida.

A principal finalidade desta aposta na iniciação à programação é a de que os alunos além de aprenderem a programar, aprendam programando. A programação, para além de desenvolver nos alunos a sua criatividade em ciências da computação, estimula uma perspetiva mais alargada dos diferentes usos do computador e contribui para o desenvolvimento do pensamento computacional. Aprender a programar é como aprender qualquer outra linguagem. Num mundo globalizado e tecnológico se não soubermos programar ou ter o raciocínio de programação podemos ficar para trás na corrida em direção ao futuro. Temos a obrigação de programar o futuro das nossas gerações, dando-lhes desde o seu início ferramentas que as permitam adaptar-se a um futuro em constante mudança.

Todo o trabalho educativo a desenvolver está assente no projeto educativo municipal para o sexénio 2014-2020. Este documento, que foi construído e discutido com as entidades parceiras, pretende ser uma ferramenta de trabalho orientadora, que com a colaboração de todos os agentes educativos, culturais, desportivos e sociais, facilitará o desenvolvimento de projetos e atividades nas áreas da educação, desporto e juventude. O Projeto Educativo Municipal assenta em estratégias de intervenção ao nível da cidadania, cultura, património, educação, saúde e ambiente, delineando um fio condutor comum para todas as entidades locais que intervêm no desenvolvimento educativo e formativo do concelho.

Todas as iniciativas promovidas no âmbito da educação assentam em quatro eixos: 1º eixo - criação de um concelho educador, inovador, empreendedor, criativo e "cidadão"; 2º eixo - qualificação dos munícipes e elevação das suas competências básicas e dos níveis de formação; 3º eixo - reabilitação e requalificação e/ou construção de novos espaços nos edifícios escolares; 4º eixo - promoção do trabalho em rede em todo o município:

LINHA ORIENTADORA 1: CRIAÇÃO DE UM CONCELHO EDUCADOR, INOVADOR, EMPREENDEDOR, CRIATIVO E "CIDADÃO"	
Objetivos gerais	Objetivos específicos
1.1. Garantir educação para o desenvolvimento pessoal e social de qualidade com base nas competências e conhecimentos necessários para o crescimento sustentável, para o emprego e competitividade.	1.1.1. Garantir um equilíbrio eficaz entre as qualificações das pessoas que entram no mercado de trabalho e as necessidades dos empregadores 1.1.2. Centrar sobre as oportunidades da globalização na construção de um novo modelo de cidadania 1.1.3. Incrementar a participação dos jovens em reflexões sobre questões de cidadania e do território
1.2. Adequar a oferta educativa do município às necessidades reais, de modo a contribuir para o desenvolvimento da qualidade e diversidade da oferta educativa concelhia, assegurando o desenvolvimento social do concelho	1.2.1. Orientar a educação para a inovação, conhecimento e tecnologia



LINHA ORIENTADORA 2: QUALIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIES E ELEVAÇÃO DAS SUAS COMPETÊNCIAS BÁSICAS E DOS NÍVEIS DE FORMAÇÃO	
Objetivos gerais	Objetivos específicos
2.1. Concretizar a universalização da frequência da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário para todos	2.1.1. Alargar progressivamente a educação pré-escolar a todas as crianças
	2.1.2. Reduzir o abandono escolar
	2.1.3. Aumentar a % de alunos que transitam do ensino básico para o ensino secundário
	2.1.4. Aumentar as taxas de escolarização ao nível do secundário
2.2. Combater o analfabetismo	2.2.1. Reduzir a taxa de analfabetismo
2.3. Promover o aumento da qualidade das aprendizagens	2.3.1. Aumentar e diversificar as ofertas de formação e aprendizagem
2.4. Alargar as oportunidades de qualificação certificada para jovens e adultos	2.4.1. Reforçar a articulação dos sistemas de educação e formação com o mercado de trabalho
	2.4.2. Aumentar a participação dos adultos, em particular dos adultos pouco qualificados, na aprendizagem ao longo da vida

LINHA ORIENTADORA 3: REABILITAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVOS ESPAÇOS NOS EDIFÍCIOS ESCOLARES	
Objetivos gerais	Objetivos específicos
3.1. Criar estratégias que primem pelo aproveitamento e rentabilização das sinergias locais e pela promoção e dinamização das potencialidades existentes, para que os nossos alunos possam delas usufruir tornando-as sustentáveis e promotoras de desenvolvimento	3.1.1. Dotar as escolas de infraestruturas e equipamento tecnológico para a promoção da utilização generalizada das tecnologias da informação e da comunicação
	3.1.2. Permitir a polivalência de edifícios de forma a dar resposta às necessidades dos alunos, e desta forma fixá-los no concelho

LINHA ORIENTADORA 4: PROMOÇÃO DO TRABALHO EM REDE EM TODO O MUNICÍPIO	
Objetivos gerais	Objetivos específicos
4.1. Promover a articulação entre os diferentes equipamentos com serviços educativos	4.1.1. Facilitar a articulação com entidades relevantes no sector da educação, através de uma lógica de cooperação
	4.1.2. Aumentar a interação entre as escolas e destas com as instituições do território
	4.1.3. Construir, divulgar e concretizar parcerias para implementar propostas de clara valorização das atividades âncora do concelho
4.2. Promover a participação como metodologia principal na construção do projeto educativo municipal	4.2.1. Apoiar as organizações educativas nas suas atividades de educação e formação
	4.2.2. Concertar sinergias de forma a otimizar recursos

É nesta perspetiva que se pretende continuar a dinamizar um conjunto de projetos já existentes e implementar novas iniciativas de modo a atingir-se os objetivos delineados e, assim, dar um importante passo na elevação da qualidade da educação e formação.

1.º Eixo – Criação de um Concelho Educador, Inovador, Empreendedor, Criativo e “Cidadão”

Centro de Recursos Educativos Municipais

O Centro de Recursos Educativos Municipal (CREM) tem como objetivo desenvolver atividades do Plano Educativo Municipal. Pretende-se que a comunidade escolar tenha acesso e conhecimento de novas áreas disciplinares que de outro modo não seria possível.

Reinventar o traje das fogaceiras» concurso

Este concurso consiste na recriação artística do traje das fogaceiras, onde os participantes podem intervir num traje branco com diversas materiais. Os trajes são apresentados numa exposição coletiva a decorrer nos festejos da Festa das Fogaceiras e, posteriormente noutros locais de interesse.

O concurso pretende a recriação do traje das fogaceiras e, desta forma, permitir que os participantes vivam a tradição da Festa das fogaceiras numa vertente lúdica e de intervenção.

Escola a Mexer » concurso

Este concurso consiste na intervenção artística e lúdica na escola e espaços públicos da freguesia, dando cor aos diversos equipamentos urbanos e recuperação de materiais já existentes. Tem como objetivo permitir aos intervenientes adquirir responsabilidade, respeito e sentimento de pertença pela sua freguesia; estimular o envolvimento da comunidade escolar no espaço público; recuperar e animar espaços e equipamentos locais e prevenir o vandalismo.

Assembleia de Crianças

A Assembleia de Crianças é um projeto de cidadania, onde há partilha de opiniões, os intervenientes questionam sobre o seu meio, refletem e debatem temas do interesse da comunidade. Um espaço onde os alunos das escolas eb1 do concelho têm um papel ativo e participativo.

Tem como objetivo estimular o desenvolvimento global da criança; promover comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diversificadas no âmbito da cidadania; Intervir para sensibilizar; Refletir para responsabilizar.

Intercâmbio Assembleia de Crianças/ Conseil des Enfants

O Intercâmbio celebrado entre a cidade geminada de Joué les Tour e Santa Maria da Feira, nasce em 2006 com dois projetos em comum, Assembleia de Crianças e Conseil des enfants, com linhas orientadoras semelhantes. Uma vez por ano promove-se um encontro entre os participantes dos dois projetos, para darem a conhecer as ações realizadas, partilharem experiências e saberes, assim como darem a conhecer a sua terra, costumes e tradições.

Este projeto tem como objetivos desenvolver a auto estima; Reconhecer a importância das suas ações; Estimular o contacto com novas culturas; Partilhar experiências.

Assembleia de Crianças | Erasmus + “Young People's Awareness and Responses to Migration and Refugee Crisis in Europe”

Durante o ano letivo 2016/17 será realizado um Intercâmbio de Jovens entre Santa Maria da Feira e Lewisham, proporcionando-lhes a oportunidade de confrontarem vários temas da atualidade, onde aprendem sobre o país e a cultura de cada um, partilham experiências e vivências tendo em vista a aprendizagem não formal. Pretende-se incentivar a partilha; Estimular o diálogo; Proporcionar momentos de felicidade; Desenvolver o enriquecimento pessoal; Reforçar os elos de ligação entre diferentes culturas.

Se queres saber o que é o Paluí... pões o teu dedo aqui!

Lançamento do livro resultado do projeto *Se queres saber o que é o Paluí... pões o teu dedo aqui!* Com este projeto pretende-se criar e implementar ideias, estratégias e recursos didáticos que fomentem, através da música e das artes, o desenvolvimento da língua Portuguesa em domínios relacionados com as expressões.

Direitos a valer - Educar para o conhecimento e proteção dos direitos das crianças

O projeto “Direitos a valer” orienta a sua intervenção para o conhecimento dos direitos das crianças e a sua comparação entre a realidade do concelho de Santa Maria da Feira e a realidade da Guiné Bissau e Angola. Através de atividades participativas de reflexão-ação, baseadas em histórias de vida, às suas dificuldades e sucessos no âmbito da defesa e proteção universal do direito da criança. Crianças e jovens terão a possibilidade de conhecer a realidade nos dois continentes: Europa e África.

Tem como objetivo contribuir para uma maior consciencialização, reflexão crítica e ação na defesa e proteção universal dos direitos da criança em Portugal e na Guiné Bissau, numa lógica de intervenção baseada na solidariedade internacional e na adoção de exigências comuns de equilíbrio e coesão social e apoiada nos processos educativos como fatores primordiais de transformação social. Fomentar o espírito de ajuda e colaboração nos mais jovens.

Design For Change

É um programa Internacional que começou na Índia, neste momento é desenvolvido em mais de 35 países contando com a participação de mais de 60 000 professores e 2 000 000 de crianças. Em Portugal já vai na 6ª edição, envolveu mais de 12 000 alunos em 125 escolas com 130 projetos nos primeiros 5 anos de edição. O DFC é um projeto que desafia as crianças a intervirem e mudarem de forma positiva a comunidade onde estão inseridas., através das suas próprias ideias. Resume-se a demonstrar a cada criança que participa a força da expressão – EU POSSO!”

Suporta-se num processo simples composto por quatro fases: Sente (Identificar o problema que afeta a comunidade); Imagina (Imaginar e criar uma solução e planear a sua implementação); Faz (Reunir os recursos necessários implementar e registar); Partilha (Partilhar a história de mudança com a comunidade).

Tem como objetivo a construção de um mundo Melhor! Pretende-se que as crianças libertem o seu poder “Eu Posso”, sejam os agentes impulsionadores da mudança, tenham um papel ativo trabalhando pelo bem da comunidade e que no fim percebam que eles próprios também mudaram.

Oficina de Animação

Este projeto irá abordar a história do cinema de animação, desde os objetos óticos até às diferentes técnicas do cinema de animação. Resultará um filme de animação, a partir de desenhos criados pelos alunos.

Oficinas 21

As oficinas 21 visam explorar diferentes temáticas de uma forma lúdica, onde os alunos de educação pré-escolar inscritos nas atividade de animação e apoio à família participem, realizando, experimentando e discutindo informações específicas sobre os temas e áreas abordados. Através da experimentação multidisciplinar os participantes são convidados a interagir no desenvolvimento da atividade.

Tem como objetivo proporcionar aos alunos do ensino público novas experiências e conhecimentos com vertente lúdica, interventiva e de cidadania

Ambientação

O Imaginarius Infantil é um projeto de formação de novos públicos que, mantendo a identidade do festival, estimulará nas crianças a vontade de fruir, pensar e intervir no espaço público. É oferecido à criança um passaporte, no qual esta poderá carimbar a sua passagem por cada espetáculo ou workshop. O projeto Ambientação do Imaginarius pretende, além de sinalizar, dar cor e dinâmica aos locais e ruas onde se situam os carimbos para o passaporte.

Serviços Multimédia

Apoio no desenvolvimento de produtos multimédia. Este apoio traduz-se na elaboração de cartazes, folhetos, páginas de internet, apresentações multimédia, cd's interativos, produção e edição áudio e vídeo e demais valências nesta área.

O objetivo principal é promover a cooperação entre as instituições do sistema educativo localizadas no concelho de Santa Maria da Feira, o que se traduzirá

Hortas Pedagógicas

Este projeto contempla a criação de uma Horta Coletiva, numa zona rural mesmo no coração de Santa Maria da Feira. Este será um espaço de partilha, de experiência e aprendizagem que visa dotar os participantes de conhecimentos teóricos e práticos sobre as diferentes hortícolas. Nas suas várias fases, o projeto contempla a formação para Auxiliares de Ação Educativa em contexto, a preparação, o cultivo e a manutenção do terreno, bem como a colheita e a criação de um cantinho de hortícolas e/ou aromáticas no jardim-de-infância; e uma sessão de alimentação saudável “da Horta à Panela” nas salas do jardim-de-infância.

Tem como objetivo proporcionar momentos de lazer e aprendizagem reconhecendo o cultivo como bem sustentável de uma comunidade.

Programa ABC do concelho

Viagem virtual ao concelho de Santa Maria da Feira, com a ajuda de um CD-Rom animado que será enviado para todas as escolas com imagens de todas as freguesias do concelho em que a mascote deste projeto, “o Fogacinha”, acompanhará esta viagem pelas 21 (31) freguesias do concelho. Este programa contempla a realização de jogos lúdico-pedagógicos na sala de aula com os alunos do 3º ano alusivos ao concelho assim como a visita a um dos equipamentos/espços municipais.

Projeto de literacia financeira da Fundação Dr António Cupertino de Miranda

O projeto de educação financeira é um projeto de continuidade. O sucesso deste projeto consiste precisamente na monitorização e no acompanhamento que é dado desde a primeira hora aos professores. Além da formação inicial, os professores recebem planos de aulas, fichas de exercícios, propostas para realizarem trabalhos e atividades praticas com os alunos, propostas de dinamização relacionadas com determinados eventos, como a comemoração do dia da poupança, apoio para esclarecerem dúvidas, trocar impressões quanto os trabalhos realizados.

COOPClube

É um projeto de Cooperação com os Clubes no sentido de dar a conhecer aos alunos do concelho quais as modalidades de formação existentes. Tem como objetivo aumentar a prática desportiva do nosso concelho.

Escola de Educação Rodoviária (EER)

Tem por objetivos: promover a educação das crianças e jovens do Concelho como utentes da via pública; consciencializar os docentes, famílias e comunidade em geral, para a importância da prevenção rodoviária; desenvolver projetos educativos em parceria com os agentes de segurança.

“pé na estrada”| pequenos

É um projeto educativo dirigido às crianças dos Jardins-de-infância (4 e 5 anos) que visa abordar a prevenção rodoviária nos seus três temas principais: peões, passageiros e ciclistas.

“pé na estrada”| médios

É um projeto educativo dirigido aos alunos do 2º ano de escolaridade que visa abordar a prevenção rodoviária nos seus três temas principais: peões, passageiros e ciclistas.

“pé na estrada”| grandes

É um projeto educativo dirigido aos alunos do 4º ano de escolaridade que visa abordar a prevenção rodoviária nos seus três temas principais: peões, passageiros e ciclistas.

“visitas à EER”

Dirige-se a todo o público que não está abrangido pelos nossos projetos (escolas, associações de pais, IPSS). Visa apresentar a escola rodoviária e o seu funcionamento, a realização de uma atividade que se divide em duas fases: numa primeira fase, um jogo educativo, e numa segunda fase, circulação na pista da EER.

“Prevenção para TODOS”

Programa de educação rodoviária dirigido a todo o público que não esteja abrangido pelos projetos educativos municipais (escolas, associações de pais e IPSS's) e que têm interesse em visitar a Escola de Educação Rodoviária e abordar o tema.

“Sábados em Prevenção”

Este programa realiza-se ao sábado (sujeita a marcação prévia) e dirige-se a todas as associações e instituições que estejam interessadas em explorar o tema da educação e prevenção rodoviária.

Formação de Professores “Ato Corporal”

Esta formação pretende dotar os participantes de ferramentas para explorar a expressão corporal em contexto de sala de aula. Tem como principais características: o improviso, o uso da meia máscara e o profissionalismo que possibilitam ao ator a experimentação de uma linguagem codificada para a construção do jogo teatral, orientando os princípios básicos da criação cénica.

Objetivos: desenvolver competências não só teatrais e artísticas como também pessoais e sociais, ajustar as metodologias às necessidades e potencialidades do grupo.

Duração: 25h

Público-alvo: Professores do concelho

Oficina Aberta

Pretende-se trabalhar a relação do indivíduo com a construção de cena, tendo como principais características a improvisação e o uso da meia máscara expressiva. Este tipo de teatro, até hoje, orienta os princípios básicos da criação cénica e possibilita ao formando a experimentação de uma linguagem codificada para a construção do jogo teatral.

Objetivos: desenvolver competências não só teatrais e artísticas como também pessoais e sociais, ajustar as metodologias às necessidades e potencialidades do grupo e zelar pela inclusão de todos os participantes.

Público-Alvo: Agrupamento de Escolas Coelho e Castro. Alunos de 3º ciclo e secundário. Alunos cm necessidades educativas especiais.

Fogaceiras | Difusão da Tradição

Sendo a Festa das Fogaceiras uma festividade secular e o dia de feriado municipal, o que por si só demonstra a importância da data, o município envolve-se de uma forma particular na comemoração do dia 20 de janeiro. Pretende envolver toda a comunidade escolar na Festa das Fogaceiras. Numa abordagem direta, através da deslocação de técnicos da autarquia às escolas, é apresentada a tradição às crianças quer em registos de vídeo, quer em registos fotográficos. Esta informação resulta numa conversa informal, onde todos podem partilhar as experiências vividas em anos anteriores e esclarecer curiosidades. Será ainda promovida uma peça de teatro que apresentará esta tradição de forma leve e divertida. Esta atividade é dirigida às crianças que se encontram inscritas nas atividades de animação e apoio à família e aos alunos do 1º ciclo.

ColorADD - sistema de identificação de cores para daltónicos

O código ColorADD é um Sistema de Identificação de Cores para Daltónicos. É uma ferramenta que procura garantir a plena integração de um público daltónico sempre que a Cor é fator determinante na comunicação e na aprendizagem.

Objetivos: realizar ações de sensibilização e divulgação na biblioteca escolar piloto.

Orquestra Criativa

A Orquestra Criativa de Santa Maria da Feira é o local da improvisação e criação musical que permite o desenvolvimento de um processo socioeducativo e artístico com grande impacto social, cultural e educacional, cuja intenção é tornar a música acessível a todos.

Objetivo: O objetivo deste projeto é proporcionar experiências musicais enriquecedoras que abram caminhos à criatividade e que venham a culminar em concertos, também estes, verdadeiros momentos de fruição e realização artística. Além do seu valor artístico oferece a oportunidade de todos os participantes mostrarem com dignidade o seu valor individual e coletivo.

Míni Olimpíadas

Empenhada em inculcar nas crianças e jovens do concelho o gosto pela prática desportiva, bem como valores fundamentais associados ao espírito olímpico, o Município de Santa Maria da Feira desde sempre apoiou a realização das Mini-Olimpíadas Concelhias.

2.º Eixo – Qualificação dos Múncipes e Elevação das suas Competências Básicas e dos Níveis de Formação

Ação Social Escolar Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

Os auxílios económicos constituem uma modalidade de apoio socioeducativo destinado aos alunos inseridos em agregados familiares cuja situação socioeconómica determina a necessidade de participações para fazer face aos encargos relacionados com o prosseguimento da escolaridade.

Desta forma, tenta-se garantir a todas as crianças o acesso à escola e a obtenção de qualificações mínimas, contribuindo também para uma maior justiça na atribuição dos auxílios económicos.

Bolsa de Estudo – Ensinos Secundário e Superior

No seguimento dos anos transatos, a autarquia irá conceder bolsas de estudo que têm como objetivo possibilitar a prossecução dos estudos aos jovens residentes no concelho de Santa Maria da Feira, promovendo uma efetiva igualdade de oportunidades. As bolsas de estudo serão concedidas em reunião de Câmara, depois do parecer técnico e do parecer do Conselho Municipal de Educação, considerando-se a carência socioeconómica e a ponderação global da situação concreta de cada candidato.

Fornecimento de Refeições Escolares

O fornecimento de refeições escolares é uma medida que promove positivamente as condições de aprendizagem, uma vez que contribui para a adoção de uma alimentação mais equilibrada e adequada às necessidades da população escolar. Ao nível do 1.º ciclo, o Programa de Generalização do Fornecimento das Refeições Escolares promove o fornecimento de refeições a todos os alunos interessados, dando prioridade aos alunos carenciados. Diariamente são fornecidas uma média de 4362 refeições escolares a alunos da educação pré-escolar e aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico. Estas refeições são confeccionadas nas cantinas escolares da autarquia, nas Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho e em Escolas EB 2/3 protocoladas.

Salas de refeição

Com vista a garantir o apoio às salas de refeição fornecidas por IPSS e Escolas EB 2,3, a Câmara Municipal possui Assistentes Operacionais que acompanham os alunos nos refeitórios das EB do 1º Ciclo e Jardins de Infância. Sendo assim, torna-se fundamental promover a distribuição, junto das funcionárias da autarquia, de todo o fardamento adequado para o desenvolvimento das suas funções, nomeadamente ao nível das salas de refeição (batas, toucas, aventais e calçado).

Ao nível das IPSS, a Câmara Municipal disponibiliza apoio para a elaboração das ementas a implementar, bem como o apoio ao nível de ações de formação para as funcionárias ao serviço nas cozinhas. São também planificadas visitas aos locais, havendo no final de cada visita a elaboração de um relatório, mencionando os pontos críticos e as medidas corretivas a implementar.

Ao nível das escolas servidas pela empresa de restauração coletiva, são planificadas visitas a fim de verificar o cumprimento de todas as alíneas do caderno de encargos.

Materiais - Higienização das mãos /materiais e equipamentos / materiais e equipamentos de limpeza

Antes das refeições escolares, bem como aquando da utilização das casas de banho é necessário salvaguardar que, os alunos procedam à correta lavagem das mãos, pelo que é essencial disponibilizar sabonete líquido e toalhetes de papel. É necessário ainda assegurar a distribuição de louça, escorredores da louça, toalhetes de papel e guardanapos nas salas de refeição, bem como equipar as salas com caixotes do lixo, armários para os produtos de limpeza e máquinas de lavar louça, bem como todos os materiais e equipamentos essenciais à limpeza e desinfeção das salas de refeição não concessionadas.

Regime de Fruta Escolar (RFE)

Com o intuito de promover hábitos alimentares adequados para a saúde das populações mais jovens, visando contribuir para a redução dos custos sociais e económicos associados a regimes alimentares menos saudáveis, o gabinete de planeamento e políticas do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, através da portaria n.º 1242/ 2009, de 12 de Outubro, propõe o desenvolvimento do Regime de Fruta Escolar. Segundo a Estratégia Nacional (alterada em janeiro de 2015), propõe-se a disponibilização dos produtos, duas vezes por semana à população escolar do 1.º CEB. Sendo assim, os produtos elegíveis para este período são: maçã, pêra, clementina, tangerina, laranja, banana, cereja, uvas, ameixa, pêssago, cenoura e tomate, devendo estes obedecer aos regimes públicos de qualidade certificada de produção integrada, de modo de produção biológico, de denominação de origem protegida, de indicação geográfica protegida ou de produção integrada. Para além da distribuição gratuita por todos os alunos das EB1, este regulamento prevê ainda apoio para a dinamização de medidas de acompanhamento, com vista a promover o consumo dos produtos elegíveis.

“Educar em Alimentação”

A alimentação é sem dúvida um fator ambiental essencial à promoção da saúde, estando relacionada com a prevenção ou desenvolvimento de determinadas doenças, nomeadamente a obesidade, a diabetes, doenças cardiovasculares e certos tipos de cancro. A autarquia tem assim como objetivo reforçar a sua atuação no âmbito da Educação Alimentar e, com isso, melhorar a saúde dos seus municípios, propondo a dinamização de palestras pelos diferentes locais do concelho, nas seguintes áreas:

Ao nível da Saúde Escolar:

- Educação alimentar com alunos, pais e encarregados de educação;
- Aconselhamento alimentar e nutricional, individual de crianças com excesso de peso, ou outras patologias, como por exemplo doença celíaca, diabetes, hipercolesterolemia, entre outras;
- Ações de formação com educadores e outros funcionários do estabelecimento de educação sobre Alimentação saudável.

Ao nível da Saúde do Idoso:

- Educação alimentar com idosos sobre a prática de uma correta alimentação na idade sénior.

Ao nível da Saúde do Adulto:

- Educação alimentar dirigida à população.

Workshops “Culinária Saudável” (em parceria com a Empresa Fornecedora de Refeições)

Sabendo-se que a adoção de uma alimentação saudável não é sinónimo de pratos sem sabor ou de refeições rotineiras e que a variedade é uma regra a seguir quando se pretende a aquisição de hábitos alimentares saudáveis, iremos promover a dinamização de um Workshop de Culinária Saudável, por uma nutricionista e um Chef. A culinária saudável não são só cozidos e grelhados, existindo outros métodos de confeção, como estufados, caldeiradas, jardineiras ou assados no forno, que também podem ser ótimas alternativas, desde que seja utilizada gordura de boa qualidade e em pequena quantidade, pouco sal, muitas ervas aromáticas, especiarias e marinadas.

É fundamental usar a imaginação e a criatividade, misturar ingredientes e atrever-se a consumir refeições com muita cor, ricas em aromas e sabores e muito saudáveis. É este o desafio a que nos propomos com a dinamização destes workshops.

Objetivo principal: Realização de uma sessão de sensibilização sobre “Alimentação Saudável”, dirigida aos encarregados de educação (agendar ao longo do 1º e 2º período). Após a exposição teórica serão confeccionados pelo Chef, alguns exemplos de pratos saudáveis, a serem degustados no final da atividade.

Comemorações “Dia Mundial da Alimentação”

A obesidade infantil é um dos maiores problemas do dia de hoje. Segundo dados atuais, o número de crianças com excesso de peso continua a aumentar, o que traz transtornos a vários níveis: na saúde, na auto-estima, no desenvolvimento físico e intelectual. Assim, e no sentido de colaborar na luta contra a obesidade em crianças e jovens, realiza-se ao longo do mês de Outubro, no âmbito das comemorações do dia Mundial da Alimentação, sessões de sensibilização, por agrupamento de escolas, junto dos encarregados de educação, com o objetivo de os sensibilizar para a mudança de atitudes e comportamentos, face à alimentação, alertando para a importância da alimentação na saúde.

Projeto “Práticas Seguras em Salas de Refeição”

Para salvaguardar a conformidade das ações de limpeza e desinfeção efetuadas, de acordo com o que está previsto no plano de higienização, serão planificadas e agendadas visitas às escolas, de modo a verificar o cumprimento do plano estipulado.

Objetivo geral: Sensibilizar as funcionárias ao serviço nas salas de refeição para a necessidade de proceder a uma correta higienização de instalações, utensílios e equipamentos, utilizando os produtos adequados e de forma correta.

Atividades a desenvolver:

- Atualização do Dossier de Limpeza e Desinfeção nas Salas de Refeição, Plano de Higienização e Registos da Higienização, os quais serão distribuídos no final da sessão, um por cada escola;

- Realização de Ações de Formação sobre temáticas a definir de acordo com as necessidades e dirigidas a todo o pessoal não docente responsável pelas diversas tarefas de limpeza e desinfeção, nas salas de refeição.

Lanches saudáveis

Projeto de Educação para a Saúde, mais concretamente em Educação Alimentar, cujo objetivo geral é a melhoria da qualidade das refeições intermédias – pequeno-almoço e merendas, nomeadamente aumento do consumo de fruta nestas refeições e diminuição do consumo de produtos processados, ricos em açúcar e gordura. Pretende-se que a escola seja um local de aprendizagens a todos os níveis, nomeadamente na componente biopsicossocial. Pretende-se que a criança aprenda a fazer escolhas salutogénicas, nomeadamente no que respeita à alimentação, de forma a conseguir viver com mais saúde, prevenindo o instalar de doenças crónicas. A atuação em idades precoces, como em crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico, parece ser fulcral, não só porque a prevalência de doenças crónicas nestas faixas etárias está a aumentar de forma alarmante, quer pelo conhecido efeito de “tracking” dos hábitos alimentares e do padrão de doença até à idade adulta. Ou seja, crianças com hábitos alimentares não saudáveis tenderão a manter esses hábitos ao longo da vida, assim como crianças com doenças tais como obesidade ou hipertensão arterial, tenderão a mantê-las no futuro, também. A intervenção decorrerá ao longo de um ano letivo e contemplará sessões com as crianças (3 a 4), bem como uma sessão para os encarregados de educação. Os professores serão, também envolvidos, na medida em que serão envolvidos em atividades do projeto, nomeadamente dinamização da criação da mascote do projeto e participação em algumas intervenções.

objetivo principal: Melhorar a qualidade nutricional das refeições intermédias (pequeno-almoço e lanches) e tem como destinatários os alunos do 3º ano de escolaridade.

Programa de Saúde Oral

O Programa de Promoção de Saúde Oral é desenvolvido por uma equipa de profissionais do Centro de Saúde de Santa Maria da Feira desde o ano letivo 2000/2011 nos Jardins-de-Infância e Escolas Básicas de 1º Ciclo.

Objetivos:

Melhorar conhecimentos e comportamentos sobre alimentação e higiene oral;

Diminuir a incidência da cárie dentária;

Reduzir a prevalência da cárie dentária;

Aumentar a percentagem de crianças livres de cárie dentária.

Programa de Rastreio de Fatores Ambliogénicos

Idealmente, todas as crianças devem fazer um exame visual aos 3-4 anos e aos 5-6 anos, pois a visão é um sentido essencial para o adequado desenvolvimento da criança, uma vez que é através deste sentido que a criança interage com os outros e com o mundo que a rodeia. O Programa de Rastreio de

Fatores Ambliogénicos é desenvolvido por uma equipa de profissionais do Hospital S. Sebastião, desde o ano letivo 2000/2001, nos Jardins-de-Infância do concelho.

Objetivos: Detetar os fatores ambliogénicos em crianças até aos 6 anos; Procurar relacionar fatores ambientais e genéticos com os fatores ambliogénicos.

HIPPO – Hábitos Inteligentes para a Prevenção da Obesidade

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define a obesidade como a principal ameaça à saúde para os europeus no século XXI. O crescente aumento da obesidade levou a OMS a organizar, em novembro 2006, uma Conferência Ministerial Europeia de combate à obesidade e dela resultou a adoção da Carta Europeia de Combate à Obesidade (European Charter on Counteracting Obesity), por todos os Estados membros. Esta carta especifica as medidas a concretizar pelos membros da região europeia no combate à obesidade, das quais se destacam a redução do teor de açúcar (em especial adicionado), gordura e sal nos alimentos processados; a rotulagem nutricional adequada; e a promoção da atividade física (andar a pé e de bicicleta). O objetivo principal da carta é o de atingir um progresso visível, sobretudo no que respeita a crianças e adolescentes, na maioria dos países, nos 4-5 anos subsequentes, devendo ser possível reverter a tendência. Contudo, ao contrário do objetivo traçado na Carta Europeia de Combate à Obesidade, continua a existir a nível mundial uma epidemia de obesidade infantil que afeta mais de 150 milhões de crianças, prevendo-se que este número duplique, nos próximos anos. Portugal não escapa a este problema. No nosso país, a obesidade tem uma grande prevalência, sendo um dos países da Europa onde o predomínio da obesidade entre as crianças é mais elevado: 1 em cada 3 crianças tem excesso de peso. Preocupada com este problema, uma equipa de alunas e professores do Agrupamento de Escolas de Argoncilhe, em Santa Maria da Feira, criou o projeto HIPPO – Hábitos Inteligentes Para a Prevenção da Obesidade®. O objetivo deste projeto é dar um contributo para o combate à obesidade infantil, através da utilização de uma linguagem simples e lúdica na informação nutricional dos rótulos das embalagens dos produtos, associando essa informação à atividade física. A palavra HIPPO, para além de ser formada a partir da primeira letra de Hábitos Inteligentes Para a Prevenção da Obesidade, inicia o nome, em várias línguas, de um animal pesado muito apreciado pelas crianças e que é o símbolo do projeto: o hipopótamo. O projeto HIPPO – Hábitos Inteligentes Para a Prevenção da Obesidade® venceu, em 2014, o concurso de ideias INOVA! – Jovens Criativos, Empreendedores para o Século XXI, na categoria Social 1.º e 2.º ciclos. É neste seguimento que a Divisão de Educação assume a implementação deste projeto a nível municipal, através da aquisição da pasta HIPPOFÓLIO, juntamente com atividades lúdico-pedagógicas, para aplicação do projeto HIPPO – Hábitos Inteligentes Para a Prevenção da Obesidade® nos jardins-de-infância, nas escolas de 1.º ciclo ou em família. A pasta HIPPOFÓLIO é composta por: Informação para os adultos; Informação para as crianças; Explicação da Etiqueta Calórica; Explicação da Tabela Calórica; Atividades lúdico-pedagógicas; Etiquetas autocolantes; Imagens autocolantes; Marcador de livros.

Com este projeto vamos ajudar as crianças a serem consumidoras informadas e ativas: ajudando-as a colar etiquetas nas embalagens dos alimentos, de acordo com a informação do rótulo, lembrando-lhes da necessidade de fazerem exercício físico.

Atividades de Animação e Apoio à Família – Educação Pré-Escolar

Com o intuito de universalizar a educação pré-escolar, generalizando a oferta deste serviço a todas as crianças, foi criado um serviço de apoio à família com vista a dar resposta às necessidades das famílias para além do tempo letivo semanal. O programa de apoio à família visa assegurar a ocupação das crianças em idade pré-escolar com atividades lúdicas, animando os tempos livres, promovendo a satisfação e bem-estar das crianças, valorizando o prazer de brincar, promovendo a socialização, estimulando a aprendizagem nas áreas e domínios de desenvolvimento físico, social, emocional e intelectual, transmitindo conceitos importantes de desenvolvimento sustentável em princípios de uma vida saudável e ecológica, despertando na imaginação das crianças o gosto pela reciclagem, complementando as atividades letivas dos jardins-de-infância. Os pais e/ ou encarregados de educação participam no custo dos serviços de apoio à família que integram a componente sócio educativa dos estabelecimentos de educação pré-escolar, de acordo com as respetivas condições sócio económicas.

Componente de Expressão Física Motora – Brincar com movimento

Pretende-se desenvolver com as crianças dos jardins-de-infância um trabalho de expressão corporal, e no desenvolvimento da motricidade fina utilizando diferentes exercícios. As aulas de expressão físico motor compreendem um trabalho individual e coletivo das crianças. Ao nível individual, os objetivos envolvem o desenvolvimento da criatividade corporal e utilizando as possibilidades que o corpo possui de forma a descobri-las e a desenvolvê-las através dos diferentes exercícios. Essa prática tem como finalidade desenvolver a criatividade, espontaneidade e autonomia de cada criança, bem como desenvolver um trabalho físico de coordenação motora. Ao nível coletivo, os exercícios envolvem atividades simples, que vão desde a prática de alongamentos, expressão dramática, mímica, jogos e simulações ou a exploração espontânea de movimentos corporais. Os objetivos pedagógicos consistem nas atividades de ginástica, psicomotricidade e jogos lúdicos/didáticos, dinâmica de grupos e trabalhos de equipa, o jogo (individual ou em grupo), saber estar, saber ser a sociabilidade (ser bom cidadão). Os jardins-de-infância aderentes ao programa de expressão físico-motora são todos aqueles que têm as atividades de animação e apoio à família.

Tertúlia Poética Infantil

Esta atividade consiste numa dramatização/encenação/recitação, de excertos/partes de uma obra infantil com destaque para uma obra nacional e outra concelhia.

Objetivos:

Desenvolver a curiosidade intelectual, o gosto pelo saber e pela leitura;

Promover o convívio inter-geracional, entre crianças, família, educadores e assistentes operacionais.

Pequenos e(n)Cena

Pretende-se trabalhar a relação do indivíduo com a construção de cena, tendo como principais características a improvisação e o uso da meia máscara expressiva. Este tipo de teatro, até hoje, orienta os princípios básicos da criação cénica e possibilita ao formando a experimentação de uma linguagem codificada para a construção do jogo teatral. Esta atividade é dirigida às crianças que frequentam as atividades de animação e apoio à família.

Objetivos: desenvolver competências não só teatrais e artísticas como também pessoais e sociais, ajustar as metodologias às necessidades e potencialidades do grupo e zelar pela inclusão de todos os participantes.

A participação no projeto está condicionada a um número mínimo de 10 crianças com frequência obrigatória na totalidade das sessões.

Barro e Azulejo

A atividade do barro desenvolver-se-á ao longo de uma sessão com a duração de 1h30. Consiste na explicação da técnica que vão utilizar para criar a peça de barro e a liberdade para decorar a seu gosto.

Objetivo principal: Incentivar a descoberta do barro e o azulejo através da criação de peças únicas e personalizadas.

Componente de Apoio à Família 1º CEB

O programa de apoio à família, desenvolvido pelo Grande Sábio, tem a seu cargo assegurar o acolhimento e o prolongamento das crianças na escola antes e após o término das aulas, nas EB1 do concelho de Santa Maria da Feira. Durante este período de tempo, os profissionais responsáveis procuram proporcionar às crianças um pleno desenvolvimento das suas capacidades, sendo evidenciada uma clara relação entre as atividades lúdicas e as atividades desenvolvidas no âmbito do ensino, da educação, da saúde e vida cultural.

Objetivos:

- Ocupar de forma sadia e criativa as crianças do 1.º ciclo do ensino básico, durante os dias úteis e o período de interrupções letivas (Natal, Carnaval, Páscoa e durante os meses de Julho e Agosto);
- Promover e desenvolver atividades que permitam uma maior integração e interação das famílias no processo de desenvolvimento dos filhos;
- Fomentar o respeito pelos conhecimentos e valores que as famílias possuem, evitando qualquer tipo de preconceito;
- Favorecer a participação dos componentes da instituição familiar em diferentes oportunidades, estimulando o diálogo com os pais.

Projeto Em...prender felicidade no meu Concelho

A criança deve saber que nada acontece de graça, por acaso, e que existe um caminho a ser percorrido com perseverança. Esse caminho tem que ser divertido. Por isso, nas escolas, há que ajudar as crianças a despertar o pequeno empreendedor que há em cada um. Para a concretização do projeto iremos ter em conta as seguintes etapas: Autoconhecimento; Rede de relações; Liderança; Visão global; Liberdade; Perseverança; Escola certa; Lidar com o dinheiro; Ética Correr riscos Independência; Responsabilidade.

Objetivo principal: Educar crianças felizes e bem-sucedidas, capazes de realizar os próprios sonhos.

Correio da Amizade

Troca correspondência, uma carta, um trabalho escrito, artístico, fotográfico...havendo uma partilha e troca de experiências entre os pais/encarregados de educação e as crianças das atividades de animação e apoio à família e os alunos da componente de apoio à família.

Objetivo: Interação entre as crianças/alunos e os pais. Fortalecer os afetos e valores.

Coro Infantil

Ferramenta de educação musical que, com poucos recursos materiais, motiva as crianças na aprendizagem da música e desenvolve a criatividade, concentração, disciplina, trabalho em grupo e socialização. Considerando que cantar é um meio de expressão e uma atividade espontânea e ainda que eles trazem consigo os seus próprios instrumentos – corpo, ouvido e voz – foi proposto pela Divisão da Educação aos alunos que frequentam as atividades de animação e apoio à família, um trabalho de educação musical através do coro infantil.

Festa de Halloween

Festa de Halloween para as crianças e alunos dos diferentes níveis de ensino e Concurso de Vassouras de Halloween. Interação entre os alunos das várias escolas do concelho. Interação entre os alunos, pais e familiares com a comunidade escolar.

Objetivo: pesquisar as diversas origens e tradições em torno desta mítica festa; manter as tradições.

Data de realização: 31 de Outubro.

Desfile de carnaval

À semelhança de anos anteriores, o Desfile de Carnaval irá envolver toda a comunidade escolar. Podem participar quaisquer entidades do Concelho, desde associações, IPSS, escolas de ensino público e privado. As entidades terão que efetuar previamente a sua inscrição e no dia deverão estar identificados, quer seja nos carros alegóricos quer seja nos disfarces. O Desfile de Carnaval será alvo de um concurso, e como tal a avaliação será levada a cabo por um júri que terá em consideração as seguintes categorias: imaginação, criatividade e originalidade do tema, elaboração e construção dos carros e dos disfarces e ainda a animação proporcionada pelos grupos. Os prémios serão atribuídos aos três primeiros classificados.

Objetivo: Promover e dinamizar as tradições carnavalescas, apelando à criatividade, imaginação, animação e espírito de associativismo entre a comunidade escolar do Concelho.

Dia da família

Neste dia toda a comunidade educativa está convidada a participar. Cada criança deverá levar 10 tampinhas ou 1€ que reverterá para o projeto das cadeiras de rodas do concelho. Atividades: Night run, workshop de musicoterapia, luta de almofadas, atividades das AEC's da educação pré-escolar, grupo de pais do CAFAP, exposição do Em...prender e insufláveis.

Objetivo: Fortalecer os laços familiares e desenvolver a capacidade recreativa.

Pr@gr@m@-t? – iniciação à programação informática

Educação, mudança, tecnologia e futuro são as palavras mais utilizadas nos dias de hoje. A tecnologia tem invadido a nossa sociedade, a nossa comunidade, o nosso lar e o nosso dia a dia.

No século 21, programar é tão importante como ler e escrever ase queremos estar adaptados ao nosso meio e, assim, sermos competitivos a nível nacional, europeu e mundial. Vamos ler, contar e “codar”.

O projeto Pr@gr@m@-t? pretende estimular o gosto pela programação e aprender programando de uma forma divertida e lúdica a todas os munícipes, em particular aos jovens estudantes.

Terá cinco linhas de ação:

- Iniciação á programação no 1º ciclo – trabalho articulado com os agrupamentos que aderiram ao programa de iniciação à programação informática do Ministério da Educação;
 - Iniciação à programação no 2º e 3º ciclo- Criação de Clubes de programação em articulação com os agrupamentos;
 - Programação- um novo rumo- requalificação de jovens adultos;
 - Iniciação à programação para Todos- eventos dirigidos a toda a pulação, dos 4 aos 104 anos, como por exemplo a Hora do Código.
 - Plataforma de E-learning - Preparada para a sala de aula, com possibilidade de acompanhamento, execução e avaliação de exercícios em tempo real, a versão beta da Plataforma de E-learning, permitirá acompanhar de forma segura e mais económica o ensino da programação em todas as escolas. Permite aos professores ensinar de forma segura; permitir aos alunos aprender fazendo, permitir aos pais acompanhar a evolução dos seus filhos.
- Público-alvo: EB1 que aderiram ao programa

“A Máscara no Teatro e o Teatro na Máscara”

Projeto dirigido a alunos de 1º Ciclo do ensino básico que pretende trabalhar a relação do indivíduo com a construção de cena, tendo como principais características a improvisação e o uso da meia máscara expressiva. Este tipo de teatro, até hoje, orienta os princípios básicos da criação cénica e

possibilita ao formando a experimentação de uma linguagem codificada para a construção do jogo teatral.

Objetivos: desenvolver competências não só teatrais e artísticas como também pessoais e sociais, ajustar as metodologias às necessidades e potencialidades do grupo e zelar pela inclusão de todos os participantes.

Imaginarium Infantil

Imaginarium Infantil é a consolidação de um processo de envolvimento do público de tenra idade nas temáticas Imaginarium. Na continuação do trabalho desenvolvido no Imaginários 2014, encontraremos um momento específico na programação do festival com temáticas, horários e infraestruturas adequadas à faixa etária compreendida entre a 1ª infância e a pré-adolescência.

Objetivos: Traçar uma linha de ação que nos permita manter a identidade do festival desencadeando desde cedo uma vontade de fruir, pensar e intervir no momento artístico presente. Com esta missão em mente, o Imaginarium Infantil oferecerá propostas, quer de espetáculos quer de workshops, que permitam aos participantes descobrir por eles próprios outras maneiras de sentir a realidade constituindo, assim, experiências enriquecedoras, estruturantes e inesquecíveis!

Vive as Férias

O Programa Vive as Férias é um programa para a aquisição de uma imagem positiva da escola e reforço de competências individuais, de criatividade e de sociabilidade, a promoção de uma melhor integração num novo ciclo de escolaridade e a prevenção do abandono escolar e o ingresso precoce no mundo do trabalho, através da ocupação saudável e construtiva do tempo de férias de verão, que proporcionem aos jovens a participação em atividades desportivas, culturais, lúdicas e criativas. Este programa decorre nas interrupções letivas do Natal, Páscoa e Verão.

Objetivo principal: Promoção do desenvolvimento integral das crianças e jovens, prevenindo situações de risco e exclusão social, pela ocupação saudável e construtiva do tempo de férias.

Viagem Medieval

Ciente de que a Viagem Medieval é o maior evento de recriação histórica medieval do país e que as suas matrizes são, por um lado, a dimensão, e por outro, o envolvimento da população, o Pelouro da Educação tem vindo, ao longo dos últimos anos, a assumir um papel de promotor do envolvimento da comunidade escolar neste grande evento.

Objetivo: Pretende-se que este envolvimento, entendido como matéria de educação não formal, seja potenciador de aprendizagens e experiências pertinentes para as crianças e alunos do concelho e que, simultaneamente, confira um sentimento de pertença a um território que se tem vindo a destacar no panorama nacional e que todos pretendemos seja um território de desenvolvimento global.

Atividades: Banda desenhada; pulseira criança segura, pequenos guerreiros (palco: dança, flautas); jogos, atelier de artes plásticas.

Feira de Artes Performativas

Aberto à participação de jovens estudantes a frequentar os estabelecimentos de ensino no Concelho de Santa Maria da Feira, do 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário.

Objetivo: Este concurso, de âmbito concelhio, visa incentivar diferentes talentos e promover o espírito competitivo dos jovens em diversas áreas de estudo, designadamente nas artes performativas (teatro, dança, música, circo, performance, etc).

Sonhadorismo

O projeto pretende combater o abandono escolar incentivando os jovens na conquista dos seus objetivos, encorajando-os a ter voz e fazerem diferença na sua comunidade através de projetos de inovação social. Desenvolve-se em três fases: workshops para alunos e educadores; laboratório e Dream Conf que culminarão num Bootcamp nas férias do verão. Destina-se a alunos do 3º CEB e Ensino Secundário.

Plano Empreendedorismo Escola-Empresa

O Plano de Empreendedorismo Escola-Empresa é um projeto que pretende responder às necessidades das empresas do concelho, através da envolvimento da comunidade educativa, promovendo o desenvolvimento de novas soluções e ideias por parte dos alunos dos cursos profissionais, que serão desenvolvidas durante os períodos de estágios curriculares, de acordo com as mesmas.

Objetivos: Aumentar a articulação entre as empresas e escolas do concelho; Contribuir para um maior ajustamento entre a formação e as necessidades de empregabilidade existentes; Dar a conhecer a realidade do mundo empresarial; Contribuir para a melhoria das experiências e qualificações dos jovens; Promover a aproximação social e o incentivo à criatividade e inovação da população jovem e tem como destinatários os alunos do ensino secundário matriculados nos cursos profissionais.

Programa Eco-Escolas

O Eco-Escolas é um programa internacional que pretende encorajar ações e reconhecer o trabalho de qualidade desenvolvido pela escola, no âmbito da Educação Ambiental/EDS. Fornece fundamentalmente metodologia, formação, materiais pedagógicos, apoio e enquadramento ao trabalho desenvolvido pela escola. Os objetivos deste programa são os seguintes:

Encorajar ações, reconhecer e premiar o trabalho desenvolvido pela escola na melhoria do seu desempenho ambiental, gerir o espaço escolar e sensibilizar a comunidade;

Estimular o hábito de participação envolvendo ativamente as crianças e os jovens na tomada de decisões e implementação das ações;

Motivar para a necessidade de mudança de atitudes e adoção de comportamentos sustentáveis no quotidiano, ao nível pessoal, familiar e comunitário;

Fornecer formação, enquadramento e apoio a muitas das atividades que as escolas desenvolvem;

Divulgar boas práticas e fortalecer o trabalho em rede a nível nacional e internacional;

Contribuir para a criação de parcerias e sinergias locais na perspetiva de implementação da Agenda 21 Local.

Comemoração Dia da Floresta

O FAPAS promove a comemoração do DIA INTERNACIONAL DA FLORESTA AUTÓCTONE com data de 23 de Novembro, com vista ao envolvimento das escolas para a preservação e plantação de espécies árvores autóctones, nomeadamente sobreiro, amieiro, carvalho-negral, carvalho-alvarinho, freixo e azevinho.

Com esta iniciativa pretende-se sensibilizar e envolver os alunos para as questões ambientais.

Rede de Oferta Formativa

Com vista à gestão da rede de oferta formativa, um grupo de trabalho do Município, juntamente com as várias entidades educativas e formativas do concelho, pretende estar atento à crescente mutação da nossa sociedade global, implicando uma mobilização constante e continuada ao nível do desenvolvimento tecnológico, profissional, económico, social, cultural e educacional, entre outras transformações significativas. Para acompanhar e imprimir esta evolução, urge apostar na valorização das competências pessoais e sociais, capazes de corresponder às exigências da “nova sociedade” onde nos encontramos. Este cenário só é possível através do esforço de cada um dos atores implicados e a implicar nesta dinâmica, na medida em que é fundamental a interação entre municípios, entidades educativas/formativas, entidades patronais e a população em geral. É neste sentido que se torna urgente a formação e a qualificação profissional ao longo da vida, assente numa perspetiva de uma educação permanente.

Os objetivos deste programa são os seguintes:

Assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos;

Reforçar o papel das escolas;

Elevar as competências básicas dos alunos portugueses;

Aumentar o número de jovens em cursos tecnológicos e profissionais;

Qualificar ativos/desempregados;

Combater o insucesso/abandono escolar.

As medidas a desenvolver são as seguintes:

Caracterização da população (ao nível formativo/profissional);

Diagnóstico das necessidades formativas locais que fomentem o desenvolvimento;

Renegociação das ofertas formativas existentes e a criar;

Estimulação de parcerias entre os municípios, as entidades patronais e as entidades educativas/formativas;

Definição de planos estratégicos entre sistemas de educação/formação, autarquias e associações empresariais;

Conceção de um guia ou de uma base de dados da oferta formativa da AMP;

Estimulação da cooperação entre os sistemas de educação/formação e a sociedade em geral;

Facilitação da aquisição das competências necessárias para criar e gerir uma empresa;
Estimulação das instituições de educação e de formação a proporcionar aconselhamento e orientação para a criação de empresas;
Desenvolvimento de meios de validação oficial de experiências de aprendizagem não formal;
Estimulação do aumento da educação e formação fora dos contextos formais.

Feira das Profissões

Consciente da necessidade de investir na valorização das competências pessoais e sociais dos jovens, para que estes sejam capazes de corresponder às exigências da nossa sociedade, a Câmara Municipal pretende promover uma Feira das Profissões, pois entende que a qualificação só se tornará possível com o esforço de cada um dos atores implicados. Neste contexto, é fundamental a interação entre municípios, entidades educativas/formativas, empresas e população.

Objetivos: Combater o insucesso e abandono escolar, divulgar e/ou difundir a oferta formativa existente, criar uma rede de oferta formativa, promover a qualificação escolar e profissional, adequar a oferta formativa às necessidades do mundo do trabalho, aproximar o perfil da oferta qualificante às necessidades das empresas.

GIP – Gabinete de Intervenção Psicopedagógica

Pretende promover o sucesso escolar e aumentar a motivação para o processo de aprendizagem, disponibilizando o serviço de avaliação e intervenção psicopedagógica aos alunos sinalizados pelos agrupamentos de escolas do município. Para isso, o gabinete de educação conta com uma equipa multidisciplinar (terapeutas da fala, terapeutas ocupacionais, psicólogos, psicopedagogos e pediatras do desenvolvimento) através de protocolos efetuados com diversas entidades clínicas. Os agrupamentos de escolas devem sinalizar os alunos que manifestem problemas cognitivos, emocionais ou comportamentais para que sejam avaliados por uma psicóloga. Após o processo de avaliação, a técnica é responsável por traçar um plano de intervenção adequado e reencaminhar para apoios nas valências que sejam fundamentais para o progresso no desenvolvimento de cada criança.

O gabinete de educação pretende também atuar junto das famílias de forma a ajudar os pais na resolução de conflitos que interferem no desenvolvimento da criança. Assim, este gabinete disponibiliza um espaço de atendimento a pais, onde estes poderão recorrer sempre que necessitem de esclarecimentos, através de marcação prévia.

Os professores também terão apoio Psicopedagógico, se o solicitarem, para lidar com as diversas problemáticas com que se deparam na sala de aula.

Da responsabilidade dos agrupamentos de escolas:

Sinalização de alunos com dificuldades de aprendizagem;

Divulgação do projeto junto dos docentes e encarregados de educação.

Da responsabilidade da autarquia:

Avaliação psicopedagógica individual dos alunos sinalizados e elaboração do plano de intervenção;

Apoio aos professores na sala de aula, quando solicitada, para estabelecimento de estratégias para alunos com baixo rendimento escolar;

Intervenção familiar para resolução de conflitos que influenciem o insucesso escolar das crianças.

Depois do pedido de avaliação por parte do professor/agrupamento:

- o técnico da autarquia é responsável por fazer a avaliação e elaborar o respetivo relatório com o plano de intervenção adequado ao caso específico;
- se o resultado da avaliação propõe o apoio de determinada valência terapêutica, o técnico da autarquia é responsável pelo reencaminhamento;
- se a solicitação da escola sugere diretamente a avaliação em Terapia da Fala, o processo é automaticamente reencaminhado para uma entidade com protocolo, dando-se preferência à zona da escola/gabinete;
- as avaliações são totalmente gratuitas;
- a implementação do plano de intervenção deve respeitar as necessidades económicas do agregado familiar da respetiva criança; crianças com escalão A e B devem usufruir do plano de intervenção sem que este implique custos para os pais.

Este projeto destina-se às crianças dos JI e alunos das EB1, EB2,3 do concelho.

Sorrisos Felizes

Este projeto consiste num rastreio psicopedagógico que visa a identificação de dificuldades de aprendizagem das crianças em idade pré-escolar, de modo a intervir precocemente e corrigi-las, antes da entrada no 1.º Ciclo do ensino básico. Para este efeito, contamos com vários protocolos com entidades clínicas que nos permitem reencaminhar as crianças que acusam algum défice no seu desenvolvimento para devido acompanhamento especializado. Este projeto é dirigido às crianças de 5 anos dos JI dos Agrupamentos de Escolas Fernando Pessoa e Arrifana.

Objetivo: identificar dificuldades de aprendizagem.

Bolsa de manuais escolares usados

Grande parte das nossas famílias vive com grandes dificuldades económicas, dificultando o acesso dos seus educandos ao mínimo de condições de educação e, conseqüentemente potencia o aumento do abandono escolar. Neste âmbito, todos os anos, o Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, em parceria com o Centro Coordenador da FapFeira, realiza uma campanha de recolha de livros escolares usados de todos os níveis de ensino e de material didático (blocos de desenho, tintas guache, lápis de cor, régua, etc.), potenciando a sua reutilização e a igualdade de oportunidades para todos os alunos.

Objetivos: Com esta iniciativa, pretende-se minimizar os efeitos da atual conjuntura socioeconómica, tentando garantir que os nossos alunos tenham o mínimo de condições no acesso à educação, combatendo assim o abandono e absentismo escolar.

“Perlim – uma quinta de sonhos”

Com o Natal chega a magia às escolas do concelho num projeto pedagógico que tem como base difundir o evento cultural da época – Perlim – uma quinta de sonhos. O Município de Santa Maria da Feira marca a época natalícia oferecendo um presente a todas as crianças que frequentam os Jardins de Infância e escolas básicas de 1º Ciclo do Ensino Básico do Concelho, materializado num bilhete de entrada em Perlim – uma quinta de sonhos.

Concurso “Um Lugar Chamado Perlim” – concurso pulseira criança segura

Através de um concurso os participantes apresentarão propostas para a criação da imagem da “pulseira criança segura” a vigorar no evento. O regulamento do concurso integrará a matriz da pulseira.

Objetivo: envolver pedagogicamente as crianças e alunos no evento Perlim, integrando saberes e experiências e promovendo o espírito criativo da faixa etária dos 3-10 anos.

“Sejam bem-vindos a Perlim” ação de comemoração da abertura de Perlim

Objetivo: no dia da abertura de Perlim todos os alunos do 1º CEB e crianças dos JI serão surpreendidos com uma ação inspirada em Perlim - Uma Quinta de Sonhos.

“A Viagem de Perlim ou o Lugar de Todas as Histórias” envolvimento da comunidade escolar

Objetivo: Envolver a comunidade escolar dos Jardins-de-Infância e 1º CEB numa “viagem” pela escrita e ilustração por lugares imaginários, que apelam à criatividade das crianças e alunos, materializando-se na escrita / ilustração de um diário de viagem.

Passaporte Escolar

O Passaporte Escolar apresenta-se sob a forma de um suporte documental, distribuído pela autarquia a todas as crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico. O passaporte é pessoal e acompanha todo o percurso escolar do aluno durante o 1º ciclo. O aluno deve levar o passaporte escolar, sempre que participe numa atividade em contexto escolar. Este será carimbado ou assinado, quando apresentado pelo aluno ao frequentar atividades realizadas nos diversos equipamentos.

Objetivos: Promover a educação não formal; Contribuir para a formação de cidadãos conscientes e informados, através de uma oferta educativa alargada e diversificada; Registrar as visitas, oficinas, atividades e viagens realizadas durante o percurso escolar no 1º ciclo.

Projeto piloto – oficinas de exploração sensorial (Menos é Mais)

Este projeto consiste na implementação de oficinas de exploração sensorial, nas salas de aula de turmas do 1º CEB.

Objetivos: Pretende-se promover competências inerentes ao sucesso na aprendizagem e ao gosto pela vida escolar. Através de atividades, jogos e dinâmicas de grupos cativar as crianças a aprender técnicas que lhes permita relaxar e diminuir a ansiedade. A exploração sensorial permite aumentar

competências positivas para diminuir comportamentos negativos. Objetivos específicos: desenvolver capacidade de focalização da atenção; aprender a relaxar para diminuir a ansiedade, a impulsividade e comportamentos agressivos; trabalhar o conceito de bullying; implementar dinâmicas de grupo para resolução de conflitos; promover união de grupo, etc.

Ciclo de Formações

Este ciclo de formações pretende contribuir para o desenvolvimento profissional do pessoal docente, não docente e pais/encarregados de educação dos Ensino Pré-Escolar, Básico e Secundário, nas suas múltiplas dimensões:

- Profissional, social e ética;
- Desenvolvimento do ensino e da aprendizagem;
- Participação na escola e relação com a comunidade;
- Desenvolvimento e formação profissional ao longo da vida.

Prémio Rotary Melhores Alunos

Esta é uma iniciativa organizada pelo Rotary Club da Feira, com o apoio da Câmara Municipal e da comunidade escolar local, visando incentivar a qualidade, promovendo as boas práticas e os seus protagonistas, de forma a evitar o abandono escolar. Procurando distinguir os alunos que se destacam da mediana e são modelos a seguir, o Rotary Club da Feira pretende dar sinais à sociedade, e neste caso específico à comunidade escolar, de que vale a pena o esforço de lutar por aquilo que é gratificante, assumindo uma cultura de mérito, qualidade e de empenhamento, em detrimento da mediocridade e do facilitismo.

Estágios Curriculares

O Município de Santa Maria da Feira acolhe estágios curriculares de qualquer nível de ensino, todos os anos letivos. Para isso, deve ser remetido para o Município um pedido de estágio até ao final de fevereiro, onde deverá ser mencionada a identificação dos alunos, as suas áreas de formação, bem como a duração e os planos de estágio. Posteriormente, os pedidos serão analisados e será dada uma resposta aos Estabelecimentos de Ensino.

Objetivos: Dar oportunidade dos nossos jovens colocarem em prática os conhecimentos adquiridos ao longo do seu percurso académico.

Concurso Escola+Humana

Ao longo dos últimos anos, os Agrupamentos de Escolas do Concelho de Santa Maria da Feira têm vindo a desenvolver diversos projetos no âmbito da sensibilização para a Deficiência, em resposta ao apelo inerente ao próprio desenvolvimento das sociedades atuais e ao repto lançado pelo Instituto Nacional de Reabilitação, do Ministério do Trabalho e da Segurança Social (MTSS). Com o intuito de

dar continuidade ao trabalho realizado no ano anterior no sentido de impulsionar sinergias e de estimular a cidadania ativa sobre a deficiência nas suas diversas vertentes, a Divisão da Educação da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, em parceria com a Provedoria Municipal dos Cidadãos com Deficiência (PMCD), pretende levar a cabo mais uma edição do concurso Escola+Humana, Os objetivos fundamentais do concurso escolar “Escola + Humana” incluem o fomento de uma educação inclusiva; a alteração de atitudes e comportamentos; a eliminação de barreiras sociais, comunicacionais, urbanísticas e arquitetónicas. Deseja-se a inclusão da pessoa especial na vida da comunidade escolar e local, realçando o enriquecimento individual, educacional e cultural pelo convívio com a diversidade, ao mesmo tempo que se promove a igualdade na cidadania, ambicionando uma comunidade que se orgulhe de ser acolhedora e diversa.

3.º Eixo – Reabilitação e Requalificação e/ou Construção de Novos Espaços nos Edifícios Escolares

Carta Educativa do concelho de Santa Maria da Feira

A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município (Artigo 10.º do Decreto-lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro de 2003).

Construção de novas escolas de 1º ciclo – Centros Escolares

A construção de novas escolas tem como finalidade substituir edifícios degradados ou prover a fusão de pequenas escolas sem condições ou permitir que todas as turmas funcionem em regime normal. Pretende-se efetuar candidaturas para novos centros escolares ao novo quadro comunitário, nomeadamente, do centro Escolar de Fornos e da Feira.

Requalificação/ ampliação de escolas do 1º ciclo e jardim-de-infância

A qualificação e modernização do primeiro ciclo de ensino básico é uma das grandes prioridades da política educativa, quer governamental, quer concelhia. O aumento do tempo de permanência nas escolas, por parte dos alunos, e a diversidade de atividades complementares implica que as escolas continuem a ser dotadas de estruturas de apoio, nomeadamente refeitórios, polivalente, recreios qualificados, etc. Assim, no âmbito da requalificação e modernização do parque escolar do 1º ciclo do ensino básico, e com vista a melhorar a qualidade das aprendizagens e as condições de socialização,

com a conseqüente aposta no sucesso educativo e dignificação das nossas escolas, continuam a decorrer algumas remodelações e ampliações em diversos estabelecimentos de ensino.

Escolas Básicas e Secundárias

Tendo em vista as metas assumidas por Portugal ao nível europeu, em matéria de educação, para o período 2014-2020 (nomeadamente passar de uma taxa de abandono escolar precoce de 19,2% (2013) para menos de 10%), bem como o posicionamento da Região Norte em termos dos níveis de educação e qualificação das populações é pretensão do município colaborar e protocolar com o ME para se atingir este desiderato. Assim, pretende-se continuar a protocolar com o ME com vista a melhorar as infraestruturas do ensino secundário e requalificações prioritizadas nas escolas do 2º e 3º ciclo. Assim, continuamos a manifestar a nossa disponibilidade sem sermos “ donos de obra” da requalificação da Escola básica e Secundária Coelho e Castro, com verba já prevista no mapeamento da CCDRN e criar sinergias para que a Escola básica de Paços de Brandão tenha a oferta de ensino secundário e as Escolas básicas da Corga, Arrifana e Argoncilhe tenham a oferta de cursos de ensino profissional.

Projeto Parques Escolares

Este projeto pretende rentabilizar os espaços exteriores das escolas e respetivos recreios para as aulas de Atividade Física e Desportiva, no âmbito das atividades de enriquecimento curricular, assim como embelezar a própria escola. Deste modo, pretende-se realizar a marcação de campos, pistas de atletismo, jogos tradicionais e de coordenação, para apoio ao professor de Atividade Física e Desportiva e para substituir o pavilhão para as aulas desta disciplina.

Manutenção de Parques Infantis / Espaços de Jogo e Recreio

No âmbito de uma maior segurança e salubridade nos espaços de jogo e recreio dos jardins-de-infância do concelho, serão realizadas vistorias periódicas a todos estes espaços.

Plano de Segurança nas Escolas

O Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, em colaboração com o Pelouro de Obras Municipais, Proteção Civil, Ambiente e Saúde continua a levar a cabo um esforço redobrado para dotar os edifícios escolares com sistemas de segurança eficazes.

Reforçar as novas tecnologias – Programa SALA +

A escola de hoje é uma escola cada vez mais exigente, necessitando de ser apetrechada de acordo com as novas tecnologias. Deste modo, ao ser mais exigente e participativa, a escola deve ser, também, mais aberta à evolução tecnológica. Com o intuito de responder às novas necessidades e no sentido de tornar a escola mais apelativa, a autarquia pretende continuar a desenvolver um projeto de apetrechamento das escolas e jardins-de-infância, através da aquisição de mais material e novos

recursos, a saber: dotar todas as escolas do 1º ciclo de quadros interativos e internet *wireless*, a renovação e apetrechamento de equipamento tecnológico e software pedagógico interativo e a colocação de computadores em todas as salas de aula.

Plataforma educação_helpdesk

Tendo em vista a melhoria contínua dos serviços prestados pela Divisão de Educação, designadamente no que concerne às intervenções de reparação e manutenção de edifícios do 1º ciclo do ensino básico e de educação pré-escolar da rede pública concelhia, foi criada uma plataforma de serviços on-line, que se destina a determinar métodos e critérios para assegurar a eficácia e controlo assim como assegurar a informação necessária à sua operação e monitorização necessários à otimização da prestação dos serviços em tempo, recursos e capacidade de colaboração.

Objetivo: A plataforma visa, acima de tudo, potenciar, facilitar e dinamizar a colaboração entre os utilizadores externos e os serviços da Divisão da Educação/Município.

Não obstante, é também ferramenta privilegiada para dinamizar a disseminação de boas práticas, a partilha de ideias e projetos, a construção de projetos conjuntos.

Link de acesso: http://194.65.130.91/educacao_helpdesk

4.º Eixo – Promoção do Trabalho em Rede em Todo o Município

Conselho Municipal de Educação

O Decreto-Lei 7/2003, de 15 de Janeiro, oficializou a criação dos Conselhos Municipais de Educação em cada um dos concelhos do país. Em consequência, a Assembleia Municipal aprovou, a 24 de Abril de 2003, sob proposta da Câmara, o regulamento e a composição deste órgão consultivo. Entretanto, o regulamento foi aprovado em Diário da República, no dia 25 de Agosto de 2003. Este Conselho reúne de acordo com o previsto na lei.

Representação da Autarquia nos Conselhos Gerais

O Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, que procede à 2ª alteração ao Decreto-Lei nº75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei nº224/2009, de 11 de setembro, aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. O Conselho Geral é o órgão de direção estratégica responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade da escola, assegurando a participação e representação da comunidade educativa. Deste modo, a autarquia tem assento nos Conselhos Gerais dos 9 agrupamentos de escolas existentes no concelho.

Juntos pela Educação

A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, a Associação Empresarial de Santa Maria da Feira, os Agrupamentos de Escolas, Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas, ISVOUGA e ISPAB, entre outras

entidades, em conjunto, pretendem desenvolver um plano de atividades, com o qual se perspetiva potenciar uma atitude de inovação e empreendedorismo na comunidade escolar e no tecido empresarial do Concelho de Santa Maria da Feira.

Tendo como objetivos:

Colaborar na aplicação de programas na escola, em parceria com as empresas, rumo à criação de uma cultura de inovação, criatividade, combate ao abandono escolar e desenvolvimento do empreendedorismo;

Dotar os jovens munícipes de uma educação empreendedora e, nessa medida, apoiar e colaborar com outras entidades na implementação dos programas.

Rede Nacional de Bibliotecas Escolares

O projeto de Rede de Bibliotecas Escolares conta atualmente com cerca de 20 escolas do 1.º ciclo, sendo este um número sempre em evolução. É reconhecido o investimento que tem suportado esse crescimento – investimento a nível central, da autarquia e das próprias escolas – e é necessário assegurar que esse investimento continue a ser feito, sobretudo através da consolidação de um conceito central: o de que a biblioteca escolar constitui um contributo essencial para o sucesso educativo, sendo um recurso fundamental para o ensino e para a aprendizagem. A promoção da leitura é o principal objetivo.

Cooperação entre as bibliotecas escolares do Agrupamento e a Biblioteca Municipal:

Esta cooperação já existe em termos de projetos concelhio, na medida em que as itinerâncias são garantidas pela BE e escolas dos agrupamentos;

Continuará a realizar-se a formação informal e formal com a BE e seu apoio técnico; perspetiva-se a construção do manual de procedimentos concelhio; o catálogo concelhio; a preparação da agenda cultural concelhia;

Dar-se-á continuidade às reuniões concelhias de SABE, bem como às interconcelhias para que se possa partilhar com os diferentes parceiros uma multiplicidade de saberes.

Dinamização da plataforma Winlib que permite ter um catálogo online comum a todas as BE e BM;

A BM em parceria com a rede de BE do Concelho de Santa Maria da Feira tem já no terreno um projeto de itinerâncias para as escolas que não fazem parte da rede, pois existe no concelho uma filosofia de biblioteca incutida nas escolas e nos órgãos autárquicos responsáveis por este concelho;

Existência de um SABE dinâmico a funcionar na BM.

Associação Internacional das Cidades Educadoras/ Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras (RTPCE)

A RTPCE da AICE (Associação Internacional das Cidades Educadoras) é uma instância de reflexão e debate sobre os princípios da carta das Cidades Educadoras e de coordenação e fomento de atividades promotoras destes princípios a nível municipal/nacional. Procura que os municípios portugueses incorporem os princípios da carta das Cidades Educadoras e articulem as suas intervenções, transversalmente a nível municipal e, mais amplamente ainda, a nível nacional e internacional,

participando também em Congressos e em trabalhos de Redes Temáticas, nacionais e internacionais. Depois da aprovação pelo executivo camarário e pela Assembleia Municipal, a proposta de adesão de Santa Maria da Feira à Rede Internacional de Cidades Educadoras foi aprovada pela Assembleia-geral desta Associação, reunida em Tampere, na Finlândia em 2002. A "Carta das Cidades Educadoras" – Declaração de Barcelona de 1990 e Declaração de Génova de 2004, manifesta a preocupação em refletir e aplicar na sua vivência os seus Princípios, assumindo que para além de educativa a cidade deve ser educadora, o que implica uma intencionalidade, uma consciencialização e um trabalho transversal, coordenado ao nível dos vários agentes educadores da cidade, espaço apropriado, recriado por todos os seus cidadãos, sendo por isso um espaço de cidadania e formação ao longo da vida. Periodicamente, os municípios portugueses que integram esta rede reúnem-se, tendo como objetivos:

Promover o intercâmbio de ideias e de boas práticas de trabalho entre as cidades da Rede Portuguesa de Cidades Educadoras em torno de temáticas pertinentes e atuais;
Difundir e aprofundar a construção do discurso das cidades educadoras;
Aprender, trocar, partilhar e enriquecer a vida dos munícipes.

No âmbito desta rede são desenvolvidos:

Encontros nacionais em rede, trimestrais, nos quais são debatidos problemas comuns aos vários municípios e onde se analisam e debatem assuntos de interesse, bem como temas específicos, definidos na reunião plenária;

Congressos nacionais, de 2 em 2 anos, promovendo o intercâmbio de ideias e boas práticas de trabalho entre as Cidades da Rede Territorial Portuguesa, com a participação de vários especialistas nas temáticas em debate;

Participação em congressos internacionais, através de stand modular, com posters, vídeos e publicações alusivas às experiências educadoras dos vários municípios da rede;

Boletim da rede territorial portuguesa, veículo de divulgação que pretende reforçar a troca e partilha de experiências, notícias e eventos, entre as cidades membros da rede;

Portal da rede portuguesa, com o endereço www.edcities.org – link "Portugal", permite ter online e em permanente atualização, várias práticas educadoras dos municípios da rede;

Redes temáticas são trabalhadas temas de acordo com as propostas apresentadas no plenário. Podem ser feitos estudos específicos e trabalhos empíricos;

Divulgação e apoio a novas adesões, através do envio para os vários municípios do país, serviços e entidades, de documentação e informações diversas, sobre a AICE, processos de adesão e eventos nacionais e internacionais.

Conselho Metropolitano de Vereadores da Educação da Área Metropolitana do Porto

Pretende-se continuar a trabalhar em rede, numa perspetiva metropolitana com todos os Vereadores da educação da área metropolitana do Porto.

Eixo Atlântico

O Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular constitui uma Associação transfronteiriça de Municípios, de direito privado, sem fins económicos, que configuram o sistema urbano da euro-região Galiza – Norte de Portugal. O Eixo Atlântico determina um espaço euro-regional inter-estatal cuja filosofia prossegue as orientações da União Europeia. Estes núcleos urbanos pretendem ser os autênticos motores de desenvolvimento no espaço regional em que se inserem e que se caracteriza por determinadas realidades socioeconómicas e culturais similares. Estas cidades têm consciência das causas reais dos seus problemas e pretendem encontrar as melhores soluções no âmbito do denominado Eixo Atlântico. Este Eixo, inserindo-se num espaço mais vasto que é a União Europeia, tem como principal finalidade o desenvolvimento económico, social, cultural, tecnológico e científico das cidades e das regiões que o constituem. Desta forma, o Eixo Atlântico constitui uma Associação transfronteiriça integrada pelas principais cidades da Galiza e da região norte de Portugal, promovendo a coesão económica, social e cultural, nomeadamente, mediante a estruturação de um território comum.

Programa Cidade Amiga das Crianças

O Programa Cidades Amigas das Crianças foi relançado em Portugal, em Portugal em 2015 pela UNICEF e preconiza o desenvolvimento e a adoção de uma política coordenada para a infância e adolescência, que potencie a articulação entre todos os sectores municipais (educação, habitação, cultura, lazer e tempos livres) e o estabelecimento de parcerias com instituições e entidades da comunidade que trabalham com e para as crianças (escolas, hospitais, centros de saúde, museus, tribunais, empresas).

A participação das crianças na vida da comunidade, um marco distintivo deste programa, é um elemento essencial para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento de um sentimento de pertença. Para que essa participação seja efetiva, e não meramente ocasional e, por vezes, mesmo decorativa, é necessário que sejam criadas oportunidades de envolvimento cívico que permitam aos mais jovens expressar os seus pontos de vista e dar o seu contributo para o desenvolvimento e bem-estar da comunidade.

Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar

O programa assenta no princípio de que são as comunidades educativas quem melhor conhece os seus contextos, as dificuldades e potencialidades, sendo, por isso, quem está melhor preparado para conceber planos de ação estratégica, pensados ao nível de cada escola, com o objetivo de melhorar as aprendizagens dos alunos. Embora o sucesso escolar seja condicionado por fatores internos e externos, o papel da escola é crucial, considerando-se que a colaboração e responsabilidade da comunidade a nível local e regional são essenciais à construção do sucesso escolar e ao compromisso com o ensino e a valorização das aprendizagens. Neste contexto pretende-se continuar a colaborar e a apoiar os agrupamentos na implementação dos Planos de Ação de Promoção do Sucesso Escolar.

PAPSE – Prevenção do Abandono Precoce e Promoção do Sucesso Escolar

O aumento da escolaridade obrigatória para 12 anos veio exigir esforços acrescidos às políticas educativas, às escolas, aos professores e aos educadores em geral. O abandono escolar precoce é

um grande problema com impactos negativos a nível político, económico, social, pessoal profissional e tem mobilizado as autoridades públicas na sua prevenção e combate, constituindo---se como uma linha prioritária de ação. Os dados nacionais e europeus são incontornáveis quanto à necessidade de investir fortemente em programas diversificados, abrangentes e consistentes de prevenção e combate ao abandono escolar precoce. Portugal surge em 4º lugar no conjunto dos países da EU com mais elevada taxa de abandono precoce em 2014 (17,4), segundo dados do Eurostat. Na Região Norte, em 2013, a taxa de abandono escolar precoce era de 19,8%, sendo que a meta definida na Estratégia Europa 2020 é de 10%. Na área territorial da AMP a taxa real de escolarização do ensino secundário era, em 2013, de 80,5% (DGEEC/MEC), sendo a taxa de retenção e desistência de 20,6% e a taxa de conclusão, também no ensino secundário, de 70,4% (DGEEC/MEC).

Os dados de contexto apresentados tornam evidente o problema e a necessidade de intervenção no campo da prevenção e do combate ao abandono escolar precoce e na promoção de mais e melhores aprendizagens sustentadas. O conjunto das assimetrias assinaladas justificam a integração desta Prioridade de Investimento num Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, na medida em que o projeto que se apresenta ancora-se em 4 ações direcionadas para essa prioridade:

- A. Comunidades educativas, inserção territorial e aprendizagem
- B. Condições para o sucesso – diagnóstico e intervenção precoce
- C. Desenvolvimento pessoal, empreendedorismo e inteligência emocional
- D. Diferenciar e Inovar para Aprender

As quatro ações que constituem este programa de intervenção têm presente as tipologias recomendadas para a escala nacional, consideram os programas de promoção do sucesso escolar que têm sido desenvolvidos em cerca de duas centenas de escolas portuguesas, inspiram-se nas estratégias de prevenção do abandono identificadas através da investigação de âmbito internacional, no Plano Nacional de Prevenção do Abandono, e na investigação portuguesa realizada por diversos centros de investigação. O que todas estas fontes referem é a necessidade de uma abordagem compósita, multidimensional e articulada com um enfoque específico nos primeiros anos de escolarização, no envolvimento e colaboração entre a escola e a comunidade, na construção de ambientes educativos securizantes e favorecedores da aprendizagem, no envolvimento das famílias no reconhecimento e na valorização da escola, na constituição de equipas multidisciplinares, na aposta em lideranças transformacionais focadas na promoção das aprendizagens, na construção de oportunidades de desenvolvimento profissional de educadores e professores contínuas, colaborativas e centradas na melhoria dos modos de fazer aprender todos os alunos e no uso da tecnologia que aproveite o potencial inerente aos nativos digitais.

Objetivos:

- Compreender as causas geradoras do abandono escolar precoce na AMP, tendo em vista uma ação de prevenção mais eficaz e concertada;

- Compreender as causas da prevalência de uma “certa cultura de retenção” (CNE), procurando formas alternativas de lidar com a problemática do insucesso;
- Contribuir para o desenvolvimento de um Projeto Educativo Metropolitano mais coeso e articulado e promotor de desenvolvimento;
- Aumentar as taxas de conclusão da escolarização de nível secundário nos diferentes municípios da AMP;
- Dinamizar redes de cooperação intra e intermunicipal que permitam a otimização da AMP;
- Melhorar os modos de organização escolar e de ensino, elevando os níveis de aproveitamento e frequência escolar;
- Aumentar as taxas de escolarização real nos diferentes municípios da AMP;
- Reduzir as taxas de abandono escolar precoce.

Ação 1

- A. Comunidades educativas, inserção territorial e aprendizagem

A ação encontra-se organizada em dois projetos:

Projeto 1. RAA – Redes de Aprendizagem em Ação

Criação de uma plataforma digital por município que potencie as aprendizagens interativas em rede, mobilizando os vários atores educativos locais.

Projeto 2: Líderes educativos AMP

Programa de formação de 1020 líderes inovadores na AMP (60x17), envolvendo diretores e/ou coordenadores escolares e líderes de outras instituições formais e não formais de educação. O foco do programa é a inovação e estratégias de coaching para a prevenção do abandono escolar e a promoção do sucesso nas aprendizagens. Este programa tem uma duração prevista de 4 anos, prevendo-se a realização de 4 ciclos de formação de um ano, a nível metropolitano.

Ação 2

B. Condições para o sucesso: diagnóstico e intervenção precoce

A ação encontra-se organizada em dois projetos:

Projeto 3: CAP – Compreender, acompanhar e progredir

Criação de dispositivos a nível municipal / metropolitano que auxiliem as escolas na identificação e intervenção precoces ao nível do potencial insucesso / abandono e no reforço de condições para a promoção do sucesso desde os primeiros níveis de escolarização.

Projeto 4. AMP – Aprender, Melhorar e Partilhar

Criação de momentos formais de divulgação e partilha de boas práticas no âmbito da AMP ao nível da prevenção do abandono e da promoção do sucesso e dinamização de momentos de reflexão sobre estas problemáticas com recurso aos contributos de especialistas nacionais e internacionais.

Ação 3

C. Desenvolvimento pessoal, inteligência emocional e empreendedorismo

A ação encontra-se organizada em dois projetos:

Projeto 5: Campos de aprendizagem

Conceção e dinamização de campos de aprendizagem para realização de atividades educativas, lúdicas e desportivas nas interrupções letivas e no período de verão, potenciando efeitos das cidades (e municípios) educadoras.

Projeto 6: Inteligência emocional, estratégias de coping e empreendedorismo

Conceção e implementação de um programa integrado que permita aos diferentes elementos da comunidade escolar desenvolver competências diversas que lhes permitam uma gestão mais eficaz do dia-a-dia escolar.

Ação 4

D. Diferenciar e Inovar para Aprender

A ação encontra-se organizada em dois projetos:

Projeto 7: LAME's – Laboratórios de Autoavaliação e Melhoria Escolar

Criação de dispositivos de apoio às dinâmicas, métodos, instrumentos de autoavaliação e melhoria escolar, tendo em vista a otimização dos processos já existentes nas escolas / agrupamentos. Os Laboratórios funcionam numa lógica de identificação de problemas, enunciação de hipóteses de superação, experimentação, monitorização /avaliação em ciclos sucessivos de melhoria.

Projeto 8. Dispositivos de promoção da qualidade do ensino e das aprendizagens

Conjunto integrado de iniciativas que visa promover a qualidade do ensino e das aprendizagens, criar oportunidades de sucesso escolar para jovens que abandonaram precocemente o sistema formativo, valorizar e reconhecer a ação docente e apoiar a adoção de tecnologias digitais e de formas mais eficazes de organizar o ensino e as aprendizagens.

Erasmus +

O Erasmus+ é o novo programa da UE para a educação, formação, juventude e desporto. Este Programa consolida sob um único quadro de apoio as áreas da educação, formação, juventude e desporto e outros programas internacionais, incluindo o Jean Monnet e o Erasmus Mundus. O programa Erasmus+ é destinado a apoiar as atividades de educação, formação, juventude e desporto em todos os setores da aprendizagem ao longo da vida, incluindo o Ensino Superior, Formação Profissional, Educação de Adultos, Ensino Escolar, Atividades para jovens e formação no âmbito do Desporto amador. Dado que organizações de todos os setores de educação, formação, juventude e desporto podem candidatar-se a financiamento ao abrigo das ações 1, 2 e 3, pretende-se apresentar projetos nas várias ações.

Erasmus + “Youth in Europe (YiE): Evidence based primary prevention” – agreement number 2015-1-IS02-KA205-001569

As Parcerias Estratégicas visam projetos de colaboração que permitirão às organizações melhorar a sua oferta educativa/formativa, refletir sobre questões comuns e partilhar práticas inovadoras. Neste seguimento foi proposto o projeto Youth in Europe (YiE): Evidence based primary prevention, através de um consórcio coordenado pela Islândia que tem como objetivo a prevenção primária das toxicodependências. O consumo de álcool e outras substâncias por crianças e adolescentes é uma preocupação urgente em toda a Europa, não somente porque o uso de tais substâncias é ilegal para adolescentes, na maioria dos países, mas principalmente porque os estudos têm mostrado que o início precoce de álcool e uso de drogas aumenta a probabilidade de mais problemas e comportamentos desviantes no futuro.

O projeto tem duração de 2 anos e é constituído pelos seguintes municípios da Europa: Victoria (Malta), Istambul (Turquia), Vaison la Romaine (França), Santa Maria da Feira (Portugal), Tarragona (Espanha), Dobeles (Letónia), Santa Severina (Itália) e Salónica (Grécia). Além disso, o Centro de Pesquisas Sociais e Análise da Islândia e da Universidade de Reykjavik (Islândia) integram a parte profissional / metodológica do projeto com base na experiência do modelo aplicado na Islândia.

O projeto consiste em duas partes:

- a) Status municipal relativamente aos fatores de risco e proteção para o álcool e uso de substâncias dos adolescentes;
- b) Trabalhar ao nível local, com os fatores influentes com o objetivo de diminuir o uso de álcool e substâncias entre os adolescentes. Isto é, serão aplicados inquéritos por questionário nas escolas para obter uma amostra representativa de adolescentes entre os 15-16 anos de idade. Os resultados serão apresentados em reuniões de divulgação locais com todas as partes interessadas relevantes, incluindo trabalhadores de campo, os decisores políticos, governos locais e outros. As reuniões de divulgação têm por objetivo informar o pessoal local sobre o estado de consumo de álcool e uso de drogas pelos adolescentes dentro de seu município e fornecer informações sobre como trabalhar com fatores de influência, a fim de diminuir o uso.

Erasmus + Formar para INFormar - Contrato Financeiro n.º 2015-1-PT01-KA104-012838

Através da Ação Chave 1, o município candidatou-se a uma subvenção, que foi aprovada e que permite a mobilidade individual para fins de aprendizagem e que oferece oportunidades aos indivíduos para que possam melhorar as suas competências, melhorar a sua empregabilidade e ganhar consciência cultural. Com este projeto pretende-se contribuir para o desenvolvimento e capacitação dos recursos humanos, permitindo a aprendizagem de novas competências na área da educação, o que permitirá não só a aquisição de novos saberes mas também o reforço da realização pessoal, aumentar a participação na aprendizagem ao longo da vida; promover o conhecimento e a diversidade das línguas; explorar resultados, produtos e processos inovadores quer no âmbito da educação e políticas educativas, gestão e administração escolar, assim como no âmbito dos projetos e apoios educativos. De forma a capacitar as equipas de trabalho, considera-se pertinente pela sua experiência, formar técnicos das seguintes áreas:

Equipa educativa – capacitar técnicos em liderança na educação de forma a estes serem capazes de abraçar novas competências, para um eficaz plano estratégico educativo municipal ou intermunicipal, da rede escolar e da oferta educativa e formativa, melhoria na gestão do calendário escolar e dos processos de ação social escolar e no âmbito da gestão curricular e pedagógica; gestão de recursos humanos não docentes.

Equipa gestão e administração escolar: capacitar técnicos para as novas competências na gestão orçamental e de recursos financeiros, gestão de equipamentos e infraestruturas do ensino básico e secundário, seleção, aquisição e gestão de equipamentos escolares, mobiliário, economato e material de pedagógico.

Equipa de projetos educativos: capacitar técnicos em novas técnicas de criatividade e ensino, através das artes e das novas tecnologias de informação e comunicação, permitindo uma evolução das suas competências na gestão curricular e pedagógica, definição das ofertas educativas e formativas e definição de componentes curriculares de base locais.

Erasmus + The School we have & the school we want contrato financeiro N.º 2016-1-PT01-KA101-022262

No âmbito do Convite Nacional à Apresentação de Candidaturas 2016 à Ação Chave 1 no setor do Ensino Escolar do Programa Erasmus+, foi aprovado o projeto “The school we have & the school we want” com uma subvenção máxima no valor de 48684.00€ e 30 mobilidades. O projeto tem a duração de 2 anos, com início a 01-06-2016 e termo a 31-05-2018. Este projeto é composto por três entidades, Município de Santa Maria da Feira (coordenador do consórcio), Agrupamento de Escolas de Arrifana e Agrupamento de Escolas da Corga de Lobão. Tem como enquadramento o facto de que a massificação não só trouxe para a escola uma população cultural e socialmente heterogénea de jovens, como transferiu para esta a resolução dos problemas de formação profissional, de integração social, de educação cívica, moral, ecológica, etc, ou seja, uma tal carga de responsabilidades que não pode ser assumida exclusivamente pela escola. Torna-se por isso necessária uma partilha das responsabilidades entre todas as entidades, sendo que cabe ao município o papel de facilitador e de promotor deste partenariado dentro do seu território educativo por forma a promover e a garantir uma boa qualificação dos profissionais da educação como motores conducentes à melhoria dos processos de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, à melhoria dos resultados escolares. Este projeto surge para colmatar necessidades identificadas nas Escolas tais como: resultados escolares, prestação de serviços educativos; organização e gestão escolar; as práticas de articulação interdepartamental entre ciclos; os processos de acompanhamento e supervisão da prática letiva em sala de aula; dificuldade de integração de alguns alunos de diferentes culturas e de alunos com necessidades educativas, desmotivação e desinteresse dos alunos pela vida escolar. Estes problemas identificados, direta ou indiretamente, dão origem a problemas de absentismo e insucesso escolar e, conseqüentemente, abandono escolar precoce. Face ao contexto apresentado, foram propostos 5 grandes objetivos:

- 1.melhorar as competências dos profissionais para responder às necessidades individuais dos aprendentes e para lidar com a sua diversidade social, cultural e linguística;
- 2.melhorar as competências ao nível da gestão e direção das escolas das escolas;
- 3.desenvolver a capacidade e dimensão internacional das escolas;
- 4.alargar o conhecimento sobre outras realidades culturais e educativas;
- 5.melhorar as competências linguísticas.

As 5 atividades propostas pelo The school we have & the school we want inserem-se na categoria de job shadowing (observação e análise do funcionamento de outras escolas europeias), com duração de 6 dias cada e destinam-se a 6 participantes (perfazendo um total de 30 mobilidades) que tendo em conta a especificidade da atividade, dirigem-se a elementos da direção da escola, membros da assembleia de escola, coordenadores de departamentos, coordenadores, docentes das áreas disciplinares da matemática, docentes que pretendam desenvolver as TIC, docentes línguas estrangeiras, docentes de educação especial. As mobilidades previstas neste projeto terão os seguintes destinos: Islândia, Malta, Bulgária, Letónia e Turquia.

Erasmus + IOS – Improving Our Skills contrato financeiro N.º 2016-1-PT01-KA104-022449

No âmbito do convite à apresentação de Candidaturas 2016 à Ação Chave 1 no setor Educação de Adultos do Programa Erasmus+, foi aprovado o projeto “IOS – Improving Our Skills” com uma subvenção máxima de 65064.00€ e 30 mobilidades. O projeto tem a duração de 2 anos, com início a 01-09-2016 e termo a 31-08-2018. Este projeto é composto por três entidades, Município de Santa Maria da Feira (coordenador do consórcio), Agrupamento de Escolas Coelho e Castro e FAPFEIRA - Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Santa Maria da Feira. Tem como enquadramento o facto de que vários foram os fatores que convergiram nestas últimas décadas para o desenvolvimento de relações horizontais entre as instituições educativas, designadamente as escolas, e a sua comunidade envolvente e para a intervenção de outros atores sociais na educação. O concelho de Santa Maria da Feira vive alguns problemas sociais e económicos, que vão desde o desemprego à baixa escolaridade e que se apresentam como desafios à política educativa municipal e às respetivas instituições de ensino e formação de adultos. A desvalorização da escola e do sistema de ensino por parte dos alunos, adultos e encarregados de educação, os resultados académicos aquém do desejado, a indisciplina e o abandono escolar prematuro, aliados à fraca participação dos encarregados de educação, fazem com que seja de especial relevância a oferta de um ensino de adultos inovador, atualizado, com vista à qualificação, reinserção, combate à iliteracia e à procura de uma dimensão europeia. Neste seguimento, o consórcio IOS - Improving Our Skills enquadra-se numa iniciativa local, de âmbito municipal, para qualificação dos munícipes e elevação das suas competências básicas e dos níveis de formação. Com as 30 mobilidades europeias previstas, distribuídas pela participação em 6 cursos estruturados, o projeto IOS - Improving Our Skills pretende atingir os seguintes objetivos:

- contribuir para a formação contínua do pessoal ligado à Educação e Formação de Adultos;

- apostar na formação estratégica dos seus quadros de direção e de gestão intermédia e docentes de modo a obterem-se resultados mais potenciadores de mudança;
- capacitar as organizações e seus colaboradores, visando a aquisição e consolidação de competências ao nível da formação de adultos, cidadania europeia, interculturalidade, emprego e desenvolvimento comunitário;
- melhorar o nível de competências e habilidades fundamentais, nomeadamente em matéria de sua relevância para o mercado de trabalho e sua contribuição para uma sociedade coesa, nomeadamente através do aumento das oportunidades de mobilidade na aprendizagem e através do reforço da cooperação entre o mundo da educação e formação e o mundo do trabalho;
- promover competências linguísticas;
- disseminar boas práticas internacionais, criando dinâmicas locais potenciadoras de inovação, oportunidades, e projetos de qualidade para a comunidade e públicos-alvo.

As mobilidades previstas neste projeto terão os seguintes destinos: França, República Checa, Holanda, Finlândia, Itália e Reino Unido.

Programa de Apoio a Projetos e Atividades

Neste programa é proporcionado apoio logístico a todos os pedidos de apoio dos jardins-de-infância, escolas do 1.º ciclo, escolas EB 2/3 e Secundárias, em atividades que promovam o trabalho com a comunidade, práticas pedagógicas, produção e utilização de materiais didáticos, bem como a partilha e utilização de experiências pedagógicas.

Programa de Transportes Escolares

De acordo com o Decreto-Lei n.º 299/84, de 05 de Setembro, compete aos municípios assegurar o transporte dos alunos entre a sua residência e o local dos estabelecimentos de ensino, aos alunos dos ensinos básico e secundário, desde que residam a mais de 3 ou 4 km dos estabelecimentos de ensino, respetivamente com ou sem refeitório. O referido transporte escolar é gratuito para os alunos do ensino básico oficial e participado em 50% para os alunos do ensino secundário. No entanto, quando os alunos frequentam estabelecimentos de ensino fora das áreas de influência pedagógica, é apenas concedido passe escolar aos alunos: que não tenham vaga ou quando o curso pretendido não existe na área de influência pedagógica e desde que frequentem a escola mais próxima. Este programa também abrange os alunos com necessidades educativas especiais (exceto aqueles que residem a uma distância inferior à referida anteriormente, ou os que frequentem as escolas de referência, pois nestas duas situações compete ao Ministério da Educação assegurar o transporte). No ensino secundário e de acordo com o Decreto-Lei nº 176/2012 de 2 de Agosto, estes alunos têm o transporte totalmente gratuito. Através das carrinhas de apoio às escolas e da adjudicação de táxis, também apoiamos o transporte destas crianças, tendo sempre especial atenção às necessidades específicas de cada aluno. Os alunos que frequentam a via do ensino profissionalizante serão abrangidos por transporte escolar, desde que seja comprovada a inexistência de subsídio de transporte por parte do estabelecimento de ensino que frequenta.

O Município é responsável pela organização e pagamento do transporte a mais de 5000 alunos, incluindo também as crianças com necessidades educativas especiais. O planeamento do serviço de transportes escolares é enriquecido pelos contactos permanentes entre os diversos intervenientes/parceiros, de forma a fazer um balanço do serviço que está a ser prestado, verificando se existem anomalias e de que forma poderão ser colmatadas, a fim de prestarmos o melhor serviço aos alunos do nosso Concelho. Anualmente é elaborado um Plano de Transportes Escolares com a previsão do número de alunos a transportar no ano letivo seguinte, por escola, localidade e empresa de transporte.

Jornadas de Educação – da escola que temos à escola que queremos

Pretende-se que os aspetos metodológicos e resultados conceptuais da atividade interna do Pelouro sejam divulgados e partilhados, mas também enriquecidos e contrastados com perspetivas oriundas de outras instâncias, com outros ângulos de abordagem, conhecimentos e experiências. Com estas jornadas visa-se, também, alargar ainda mais os espaços de reflexão e apreciação, plurais e interativos, para que se identifiquem novos problemas, que se conheçam melhor outras propostas e suas consequências, e se assinalem, para além das diferenças, as linhas de convergência existentes no terreno social e educativo, que abordem e retratem medidas relacionadas com a família, a escola, a comunidade local, a vida nacional e as pertenças europeia e global.

Objetivos: Debater, refletir e partilhar experiências e saberes que, por certo, contribuiram para a qualidade educativa e para as práticas profissionais.

Desporto

O desporto é uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento harmonioso do ser humano. É sobejamente conhecido as suas vantagens para uma vida saudável e consequentemente para termos sociedades saudáveis e com qualidade de vida. Acresce o fato que é, também, reconhecido o papel determinante que o Desporto tem no desenvolvimento económico e social do território.

O movimento concelhio, na sua vertente do desporto, promove, ano após ano, um papel preponderante no seio da comunidade. Ciente da importância e consistência exponencial que este movimento assume, a Câmara Municipal, enquanto parceira social, promove uma intervenção participativa e atenta no sentido de potenciar o efeito do desenvolvimento desta realidade, implementado, para isso, um conjunto de diretrizes de âmbito desportivo que vão de encontro às necessidades mais prementes do tecido associativo concelhio.

Prova disso é o apoio que continuará a ser prestado pela Câmara Municipal, que promove uma política desportiva transparente, equitativa e justa através das recentes medidas de apoio, o PAD (programa de apoio ao desporto) ao nosso tecido desportivo associativo. Não esquecendo as entidades privadas que bastante tem contribuído para uma prática desportiva de qualidade e diversificada.

É função do Câmara Municipal de Santa Maria da Feira desenvolver uma política que, através da atividade física e do desporto, contribua para a promoção do bem-estar, da qualidade de vida e da saúde da população.

A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira tem como missão, na área do Desporto, desenvolver e apoiar iniciativas de natureza desportiva dirigidas a todos os segmentos da população, bem como criar as condições materiais e fomentar o estabelecimento de parcerias com o movimento associativo, privado, público e academias, que contribuam para a generalização do acesso à prática desportiva.

Santa Maria da Feira pretende ser um modelo de excelência na utilização do Desporto como meio de saúde, educação, socialização e criação de valor para os seus cidadãos e comunidades desportivas. Recursos humanos qualificados e motivados desejam exceder as expectativas da população, promovendo a qualidade de vida no concelho.

Tendo em consideração o exposto anteriormente, são do âmbito deste Pelouro o desenvolvimento, a promoção, a coordenação e a gestão dos programas de atividade desportiva, bem como a reparação, remodelação e a construção de novas infraestruturas desportivas municipais, e ainda o apoio a diversos níveis, nomeadamente a nível associativo. Todas estas áreas de intervenção têm como principal objetivo possibilitar a prática desportiva a todos os cidadãos, de uma forma contínua e com qualidade, segundo três eixos fundamentais:

Eixo I – Aumentar a Prática e a Cultura Desportiva

Eixo II – Manter, Remodelar e Construir Espaços Desportivos

Eixo III – Apoio ao Associativismo Desportivo



Objetivos Estratégicos

- Aumentar a prática e a cultura desportiva;
- Incentivar o desenvolvimento de uma cultura desportiva;
- Realizar a manutenção e remodelação de espaços desportivos;
- Construir espaços desportivos;
- Aumentar os recursos humanos existentes e melhorar a eficiência dos processos;
- Melhorar a resposta às solicitações dos cidadãos e comunidades;
- Promover a inovação nos serviços aos cidadãos e comunidades;
- Promover uma utilização ambientalmente correta dos recursos utilizados;
- Aumentar a qualificação dos recursos humanos em áreas estratégicas;
- Disponibilizar conhecimento a vários segmentos da população;
- Dispor de instrumentos ao nível de tecnologias de informação e comunicação de suporte estratégico;
- Divulgar a ação do Município no âmbito desportivo;
- Envolver diferentes interessados em projetos com finalidades comuns;
- Identificar formas inovadoras com grupos de interessados;
- Rentabilizar os recursos existentes;
- Desenvolver novas fontes de receita;
- Aumentar o valor para os cidadãos e comunidades.

Eixo I - Aumentar a Prática e a Cultura Desportiva

Consideramos neste eixo o desenvolvimento, a promoção, a coordenação e a gestão dos programas de atividade física e desportiva, dirigidas à população em geral com vista a aumentar a prática desportiva.

“Desporto Fazemos Bem” Programa

Este programa tem como público-alvo preferencial toda a população que habitualmente não pratica desporto. No âmbito deste programa serão desenvolvidas as seguintes atividades:

- Andar a Pé – Run For Feira

As caminhadas cada vez têm mais implementação e uma forte presença no concelho, com vários clubes e associações a dinamizarem várias iniciativas. Estas ações são organizadas pelos clubes e ou

associações, em parceria com a autarquia, no âmbito do projeto de promoção da prática desportiva. Pretende-se dar continuidade aos projetos de desporto e bem-estar, assegurando atividades acessíveis a todos, fomentando estilos de vida saudável. Pretende-se, ainda, dirigir estas iniciativas para as famílias e, assim, incentivar o desenvolvimento de uma cultura desportiva e disponibilizar conhecimento sobre os benefícios da atividade físico-desportiva. Como forma de prevenção e controlo da saúde são promovidas ações complementares como: rastreios, nutrição, cargas de treino, etc.

Esta atividade deverá funcionar durante todo o ano, de acordo com as condições climatéricas e a disponibilidade das parcerias, intensificando-se nos meses mais quentes e secos. Contará com percursos de baixa/média intensidade, até 5 Km, abrangendo todas as freguesias do concelho.

- Night Runners – Run For Feira

Todas as quartas feiras, como ponto de encontro a Casa do Moinho entre Maio e Setembro, a caminhar ou a correr, os participantes do evento tem a possibilidade de fazer o seu treino acompanhado por diversos aficionados das modalidades de Atletismo e orientados por profissionais da modalidade.

- O Parque a Mexer - Lourosa

Surge no ano de 2016, com o objetivo de dar mais vida ao fantástico espaço, Parque da Cidade de Lourosa, todas as quartas quintas e domingos, marcaremos presença com os projetos, Night Runners, Fitness at Night, e Manhãs Vivas, onde os participantes podem praticar exercício físico na vertente das modalidades de corrida e fitness de uma forma voluntária e continua.

- Grandes Prémios de Atletismo do Concelho – Run For Feira

A autarquia, em parceria com os clubes e as secções de atletismo do concelho, pretende continuar a organizar provas de atletismo. Esta parceria visa promover e sensibilizar a população para a importância de prática de atividade física. Como exemplo do projeto são os eventos, Campeonato Distrital de Marcha Atlética, Uma Aventura em Santa Maria da Feira, Trilhos Termais, Grande Prémio de Mozelos, Grande Prémio de S. Paio de Oleiros, Corrida Urbana Terras de Santa Maria, Corrida de São Tiago, Milha Noturna de Mosteirô F.C., Grande Prémio Atletismo Santa Maria de Lamas, Grande Prémio Atletismo Caldas de S. Jorge e ^a Corrida do Castelo.

- Circuito de Trail de Santa Maria da Feira

A autarquia, em parceria com os clubes e as secções de atletismo do concelho organizaram o Circuito de Trail de Santa Maria da Feira, um evento constituído por 4 etapas, com participação gratuita e sem fins competitivos.

A iniciativa tem como principais objetivos: - promover atividade física e o contato com a natureza; - desenvolver a inter-relação das áreas, do desporto, do ambiente, da socialização na base de um estilo

de vida saudável; - possibilitar aos clubes a apresentação e partilha de experiências;- realizar um programa dinâmico através da participação ativa dos clubes, de âmbito concelhio.

- Cicloturismo

Programa municipal que vem sendo desenvolvido de forma continuada e que conta com a colaboração das associações de cicloturismo do concelho. Destinando-se a todas as idades e géneros esta atividade tem maior incidência nos meses de abril a outro. Alia o desporto ao lazer, descobrindo locais pelo concelho e concelhos vizinhos. Serão efetuados passeios com percursos de baixa/média intensidade, podendo oscilar entre os 20 Km e os 50 km.

- Desporto com vida

Calendarização de atividades para pessoas com deficiência, organizadas em estreita colaboração com diferentes instituições de âmbito local, regional e nacional, que desenvolvem trabalho nesta área.

Desta forma, pretende-se promover sinergias com o intuito de proporcionar as melhores oportunidades a todos, fomentando a igualdade, com base no respeito pela diferença.

- Desporto Plural

Dinamizar em parceria com a Provedoria Municipal para os Cidadãos com Deficiência o projeto Desporto Plural.

Desporto Plural é um projeto de inclusão pelo Desporto, promovido pela Provedoria Municipal para os Cidadãos com Deficiência e Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.

Desporto Porque por vezes retemos em nós a capacidade de pensar, sentir e agir. Propõe-se criar condições para desenvolver capacidades criativas e espontâneas nesse contexto informal.

Plural porque é aberto a todos aqueles que procuram no Desporto, amador ou de competição, o bem-estar físico, psíquico e social. Propõe-se promover a integração pela diversidade, proximidade, interação e intergeracionalidade.

Desporto Plural é um projeto para Todos, independentemente da idade, sexo ou capacidade. Propõe-se evidenciar as capacidades, secundarizando as incapacidades do individuo e do grupo.

Todos, em especial as pessoas com deficiência, verão criadas as condições para usufruir dos inúmeros benefícios do Desporto num contexto Plural. Convocamos todas as pessoas, famílias e amigos, clubes e instituições locais, a associarem-se a este projeto, contribuindo gradualmente para essa integração e autonomização.

- Feira Move

O município de Santa Maria da Feira, o Feira Viva, os Ginásios do Concelho, Associações e Clubes desportivos em conjunto, num fim-de-semana, pretendem proporcionar a todos os feirenses a oportunidade de experienciar e praticar diferentes modalidades desportivas. O objetivo é divulgar as atividades de ginásio e por a mexer todos os Feirenses.

- Manhãs Vivas /ROAD SHOW

Esta atividade será realizada preferencialmente aos domingos de manhã, em algumas freguesias e na primavera-verão, constituindo-se como uma dinâmica de animação e desporto, contemplando a prática de diversos desportos (aeróbica, futebol, basquetebol, jogos tradicionais, radicais, dança) em espaços não formais, como praças, avenidas ou jardins, tendo, no entanto, como modalidade rainha as atividades de academia (aeróbica, step, spinbike, yoga...).

O ROAD SHOW projeto visa alargar o evento “Manhãs Vivas” a outras freguesias do concelho, através da motivação da participação da população, dinamizando as políticas de promoção da prática desportiva, em consonância com as juntas de Freguesia e Associações recreativas e Desportivas.

- Marcação de Percursos Pedestres

Com este projeto pretende-se criar uma rede de percursos pedestres bem marcados para todos os amantes das caminhadas. Esses trilhos serão marcados no terreno e colocados em mapas e/ou roadbook, bem como no site da câmara.

- Eventos de BTT

Pretende-se promover, em parceria com as associações de BTT do concelho, diferentes tipos de eventos competitivos e/ou de lazer, como forma de proporcionar aos intervenientes a oportunidade de participarem em eventos desta modalidade de uma forma organizada.

- Saídas de Aventura

Com esta atividade pretende-se oferecer aos participantes outro tipo de atividades desportivas e outras sensações, pelo que serão escolhidas atividades desportivas de carácter radical e de exploração da natureza. Deste modo, serão agendadas três saídas de aventura.

Eixo II – Manter, Remodelar e Construir Espaços Desportivos

Depois de realizada a Carta das Instalações Desportivas, pôde-se constatar que existem espaços da responsabilidade da autarquia em bom, razoável e mau estado de conservação, havendo a falta de outros equipamentos importantes. Através do estudo da procura desportiva, pôde-se constatar que existe uma forte procura para modalidades de interior e/ou de ar livre. Perante isto, iremos manter os espaços desportivos que se encontrem em bom/razoável estado de conservação, remodelando e/ou substituindo os que se encontrem em mau estado de conservação.

Manutenção

Pretende-se assegurar a manutenção dos pavilhões municipais, no que toca a pisos, pintura exterior e interior, canalizações, iluminação, balizas, tabelas de basquetebol, entre outras, procurando dar cumprimento ao Decreto-Lei n.º 100/2003 de 23 Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 82/2004, de 14 de Abril.

Remodelação / Apetrechamento

Consideramos fundamental a remodelação de alguns polidesportivos, devido à sua pouca utilização, ao seu desgaste e à sua localização. É recomendado o apetrechamento de alguns equipamentos, nomeadamente no que diz respeito aos balneários e iluminação.

Construção

É necessário construir novas pistas de atletismo, bem como espaços ao ar livre, circuitos de manutenção, ciclovias, zonas pedonais, alguns espaços cobertos (pavilhões ou salas de desporto) para prática de modalidades de interior.

Em fase final de construção o futuro pavilhão de São João de Ver, reinício da construção do pavilhão de Mozelos, vão ser dois novos espaços para a prática desportiva, com isso iremos reduzir um pouco as necessidades de espaços desportivos no nosso concelho. Mas ainda continuamos a sentir a necessidade de um espaço em Santa Maria da Feira que seja polivalente e consiga dar uma resposta de qualidade às necessidades das nossas associações e diversos eventos desportivos calendarizados.

- Construção de um Skate Parque

Com o projeto “Construção de um Skate Parque” pretende-se que os jovens do concelho tenham um espaço onde possam praticar skate, bmx e inline (patins em linha), sem terem de se deslocar a concelhos vizinhos.

- programa de apoio à construção ou renovação de campos de relvado sintético em instalações desportivas

Tendo como pressuposto o sucesso do programa de apoio à construção ou renovação de campos de relvado sintético em instalações desportivas; do reconhecimento, pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, da importância da prática de atividades desportivas para a saúde física, mental e social e bem-estar dos indivíduos e comunidades, e que se tem traduzido na concretização de uma sólida política de promoção do desporto em estreita articulação e proximidade com os clubes desportivos e com os praticantes das diversas modalidades desportivas com especial incidência na população mais jovem; que a prática desportiva ligada ao futebol não profissional é uma das mais significativas no concelho, conseguindo captar um grande número de praticantes nas camadas mais jovens da população, contribuindo para a sua formação pessoal e social e integração na sociedade; que a criação, melhoria ou requalificação de instalações desportivas destinadas à prática do futebol contribui fortemente para dignificar, motivar e aumentar o interesse pela prática do desporto. A Câmara Municipal

de Santa Maria da Feira, no âmbito da sua política de promoção do desporto, que tem como desígnio desenvolver e apoiar iniciativas de natureza desportiva, bem como apoiar a criação, manutenção e requalificação de espaços desportivos, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade da prática desportiva, continuará a apoiar, através do programa de apoio à construção ou renovação de campos de relvado sintético em instalações desportivas, a construção, instalação ou renovação de campos de relvados sintéticos nas várias freguesias do concelho, os quais permitirão um maior número de horas semanais de utilização, uma maior segurança e qualidade da prática desportiva e uma alteração radical na qualidade dos seus equipamentos desportivos.

Eixo III - Associativismo Desportivo

Portal do associativismo Desportivo

Com vista a aproximar e aprofundar as relações entre a autarquia e as associações surgiu o portal do associativismo que é uma ferramenta que se assume como espaço privilegiado para a partilha de informação das associações e clubes.

Pretende-se potenciar esta plataforma de forma a tornar-se uma ferramenta imprescindível como base de dados do movimento associativo concelhio, informativa das diversas atividades, iniciativas disponibilizadas pelos clubes/associações e promotora de eventos desportivos.

Plano de Apoio Desporto – PAD

O Programa de Apoio ao Desporto define os tipos e as formas de apoios a conceder pelo Município de Santa Maria da Feira para a promoção e dinamização da prática da atividade física e do desporto, estabelecendo as regras e as condições para a sua atribuição.

Os destinatários do presente regulamento são as entidades e organizações desportivas sem fins lucrativos, legalmente constituídas, com sede ou intervenção no espaço territorial do concelho de Santa Maria da Feira, podendo-se ainda incluir-se as organizações que, não tendo como objeto principal a atividade desportiva, desenvolvam projetos e atividades que contribuam para a promoção da prática da atividade física ou do desporto.

Os apoios a conceder visam a promoção e a dinamização da prática da atividade física e desportiva através de programas, projetos e ações apresentados.

O Programa de Apoio ao Desporto é um programa multidimensional, multissetorial e transversal, e visa, designadamente:

a) Promover a prática da atividade física e desportiva como forma de reduzir a tendência para uma vida sedentária bem como a ameaça do aumento da incidência das doenças associadas ao sedentarismo;



- b) Promover o aumento da prática do desporto pelos cidadãos, aumentando o número de praticantes nas diversas modalidades;
- c) Promover a diversidade desportiva;
- d) Fomentar a participação de equipas, atletas e praticantes desportivos nas competições de âmbito local, distrital, regional, nacional e internacional;
- e) Consagrar um sistema de apoios diversificados e progressivos à prática desportiva, em função de critérios objetivos e de mérito;
- f) Promover a inclusão e a integração social;
- g) Promover a prática da atividade física e desportiva como forma de contribuir para a efetiva inclusão de pessoas com deficiência;
- h) Capacitar e valorizar os agentes desportivos com vista a uma gestão racional, equilibrada, sustentada e inovadora;
- i) Promover a prática da atividade física para pessoas idosas, contribuindo para a sua saúde, bem-estar e ocupação de tempos livres, ajudando a combater a solidão e o isolamento.

Apoios à promoção da atividade física e desportiva

- **Medida 1 - Apoio à inscrição de praticantes ou às arbitragens**

A medida 1 visa promover o aumento dos escalões de formação bem com a ampliação da oferta desportiva.

- **Medida 2 - Apoio a programas, projetos, atividades regulares e pontuais**

A medida 2 visa promover o desenvolvimento de projetos ou atividades na área do desporto com vista, designadamente, ao fomento da prática desportiva, nas vertentes de recreação e de rendimento, à formação de jovens atletas, ao incremento das várias modalidades desportivas, bem como ao incentivo da dinâmica do movimento associativo no Município na área do desporto.

- **Medida 3 - Apoio à participação desportiva dos cidadãos com deficiência ou incapacidade**

A medida 3 tem como principal objetivo possibilitar e facilitar o acesso à prática desportiva e às instalações desportivas por parte dos cidadãos com deficiência ou incapacidade através do apoio à prática desportiva promovida pelas entidades que acolhem aquele público-alvo e que se traduz numa comparticipação financeira e/ou no acesso às instalações desportivas municipais.

- **Medida 4 - Apoio à participação desportiva da população sénior**



A medida 4 tem como principal objetivo possibilitar e facilitar o acesso à prática desportiva e às instalações desportivas por parte da população sénior através do apoio à prática desportiva promovida pelas entidades que acolhem aquele público-alvo e que se traduz numa comparticipação financeira e/ou o acesso às instalações desportivas municipais.

- **Medida 5 - Cedência de espaços desportivos**

Com a presente medida visa-se a promoção da prática desportiva através da disponibilização de períodos de utilização das instalações desportivas municipais, escolares, associativas e particulares às entidades desportivas.

A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, através da realização de contratos-programa com as entidades gestoras das instalações desportivas, cria uma bolsa de horários de utilização das instalações e disponibiliza-os às entidades interessadas para a prossecução das atividades físicas e desportivas.

- **Medida 6 - Apoio a equipamentos desportivos**

A medida 6 destina-se a apoios financeiros para:

- a) Aquisição de materiais não individuais, designadamente, balizas, redes e blocos de partida;
- b) Manutenção de campos de jogos de relva natural.

- **Medida 7 - Apoio à qualificação dos clubes/ associações desportivas**

A medida 7 visa apoiar ações formativas dirigidas a determinado público-alvo, nomeadamente, atletas, dirigentes, treinadores, pais e encarregados de educação

- Formação dos agentes ligados ao associativismo desportivo

Estas formações são dirigidas a encarregados de educação, atletas, dirigentes, agentes desportistas, etc, com vista a um maior desenvolvimento das diferentes modalidades através do aumento da competitividade

Desporto Feminino

Considerando os baixos índices de prática desportiva feminina, quer a nível nacional quer a nível concelhio, propõe-se um plano que incentive não só os elementos do sexo feminino a praticarem desporto (modalidades mais atrativas: natação, caminhadas, aeróbicas, fitness, dança), mas também os clubes e as coletividades a abraçarem atividades/modalidades dirigidas ao género feminino.

- Protocolos de desenvolvimento desportivo – Contratos Programa de desenvolvimento Desportivo

Procurando a diversidade na oferta desportiva, nomeadamente nos escalões de formação, e considerando a dificuldade que algumas modalidades têm em afirmar-se, apesar dos esforços consideráveis dos seus dirigentes, propõe-se, através dos protocolos de desenvolvimento de modalidades desportivas, disponibilizar meios e formas de apoio que viabilizem o seu trabalho e premeiem o seu esforço, mediante a celebração de contratos-programa que têm em vista os seguintes objetivos, sempre em articulação com o PAD:

- Enquadrar os apoios financeiros públicos na execução de planos concretos de promoção do desporto;
- Permitir que os apoios financeiros sejam, em cada circunstância, os mais adequados ao programa de desenvolvimento desportivo em que se integram;
- Fazer acompanhar a concessão dos apoios financeiros por uma avaliação completa dos custos de cada plano ou projeto, assim como dos graus de autonomia financeira, técnica, material e humana previstos para a sua execução;
- Permitir a intervenção e mútua vinculação de diversas entidades interessadas na realização de um mesmo programa de desenvolvimento desportivo;
- Reforçar o sentido dos outorgantes relativamente ao cumprimento das obrigações por eles livremente assumidas;
- Assegurar a plena publicidade e transparência das condições com base nas quais os apoios financeiros são concedidos;
- Permitir a avaliação do grau de cumprimento dos objetivos desportivos inscritos nos contratos-programa.

Prevê-se a celebração de contrato-programa com as seguintes coletividades: GRIB - Basquetebol; CAF – Hóquei em Patins; S. C. S. João de Ver - Ciclismo; C. D. C. S. Paio de Oleiros – Andebol; C. T. Paços de Brandão – Ténis; C. D. F – Natação; C. D. Fiães – Voleibol.

O trabalho desenvolvido pelas associações, referidas supra, tem sido meritório ao longo da vigência dos contratos programas pelo que é de todo pertinente dar continuidade ao tipo de apoio que tem vindo a ser concedido,

- Gestão de Instalações e Equipamentos Desportivos Municipais

A autarquia pretende manter o protocolo estabelecido com a Empresa Municipal Feira Viva relativo à gestão dos pavilhões Municipais da Lavandeira e Arrifana. Será dada prioridade à contínua melhoria do serviço prestado aos utentes e à modernização e segurança dos seus equipamentos.

- Protocolos de Utilização de Espaços Desportivos

Pretende-se disponibilizar horas para treino às associações desportivas sem espaço desportivo próprio ou com manifesta falta de espaço face ao elevado número de atletas que dinamizam. Estas horas serão

atribuídas em espaços desportivos próprios da autarquia e outras em espaços escolares protocolados para o efeito, no âmbito do PAD.

- Pavilhão Municipal de Gião/Iobão, Pavilhão Municipal de Lourosa, Pavilhão Municipal de Fiães, Pavilhão de S. João de Vêr e Pavilhão Casa do Povo e Polidesportivos Municipais

Pretende-se assegurar a gestão da cedência de espaços e a manutenção das estruturas e dos equipamentos desportivos.

- Atividades Desportivas organizadas ou apoiadas pela Câmara Municipal em parceria com as Associações ou Clubes

Enquadrar-se os apoios concedidos às organizações de eventos/ atividades organizadas pelas associações/ clubes concelhios nomeadamente o acompanhamento técnico e logístico destas mesmas iniciativas pelo gabinete de desporto, bem como as atividades desenvolvidas pela Câmara que se destinam às associações desportivas.

Atividades Desportivas de Âmbito Concelhio / Regional

- Diversos eventos com o apoio da autarquia

Vários eventos que se realizam ao longo do ano com várias vertentes organizacionais e desportivas.

- Mini olimpíadas

As Mini Olimpíadas Concelhias de Santa Maria da Feira são jogos desportivos juvenis, inspirados nos Jogos Olímpicos e que pretendem mobilizar para o desporto todos os jovens do concelho.

É o mais antigo e importante encontro desportivo do nosso país, na faixa etária dos 5 aos 14 anos.

O Centro de Cultura e Recreio do Orfeão da Feira em parceria com a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira têm realizado todos os esforços, de forma a proporcionar a todos os atletas as condições imprescindíveis para que possam evoluir de forma saudável, fortalecendo laços de amizade e respeito pela lealdade desportiva.

- Corta-Mato CLDE Entre Douro e Vouga

Uma prova local de Corta Mato do Desporto Escolar é para além de um momento de competição desportiva e de um encontro entre jovens de diversas escolas, uma grande festa com movimento e muita emoção. Além disso, devido à inexperiência de muitos dos participantes num evento com estas características e pelo facto de se realizar fora do ambiente escolar.

- Torneios de Futebol

A autarquia, em parceria com os diversos clubes que fomentam a modalidade de futebol, dinamizam torneios de modalidade para diversos escalões, são os mesmos de carácter inclusivo e onde marcam presença de vários clubes nacionais e internacionais, desde os mais notáveis aos menos conhecidos. São exemplo os torneios; Torneio de Futebol Infantil de S. João de Ver “Os Joãozinhos”; Torneio Forte Paixão-Lourosa; Torneio Internacional de Verão-Fiães; Torneio Terras de Santa Maria; Torneio Internacional de Paços de Brandão; Torneio Terras de Santa Maria - Arrifanense

Atividades Desportivas de Âmbito Nacional

- Campeonato Nacional de Boccia Sénior Individual – Fase Final

Com a organização do campeonato de Boccia – fase final pretende-se proporcionar uma atividade de caráter competitivo para a população sénior.

- Campeonato de Portugal de Boccia

Com a organização do campeonato de Boccia – fase final pretende-se proporcionar uma atividade de caráter competitivo para as pessoas com deficiência.

- Volta às Terras Santa Maria – Troféu Fernando Mendes

Santa Maria da Feira é um concelho de respeitáveis ciclistas que fizeram história no ciclismo nacional. Pretende-se que a Volta às Terras de Santa Maria continue a assumir-se como uma prova clássica do ciclismo português, no âmbito da parceria estabelecida com o Sport Ciclismo de S. J. de Ver.

Atividades Desportivas de Âmbito Internacional

Atividades Desportivas Organizadas pelas Associações e pela Câmara Municipal

Podemos enquadrar os apoios concedidos às organizações dos clubes e o acompanhamento técnico e logístico destas mesmas iniciativas pela Divisão do desporto, bem como as atividades desenvolvidas pela Câmara que se destinam às associações desportivas.

Atividades de apoio a grandes eventos municipais

O Município pretende, à semelhança de anos anteriores, colaborar na organização de atividades da responsabilidade de vários sectores da Câmara Municipal e da Empresa Municipal Feira Viva: Viagem Medieval (Sentir do Guerreiro, Subida as Ameias, Treino de Escudeiros), Perlim, Imaginarius.

Juventude

Gabinete da Juventude da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

O município de Santa Maria da Feira tem vindo a desenvolver, nos últimos 30 anos, uma política de juventude transversal, procurando dar uma resposta sustentada, continuada e eficaz às necessidades da população juvenil.

Ao longo dos últimos mandatos, com especial revelo no executivo camarário que tomou posse em novembro de 2013, o município de Santa Maria da Feira tem vindo a responder ao arrojado desafio que a sociedade global enfrenta, nomeadamente no que respeita aos elevados números de desemprego jovem, com uma preocupação especial em relação aos jovens entre os 18 e os 25 anos que não se encontram Nem em Emprego, Nem em Educação ou Formação (NEEF).

Transversalidade e diversidade serão os adjetivos que melhor definem e caracterizam a área da Juventude. Desde a educação até ao emprego, passando pela cultura, habitação, desporto, saúde e sexualidade, sem esquecer o associativismo, entre tantos outros domínios, a Juventude assume um papel primordial em todas as áreas da sociedade civil. Pela sua complexidade e idiossincrasias próprias dos desafios que o momento atual nos coloca, dando cumprimento aos eixos de intervenção que integram a política municipal de Juventude, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira decidiu criar o Gabinete da Juventude.

Muito embora a política de juventude do município de Santa Maria da Feira, à semelhança de outros municípios, se concretize na promoção e dinamização de programas, projetos e iniciativas transversais às diferentes unidades orgânicas, o executivo camarário entendeu fundamental a criação um espaço físico, aglutinador de toda a informação, constituindo-se como uma fonte de divulgação privilegiada destas mesmas iniciativas e, por outro lado, como catalisador de ideias, conceitos e projetos dos jovens do concelho.

Procurando seguir o caminho da transversalidade, com recurso ao diálogo estruturado, o município de Santa Maria da Feira tem vindo a desenvolver um trabalho em rede com os diversos departamentos municipais e de proximidade junto dos das associações juvenis, grupos de jovens informais, juventudes partidárias, bem como diferentes fundações e organismos públicos e privados, de carácter local, regional, nacional e internacional.

Assumindo a coordenação desta rede de parceiros, internos e externos, o Gabinete da Juventude da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira tem vindo a dinamizar programas, projetos e iniciativas de promoção de cidadania e capacitação, com vista ao treino de competências que visam a eficácia e eficiência na entrada do mercado de trabalho, projetos ao nível da inclusão, emancipação, promoção de atitudes e comportamentos empreendedores, combate ao abandono escolar, promoção de comportamentos saudáveis, redução de riscos e intervenção de primeira linha no que respeita a

comportamentos de consumo e/ou disruptivos. Como serviço público, apoia e dinamiza atividades de carácter lúdico, pedagógico e cultural, com o intuito de potenciar aptidões e descobrir capacidades escondidas.

A inclusão social assume lugar de destaque em todas as iniciativas levadas a cabo pelos diversos departamentos do município.

O voluntariado é investido pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, assumindo naturezas tão diversas e complementares como o voluntariado social, cultural e intergeracional, promovendo competências sociais, comunicacionais e interpessoais.

Considerando que o palco de atuação de cada cidadão ultrapassa o território local, é função deste gabinete difundir e esclarecer os jovens quanto a programas de âmbito regional, nacional e europeu, promovidos por diversas fundações, institutos e agências nacionais e europeias, entre outros, com competências nesta matéria.

Atualmente, a par do plano de atividades dirigidas a esta população, o gabinete da Juventude tem vindo a realizar reuniões regulares com dirigentes das associações juvenis, associações de estudantes e juventudes partidárias. Estes encontros pretendem-se profícuos na construção de uma rede consubstanciada no diálogo estruturado, propulsora de sinergias que permitam a definição de um plano estratégico que aproxime e apresente o poder local aos jovens, procurando a inclusão de todos, nas mais diversas formas de expressão e participação.

Para o ano de 2017 é pretensão da autarquia reforçar a sua intervenção junto da juventude, pelo que: continuará a desenvolver eventos de referência direcionados para os jovens e que possam valorizar o seu *empowerment* artístico e profissional; estimulará e qualificará a oferta educativa e formativa para a juventude; fomentará condições para a utilização da criatividade e do empreendedorismo como ferramentas de apoio à criação de empregos no território; criará mecanismos para incentivar o associativismo juvenil, a cidadania e a participação da juventude na discussão das questões, temáticas ou problemas que lhes digam respeito diretamente e continuará a colaborar com a Fundação da Juventude, Fundação Bracara Augusta e o Conselho Nacional de Juventude.

Conselho Municipal da Juventude de Santa Maria da Feira

Durante o ano de 2017 a juventude de Santa Maria da Feira será chamada a dar o seu contributo no âmbito das políticas da Juventude, por via do Conselho Municipal da Juventude, implementado na sequência da Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro, com as respetivas alterações, impostas pela Lei n.º 6/2012, de 10 de Fevereiro. A criação do Conselho Municipal da Juventude, órgão de carácter consultivo, a Câmara Municipal pretende proporcionar à juventude um espaço aberto de debate e partilha de opiniões, incentivando o seu direito à participação cívica. Com o objetivo de ser um órgão gerador de dinâmicas no movimento associativo juvenil, o Conselho Municipal da Juventude de Santa

Maria da Feira pretende assumir-se como parceiro privilegiado junto da Câmara Municipal na definição e execução das políticas municipais de juventude, assegurando, assim, a sua articulação e coordenação com outras políticas sectoriais, nomeadamente nas áreas do emprego e formação profissional, habitação, educação, ensino superior, cultura, desporto, saúde e ação social.

Jovem Autarca [Eixo Prioritário – Cidadania Ativa]

“Jovem Autarca” é um projeto que pretende potenciar comportamentos de cidadania, valorizar as opiniões dos jovens, suas ideias e perspetivas para o futuro. Através deste projeto os jovens podem candidatar-se a Jovem Autarca, apresentando diferentes propostas que visem melhorar a qualidade de vida dos seus pares.

Apresentadas as candidaturas, são selecionado/a(s) 21 jovens que percorrem todo o processo eleitoral até ao dia das eleições, momento em que os jovens que estudam e/ou residem no concelho, elegem um/a Jovem Autarca e dois/duas Vereador/a(s). Este executivo dirige uma equipa de trabalho constituída pelos restantes candidatos não eleitos. Durante um ano de mandato o/a jovem eleito/a desempenha o papel de porta-voz dos seus pares, sendo corresponsável pela gestão de um orçamento que lhe é atribuído, procurando concretizar os projetos que idealizou, numa lógica de diálogo e sustentabilidade.

objetivo principal: promoção de comportamentos de cidadania ativa.

grupo alvo: jovens que estudam e/ou residem no Concelho de Santa Maria da Feira, entre os 13 e os 17 anos de idade.

condições de participação: sujeito a candidatura em período considerado para o efeito. O período de abertura de candidaturas será publicado no site e facebook do Gabinete da Juventude, sendo igualmente divulgado nos meios de comunicação locais.

Jovem Ativo [Eixos Prioritários – Combate ao Desemprego Jovem e Abandono Escolar]

Este programa divide-se em dois grandes projetos, pretendendo envolver jovens entre os 15 e os 25 anos, que se encontrem a estudar ou, tendo terminado a escolaridade obrigatória, se encontrem em processo de orientação vocacional e/ou profissional.

Neste sentido, foram desenhados dois projetos: “Põe-te à Prova” e “Conta-me Negócios”.

O projeto “**Põe-te à Prova**” consiste na possibilidade de realização de estágios de diferentes naturezas numa das empresas que aderiram a este programa.

Os estágios assumem três modalidades:

1. Visita guiada à empresa;
2. Estágio de dois dias (com oscilação entre um ou dois dias);
3. Estágio de duas semanas (com oscilação entre uma ou duas semanas).

O projeto “**Conta-me Negócios**” consiste na proposta de realização de sessões de informação e sensibilização junto dos alunos das escolas do Concelho de Santa Maria da Feira. Estas sessões são protagonizadas por representantes das empresas que aderiram ao programa e realizam-se em função

da manifestação de interesse da parte dos agentes da comunidade educativa, sejam eles professores, alunos ou representantes das associações de pais.

objetivo principal: articulação entre o ensino e o mercado de trabalho, procurando reduzir a taxa de desemprego jovem e responder às necessidades do tecido empresarial do concelho de Santa Maria da Feira.

grupo alvo: jovens entre os 15 e os 25 anos.

condições de participação: candidatura individual ao projeto “Põe-te à Prova” e inscrição através das escolas no projeto “Conta-me Negócios”.

período temporal em que decorre: ao longo de todo o ano civil.

Desafia-TE! [Eixos Prioritários – Combate ao Abandono Escolar e Desemprego Jovem]

É um programa [piloto, pioneiro em Portugal, pelo modelo sistémico e concertado, com as associações locais] que integra diferentes atividades que estimulam a criatividade dos jovens, apresentam o mundo da música, da dança e do teatro; estimulam o contacto com jovens de outros países da europa; promovem o conhecimento de diversas realidades do mundo do trabalho; facilitam a criação de redes de contacto com vários agentes com competência em matéria de emprego e formação profissional; incentivam o exercício de auto conhecimento e, o respeito pelo outro, potenciando as diferentes dimensões do desenvolvimento pessoal. Estas atividades são realizadas de forma dinâmica e interativa, com recurso à metodologia de Educação não formal.

objetivo principal: aquisição de competências pessoais, sociais e profissionais, tornando os jovens mais confiantes e capazes na construção do seu projeto de vida.

grupo alvo: jovens entre os 14 e os 18 anos

condições de participação: sujeito a candidatura em período considerado para o efeito;

Imaginarium Participa [Eixo Prioritário – Cidadania Ativa]

O Imaginarium Participa é um programa de voluntariado cultural em que o voluntário Imaginarium assume funções de contacto com público, companhias e artistas, nomeadamente cedência de informações e encaminhamento para espetáculos, gestão de público, participação em espetáculos e acompanhamento das companhias, entre outros.

Respeitando a natureza do conceito de voluntariado e dando cumprimento aos seus requisitos legais, o voluntário recebe como recompensa a oportunidade de viver o Imaginarium na sua essência e estabelecer redes de contactos com o mundo artístico. A somar à oportunidade de enriquecimento individual e profissional que advém da participação ativa no Festival, os voluntários terão acesso livre a um conjunto de outros eventos e equipamentos da área da cultura e do desporto.

objetivo principal: promoção de comportamentos de cidadania ativa.

grupo alvo: jovens a partir dos 16 anos.

condições de participação: sujeito a candidatura. O período de candidaturas é publicado no site do Gabinete da Juventude, bem como no site do Imaginarius – Festival Internacional de Teatro de Rua, sendo igualmente divulgado nos meios de comunicação locais.

Aprendizagem e Mobilidade - Serviço Voluntário Europeu (SVE)

O SVE permite, sem custos, aos jovens dos 17 aos 30 anos, num período que pode ir até doze meses, desenvolverem uma ação de voluntariado num país diferente do seu país de residência. Pretende-se com o SVE a criação de uma visão de serviço cívico, de apoio comunitário, de defesa dos mais desfavorecidos, de partilha constante, de dádiva sem nada esperar em recompensa. As entidades que recebem os voluntários garantem as viagens, o alojamento, a alimentação, as despesas correntes, a formação e os cursos linguísticos.

O objetivo é divulgar e promover, aos jovens de Santa Maria da Feira, a oportunidade que constitui a possibilidade de fazerem SVE. Apoiar os jovens interessados na pesquisa de projetos, elaboração de candidatura e candidatura a projetos de SVE.

Ciclo de Workshops – Jovens Cri@tivos [Eixos Prioritários – Redução de Comportamentos de Risco; Adoção de Hábitos de vida saudáveis; Cidadania Ativa]

O Ciclo de Workshops – Jovens Cri@tivos é um conjunto de workshops de natureza recreativa, lúdica e pedagógica, onde se pretende criar ateliers, workshops e formação nos períodos de interrupção letiva, aberto a todos os jovens, com vista a desenvolver e potenciar a criatividade nas diferentes artes (música, dança, design, teatro, etc.). Os workshops são dos mais variadíssimos temas, tais como: Lindy hop, pastelaria, enologia, ilustração, vídeo, fotografia, DJ, defesa pessoal, entre outros.

Destina-se a jovens das mais diferentes faixas etárias, procurando responder a diferentes desejos e expectativas de ocupação de tempos livres. As atividades são diversas e pretendem resultar em momentos de socialização, com uma pitada de aprendizagem e muita diversão.

objetivo principal: promoção de momentos de socialização, com uma pitada de aprendizagem e muita diversão.

grupo alvo: jovens entre os 12 e os 25 anos.

condições de participação: sujeito a candidatura. O período de candidaturas é publicado no site e facebook do Gabinete da Juventude, sendo igualmente divulgado nos meios de comunicação locais.

período temporal em que decorre: interrupções letivas, incluindo as férias de verão.

Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira

A Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira, ao longo da sua existência tem vindo a assumir-se como um dos projetos culturais mais relevantes e representativos do nosso território e da sua aptidão para a atividade musical. Este projeto é constituído por jovens músicos do concelho e conta, na sua organização e administração, com a parceria das Academias de Música de Santa Maria da Feira e Paços de Brandão, bem como do Conservatório de Música de Fornos. Como principais objetivos deste projeto assinala-se a promoção da cultura musical de Santa Maria da Feira, a dignificação do trabalho dos agentes culturais e associativos e, ainda, a promoção das atividades culturais de base associativa. Reconhecendo o potencial artístico deste projeto cultural de promoção da música, clássica e erudita, em 2017, será dado um especial enfoque à prossecução dos seguintes objetivos: manutenção das formações Orquestra Sinfónica e Banda Sinfónica de Jovens do Concelho de Santa Maria da Feira e da sua estrutura associativa e parceria com eventos culturais do concelho e comemorações no âmbito dos 20 anos de trabalho eclético em prol dos nossos jovens.

Ponto Já/Espaço.Net

As Lojas Ponto Já/Espaço.Net são equipamentos públicos destinados aos jovens, que disponibilizam diversas informações de interesse para a juventude e comunidade em geral. Na loja Ponto Já/Espaço.Net, é possível consultar a Internet, utilizar o equipamento informático, imprimir documentos, gravar documentos em CD's e DVD's, solicitar diverso tipo de informações. Este equipamento e as suas valências são importantes para dinamizar a juventude e funcionam como incentivo ao desenvolvimento de projetos e iniciativas juvenis, no entanto podem ser alavancados. Assim, é pretensão repensar este serviço e em conjunto com a Junta de Freguesia alargar os seus serviços, nomeadamente desenvolver *coworking*, passando pela mudança de instalações.

É necessário dar “uma nova vida a estas lojas”, espaços precisam urgentemente de rejuvenescer, para tal propõe-se que integrem novos serviços, nomeadamente: gabinete da juventude, plataforma das associações juvenis de SMF e dinamização do programa jovens cri@tivos.

Loja Europa Jovem (LEJ)

A Loja Europa Jovem é um instrumento operacional do Pelouro da Juventude da Câmara Municipal de Braga e da Fundação Bracara Augusta, para implementar a nível local e nacional, serviços de informação juvenil com vocação europeia e serviços de apoio ao setor da juventude nas seguintes modalidades: projetos Europeus de Juventude; Formação ENF; Modalidade de Jovens; Voluntariado. A LEJ deverá integrar uma equipa, funcionando em regime de co-gestão, promovendo assim a educação entre pares, recorrendo, por um lado, à metodologia de educação não formal e, por outro lado, ao Serviço Voluntário Europeu.

Desta forma, pretende-se facilitar o acesso à informação europeia; aumentar o interesse dos Jovens sobre a União Europeia; Divulgar iniciativas dos parceiros do Conselho Municipal da Juventude de Santa Maria da Feira; promover a participação dos jovens em projetos europeus.

A LEJ integrará a Rede Nacional de LEJ, promovendo assim a partilha de boas práticas e a criação de sinergias intermunicipais.

Eurodesk Portugal

A Eurodesk é uma rede europeia de informação com serviços em 31 países e é um ponto de acesso à informação europeia para os jovens e para os profissionais da área de juventude.

A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira constitui-se como parceiro nacional da Eurodesk, disponibilizando este serviço junto dos jovens do seu território.

Em cada país participante os parceiros nacionais da Eurodesk são organizações que trabalham na área da Juventude (organismos governamentais ou organizações não governamentais) que foram selecionadas pelos responsáveis políticos em cada país para prestarem os Serviços Eurodesk.

Estes parceiros trabalham em rede e são apoiados pela unidade de coordenação sediada em Bruxelas a Eurodesk Brussels Link, AISBL.

Os parceiros nacionais da Eurodesk cooperam com mais de 500 parceiros locais de forma a alargar a disponibilização dos serviços de informação aos jovens a nível local.

A Eurodesk oferece aos parceiros locais formação; ferramentas de informação; ajuda e apoio para facilitar a prestação da informação europeia de forma a também aumentar o acesso dos jovens à informação europeia.

Associativismo Juvenil

Reconhecendo a importância do associativismo e da participação cívica e democrática dos jovens na sociedade civil, pretende-se desenvolver ações e debates que estimulem essa participação juvenil, sobretudo junto das escolas, associações de estudantes, escuteiros e outras estruturas que trabalhem com a área da juventude.

Com o intuito de fortalecer o trabalho desenvolvido entre o tecido associativo e a população jovem que integra o seu território de intervenção, pretende-se fomentar a discussão entre dirigentes juvenis e município, de forma a promover o desenvolvimento de projetos que apresentem a associação e as suas atividades a um maior número de jovens.

O fortalecimento desta ponte entre jovens e associações deverá conduzir ao desenvolvimento de atividades e projetos que permitam a abertura de portas à comunidade juvenil, atendendo às especificidades dos jovens de cada território em particular.

Para atingir estes objetivos iremos fortalecer um plano de colaboração com o Instituto Português de Desporto e Juventude e outras instituições e organismos ligados a esta área.

Promovendo premissas como a multiculturalidade, sustentabilidade, criatividade e inovação, a Câmara Municipal dinamizará sessões de sensibilização e formação com o intuito de capacitar as diferentes associações para a aquisição de competências do domínio da cultura organizacional que permitam o uso das diversas linhas de financiamento, com o objetivo de dinamizar atividades que vão ao encontro das especificidades dos jovens do território que integram.

Cartão Jovem Municipal EYC

Adesão ao cartão Jovem Municipal com vista aos jovens de Santa Maria da Feira beneficiarem de um conjunto alargado de vantagens em diversas áreas como a cultura, desporto, turismo, educação, lazer, etc. Além disso, os jovens ao adquirir o Cartão Jovem Municipal também vão beneficiar de um conjunto de benefícios nacionais e internacionais.

Semana da Juventude

Pretende-se realizar uma mostra dos diversos projetos, programas e iniciativas que o município, associações juvenis e outras entidades que desenvolvem projetos na área da juventude têm para oferecer a esta franja da população. Ao mesmo tempo pretende-se envolver ativamente os jovens, explorando as suas competências e aproximando-os dos organismos que trabalham estas matérias. Esta semana deverá promover a criação de uma rede de trabalho que envolva o Gabinete da Juventude, Gabinete do Desporto, Divisão de Ação Social, Pelouro da Cultura, Turismo e Património, bem como associações juvenis, entre outros agentes de relevo.

Festival Impulso

O festival impulso é um projeto que funde a arte de rua, a música e o mercado da ilustração. É gerido pelo coletivo RUSH com o apoio da câmara municipal de Sta. Maria da Feira.

A ideia surge com a intenção de democratizar a arte urbana na cidade e oferece ao público a oportunidade de testemunhar a realização de murais em tempo real, participar em workshops e assistir a concertos de artistas em ascensão.

O objetivo do Festival passa por dinamizar o espaço público, estimular o debate e a participação ativa da comunidade e a conseqüente reflexão sobre a cultura.

Este evento não pretende criar uma plataforma para beneficiar o artista.

Ponto P [Eixos Prioritários – Redução de Comportamentos de Risco; Adoção de Hábitos de vida saudáveis; Cidadania Ativa]

O Ponto P é uma iniciativa de sensibilização para a prevenção e redução de comportamentos de risco nas áreas da sexualidade e no consumo de substâncias promovendo estilos de vida saudáveis. Resulta da conjugação de esforços de várias instituições locais nomeadamente pela intervenção articulada nos principais eventos recreativos e de diversão que vão acontecendo ao longo do ano com ampla participação dos jovens do concelho.

O ponto P pretende:

- Esclarecer dúvidas sobre sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis, contraceção, substâncias psicoativas (drogas ilícitas e lícitas);
- Sensibilização para a prevenção e redução de comportamentos de risco associados ao consumo de substâncias e na área da sexualidade;
- Reforçar hábitos e estilos de vida saudáveis;
- Promover o voluntariado jovem na área da prevenção/redução de riscos.

Espaço OK – consulta [Eixo Prioritário – Redução de Comportamentos de Risco]

A Consulta de Jovens é um projeto promovido pelo Município de Santa Maria da Feira, pelo CRI do Porto Central do Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT, IP), pela Associação Pelo Prazer de Viver – Saúde, Cultura e Vida (APPV) e a Associação de Alcoólicos Recuperados de Santa Maria da Feira (AARSMF), no âmbito do Programa de Respostas Integradas não-financiado (PRI) de Santa Maria da Feira.

O principal objetivo do Espaço OK é o acompanhamento psicoterapêutico a jovens (com idades entre os 12 e os 18 anos), com consumos problemáticos de substâncias psicoativas lícitas e/ou ilícitas, e a suas famílias ou significativos, residentes no Concelho de Santa Maria da Feira. As Atividades/Ações desenvolvidas passam pelo acompanhamento psicológico e psicoterapêutico a Jovens, Intervenção familiar, Apoio Médico e Articulação com a Rede Institucional.

Programa Nacional de Bolsas de Arquitetura para Jovens Arquitetos

A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, no âmbito da sua estratégia de política de juventude, tem procurado apoiar iniciativas que vão ao encontro das necessidades socioculturais, profissionais e formativas, dos jovens naturais e residentes neste Município.

A parceria da autarquia com a Fundação da Juventude veio proporcionar um contacto mais direto e assertivo com projetos e iniciativas que visam a integração de jovens na vida ativa, nomeadamente, nas áreas da Formação Profissional, Emprego e Empreendedorismo, Cidadania e Voluntariado, Criatividade e Inovação e Ciência e Tecnologia.

É nesta perspetiva que surge a sua intenção de apoio ao Programa Nacional de Bolsas de Arquitetura para Jovens Arquitetos, uma iniciativa lançada pela Fundação da Juventude, e que conta com os apoios institucionais da Ordem dos Arquitetos, Associação Nacional dos Municípios Portugueses e Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

O Programa Nacional de Bolsas de Arquitetura para Jovens Arquitetos visa incentivar os jovens licenciados para uma carreira profissional ligada à investigação, estimulando a sua curiosidade pelo Património Arquitetónico e Cultural, das cidades de grande e média dimensão, em estreita articulação com as autarquias dos territórios que foram selecionados, pela sua riqueza endógena ao nível do edificado. De forma a dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos na edição de 2011/12, o arco temporal a analisar está simbolicamente balizado entre as datas da Implantação da República em 5 de outubro de 1910 e da Revolução de 25 de Abril de 1974. Os Municípios que aderirem a este programa irão receber bolseiros da Fundação da Juventude, que participarão na elaboração das seguintes atividades:

- a) Apoio ao desenvolvimento de estudos técnicos e científicos inéditos que demonstrem a singularidade e a excelência do Património construído no Séc. XX;
- b) Contributo relevante para o enriquecimento da carta patrimonial dos Municípios;
- c) Apoio à inventariação do Património Arquitetónico do Séc. XX;
- d) Contributo no traçar de estratégias de salvaguardar do património;
- e) Participação na criação de novas e inovadoras rotas e circuitos turísticos e culturais;
- f) Facilitar a empregabilidade territorial dos jovens;

PROVE

O PROVE é um Programa de Workshops desenvolvido especialmente para o jovem e aplicado por jovens, gerando um efeito de identificação entre o facilitador e o participante que estabelece conexão, confiança e inspiração. A abordagem próxima à realidade do jovem, permite a criação de um espaço único de reflexão em que os medos e modelos mentais limitantes do estudante são questionados para que seu potencial de desenvolvimento seja explorado nos diversos setores da sua vida, desde a postura pessoal no quotidiano à capacidade de foco e realização.

Para complementar e potenciar o trabalho de preparação para a escolha da área de formação futura, o PROVE desenhou uma metodologia inovadora, que desperta a consciência pessoal de cada aluno, a propósito do seu presente e futuro, de forma a que a motivação interna se desenvolva ao longo do ano letivo, até ao momento da escolha de área.

Sessões de informação do Programa Erasmus+

Dinamização de sessões de informação e esclarecimento junto do tecido associativo juvenil a propósito do programa Erasmus+.

“O Erasmus+ é o programa da União Europeia (UE) para a educação, formação, juventude e desporto para o período de 2014-2020. Os resultados da sua execução podem dar uma contribuição importante para ajudar a enfrentar as mudanças socioeconómicas, os principais desafios que a Europa terá de enfrentar até ao final da década e apoiar a execução da Agenda Política Europeia para o crescimento, o emprego, a justiça social e a inclusão.” Este programa promover a Mobilidade para Jovens e Animadores de Juventude, Cooperação para a Inovação e Intercâmbio de Boas Práticas e Apoio Às Reformas Políticas na área da Juventude.

A realização destas sessões integrará um programa estruturado de capacitação junto das associações juvenis.

Das candidaturas realizadas no ano de 2016 em regime de consórcio com diferentes municípios e Organizações Não Governamentais europeias, serão desenvolvidos os seguintes projetos no ano de 2017:

Exploring democratic engagement; policy and practice in non formal citizenship education – KA3

Este projeto tem a duração de 15 meses e apresenta como entidade promotora London Borough of Lewisham (Reino Unido), sendo que as entidades promotoras são a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e Allingsås Kommun (Suécia).

O projeto tem como objetivo promover o diálogo estruturado entre os jovens dos países do consórcio e os decisores políticos, a uma escala local e europeia, desenvolvendo o trabalho dos conselhos das escolas, fóruns e conselhos da juventude e outros grupos de jovens informais, de forma a rever a estratégia de participação e a consolidar ideias, preocupações e interesses dos jovens no que refere aos processos de tomada de decisão dos decisores políticos, redefinindo as metodologias e mecanismos de educação para a cidadania não formal e intervenção comunitária. Por outro lado, pretende-se ainda aumentar a consciência e o conhecimento relativos aos processos democráticos, políticos e processos de decisão locais, regionais, nacionais e europeus, assim como partilhar boas práticas e participar das decisões políticas através do estabelecimento de relações com os decisores políticos eleitos e responsáveis pelos departamentos de concretização das políticas.

Training Course: “Youth Actors in decision-making” – KA1

Este curso de formação tem a duração de oito dias e terá lugar na Letónia, no município de Rezekne, entidade promotora.

O curso tem como objetivo dotar as autoridades locais e as organizações de competências com o intuito de promover o envolvimento dos jovens nas tomadas de decisão. Assim, os principais objetivos são:

- Aumentar o conhecimento relativamente ao papel dos jovens no desenvolvimento e sustentabilidade



da democracia (estruturas e processos), sobretudo jovens com menos oportunidades ou provenientes de contexto socio económicos desfavorecidos;

- Identificar diferentes instrumentos, estruturas, metodologias de e para uma participação dos jovens verdadeiramente inclusiva nos processos de tomada de decisão;
- Promover maior compreensão dos processos de participação;
- Criar espaço de diálogo e partilha de boas práticas entre os participantes e os responsáveis pelos gabinetes da Juventude;
- Desenvolver competências no que respeita à operacionalização dos conceitos-chave da participação dos jovens nos processos de tomada de decisão;
- Criar planos de ação e estratégias para envolver os jovens, provenientes de diferentes contextos, nos processos de tomada de decisão ao nível local.
- Desenvolver competências, conhecimentos e atitudes de forma a que sejam criadas as condições para a participação dos jovens verdadeiramente inclusiva.

Sessões de Sensibilização - Livro Humano vai à escola

Uma biblioteca, três histórias de vida e uma turma do 9º ano de escolaridade são os pressupostos necessários para folhear o livro humano ao longo de 45 minutos.

O Livro Humano é folheado a cada pergunta efetuada pelo/a jovem tentando ultrapassar os estereótipos, as barreiras, o desconhecido.

Livro Humano é uma pessoa, voluntária, que passou por momentos difíceis e que se coloca à disposição dos alunos, permitindo-lhes aprender um pouco com a sua experiência de vida, que reflete a experiência de um grupo frequentemente alvo de preconceito, estereótipo e vítima de discriminação ou exclusão social.

Este é um projeto apadrinhado pelo Conselho da Europa que tem por base o slogan “Não julgues o livro pela capa”.

Pretende-se, com estas sessões promover junto dos alunos do 3.º Ciclo do Ensino Básico, a troca e partilha de experiências de vida diversificadas, permitindo assim o contacto com diferentes realidades e formas de ultrapassar desafios, comuns ao desenvolvimento humano.

Com a dinamização destas sessões pretende-se transmitir a mensagem de que os limites não nos limitem e que, dentro de cada história de vida, o ser humano tem capacidade de se desafiar a si próprio, reinventando-se e descobrindo recursos internos que permitem ultrapassar qualquer barreira.

Calendarização

Entre os 2.º e 3.º períodos do ano letivo de 2016/2017, em função de ficha de inscrição a enviar para cada um dos agrupamentos de escolas.

HUB – Programa integrado de combate ao Desemprego Juvenil

A crise económica que tem vindo a assolar a Europa nos últimos anos teve um forte impacto ao nível do emprego juvenil, fundamentalmente junto dos jovens entre os 15 e os 24 anos. O grau de preocupação acresce se nos focarmos nos jovens que não têm emprego, nem estão inseridos no sistema de educação ou formação, designados pelos meios de comunicação social de NEEF.

O desemprego de longa duração representa custos subjetivos e objetivos bastante elevados, com repercussões sérias para o desenvolvimento económico e social de uma comunidade. A população juvenil não é imune a este impacto que, a curto e a médio prazo representa a possibilidade de limitar salários elevados no futuro, colocando em causa a validade das suas competências, empregabilidade futura, satisfação no trabalho, satisfação individual e saúde, nas mais diversas dimensões.

Preocupada com este contexto global, que assume proporções elevadas se relacionarmos o rápido envelhecimento da população no mundo ocidental, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira levou a cabo um estudo teórico e empírico relativamente às principais conclusões no que refere a esta matéria e às boas práticas que têm sido levadas a cabo em diferentes países.

Neste sentido, importa desenhar estratégias de intervenção considerar um público-alvo heterogéneo, com diferentes competências, aspirações e características e provenientes de contextos socio económicos bastante diversificados; responder às diferentes fases de intervenção de forma individualizada, próxima e concertada; promover uma rede de parceiros que fazem parte de todo o processo de construção das estratégias de concretização/operacionalização da política pública local. Por outro lado, esta estratégia implica dar especial relevo aos seguintes atores: diferentes departamentos da Câmara Municipal; escolas; terceiro setor; tecido empresarial; tecido associativo; ONG; entidades públicas de carácter nacional – IEFP, IPDJ, p.e; envolver e responsabilizar os/as jovens na construção de estratégias, promovendo o compromisso e promover a articulação e partilha recíproca entre os jovens que integram os diferentes grupos definidos pela OCDE.

“As políticas locais de combate ao desemprego juvenil devem ser integradas e concertadas com as iniciativas de base local, de forma a providenciar respostas multidimensionais para problemas complexos.” (OCDE, 2013).

De acordo com a informação constante no relatório, foram identificados três grupos de intervenção prioritária junto de todos os países que fazem parte da OCDE:

1. Os jovens NEEF (Nem em Emprego, Educação ou Formação), que apresentam risco elevado de desemprego de longa duração e exclusão social.
2. Os jovens com dificuldade de integração – jovens com qualificações, mas com dificuldade em encontrar um emprego estável.
3. Jovens altamente qualificados (jovens com habilitações ao nível do ensino superior que, em período de prosperidade económica, não teriam dificuldade em encontrar emprego).

Face às idiossincrasias de cada grupo identificado, às especificidades das suas necessidades, e à importância do envolvimento ativo e concertado de diferentes atores, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira pretende operacionalizar a Hub enquanto ferramenta que pode dar uma resposta de natureza “one-stop-shop” que seja eficaz, consistente e sustentável, integrando assim a estratégia de combate ao desemprego juvenil.

Neste sentido, a Hub pretende ser um sistema/mecanismo agregador e conciliador de todas as respostas que existem no território, integrando uma equipa treinada para o encaminhamento dos jovens. A Hub deverá promover a orientação e aconselhamento; treino de competências e desenvolvimento pessoal; mentoria; empreendedorismo e domínio das artes e cultura.

Ao nível internacional a Hub permite a realização de intercâmbios, estágios internacionais e experiências de “*job shadowing*”, capacitando os jovens ao nível dos conhecimentos técnicos, competências comunicacionais, capacidade de adaptação a contextos diferentes, resiliência e tolerância.

Do ponto de vista de resultados, o/a(s) jovens que integrarem uma ou vários projetos que promovidos pela Hub, devem apresentar um nível de capacitação e desenvolvimento individual superior ao nível inicial transversal aos domínios do tecido empresarial do território; terceiro setor; capacitação entre pares e da internacionalização.

Além Feira | Feira Além Fronteiras

Criatividade, Inovação, Resiliência, Flexibilidade e Disponibilidade e Abertura ao Outro são algumas das características que definem um/a Feirense. O/a(s) Jovens Feirenses, somam a irreverência e o desejo da descoberta.

Conscientes do dinamismo e da capacidade de comunicação do/a(s) Jovens Feirenses que soltam amarras e procuram novas experiências de educação e formação de nível internacional, a Câmara Municipal entende que Santa Maria da Feira marca presença em qualquer ponto do mundo, beneficiando desta dinâmica recíproca de partilha de boas práticas, disseminando o que de melhor este território tem para oferecer.

Neste sentido, a Câmara Municipal entende pertinente a criação de uma bolsa de Jovens que realizam experiências de educação e formação fora do território português, atribuindo-lhes o título de embaixadores/embaixadoras feirenses, ao mesmo tempo que impulsiona e capacita o/a(s) jovens para o estabelecimento de relações internacionais, de carácter formal e/ou informal. A criação desta bolsa permite ainda um aumento de fluxo de potenciais visitantes e/ou residentes jovens ao município de Santa Maria da Feira.



Festa de Natal pela Inclusão'16

A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, em parceria com Provedoria Municipal dos Cidadãos com Deficiência (PMCD), as instituições que trabalham no domínio da deficiência e os estabelecimentos de ensino, levará a cabo mais uma edição da Festa de Natal pela Inclusão, a ter lugar no mês de dezembro.

Esta festa é protagonizada por todas as crianças, jovens e adultos que integram as diferentes instituições, sendo igualmente promovidos espaços e momentos de entretenimento para todos os participantes, numa perspetiva inclusiva de mostra de talentos à comunidade e de diversão.

normas de execução do orçamento municipal

NOTA INTRODUTÓRIA

As preocupações inerentes à gestão económica, eficiente e eficaz das atividades desenvolvidas pelas autarquias locais, no âmbito das suas atribuições, determinam a adoção de mecanismos reguladores e de ações de controlo.

CAPITULO I

Âmbito e Regras Gerais de Execução

Artigo 1.º- Definição e Objeto

1. O presente normativo estabelece um conjunto de regras e procedimentos específicos, indispensáveis à execução do Orçamento do Município para 2017, de modo a garantir o cumprimento integrado a nível dos documentos previsionais e dos princípios orçamentais, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, bem como da Lei do Orçamento de Estado e da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho), com as respetivas alterações.
2. Sem prejuízo do disposto nas presentes normas de execução, foi aprovado em reunião de câmara de 21 de setembro de 2015, a norma de sistema de controlo interno do Município de Santa Maria da Feira, a qual é de aplicação obrigatória, por força dos normativos mencionados no artigo anterior.
3. As normas de controlo interno, estabelecem um conjunto de procedimentos de regulação em termos administrativos, financeiros, contabilísticos, execução do orçamento municipal, contratação pública, procedimentos de controlo, pagamentos, autorizações da despesa, celebração e formalização de contratos, disponibilidades, endividamento, existências, imobilizado, seguros, e recursos humanos.

Artigo 2.º- Âmbito de Aplicação

As presentes normas são obrigatoriamente aplicáveis a todos os serviços do Município.

Artigo 3.º-

1. Na execução orçamental, devem ser tidos sempre em consideração os princípios da mais racional utilização possível das dotações aprovadas e da gestão eficiente da tesouraria. Segundo o princípio da utilização racional das dotações aprovadas, a assunção dos custos e das despesas deve ser justificada quanto à necessidade, utilidade e oportunidade.

2. As unidades orgânicas são responsáveis pela gestão do conjunto de meios financeiros afetos às respetivas áreas de atividade e tomarão as medidas necessárias à sua otimização e rigorosa utilização, em obediência às medidas de contenção de despesas e de gestão orçamental definidas pelo Executivo Municipal, que visam a perspetiva da minimização de custos diretos e indiretos, de uma distribuição equilibrada de custos pelos sucessivos orçamentos e de uma não exposição a riscos excessivos.

3. Durante o ano económico de 2017, a utilização das dotações orçamentais fica dependente da existência de fundos disponíveis a curto prazo, previsto ao abrigo do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA).

4. É extremamente importante adequar os fluxos de caixa das receitas às despesas realizadas, de modo a que seja preservado o equilíbrio financeiro, pelo que obriga ao estabelecimento das seguintes regras:

- a. Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos no ano de 2016 e anteriores que tenham fatura ou documento equivalente associados e não pagos (dívida transitada);
- b. Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos em 2016 e anteriores sem fatura associada;
- c. Registo dos compromissos decorrentes de reescalonamento dos compromissos de anos futuros e dos contratualizados para 2017 (empréstimos, empreitadas,...);
- d. Registo dos compromissos referentes a despesas de funcionamento, remunerações certas e permanentes, sendo que estes deverão ser efetuados pelo encargo estimado até ao final do ano, ou até ao fim do prazo do contrato (se inferior ao ano económico).

Artigo 4.º - Processos de despesa transitados

1. Os compromissos assumidos para anos anteriores a 2017 para os quais não foram apresentados faturas, serão objeto de reapreciação em 2017, não podendo esse montante ser utilizado por conta do orçamento do exercício de 2017, ficando esta verba disponível e à consideração da vereadora do Pelouro de Administração e Finanças (à exceção dos procedimentos alvo de contratos/protocolos).

2. Na transição do ano, as dotações nas rubricas do PAM e do PPI, que após o registo dos compromissos assumidos e não pagos, se revelem excessivas, serão objeto de uma alteração orçamental, sendo as novas rubricas reforçadas por indicação da vereadora do Pelouro de Administração e Finanças.

Artigo 5.º - Modificações ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano (PPI e PAM)

1. O Município, baseado em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas locais, reorientando através do mecanismo das modificações orçamentais, as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação das necessidades coletivas, com o menor custo financeiro, no cumprimento estrito do disposto nos números 8.3.1. e 8.3.2. do POCAL – Plano Oficial da Contabilidade das Autarquias Locais.
2. Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais para ocorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, o orçamento pode ser objeto de revisões e de alterações.

Artigo 6.º - Orçamento Geral de Estado

3. As opções do presente orçamento municipal, no que concerne as receitas provenientes do Orçamento Geral de Estado (OGE), encontram-se condicionadas à aprovação do OGE para 2017, que até à presente data ainda não foi aprovado. Caso o valor das transferências aprovado no OGE para 2017 sofra alterações face à proposta de OGE em discussão, o Município de Santa Maria da Feira procederá aos devidos ajustamentos.

CAPITULO II

Execução da Receita

Artigo 7.º Execução Orçamental da Receita

1. Na execução do orçamento da receita devem ser respeitados os seguintes princípio e regras:
 - a) Nenhuma receita poderá ser liquidada e arrecadada se não tiver sido objeto de inscrição na rubrica orçamental adequada, podendo no entanto ser cobrada para além dos valores inscritos no orçamento, conforme o disposto no ponto 2.3.4.2 – alínea a) e b) do DL n.º 54/99 de 2 de janeiro.
 - b) As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro devem ser contabilizadas pelas correspondentes rubricas do orçamento do ano em que a cobrança se efetuar.
 - c) Os serviços municipais são responsáveis pela correta arrecadação das receitas, bem como pela sua entrega atempada na tesouraria do Município.
 - d) A arrecadação de receitas será efetuada com base na Tabela de Taxas em vigor, e noutras que se encontrem integradas em regulamentos próprios e ainda nos demais casos em que a lei assim o preveja.



2. O Município de Santa Maria da Feira não tem novas virtualizações da receita.
3. As verbas virtualizadas que ainda subsistam à responsabilidade do tesoureiro, podem ainda ser recebidas ou anuladas.
4. A liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais serão efetuadas de acordo com o disposto nos regulamentos municipais em vigor que estabelecem as regras a observar para o efeito, bem como os respetivos quantitativos e outros diplomas legais em vigor.

Artigo 8.º - Documentos de Receita

1. As receitas cobradas pelos diversos serviços municipais darão entrada, em regra, na Tesouraria, no próprio dia da cobrança até à hora estabelecida para o encerramento das operações.
2. Quando se trate dos serviços externos, as receitas referentes a cobranças feitas por esses serviços municipais deverão ser realizadas conforme o estabelecido nas normas de controlo interno.

Artigo 9.º - Pagamentos em prestações

1. Os pedidos de pagamento em prestações são formalizados através de requerimento e devem ser autorizados nos termos da lei e dos regulamentos aplicáveis.
2. Depois de devidamente autorizados, os planos e pagamentos em prestações devem ser remetidos para a Divisão Financeira e de Gestão Patrimonial para serem objeto de registo na aplicação POCAL.
3. Excluem-se os pedidos de pagamento em prestações, no âmbito dos processos de execução fiscal, os quais têm natureza judicial.

Artigo 10.º - Isenções e reduções de taxas

1. No exercício económico de 2017, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é fixado o valor de € 500.000,00 como estimativa da despesa fiscal consubstanciada na concessão de isenções ou reduções de taxas previstas nos regulamentos municipais em vigor.

CAPITULO III

Execução Orçamental da Despesa

Artigo 11.º - Princípios Gerais para a Realização da Despesa

1. Na execução do orçamento da despesa devem ser respeitados os seguintes princípios e regras definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual (2.3.4. do POCAL), e bem assim na Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2008, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho), nomeadamente:
 - a) As despesas só podem ser cativadas, assumidas, autorizadas e pagas se, para além de serem legais, estiverem inscritas no orçamento e, se aplicável, nas Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimento e Plano de Atividades Mais relevantes) e com dotação igual ou superior ao cabimento e ao compromisso, respetivamente;
 - b) As dotações orçamentais da despesa constituem o limite máximo a utilizar na sua realização;
 - c) Não podem ser assumidos compromissos que excedam os fundos disponíveis do respetivo período;
 - d) Nenhum compromisso pode ser assumido sem que tenham sido cumpridas as seguintes condições:
 - i) Verificada a conformidade legal da despesa, nos termos da lei;
 - ii) Registado no sistema informático de apoio à execução orçamental;
 - iii) Emitido um número de compromisso válido e sequencial que é refletido na ordem de compra, nota de encomenda ou documento equivalente.
 - e) Os pagamentos só podem ser realizados quando os compromissos tiverem sido assumidos em conformidade com as regras e procedimentos previstos na lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso;
 - f) As ordens de pagamento de despesa caducam em 31 de dezembro do ano a que respeitam, devendo o pagamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos até essa data ser processado por conta das verbas adequadas do orçamento que estiver em vigor no momento em que se proceda ao seu pagamento;
 - g) O credor pode requerer o pagamento dos encargos referidos no número anterior no prazo improrrogável de três anos a contar de 31 de dezembro do ano a que respeita o crédito;

- h) Os serviços, no prazo improrrogável definido no número anterior, devem tomar a iniciativa de satisfazer os encargos assumidos e não pagos, sempre que não seja imputável ao credor a razão do não pagamento.
2. Para as adjudicações realizadas dentro dos 60 dias anteriores ao fim do ano económico, nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, as declarações são emitidas pela Divisão Financeira e de Gestão Patrimonial após confirmação de dotação nos documentos previsionais do ano seguinte, sustentado pela rubrica, pela qual será onerada a despesa, após solicitação da Divisão de Contratação Pública

Artigo 12.º - Conferência e Registo da Despesa

1. A conferência, verificação e registo inerentes à realização de despesas efetuadas pelos serviços municipais deverão obedecer ao conjunto de normas e disposições legais aplicáveis constantes das normas de controlo interno e às regras de instrução de processos sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.
2. As faturas ou documentos equivalentes devem ser enviadas diretamente para a Divisão Financeira e Gestão Patrimonial.
3. As faturas recebidas pelos outros serviços municipais, indevidamente, terão que ser reencaminhadas, impreterivelmente, para a Divisão Financeira no prazo máximo de 2 dias.

Artigo 13.º - Suspensão da aquisição de bens e serviços

1. Ficam suspensas quaisquer aquisições de bens e serviços a partir do dia 15 de outubro de 2017 até ao final do mesmo ano.
2. Se, a partir da data supramencionada, existirem aquisições de bens e serviços consideradas imprevisíveis e indispensáveis ao bom funcionamento do Município, estas terão que ser justificadas pelo dirigente do serviço e pelo respetivo vereador e validadas pelo vereador do pelouro de administração e finanças.
3. Cabe a cada unidade orgânica assegurar a cobertura orçamental de todos os compromissos que transitam de 2017 para 2018.

Artigo 14.º - Competências para autorização da despesa e pagamentos

1. São competentes para autorizar despesas, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, quando digam respeito à execução do orçamento da Câmara Municipal, as seguintes entidades:



- a) Até 149.639,47 €, o Presidente de Câmara;
 - b) Sem limite, a Câmara Municipal,
2. Compete ao Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do art.º 30.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a realização de despesas orçamentadas, independentemente do valor, relativas ao orçamento de funcionamento da Assembleia Municipal, comunicando o facto, para os devidos efeitos legais, incluindo os correspondentes procedimentos administrativos, ao Presidente da Câmara Municipal.
 3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a competência para autorizar o pagamento de todas as despesas, independentemente da entidade que as autorizou, é do Presidente da Câmara Municipal nos termos da alínea h) do n.º 1 do art.º 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
 4. Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 18º do DL 197/99, de 8 de junho, fica a Câmara Municipal autorizada a executar a realização de obras ou reparações por administração direta, até ao montante de € 300.000,00, excluído o IVA incidente na aquisição dos bens nelas aplicadas.
 5. Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento e desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com as regras e procedimentos previstos na LCPA e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, as seguintes despesas:
 - a) Vencimentos e salários;
 - b) Subsídio familiar – crianças e jovens;
 - c) Gratificações, pensões de aposentação e outras;
 - d) Encargos de empréstimos;
 - e) Rendas;
 - f) Contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao Estado ou organismos seus dependentes;
 - g) Água, energia elétrica, gás;
 - h) Comunicações telefónicas e postais;
 - i) Prémios de seguros;
 - j) Quaisquer outros encargos que resultem de contratos legalmente celebrados.
 6. Consideram-se igualmente autorizados os pagamentos às diversas entidades por Operações de Tesouraria.

Artigo 15.º - Assunção de compromissos plurianuais

1. Para efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, é concedida autorização prévia genérica, favorável, à assunção de compromissos plurianuais, nos casos e condições seguintes:
 - a) Resultem projetos ou ações constantes das Opções do Plano; ou



- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove Euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;
 - c) Resultem de reprogramações financeiras e alterações ao cronograma físico de investimentos;
2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia prevista no número anterior, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas, sem prejuízo do previsto no art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.
3. De acordo com o previsto no nº 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, é concedida a devida autorização à Câmara Municipal para deliberar relativamente à abertura de procedimentos referentes a despesas que deem lugar a encargos em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, e não se encontrem abrangidos pelas disposições constantes das alíneas a) e b) do nº 1 da mesma disposição legal.

Artigo 16.º - Implementação SNC - AP

1. O Decreto-Lei n.º192/2015 de 11 de setembro, vem aprovar o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, doravante designado SNC – AP, como um instrumento reformulador que permite dotar as administrações públicas de um sistema orçamental e financeiro mais eficiente e mais convergente, cuja entrada em vigor se encontra prevista para 1 de janeiro de 2017, revogando o sistema contabilístico em vigor, ou seja, o POCAL – Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais.
2. Com efeito, no decorrer do ano de 2017, deverão os serviços realizar os procedimentos necessários e adequados à sua implementação e adaptação às novas exigências contabilísticas.

Artigo 17.º - Dúvidas sobre a execução do Orçamento

As dúvidas que se suscitarem na execução do Orçamento, na aplicação ou interpretação das presentes normas serão resolvidas nos termos estabelecidos na NSCI, quando aplicável, ou por deliberação da Câmara Municipal ou Assembleia Municipal, quando se tratar de matérias da sua competência.

**grandes opções do plano e
orçamento municipal**

R E S U M O D O O R Ç A M E N T O

ENTIDADE MUNICIPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2017

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	53.035.977,00	Correntes	42.961.660,00
De capital	9.995.655,00	De capital	20.070.472,00
Outras Receitas	500,00	Outras Despesas	
Total	63.032.132,00	Total	63.032.132,00
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	63.032.132,00	Total Geral	63.032.132,00

Orgão Executivo Em ___ de _____ de ___ _____
--

Orgão Deliberativo Em ___ de _____ de ___ _____

ENTIDADE MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2017
---	----------------------	----------------------------------

PÁGINA : 1

CÓDIGOS	D E S I G N A Ç Ã O	M O N T A N T E
	R E C E I T A S C O R R E N T E S	53.035.977,00
01	Impostos Diretos	25.058.826,00
01.02	OUTROS	25.058.826,00
01.02.02	IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis	16.766.119,00
01.02.03	IUC - Imposto Único de Circulação	2.999.603,00
01.02.04	IMT - Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis	2.913.390,00
01.02.05	Derrama	2.379.709,00
01.02.07	Impostos Abolidos	4,00
01.02.07.01	Contribuição Autárquica	1,00
01.02.07.02	Imposto Municipal de Sisa	1,00
01.02.07.03	Imposto Municipal sobre Veículos	1,00
01.02.07.99	OUTROS	1,00
01.02.99	Impostos Diretos Diversos	1,00
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	127.771,00
02.02	OUTROS	127.771,00
02.02.06	Impostos indiretos específicos das Autarquias Locais	127.771,00
02.02.06.01	Mercados e Feira	1,00
02.02.06.02	Loteamentos e Obras	1,00
02.02.06.03	Ocupação da Via Pública	1.696,00
02.02.06.05	Publicidade	68.641,00
02.02.06.06	Saneamento	12.591,00
02.02.06.99	Outros	44.841,00
02.02.06.99.01	TMDP - Taxa Municipal Direitos de Passagem	1,00
02.02.06.99.02	TDFTH- Taxa de Depósito da Ficha Técnica de Habitação	1,00
02.02.06.99.03	Emolumentos e Taxas	1,00
02.02.06.99.04	Compensação por não cedência	1,00
02.02.06.99.05	TMU-Taxa Municipal de Urbanização	500,00
02.02.06.99.99	Outros	44.337,00
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	1.085.509,00
04.01	Taxas	822.599,00
04.01.23	Taxas Específicas das autarquias locais	822.599,00
04.01.23.01	Mercados e Feiras	1,00
04.01.23.02	Loteamentos e Obras	32.983,00
04.01.23.03	Ocupação da Via Pública	13.350,00
04.01.23.05	Caça, Uso e Porte de Arma	198,00
04.01.23.06	Saneamento	171.246,00
04.01.23.99	Outros	604.821,00
04.01.23.99.01	TDFTH - Taxa de Depósito da Ficha Técnica de Habitação	1,00
04.01.23.99.02	Emolumentos e Taxas de secretaria	1,00
04.01.23.99.03	TMU-Taxa Municipal de Urbanização	500,00
04.01.23.99.04	Compensação por não cedência	1,00
04.01.23.99.99	Outras	604.318,00
04.02	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	262.910,00
04.02.01	Juros de Mora	219.049,00
04.02.02	Juros Compensatórios	21.378,00
04.02.04	Coimas e Penalidades por contra-ordenações	22.482,00
04.02.99	Multas e Penalidades Diversas	1,00
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	2.849.994,00
05.02	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	61.173,00
05.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	61.172,00
05.02.99	OUTROS	1,00
05.07	DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	93.716,00
05.07.01	Empresas Públicas	1,00
05.07.02	Empresas Públicas - Municipais e Intermunicipais	93.713,00
05.07.03	Empresas Privadas	1,00
05.07.99	Outras	1,00
05.09	PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	1,00
05.09.99	Outros	1,00

ENTIDADE MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2017
---	----------------------	----------------------------------

PÁGINA : 2

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
05.10	Rendas	2.695.103,00
05.10.01	Terrenos	22.129,00
05.10.02	Activos no subsolo	1,00
05.10.03	Habitacões	1,00
05.10.04	Edificios	1,00
05.10.05	Bens de Domínio Público	1,00
05.10.99	Outros	2.672.970,00
05.10.99.01	Renda da Concessão da EDP	2.568.703,00
05.10.99.02	Renda da Concessão da Indáqua	85.774,00
05.10.99.99	Outros	18.493,00
05.11	Activos Incorpóreos	1,00
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.353.762,00
06.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	3,00
06.01.01	Públicas	2,00
06.01.01.01	Empresas Públicas	1,00
06.01.01.02	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	1,00
06.01.02	Privadas	1,00
06.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	19.353.759,00
06.03.01	Estado	19.308.251,00
06.03.01.01	Fundo de Equilibrio Financeiro	11.131.888,00
06.03.01.02	Fundo Social Municipal	2.530.073,00
06.03.01.03	Participação Fixa no IRS	3.783.577,00
06.03.01.99	OUTROS	1.862.713,00
06.03.01.99.01	DREN- DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO NORTE	1.814.778,00
06.03.01.99.02	IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional	47.933,00
06.03.01.99.04	DGAL	1,00
06.03.01.99.99	Outros	1,00
06.03.06	Estado - Participação Comunitária em projectos co-financiados	45.505,00
06.03.06.02	Portugal 2020	1,00
06.03.06.03	DREN - DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO NORTE	1,00
06.03.06.04	Fundo de Coesao	1,00
06.03.06.05	FEDER	1,00
06.03.06.06	Erasmus	45.500,00
06.03.06.99	OUTROS	1,00
06.03.07	Serviços e Fundos Autónomos	1,00
06.03.08	Serviços e Fundos Autónomos-Subsistema de Protecção Social de Cidadania - Ação Social	1,00
06.03.09	Serviços e Fundos Autónomos-SUBSISTEMA DE PROTECÇÃO À FAMÍLIA E POLÍTICAS ACTIVAS DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	1,00
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	4.320.863,00
07.01	VENDA DE BENS	4.473,00
07.01.01	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	1,00
07.01.02	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	1,00
07.01.03	PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS	1,00
07.01.05	BENS INUTILIZADOS	1,00
07.01.07	PRODUTOS ALIMENTARES E BEBIDAS	1,00
07.01.10	DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS	4.466,00
07.01.10.01	SUCATA	1,00
07.01.10.99	OUTROS	4.465,00
07.01.11	Produtos Acabados e Intermédios	1,00
07.01.11.99	Outros	1,00
07.01.99	OUTROS	1,00
07.02	SERVIÇOS	3.990.534,00
07.02.01	ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS	125.482,00
07.02.03	VISTORIAS E ENSAIOS	1,00
07.02.06	REPARAÇÕES	1,00
07.02.08	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORTO	48.091,00
07.02.08.01	SERVICOS SOCIAIS	1,00
07.02.08.02	SERVICOS RECREATIVOS	20.574,00

ENTIDADE MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2017
---	----------------------	----------------------------------

PÁGINA : 3

CÓDIGOS	D E S I G N A Ç Ã O	M O N T A N T E
07.02.08.02.99	OUTROS	20.574,00
07.02.08.03	SERVICOS CULTURAI	8.332,00
07.02.08.03.99	OUTROS	8.332,00
07.02.08.04	SERVIÇOS DESPORTIVOS	19.184,00
07.02.09	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	3.816.959,00
07.02.09.01	SANEAMENTO	737.111,00
07.02.09.02	RESIDUOS SOLIDOS	2.103.434,00
07.02.09.03	TRANSPORTES COLECTIVOS DE PESSOAS E MERCADORIAS	126.006,00
07.02.09.03.02	TRANSPORTES ESCOLARES	102.959,00
07.02.09.03.03	TRANSPORTE DE PESSOAS E MERCADORIAS (TRANSFEIRA)	23.046,00
07.02.09.03.99	OUTROS	1,00
07.02.09.04	TRABALHOS POR CONTA PARTICULARES	102,00
07.02.09.05	CEMITERIOS	51.801,00
07.02.09.06	MERCADOS E FEIRAS	5.126,00
07.02.09.07	PARQUES DE ESTACIONAMENTO	3.883,00
07.02.09.99	OUTROS	789.496,00
07.02.09.99.01	REFEIÇÕES ESCOLARES	702.362,00
07.02.09.99.99	OUTROS	87.134,00
07.03	RENDAS	325.856,00
07.03.01	HABITACOES	306.249,00
07.03.02	EDIFICIOS	19.606,00
07.03.99	OUTRAS	1,00
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	239.252,00
08.01	OUTRAS	239.251,00
08.01.99	OUTRAS	239.251,00
08.01.99.01	INDEMNIZAÇÕES POR DETERIORAÇÃO, ROUBO E EXTRAVIO DE BENS PATRIMONIAIS	1.000,00
08.01.99.02	INDEMNIZAÇÕES POR ESTRAGOS PROVOCADOS POR OUTRÉM EM VIATURAS OU EM QUAISQUER OUTROS EQUIPAMENTOS PERTENCENTES AS AUTARQUIAS LOCAIS	1.500,00
08.01.99.03	IVA REEMBOLSADO	1,00
08.01.99.99	DIVERSAS	236.750,00
08.02	Subsidios	1,00
08.02.09	Segurança Social	1,00
	R E C E I T A S D E C A P I T A L	9.995.655,00
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	621.624,00
09.01	TERRENOS	621.613,00
09.01.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	621.611,00
09.01.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS -BANCOS	1,00
09.01.10	FAMÍLIAS	1,00
09.02	HABITAÇÕES	2,00
09.02.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRA	1,00
09.02.10	FAMÍLIAS	1,00
09.03	EDIFÍCIOS	3,00
09.03.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	1,00
09.03.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS	1,00
09.03.10	FAMÍLIAS	1,00
09.04	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	6,00
09.04.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRA	3,00
09.04.01.01	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	1,00
09.04.01.02	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	1,00
09.04.01.03	OUTROS	1,00
09.04.10	FAMILIAS	3,00
09.04.10.01	Equipamento de Transporte	1,00
09.04.10.02	Maquinaria e Equipamento	1,00
09.04.10.03	Outros	1,00
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.372.529,00
10.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	4,00
10.01.01	PÚBLICAS	3,00
10.01.01.01	EMPRESAS PUBLICAS	1,00
10.01.01.02	EMPRESAS PUBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS	1,00

ENTIDADE MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2017
---	----------------------	----------------------------------

PÁGINA : 4

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
10.01.01.99	OUTRAS	1,00
10.01.02	PRIVADAS	1,00
10.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	9.372.524,00
10.03.01	ESTADO	1.236.881,00
10.03.01.01	Fundo de Equilibrio Financeiro	1.236.876,00
10.03.01.04	COOPERAÇÃO TECNICA E FINANCEIRA	4,00
10.03.01.04.01	DGEST	1,00
10.03.01.04.02	ARS NORTE	1,00
10.03.01.04.03	DGAL	1,00
10.03.01.04.99	OUTROS	1,00
10.03.01.99	OUTROS	1,00
10.03.06	ESTADO- PARTICIPAÇÃO PORTUGUESAS EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	1,00
10.03.06.99	Outros	1,00
10.03.07	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	8.135.642,00
10.03.07.01	Feder	2.785.399,00
10.03.07.02	Portugal 2020	5.350.242,00
10.03.07.99	OUTROS	1,00
10.06	SEGURANÇA SOCIAL	1,00
10.06.03	FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	1,00
11	ACTIVOS FINANCEIROS	1,00
11.09	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	1,00
11.09.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRA	1,00
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.501,00
13.01	OUTRAS	1.501,00
13.01.01	INDEMNIZAÇÕES	500,00
13.01.02	ACTIVOS INCORPÓREOS	1,00
13.01.99	OUTRAS	1.000,00
	O U T R A S R E C E I T A S	500,00
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	500,00
15.01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	500,00
15.01.01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	500,00
TOTAL DAS RECEITAS		63.032.132,00

Orgão Executivo

Em ___ de _____ de ____

Orgão Deliberativo

Em ___ de _____ de ____

ENTIDADE MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA	ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2017
---	--	----------------------------------

PÁGINA : 1

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
	D E S P E S A S C O R R E N T E S	42.961.660,00
01	DESPESAS COM O PESSOAL	16.424.912,00
01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	12.412.912,00
01.01.01	TITULARES DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS	229.160,00
01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO	7.998.972,00
01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES	7.610.272,00
01.01.04.02	ALTERAÇÕES OBRIGATORIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATORIO	1.000,00
01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO	387.700,00
01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	531.200,00
01.01.06.01	PESSOAL EM FUNÇÕES	531.200,00
01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	7.420,00
01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	673.500,00
01.01.11	REPRESENTAÇÃO	109.100,00
01.01.11.01	PESSOAL DIRIGENTE	109.100,00
01.01.12	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	1.000,00
01.01.12.01	PREMIOS DE DESEMPENHO	1.000,00
01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	1.096.960,00
01.01.13.01	PESSOAL DOS QUADROS	872.700,00
01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	215.700,00
01.01.13.03	MEMBROS DOS ORGAOS AUTARQUICOS	8.560,00
01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL	1.530.600,00
01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS	1.376.100,00
01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	154.500,00
01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE	235.000,00
01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	194.000,00
01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	96.500,00
01.02.04	AJUDAS DE CUSTO	20.000,00
01.02.05	ABONO PARA FALHAS	7.900,00
01.02.12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	4.600,00
01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	65.000,00
01.02.13.01	OUTROS SUPLEMENTOS E PREMIOIS	65.000,00
01.03	SEGURANÇA SOCIAL	3.818.000,00
01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE	973.000,00
01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	68.600,00
01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	2.539.900,00
01.03.05.02	SEGURANCA SOCIAL-FUNCIONARIOS PUBLICOS	2.539.900,00
01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	1.646.900,00
01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL-REGIME GERAL	893.000,00
01.03.08	OUTRAS PENSÕES	15.000,00
01.03.09	SEGUROS	160.000,00
01.03.09.01	ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	160.000,00
01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	61.500,00
01.03.10.01	Eventualidade Maternidade, Paternidade e Adopção	61.500,00
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	20.398.062,00
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	3.836.164,00
02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS	15.055,00
02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	782.653,00
02.01.02.01	GASOLINA	93.500,00
02.01.02.02	GASOLEO	561.482,00
02.01.02.99	OUTROS	127.671,00
02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE	65.941,00
02.01.05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS	2.231.756,00
02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	14.995,00
02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	119.817,00
02.01.09	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	3.900,00
02.01.10	PRODUTOS VENDIDOS NAS FARMÁCIAS	500,00
02.01.11	MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO	600,00
02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS	58.175,00

020113		
CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
02.01.13	MATERIAL DE CONSUMO HOTELEIRO	4.809,00
02.01.14	OUTRO MATERIAL- PEÇAS	5.150,00
02.01.15	PRÊMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	98.359,00
02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA	22.754,00
02.01.16.03	Outros	22.754,00
02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	19.251,00
02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	9.850,00
02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO	1.400,00
02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	65.158,00
02.01.21	OUTROS BENS	316.041,00
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	16.561.898,00
02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	3.362.000,00
02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE	180.949,00
02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS	184.865,00
02.02.04	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	168.200,00
02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	603.160,00
02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	103.618,00
02.02.09	COMUNICAÇÕES	294.416,00
02.02.10	TRANSPORTES	1.033.200,00
02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	34.010,00
02.02.12	SEGUROS	130.750,00
02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	193.520,00
02.02.14	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA	234.201,00
02.02.15	FORMAÇÃO	31.069,00
02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	3.900,00
02.02.17	PUBLICIDADE	115.258,00
02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	342.650,00
02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	263.005,00
02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	420.607,00
02.02.22	SERVIÇOS DE SAÚDE	45.165,00
02.02.23	OUTROS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	100,00
02.02.24	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	683.859,00
02.02.25	OUTROS SERVICOS	8.133.396,00
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	432.753,00
03.01	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA	302.753,00
03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	178.000,00
03.01.03.02	EMPRESTIMOS DE MEDIO E LONGO PRAZOS	178.000,00
03.01.03.02.01	CAIXA GERAL DE DEPOSITOS	32.000,00
03.01.03.02.02	BANCO PORTUGUES DE INVESTIMENTO	75.000,00
03.01.03.02.04	NOVO BANCO	2.000,00
03.01.03.02.05	MILLENNIUM BCP	1.000,00
03.01.03.02.06	BANCO SANTANDER TOTTA	48.000,00
03.01.03.02.08	BEI	18.000,00
03.01.03.02.99	Outros	2.000,00
03.01.05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- ESTADO	124.753,00
03.01.05.02	Empréstimos de médio e longo prazo	124.753,00
03.02	OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA	70.000,00
03.02.01	Despesas Diversas	70.000,00
03.05	OUTROS JUROS	60.000,00
03.05.02	OUTROS	60.000,00
03.05.02.01	Despesas Diversas	5.000,00
03.05.02.02	Juros de Mora	50.000,00
03.05.02.99	Outros	5.000,00
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.191.383,00
04.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	243.735,00
04.03.05	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	243.735,00
04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	1.370.565,00
04.05.01	CONTINENTE	1.370.565,00
04.05.01.02	FREGUESIAS	1.056.906,00
04.05.01.04	ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIO DE TERRAS DE SANTA MARIA	223.140,00
04.05.01.08	OUTROS	90.519,00
04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	1.472.333,00
04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	1.457.933,00

040702

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
04.07.02	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS- SUBSISTEMA DE PROTECÇÃO SOCIAL DE CIDADANIA- REGIME DE SOLIDARIEDADE	14.400,00
04.08	FAMÍLIAS	104.750,00
04.08.02	OUTRAS	104.750,00
04.08.02.00	Outras	5.500,00
04.08.02.02	Outras	99.250,00
05	SUBSÍDIOS	1.709.000,00
05.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	1.709.000,00
05.01.01	PÚBLICAS	1.709.000,00
05.01.01.01	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	1.709.000,00
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	805.550,00
06.02	DIVERSAS	805.550,00
06.02.01	IMPOSTOS E TAXAS	590.000,00
06.02.01.01	Impostos e taxas pagos pela Autarquia	40.000,00
06.02.01.02	Restituições de impostos ou taxas cobradas	550.000,00
06.02.02	ACTIVOS INCORPÓREOS	50,00
06.02.03	OUTRAS	215.500,00
06.02.03.01	RESTITUICOES	46.000,00
06.02.03.02	IVA PAGO	80.000,00
06.02.03.05	OUTRAS	88.500,00
06.02.03.99	Diversas	1.000,00
	D E S P E S A S D E C A P I T A L	20.070.472,00
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	13.301.784,00
07.01	INVESTIMENTOS	5.303.030,00
07.01.01	TERRENOS	293.031,00
07.01.01.01	TERRENOS - ADM.LOCAL -CONTINENTE	293.031,00
07.01.02	HABITAÇÕES	47.000,00
07.01.02.03	Reparação e Beneficiação	47.000,00
07.01.02.03.01	REPARACAO E BENEFICIACAO-ADM.LOCAL-CONTINENTE	47.000,00
07.01.03	EDIFÍCIOS	2.322.391,00
07.01.03.01	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS	95.800,00
07.01.03.01.01	INSTALACOES DE SERVICOS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	95.800,00
07.01.03.02	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	1.313.659,00
07.01.03.02.01	INSTALACOES DESPORTIVAS E RECREATIVAS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	1.313.659,00
07.01.03.03	MERCADOS E INSTALAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA	1.000,00
07.01.03.03.01	MERCADOS E INSTALACOES DE FISCALIZACAO SANITARIA-ADM.LOCAL-CONTINENTE	1.000,00
07.01.03.05	ESCOLAS	840.747,00
07.01.03.05.01	ESCOLAS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	840.747,00
07.01.03.07	OUTROS	71.185,00
07.01.03.07.01	OUTROS	71.185,00
07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	1.814.324,00
07.01.04.01	Viadutos, Arruamentos E Obras Complementares	11.037,00
07.01.04.01.01	Viadutos, Arruamentos E Obras Complementares	11.037,00
07.01.04.02	SISTEMA DE DRENAGEM DE AGUAS RESIDUAIS	242.284,00
07.01.04.02.01	SISTEMA DE DRENAGEM DE AGUAS RESIDUAIS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	242.284,00
07.01.04.03	ESTACOES DE TRATAMENTO DE AGUAS RESIDUAIS	141.811,00
07.01.04.03.01	ESTACOES DE TRATAMENTO DE AGUAS RESIDUAIS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	141.811,00
07.01.04.04	ILUMINACAO PUBLICA	935.000,00
07.01.04.04.01	ILUMINACAO PUBLICA-ADM.LOCAL-CONTINENTE	935.000,00
07.01.04.05	PARQUES E JARDINS	28.450,00
07.01.04.05.01	PARQUES E JARDINS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	28.450,00
07.01.04.06	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	64.352,00
07.01.04.06.01	INSTALACOES DESPORTIVAS E RECREATIVAS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	64.352,00
07.01.04.07	Captação e distribuição de água	17.329,00
07.01.04.07.01	CAPTACAO E DISTRIBUICAO DE AGUA-ADM.LOCAL-CONTINENTE	17.329,00
07.01.04.08	Viação rural	5.114,00
07.01.04.08.01	VIACAO RURAL-ADM.LOCAL-CONTINENTE	5.114,00
07.01.04.09	Sinalização e trânsito	115.000,00
07.01.04.09.01	SINALIZACAO E TRANSITO-ADM.LOCAL-CONTINENTE	115.000,00
07.01.04.13	OUTROS	253.947,00
07.01.04.13.01	OUTROS	253.947,00
07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTES	9.400,00
07.01.06.02	OUTROS	6.100,00

0701060201

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
07.01.06.02.01	OUTROS	6.100,00
07.01.06.99	OUTROS	3.300,00
07.01.06.99.01	OUTROS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	3.300,00
07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	79.228,00
07.01.07.01	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA-ADM.LOCAL-CONTINENTE	79.228,00
07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO	163.000,00
07.01.08.01	SOFTWARE INFORMÁTICO-ADM.LOCAL-CONTINENTE	163.000,00
07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	234.719,00
07.01.09.01	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO-ADM.LOCAL-CONTINENTE	234.719,00
07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO	18.632,00
07.01.10.02	OUTRO	18.382,00
07.01.10.02.01	OUTRO	18.382,00
07.01.10.99	OUTROS	250,00
07.01.10.99.01	OUTROS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	250,00
07.01.11	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	5.774,00
07.01.11.01	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	5.774,00
07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS	315.531,00
07.01.15.01	OUTROS INVESTIMENTOS-ADM-LOCAL-CONTINENTE	315.531,00
07.03	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	7.998.754,00
07.03.01	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	1.000,00
07.03.03	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	7.986.504,00
07.03.03.01	VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES	7.861.393,00
07.03.03.02	SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	84.742,00
07.03.03.13	OUTROS	40.369,00
07.03.05	BENS DE PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	11.250,00
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.044.949,00
08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	1.304.517,00
08.05.01	CONTINENTE	1.304.517,00
08.05.01.02	FREGUESIAS	1.280.747,00
08.05.01.04	ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIO DE TERRAS DE SANTA MARIA	23.770,00
08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	740.432,00
08.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	740.432,00
09	ACTIVOS FINANCEIROS	411.739,00
09.08	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	411.739,00
09.08.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	411.739,00
10	PASSIVOS FINANCEIROS	4.302.000,00
10.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	4.302.000,00
10.06.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	2.721.000,00
10.06.03.01	CAIXA GERAL DE DEPOSITOS	1.450.000,00
10.06.03.02	BANCO PORTUGUES DE INVESTIMENTO	456.000,00
10.06.03.04	NOVO BANCO	82.000,00
10.06.03.05	MILLENNIUM BCP	28.000,00
10.06.03.06	BANCO SANTANDER TOTTA	630.000,00
10.06.03.08	BEI	75.000,00
10.06.05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- ESTADO	1.581.000,00
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
11.02	DIVERSAS	10.000,00
11.02.02	Restituições	5.000,00
11.02.99	Outras	5.000,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS		63.032.132,00

Orgão Executivo

Em ____ de _____ de _____

Orgão Deliberativo

Em ____ de _____ de _____

ENTIDADE MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA	ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2017
---	---	----------------------------------

PÁGINA : 1

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
ORGÂNICA	ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
01		ADMINISTRACAO MUNICIPAL	18.995.732,00	
01.01		ASSEMBLEIA MUNICIPAL	44.500,00	
		D E S P E S A S C O R R E N T E S		44.500,00
01		DESPESAS COM O PESSOAL		41.500,00
01.02		ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		41.500,00
01.02.04		AJUDAS DE CUSTO		1.500,00
01.02.13		OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS		40.000,00
01.02.13.01		OUTROS SUPLEMENTOS E PREMIO		40.000,00
02		AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		3.000,00
02.01		AQUISIÇÃO DE BENS		1.500,00
02.01.08		MATERIAL DE ESCRITÓRIO		1.000,00
02.01.21		OUTROS BENS		500,00
02.02		AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		1.500,00
02.02.25		OUTROS SERVICOS		1.500,00
01.02		CAMARA MUNICIPAL	13.804.740,00	
		D E S P E S A S C O R R E N T E S		12.277.745,00
01		DESPESAS COM O PESSOAL		2.614.220,00
01.01		REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		1.485.120,00
01.01.01		TITULARES DE ORGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS		229.160,00
01.01.04		PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		780.800,00
01.01.04.01		PESSOAL EM FUNÇÕES		693.600,00
01.01.04.02		ALTERAÇÕES OBRIGATORIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATORIO		100,00
01.01.04.04		RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		87.100,00
01.01.06		PESSOAL CONTRATADO A TERMO		6.400,00
01.01.06.01		PESSOAL EM FUNÇÕES		6.400,00
01.01.08		PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		100,00
01.01.09		PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		120.000,00
01.01.11		REPRESENTAÇÃO		53.800,00
01.01.11.01		PESSOAL DIRIGENTE		53.800,00
01.01.12		SUPLEMENTOS E PRÊMIOS		100,00
01.01.12.01		PREMIOS DE DESEMPENHO		100,00
01.01.13		SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		78.460,00
01.01.13.01		PESSOAL DOS QUADROS		59.300,00
01.01.13.02		PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		10.600,00
01.01.13.03		MEMBROS DOS ORGAOS AUTARQUICOS		8.560,00
01.01.14		SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		191.300,00
01.01.14.01		PESSOAL DOS QUADROS		172.000,00
01.01.14.02		PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		19.300,00
01.01.15		REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		25.000,00
01.02		ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		36.600,00
01.02.02		HORAS EXTRAORDINÁRIAS		6.000,00
01.02.04		AJUDAS DE CUSTO		3.000,00
01.02.05		ABONO PARA FALHAS		2.100,00
01.02.12		INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		500,00
01.02.13		OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS		25.000,00
01.02.13.01		OUTROS SUPLEMENTOS E PREMIO		25.000,00
01.03		SEGURANÇA SOCIAL		1.092.500,00
01.03.01		ENCARGOS COM A SAÚDE		750.000,00
01.03.03		SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		2.500,00
01.03.05		CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		320.000,00
01.03.05.02		SEGURANCA SOCIAL-FUNCIONARIOS PUBLICOS		320.000,00
01.03.05.02.01		CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		210.000,00
01.03.05.02.02		SEGURANÇA SOCIAL-REGIME GERAL		110.000,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S		M O N T A N T E	
ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	
ORGÂNICA	ECONÓMICA	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	01.03.08	OUTRAS PENSÕES	15.000,00
	01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	5.000,00
	01.03.10.01	Eventualidade Maternidade, Paternidade e Adopção	5.000,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	5.515.529,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	90.800,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	1.500,00
	02.01.02.01	GASOLINA	500,00
	02.01.02.02	GASOLEO	500,00
	02.01.02.99	OUTROS	500,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE	1.050,00
	02.01.05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS	1.600,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	1.000,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	10.000,00
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	46.500,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	1.550,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	500,00
	02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO	500,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	3.000,00
	02.01.21	OUTROS BENS	23.600,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	5.424.729,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	3.160.500,00
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE	106.300,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS	4.000,00
	02.02.04	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	100.000,00
	02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	25.100,00
	02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	8.208,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES	39.416,00
	02.02.10	TRANSPORTES	1.500,00
	02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	23.500,00
	02.02.12	SEGUROS	18.250,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	30.642,00
	02.02.14	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA	41.000,00
	02.02.15	FORMAÇÃO	1.600,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	2.550,00
	02.02.17	PUBLICIDADE	29.000,00
	02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	335.150,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	128.915,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	131.868,00
	02.02.22	SERVIÇOS DE SAÚDE	100,00
	02.02.23	OUTROS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	100,00
	02.02.24	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	680.000,00
	02.02.25	OUTROS SERVICOS	557.030,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.642.946,00
	04.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	70.831,00
	04.03.05	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	70.831,00
	04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	1.352.315,00
	04.05.01	CONTINENTE	1.352.315,00
	04.05.01.02	FREGUESIAS	1.038.656,00
	04.05.01.04	ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIO DE TERRAS DE SANTA MARIA	223.140,00
	04.05.01.08	OUTROS	90.519,00
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	219.800,00
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	205.400,00
	04.07.02	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS- SUBSISTEMA DE PROTECÇÃO SOCIAL DE CIDADANIA- REGIME DE SOLIDARIEDADE	14.400,00
	05	SUBSÍDIOS	1.709.000,00
	05.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	1.709.000,00
	05.01.01	PÚBLICAS	1.709.000,00
	05.01.01.01	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	1.709.000,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	796.050,00
	06.02	DIVERSAS	796.050,00
	06.02.01	IMPOSTOS E TAXAS	590.000,00
	06.02.01.01	Impostos e taxas pagos pela Autarquia	40.000,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S		M O N T A N T E		
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	06.02.01.02	Restituições de impostos ou taxas cobradas		550.000,00
	06.02.02	ACTIVOS INCORPÓREOS		50,00
	06.02.03	OUTRAS		206.000,00
	06.02.03.01	RESTITUIÇOES		46.000,00
	06.02.03.02	IVA PAGO		80.000,00
	06.02.03.05	OUTRAS		80.000,00
		 D E S P E S A S D E C A P I T A L		1.526.995,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		153.000,00
	07.01	INVESTIMENTOS		153.000,00
	07.01.03	EDIFÍCIOS		2.000,00
	07.01.03.01	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS		2.000,00
	07.01.03.01.01	INSTALACOES DE SERVICOS-ADM.LOCAL-CONTINENTE		2.000,00
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		100.000,00
	07.01.04.13	OUTROS		100.000,00
	07.01.04.13.01	OUTROS		100.000,00
	07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		1.500,00
	07.01.07.01	EQUIPAMENTO DE INFORMATICA-ADM.LOCAL-CONTINENTE		1.500,00
	07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO		6.500,00
	07.01.08.01	SOFTWARE INFORMATICO-ADM.LOCAL-CONTINENTE		6.500,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		16.500,00
	07.01.09.01	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO-ADM.LOCAL-CONTINENTE		16.500,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		26.500,00
	07.01.15.01	OUTROS INVESTIMENTOS-ADM-LOCAL-CONTINENTE		26.500,00
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1.363.995,00
	08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		1.295.995,00
	08.05.01	CONTINENTE		1.295.995,00
	08.05.01.02	FREGUESIAS		1.272.225,00
	08.05.01.04	ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIO DE TERRAS DE SANTA MARIA		23.770,00
	08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		68.000,00
	08.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		68.000,00
	11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		10.000,00
	11.02	DIVERSAS		10.000,00
	11.02.02	Restituições		5.000,00
	11.02.99	Outras		5.000,00
01.03		OPERACOES FINANCEIRAS	5.146.492,00	
		 D E S P E S A S C O R R E N T E S		432.753,00
	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS		432.753,00
	03.01	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA		302.753,00
	03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		178.000,00
	03.01.03.02	EMPRESTIMOS DE MEDIO E LONGO PRAZOS		178.000,00
	03.01.03.02.01	CAIXA GERAL DE DEPOSITOS		32.000,00
	03.01.03.02.02	BANCO PORTUGUES DE INVESTIMENTO		75.000,00
	03.01.03.02.04	NOVO BANCO		2.000,00
	03.01.03.02.05	MILLENNIUM BCP		1.000,00
	03.01.03.02.06	BANCO SANTANDER TOTTA		48.000,00
	03.01.03.02.08	BEI		18.000,00
	03.01.03.02.99	Outros		2.000,00
	03.01.05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- ESTADO		124.753,00
	03.01.05.02	Empréstimos de médio e longo prazo		124.753,00
	03.02	OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA		70.000,00
	03.02.01	Despesas Diversas		70.000,00
	03.05	OUTROS JUROS		60.000,00
	03.05.02	OUTROS		60.000,00
	03.05.02.01	Despesas Diversas		5.000,00
	03.05.02.02	Juros de Mora		50.000,00
	03.05.02.99	Outros		5.000,00
		 D E S P E S A S D E C A P I T A L		4.713.739,00
	09	ACTIVOS FINANCEIROS		411.739,00
	09.08	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO		411.739,00
	09.08.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS		411.739,00
	10	PASSIVOS FINANCEIROS		4.302.000,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	D E S I G N A Ç ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	10.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS		4.302.000,00
	10.06.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		2.721.000,00
	10.06.03.01	CAIXA GERAL DE DEPOSITOS		1.450.000,00
	10.06.03.02	BANCO PORTUGUES DE INVESTIMENTO		456.000,00
	10.06.03.04	NOVO BANCO		82.000,00
	10.06.03.05	MILLENNIUM BCP		28.000,00
	10.06.03.06	BANCO SANTANDER TOTTA		630.000,00
	10.06.03.08	BEI		75.000,00
	10.06.05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- ESTADO		1.581.000,00
02		DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	2.941.832,00	
		D E S P E S A S C O R R E N T E S		2.727.832,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		1.938.832,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		1.504.332,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		1.095.832,00
	01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		1.072.132,00
	01.01.04.02	ALTERAÇÕES OBRIGATORIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATORIO		100,00
	01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		23.600,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		100,00
	01.01.06.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		100,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		2.200,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		52.800,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		13.100,00
	01.01.11.01	PESSOAL DIRIGENTE		13.100,00
	01.01.12	SUPLEMENTOS E PRÊMIOS		100,00
	01.01.12.01	PREMIOS DE DESEMPENHO		100,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		118.700,00
	01.01.13.01	PESSOAL DOS QUADROS		111.000,00
	01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		7.700,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		185.500,00
	01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS		182.000,00
	01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		3.500,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		36.000,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		19.500,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		10.000,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		4.000,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		5.000,00
	01.02.12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		500,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		415.000,00
	01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE		30.000,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		15.000,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		360.000,00
	01.03.05.02	SEGURANCA SOCIAL-FUNCIONARIOS PUBLICOS		360.000,00
	01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		230.000,00
	01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL-REGIME GERAL		130.000,00
	01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		10.000,00
	01.03.10.01	Eventualidade Maternidade, Paternidade e Adopção		10.000,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		783.000,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		119.000,00
	02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		500,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		2.000,00
	02.01.02.01	GASOLINA		500,00
	02.01.02.02	GASOLEO		500,00
	02.01.02.99	OUTROS		1.000,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		40.000,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		1.000,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		50.000,00
	02.01.15	PRÊMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		5.000,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		500,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S		M O N T A N T E		
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		3.000,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		1.000,00
	02.01.21	OUTROS BENS		16.000,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		664.000,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		11.000,00
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		4.000,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		4.000,00
	02.02.04	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS		26.000,00
	02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE		500,00
	02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS		500,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		150.000,00
	02.02.10	TRANSPORTES		1.000,00
	02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		8.000,00
	02.02.12	SEGUROS		1.000,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		12.000,00
	02.02.14	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA		15.000,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		16.000,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		350,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		17.000,00
	02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		1.000,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		8.000,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		118.190,00
	02.02.22	SERVIÇOS DE SAÚDE		45.065,00
	02.02.25	OUTROS SERVICOS		225.395,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		6.000,00
	06.02	DIVERSAS		6.000,00
	06.02.03	OUTRAS		6.000,00
	06.02.03.05	OUTRAS		5.000,00
	06.02.03.99	Diversas		1.000,00
		DESPESAS DE CAPITAL		214.000,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		214.000,00
	07.01	INVESTIMENTOS		214.000,00
	07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		45.000,00
	07.01.07.01	EQUIPAMENTO DE INFORMATICA-ADM.LOCAL-CONTINENTE		45.000,00
	07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO		122.500,00
	07.01.08.01	SOFTWARE INFORMATICO-ADM.LOCAL-CONTINENTE		122.500,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		21.500,00
	07.01.09.01	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO-ADM.LOCAL-CONTINENTE		21.500,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		25.000,00
	07.01.15.01	OUTROS INVESTIMENTOS-ADM-LOCAL-CONTINENTE		25.000,00
03		DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE APOIO AO URBANISMO	716.015,00	
		DESPESAS CORRENTES		716.015,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		668.765,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		508.165,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		374.065,00
	01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		373.965,00
	01.01.04.02	ALTERAÇÕES OBRIGATORIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATORIO		100,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		100,00
	01.01.06.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		100,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		100,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		10.500,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		3.800,00
	01.01.11.01	PESSOAL DIRIGENTE		3.800,00
	01.01.12	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		100,00
	01.01.12.01	PREMIOS DE DESEMPENHO		100,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		41.500,00
	01.01.13.01	PESSOAL DOS QUADROS		37.900,00
	01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		3.600,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		63.000,00
	01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS		62.900,00
	01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		100,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	D E S I G N A Ç ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		15.000,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		4.600,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		3.000,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		1.000,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		100,00
	01.02.12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		500,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		156.000,00
	01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE		18.000,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		5.000,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		128.000,00
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL-FUNCCIONARIOS PUBLICOS		128.000,00
	01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		90.000,00
	01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL-REGIME GERAL		38.000,00
	01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		5.000,00
	01.03.10.01	Eventualidade Maternidade, Paternidade e Adopção		5.000,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		46.750,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		23.100,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		15.000,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		3.000,00
	02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO		50,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		50,00
	02.01.21	OUTROS BENS		5.000,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		23.650,00
	02.02.04	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS		50,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		7.000,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		2.000,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		100,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		4.500,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		1.000,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		1.000,00
	02.02.25	OUTROS SERVICOS		8.000,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		500,00
	06.02	DIVERSAS		500,00
	06.02.03	OUTRAS		500,00
	06.02.03.05	OUTRAS		500,00
04		DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E URBANISMO	2.075.140,00	
		D E S P E S A S C O R R E N T E S		1.884.244,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		1.522.100,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		1.214.600,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		855.100,00
	01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		855.000,00
	01.01.04.02	ALTERAÇÕES OBRIGATORIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATORIO		100,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		100,00
	01.01.06.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		100,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		2.400,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		101.000,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		8.500,00
	01.01.11.01	PESSOAL DIRIGENTE		8.500,00
	01.01.12	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		100,00
	01.01.12.01	PREMIOS DE DESEMPENHO		100,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		75.700,00
	01.01.13.01	PESSOAL DOS QUADROS		64.100,00
	01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		11.600,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		151.700,00
	01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS		143.500,00
	01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		8.200,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		20.000,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		5.600,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		4.000,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S		M O N T A N T E		
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		1.000,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		100,00
	01.02.12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		500,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		301.900,00
	01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE		20.000,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		4.500,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		267.400,00
	01.03.05.02	SEGURANCA SOCIAL-FUNCIONARIOS PUBLICOS		267.400,00
	01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		182.400,00
	01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL-REGIME GERAL		85.000,00
	01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		10.000,00
	01.03.10.01	Eventualidade Maternidade, Paternidade e Adopção		10.000,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		361.644,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		10.650,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		2.000,00
	02.01.02.01	GASOLINA		500,00
	02.01.02.02	GASOLEO		1.000,00
	02.01.02.99	OUTROS		500,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		2.000,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		4.000,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		50,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		500,00
	02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO		50,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		50,00
	02.01.21	OUTROS BENS		2.000,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		350.994,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		10.000,00
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		10.000,00
	02.02.04	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS		16.000,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		27.000,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		6.000,00
	02.02.14	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA		17.053,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		1.550,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		50,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		1.500,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		51.636,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		16.000,00
	02.02.25	OUTROS SERVICOS		194.205,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		500,00
	06.02	DIVERSAS		500,00
	06.02.03	OUTRAS		500,00
	06.02.03.05	OUTRAS		500,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L		190.896,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		190.896,00
	07.01	INVESTIMENTOS		190.896,00
	07.01.01	TERRENOS		52.000,00
	07.01.01.01	TERRENOS - ADM.LOCAL -CONTINENTE		52.000,00
	07.01.03	EDIFÍCIOS		9.550,00
	07.01.03.07	OUTROS		9.550,00
	07.01.03.07.01	OUTROS		9.550,00
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		86.346,00
	07.01.04.01	Viadutos, Arruamentos E Obras Complementares		10.000,00
	07.01.04.01.01	Viadutos, Arruamentos E Obras Complementares		10.000,00
	07.01.04.13	OUTROS		76.346,00
	07.01.04.13.01	OUTROS		76.346,00
	07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		1.000,00
	07.01.07.01	EQUIPAMENTO DE INFORMATICA-ADM.LOCAL-CONTINENTE		1.000,00
	07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO		21.000,00
	07.01.08.01	SOFTWARE INFORMATICO-ADM.LOCAL-CONTINENTE		21.000,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		1.000,00
	07.01.09.01	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO-ADM.LOCAL-CONTINENTE		1.000,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		20.000,00
	07.01.15.01	OUTROS INVESTIMENTOS-ADM-LOCAL-CONTINENTE		20.000,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S		M O N T A N T E		
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
06		DEPARTAMENTO DO AMBIENTE, SERV.URBANO, OBRAS MUNICI	23.205.522,00	
		D E S P E S A S C O R R E N T E S		11.702.176,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		3.586.520,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		2.745.420,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		2.008.000,00
	01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		1.899.000,00
	01.01.04.02	ALTERAÇÕES OBRIGATORIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATORIO		100,00
	01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		108.900,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		100,00
	01.01.06.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		100,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		2.120,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		88.000,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		15.500,00
	01.01.11.01	PESSOAL DIRIGENTE		15.500,00
	01.01.12	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		100,00
	01.01.12.01	PREMIOS DE DESEMPENHO		100,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		253.700,00
	01.01.13.01	PESSOAL DOS QUADROS		237.100,00
	01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		16.600,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		339.900,00
	01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS		335.000,00
	01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		4.900,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		38.000,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		29.100,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		25.000,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		3.500,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		100,00
	01.02.12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		500,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		812.000,00
	01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE		40.000,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		17.000,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		590.000,00
	01.03.05.02	SEGURANCA SOCIAL-FUNCIONARIOS PUBLICOS		590.000,00
	01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		395.000,00
	01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL-REGIME GERAL		195.000,00
	01.03.09	SEGUROS		160.000,00
	01.03.09.01	ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS		160.000,00
	01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		5.000,00
	01.03.10.01	Eventualidade Maternidade, Paternidade e Adopção		5.000,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		8.109.156,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		843.221,00
	02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		11.000,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		656.053,00
	02.01.02.01	GASOLINA		91.000,00
	02.01.02.02	GASOLEO		554.982,00
	02.01.02.99	OUTROS		10.071,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		2.161,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		10.100,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		8.000,00
	02.01.09	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS		3.400,00
	02.01.10	PRODUTOS VENDIDOS NAS FARMÁCIAS		500,00
	02.01.11	MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO		600,00
	02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS		58.175,00
	02.01.14	OUTRO MATERIAL- PEÇAS		3.000,00
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		200,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		15.669,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		100,00
	02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO		100,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		500,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S		M O N T A N T E	
ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	
ORGÂNICA	ECONÓMICA	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	02.01.21	OUTROS BENS	73.663,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	7.265.935,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	45.000,00
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE	14.000,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS	121.121,00
	02.02.04	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	19.000,00
	02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	493.692,00
	02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	3.514,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES	20.000,00
	02.02.10	TRANSPORTES	500,00
	02.02.12	SEGUROS	110.000,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	25.000,00
	02.02.14	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA	30.000,00
	02.02.15	FORMAÇÃO	500,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	500,00
	02.02.17	PUBLICIDADE	700,00
	02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	500,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	20.000,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	74.855,00
	02.02.25	OUTROS SERVICOS	6.287.053,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.000,00
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	6.000,00
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	6.000,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	500,00
	06.02	DIVERSAS	500,00
	06.02.03	OUTRAS	500,00
	06.02.03.05	OUTRAS	500,00
		DESPESAS DE CAPITAL	11.503.346,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	11.503.346,00
	07.01	INVESTIMENTOS	3.539.222,00
	07.01.01	TERRENOS	236.981,00
	07.01.01.01	TERRENOS - ADM.LOCAL -CONTINENTE	236.981,00
	07.01.03	EDIFÍCIOS	1.436.155,00
	07.01.03.01	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS	82.299,00
	07.01.03.01.01	INSTALACOES DE SERVICOS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	82.299,00
	07.01.03.02	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	1.307.659,00
	07.01.03.02.01	INSTALACOES DESPORTIVAS E RECREATIVAS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	1.307.659,00
	07.01.03.03	MERCADOS E INSTALAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA	1.000,00
	07.01.03.03.01	MERCADOS E INSTALACOES DE FISCALIZACAO SANITARIA-ADM.LOCAL-CONTINENTE	1.000,00
	07.01.03.05	ESCOLAS	15.197,00
	07.01.03.05.01	ESCOLAS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	15.197,00
	07.01.03.07	OUTROS	30.000,00
	07.01.03.07.01	OUTROS	30.000,00
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	1.608.626,00
	07.01.04.01	Viadutos, Arruamentos E Obras Complementares	1.037,00
	07.01.04.01.01	Viadutos, Arruamentos E Obras Complementares	1.037,00
	07.01.04.02	SISTEMA DE DRENAGEM DE AGUAS RESIDUAIS	242.284,00
	07.01.04.02.01	SISTEMA DE DRENAGEM DE AGUAS RESIDUAIS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	242.284,00
	07.01.04.03	ESTACOES DE TRATAMENTO DE AGUAS RESIDUAIS	141.811,00
	07.01.04.03.01	ESTACOES DE TRATAMENTO DE AGUAS RESIDUAIS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	141.811,00
	07.01.04.04	ILUMINACAO PUBLICA	935.000,00
	07.01.04.04.01	ILUMINACAO PUBLICA-ADM.LOCAL-CONTINENTE	935.000,00
	07.01.04.05	PARQUES E JARDINS	23.450,00
	07.01.04.05.01	PARQUES E JARDINS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	23.450,00
	07.01.04.06	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	50.000,00
	07.01.04.06.01	INSTALACOES DESPORTIVAS E RECREATIVAS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	50.000,00
	07.01.04.07	Captação e distribuição de água	17.329,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S		M O N T A N T E		
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	07.01.04.07.01	CAPTACAO E DISTRIBUICAO DE AGUA-ADM.LOCAL-CONTINENTE		17.329,00
	07.01.04.08	Viação rural		5.114,00
	07.01.04.08.01	VIACAO RURAL-ADM.LOCAL-CONTINENTE		5.114,00
	07.01.04.09	Sinalização e trânsito		115.000,00
	07.01.04.09.01	SINALIZACAO E TRANSITO-ADM.LOCAL-CONTINENTE		115.000,00
	07.01.04.13	OUTROS		77.601,00
	07.01.04.13.01	OUTROS		77.601,00
	07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTES		8.800,00
	07.01.06.02	OUTROS		5.500,00
	07.01.06.02.01	OUTROS		5.500,00
	07.01.06.99	OUTROS		3.300,00
	07.01.06.99.01	OUTROS-ADM.LOCAL-CONTINENTE		3.300,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		62.500,00
	07.01.09.01	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO-ADM.LOCAL-CONTINENTE		62.500,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		10.232,00
	07.01.10.02	OUTRO		10.232,00
	07.01.10.02.01	OUTRO		10.232,00
	07.01.11	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		4.774,00
	07.01.11.01	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS-ADM.LOCAL-CONTINENTE		4.774,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		171.154,00
	07.01.15.01	OUTROS INVESTIMENTOS-ADM-LOCAL-CONTINENTE		171.154,00
	07.03	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO		7.964.124,00
	07.03.01	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS		1.000,00
	07.03.03	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS		7.963.124,00
	07.03.03.01	VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES		7.861.393,00
	07.03.03.02	SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS		84.742,00
	07.03.03.13	OUTROS		16.989,00
08		DIVISAO DE BIBLIOTECAS E ARQUIVO	922.797,00	
		 D E S P E S A S C O R R E N T E S		841.135,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		673.675,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		532.975,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		401.675,00
	01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		401.575,00
	01.01.04.02	ALTERAÇÕES OBRIGATORIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATORIO		100,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		100,00
	01.01.06.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		100,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		100,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		5.200,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		2.400,00
	01.01.11.01	PESSOAL DIRIGENTE		2.400,00
	01.01.12	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		100,00
	01.01.12.01	PREMIOS DE DESEMPENHO		100,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		36.500,00
	01.01.13.01	PESSOAL DOS QUADROS		34.300,00
	01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		2.200,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		66.900,00
	01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS		66.800,00
	01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		100,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		20.000,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		11.600,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		10.000,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		1.000,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		100,00
	01.02.12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		500,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		129.100,00
	01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE		9.000,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		100,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		115.000,00
	01.03.05.02	SEGURANCA SOCIAL-FUNCIONARIOS PUBLICOS		115.000,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S		M O N T A N T E	
ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	
ORGÂNICA	ECONÓMICA	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	78.000,00
	01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL-REGIME GERAL	37.000,00
	01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	5.000,00
	01.03.10.01	Eventualidade Maternidade, Paternidade e Adopção	5.000,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	164.560,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	60.008,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE	1.500,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	4.500,00
	02.01.13	MATERIAL DE CONSUMO HOTELEIRO	500,00
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	726,00
	02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA	10.000,00
	02.01.16.03	Outros	10.000,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	500,00
	02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO	500,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	25.516,00
	02.01.21	OUTROS BENS	16.266,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	104.552,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	10.000,00
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE	15.000,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS	8.110,00
	02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	500,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES	14.000,00
	02.02.10	TRANSPORTES	50,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	2.500,00
	02.02.15	FORMAÇÃO	500,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	50,00
	02.02.17	PUBLICIDADE	50,00
	02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	3.000,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	21.925,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	1.000,00
	02.02.25	OUTROS SERVICOS	27.867,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.400,00
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	2.400,00
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	2.400,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	500,00
	06.02	DIVERSAS	500,00
	06.02.03	OUTRAS	500,00
	06.02.03.05	OUTRAS	500,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L	81.662,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	81.662,00
	07.01	INVESTIMENTOS	80.662,00
	07.01.01	TERRENOS	1.000,00
	07.01.01.01	TERRENOS - ADM.LOCAL -CONTINENTE	1.000,00
	07.01.03	EDIFÍCIOS	6.000,00
	07.01.03.02	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	6.000,00
	07.01.03.02.01	INSTALACOES DESPORTIVAS E RECREATIVAS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	6.000,00
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	5.000,00
	07.01.04.05	PARQUES E JARDINS	5.000,00
	07.01.04.05.01	PARQUES E JARDINS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	5.000,00
	07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTES	600,00
	07.01.06.02	OUTROS	600,00
	07.01.06.02.01	OUTROS	600,00
	07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	1.100,00
	07.01.07.01	EQUIPAMENTO DE INFORMATICA-ADM.LOCAL-CONTINENTE	1.100,00
	07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO	500,00
	07.01.08.01	SOFTWARE INFORMATICO-ADM.LOCAL-CONTINENTE	500,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	62.462,00
	07.01.09.01	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO-ADM.LOCAL-CONTINENTE	62.462,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS	4.000,00
	07.01.15.01	OUTROS INVESTIMENTOS-ADM-LOCAL-CONTINENTE	4.000,00
	07.03	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	1.000,00
	07.03.05	BENS DE PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	1.000,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S		M O N T A N T E		
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
09		DIVISAO DE PATRIMONIO CULTURAL	1.875.942,00	
		D E S P E S A S C O R R E N T E S		1.805.980,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		562.800,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		464.700,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		299.000,00
	01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		270.000,00
	01.01.04.02	ALTERAÇÕES OBRIGATORIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATORIO		100,00
	01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		28.900,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		100,00
	01.01.06.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		100,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		100,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		58.800,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		2.400,00
	01.01.11.01	PESSOAL DIRIGENTE		2.400,00
	01.01.12	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		100,00
	01.01.12.01	PREMIOS DE DESEMPENHO		100,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		34.100,00
	01.01.13.01	PESSOAL DOS QUADROS		28.300,00
	01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		5.800,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		58.100,00
	01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS		49.900,00
	01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		8.200,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		12.000,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		4.100,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		2.500,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		1.000,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		100,00
	01.02.12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		500,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		94.000,00
	01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE		7.000,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		5.000,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		77.000,00
	01.03.05.02	SEGURANCA SOCIAL-FUNCIONARIOS PUBLICOS		77.000,00
	01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		50.000,00
	01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL-REGIME GERAL		27.000,00
	01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		5.000,00
	01.03.10.01	Eventualidade Maternidade, Paternidade e Adopção		5.000,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		1.018.495,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		125.890,00
	02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		550,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		11.000,00
	02.01.02.01	GASOLINA		500,00
	02.01.02.02	GASOLEO		1.000,00
	02.01.02.99	OUTROS		9.500,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		1.500,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		500,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		11.250,00
	02.01.09	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS		500,00
	02.01.13	MATERIAL DE CONSUMO HOTELEIRO		500,00
	02.01.14	OUTRO MATERIAL- PEÇAS		50,00
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		6.570,00
	02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA		12.754,00
	02.01.16.03	Outros		12.754,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		1.250,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		1.000,00
	02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO		200,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		8.207,00
	02.01.21	OUTROS BENS		70.059,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		892.605,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S		M O N T A N T E	
ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	
ORGÂNICA	ECONÓMICA	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	18.500,00
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE	22.500,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS	25.123,00
	02.02.04	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	50,00
	02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	7.025,00
	02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	26.833,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES	12.000,00
	02.02.10	TRANSPORTES	600,00
	02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	1.000,00
	02.02.12	SEGUROS	1.500,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	27.512,00
	02.02.14	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA	130.048,00
	02.02.15	FORMAÇÃO	6.159,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	300,00
	02.02.17	PUBLICIDADE	49.173,00
	02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	3.000,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	12.378,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	61.700,00
	02.02.25	OUTROS SERVICOS	487.204,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	224.185,00
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	224.185,00
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	224.185,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	500,00
	06.02	DIVERSAS	500,00
	06.02.03	OUTRAS	500,00
	06.02.03.05	OUTRAS	500,00
		DESPESAS DE CAPITAL	69.962,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	69.962,00
	07.01	INVESTIMENTOS	36.332,00
	07.01.03	EDIFÍCIOS	17.001,00
	07.01.03.01	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS	11.501,00
	07.01.03.01.01	INSTALACOES DE SERVICOS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	11.501,00
	07.01.03.07	OUTROS	5.500,00
	07.01.03.07.01	OUTROS	5.500,00
	07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	1.000,00
	07.01.07.01	EQUIPAMENTO DE INFORMATICA-ADM.LOCAL-CONTINENTE	1.000,00
	07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO	1.000,00
	07.01.08.01	SOFTWARE INFORMATICO-ADM.LOCAL-CONTINENTE	1.000,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	6.869,00
	07.01.09.01	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO-ADM.LOCAL-CONTINENTE	6.869,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO	250,00
	07.01.10.99	OUTROS	250,00
	07.01.10.99.01	OUTROS-ADM.LOCAL-CONTINENTE	250,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS	10.212,00
	07.01.15.01	OUTROS INVESTIMENTOS-ADM-LOCAL-CONTINENTE	10.212,00
	07.03	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	33.630,00
	07.03.03	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	23.380,00
	07.03.03.13	OUTROS	23.380,00
	07.03.05	BENS DE PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	10.250,00
10		DIVISÃO DO DESPORTO, ASSOCIATIVISMO E AÇÃO CULTURA	
		DESPESAS CORRENTES	1.037.592,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL	245.700,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	201.100,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO	107.100,00
	01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES	54.500,00
	01.01.04.02	ALTERAÇÕES OBRIGATORIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATORIO	100,00
	01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO	52.500,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	100,00
	01.01.06.01	PESSOAL EM FUNÇÕES	100,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	100,00
			1.530.434,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S		M O N T A N T E	
ORGÂNICA	ECONÓMICA	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	01.01.09		51.700,00
	01.01.11		2.500,00
	01.01.11.01		2.500,00
	01.01.12		100,00
	01.01.12.01		100,00
	01.01.13		17.600,00
	01.01.13.01		8.200,00
	01.01.13.02		9.400,00
	01.01.14		17.900,00
	01.01.14.01		17.800,00
	01.01.14.02		100,00
	01.01.15		4.000,00
	01.02		5.600,00
	01.02.02		4.000,00
	01.02.04		1.000,00
	01.02.05		100,00
	01.02.12		500,00
	01.03		39.000,00
	01.03.01		6.000,00
	01.03.03		500,00
	01.03.05		29.500,00
	01.03.05.02		29.500,00
	01.03.05.02.01		14.500,00
	01.03.05.02.02		15.000,00
	01.03.10		3.000,00
	01.03.10.01		3.000,00
	02		279.688,00
	02.01		63.676,00
	02.01.02		7.000,00
	02.01.02.02		1.000,00
	02.01.02.99		6.000,00
	02.01.04		1.500,00
	02.01.05		3.877,00
	02.01.08		1.000,00
	02.01.15		19.563,00
	02.01.18		1.000,00
	02.01.20		5.350,00
	02.01.21		24.386,00
	02.02		216.012,00
	02.02.01		5.000,00
	02.02.02		1.000,00
	02.02.03		7.061,00
	02.02.06		10.306,00
	02.02.08		11.600,00
	02.02.09		2.000,00
	02.02.13		2.862,00
	02.02.15		500,00
	02.02.17		4.000,00
	02.02.19		1.500,00
	02.02.20		500,00
	02.02.25		169.683,00
	04		512.204,00
	04.03		22.600,00
	04.03.05		22.600,00
	04.07		485.104,00
	04.07.01		485.104,00
	04.08		4.500,00
	04.08.02		4.500,00
	04.08.02.00		3.500,00
	04.08.02.02		1.000,00
	07		492.842,00
	07		46.005,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S		M O N T A N T E		
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	07.01	INVESTIMENTOS		46.005,00
	07.01.01	TERRENOS		3.000,00
	07.01.01.01	TERRENOS - ADM.LOCAL -CONTINENTE		3.000,00
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		12.000,00
	07.01.04.06	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		12.000,00
	07.01.04.06.01	INSTALACOES DESPORTIVAS E RECREATIVAS-ADM.LOCAL-CONTINENTE		12.000,00
	07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		984,00
	07.01.07.01	EQUIPAMENTO DE INFORMATICA-ADM.LOCAL-CONTINENTE		984,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		3.356,00
	07.01.09.01	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO-ADM.LOCAL-CONTINENTE		3.356,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		500,00
	07.01.10.02	OUTRO		500,00
	07.01.10.02.01	OUTRO		500,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		26.165,00
	07.01.15.01	OUTROS INVESTIMENTOS-ADM-LOCAL-CONTINENTE		26.165,00
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		446.837,00
	08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		8.522,00
	08.05.01	CONTINENTE		8.522,00
	08.05.01.02	FREGUESIAS		8.522,00
	08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		438.315,00
	08.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		438.315,00
		DIVISAO DE EDUCACAO	9.137.062,00	
		D E S P E S A S C O R R E N T E S		8.172.784,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		3.703.900,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		3.075.800,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		1.577.900,00
	01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		1.520.000,00
	01.01.04.02	ALTERAÇÕES OBRIGATORIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATORIO		100,00
	01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		57.800,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		524.000,00
	01.01.06.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		524.000,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		100,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		155.000,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		4.700,00
	01.01.11.01	PESSOAL DIRIGENTE		4.700,00
	01.01.12	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		100,00
	01.01.12.01	PREMIOS DE DESEMPENHO		100,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		391.000,00
	01.01.13.01	PESSOAL DOS QUADROS		251.000,00
	01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		140.000,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		373.000,00
	01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS		263.000,00
	01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		110.000,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		50.000,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		28.600,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		26.000,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		2.000,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		100,00
	01.02.12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		500,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		599.500,00
	01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE		75.000,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		14.000,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		503.000,00
	01.03.05.02	SEGURANCA SOCIAL-FUNCIONARIOS PUBLICOS		503.000,00
	01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		295.000,00
	01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL-REGIME GERAL		208.000,00
	01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		7.500,00
	01.03.10.01	Eventualidade Maternidade, Paternidade e Adopção		7.500,00

11

C L A S S I F I C A Ç Õ E S		M O N T A N T E		
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		4.018.261,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		2.484.014,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		102.500,00
	02.01.02.01	GASOLINA		500,00
	02.01.02.02	GASOLEO		2.000,00
	02.01.02.99	OUTROS		100.000,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		16.230,00
	02.01.05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS		2.226.279,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		2.395,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		11.917,00
	02.01.13	MATERIAL DE CONSUMO HOTELEIRO		3.809,00
	02.01.14	OUTRO MATERIAL- PEÇAS		2.100,00
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		18.750,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		232,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		20.785,00
	02.01.21	OUTROS BENS		79.017,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		1.534.247,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		90.000,00
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		7.149,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		13.700,00
	02.02.04	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS		100,00
	02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE		62.837,00
	02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS		52.963,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		18.000,00
	02.02.10	TRANSPORTES		1.029.500,00
	02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		1.510,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		78.854,00
	02.02.14	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA		1.000,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		3.560,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		6.485,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		16.151,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		14.994,00
	02.02.25	OUTROS SERVICOS		137.444,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		450.123,00
	04.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		150.304,00
	04.03.05	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS		150.304,00
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		220.569,00
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		220.569,00
	04.08	FAMÍLIAS		79.250,00
	04.08.02	OUTRAS		79.250,00
	04.08.02.00	Outras		2.000,00
	04.08.02.02	Outras		77.250,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		500,00
	06.02	DIVERSAS		500,00
	06.02.03	OUTRAS		500,00
	06.02.03.05	OUTRAS		500,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L		964.278,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		964.278,00
	07.01	INVESTIMENTOS		964.278,00
	07.01.01	TERRENOS		50,00
	07.01.01.01	TERRENOS - ADM.LOCAL -CONTINENTE		50,00
	07.01.03	EDIFÍCIOS		825.550,00
	07.01.03.05	ESCOLAS		825.550,00
	07.01.03.05.01	ESCOLAS-ADM.LOCAL-CONTINENTE		825.550,00
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		2.352,00
	07.01.04.06	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		2.352,00
	07.01.04.06.01	INSTALACOES DESPORTIVAS E RECREATIVAS-ADM.LOCAL-CONTINENTE		2.352,00
	07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		28.644,00
	07.01.07.01	EQUIPAMENTO DE INFORMATICA-ADM.LOCAL-CONTINENTE		28.644,00
	07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO		11.500,00
	07.01.08.01	SOFTWARE INFORMATICO-ADM.LOCAL-CONTINENTE		11.500,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		57.532,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	D E S I G N A Ç ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
12	07.01.09.01	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO-ADM.LOCAL-CONTINENTE		57.532,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		7.650,00
	07.01.10.02	OUTRO		7.650,00
	07.01.10.02.01	OUTRO		7.650,00
	07.01.11	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		1.000,00
	07.01.11.01	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS-ADM.LOCAL-CONTINENTE		1.000,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		30.000,00
	07.01.15.01	OUTROS INVESTIMENTOS-ADM-LOCAL-CONTINENTE		30.000,00
		DIVISAO DE ACCAO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA	1.631.656,00	
		D E S P E S A S C O R R E N T E S		1.318.904,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		866.900,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		680.700,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		499.500,00
	01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		470.500,00
	01.01.04.02	ALTERAÇÕES OBRIGATORIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATORIO		100,00
	01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		28.900,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		100,00
	01.01.06.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		100,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		100,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		30.500,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		2.400,00
	01.01.11.01	PESSOAL DIRIGENTE		2.400,00
	01.01.12	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		100,00
	01.01.12.01	PREMIOS DE DESEMPENHO		100,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		49.700,00
	01.01.13.01	PESSOAL DOS QUADROS		41.500,00
	01.01.13.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		8.200,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		83.300,00
	01.01.14.01	PESSOAL DOS QUADROS		83.200,00
	01.01.14.02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		100,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		15.000,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		7.200,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		6.000,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		1.000,00
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		100,00
	01.02.12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		100,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		179.000,00
	01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE		18.000,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		5.000,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		150.000,00
	01.03.05.02	SEGURANCA SOCIAL-FUNCIONARIOS PUBLICOS		150.000,00
	01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		102.000,00
	01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL-REGIME GERAL		48.000,00
	01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		6.000,00
	01.03.10.01	Eventualidade Maternidade, Paternidade e Adopção		6.000,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		97.979,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		14.305,00
	02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		3.005,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		600,00
	02.01.02.02	GASOLEO		500,00
	02.01.02.99	OUTROS		100,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		3.150,00
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		1.050,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		250,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		700,00
	02.01.21	OUTROS BENS		5.550,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		83.674,00
02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		12.000,00	
02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		1.000,00	

C L A S S I F I C A Ç Õ E S		M O N T A N T E	
ORGÂNICA	ECONÓMICA	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	02.02.03		1.750,00
	02.02.04		7.000,00
	02.02.06		3.200,00
	02.02.09		5.000,00
	02.02.10		50,00
	02.02.13		6.150,00
	02.02.14		100,00
	02.02.15		600,00
	02.02.16		100,00
	02.02.17		2.850,00
	02.02.19		1.500,00
	02.02.20		500,00
	02.02.24		3.859,00
	02.02.25		38.015,00
	04		353.525,00
	04.05		18.250,00
	04.05.01		18.250,00
	04.05.01.02		18.250,00
	04.07		314.275,00
	04.07.01		314.275,00
	04.08		21.000,00
	04.08.02		21.000,00
	04.08.02.02		21.000,00
	06		500,00
	06.02		500,00
	06.02.03		500,00
	06.02.03.05		500,00
			312.752,00
	07		78.635,00
	07.01		78.635,00
	07.01.02		47.000,00
	07.01.02.03		47.000,00
	07.01.02.03.01		47.000,00
	07.01.03		26.135,00
	07.01.03.07		26.135,00
	07.01.03.07.01		26.135,00
	07.01.09		3.000,00
	07.01.09.01		3.000,00
	07.01.15		2.500,00
	07.01.15.01		2.500,00
	08		234.117,00
	08.07		234.117,00
	08.07.01		234.117,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS			63.032.132,00

Orgão Executivo

Em ___ de _____ de _____

Orgão Deliberativo

Em ___ de _____ de _____

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				OUTROS
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020		
1.			Funções gerais										1.554.500,00	456.500,00	1.098.000,00	1.315.000,00	3.510.000,00	2.710.000,00	100.000,00	9.189.500,00	
1.1.			Serviços gerais de administração pública										1.551.000,00	453.000,00	1.098.000,00	1.280.000,00	3.475.000,00	2.675.000,00	100.000,00	9.081.000,00	
1.1.1.			Administração geral										1.551.000,00	453.000,00	1.098.000,00	1.280.000,00	3.475.000,00	2.675.000,00	100.000,00	9.081.000,00	
1.1.1.1.	02/07010801	09	2014	74	Licenciamento Enterprise Agreement	OUTRA	100.0	PAF	2014/01/02	2021/12/31	3		100.000,00	100.000,00		100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	500.000,00	
1.1.1.1.		08	2015	40	Aquisição de equipamento/software informático	OUTRA	100.0	PAF	2015/01/02	2020/12/31	4		110.000,00		25.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00		335.000,00	
1.1.1.1.	02/07010701	08	2015	40										45.000,00							
1.1.1.1.	02/07010801	08	2015	40										20.000,00							
1.1.1.1.	02/07010901	08	2015	40										15.000,00							
1.1.1.1.	02/07011501	08	2015	40										5.000,00							
1.1.1.1.		09	2015	41	Reparações no patrimônio edificado (edifícios municipais)	ADM. DIR.	100.0	POMPCA	2015/01/02	2018/12/31	3		105.000,00		20.000,00	100.000,00				205.000,00	
1.1.1.1.	06/0701030101	09	2015	41										70.000,00							
1.1.1.1.	06/0701041301	09	2015	41										15.000,00							
1.1.1.1.		18	2015	107	Europarque	ADM. DIR.	100.0	PAF	2015/04/01	2019/12/31	2		270.000,00		125.000,00	800.000,00	800.000,00			1.870.000,00	
1.1.1.1.	0102/0701041301	18	2015	107										100.000,00							
1.1.1.1.	0102/07010801	18	2015	107										5.000,00							
1.1.1.1.	0102/07010901	18	2015	107										15.000,00							
1.1.1.1.	0102/07011501	18	2015	107										25.000,00							
1.1.1.1.		14	2016	10	Aquisição de mobiliário e equipamento diverso	OUTRA	100.0	PAF	2016/01/02	2018/12/31	0		10.000,00			50.000,00				60.000,00	
1.1.1.1.	02/07010901	14	2016	10										5.000,00							
1.1.1.1.	02/07011501	14	2016	10										5.000,00							
1.1.1.1.		15	2016	11	Desmaterialização de processos	OUTRA	100.0	PAF	2016/01/02	2018/12/31	0		5.000,00		1.000,00	5.000,00				10.000,00	
1.1.1.1.	02/07010801	15	2016	11										2.500,00							
1.1.1.1.	02/07010901	15	2016	11										1.500,00							
1.1.1.1.	02/07011501	16	2016	78	AMP2020 - TIC	OUTRA	80.0	20.0	PAF	2016/01/02	2018/12/31	0	395.000,00	15.000,00	380.000,00	100.000,00				495.000,00	
1.1.1.1.		17	2016	93	Construção do Arquivo Municipal - Feira	EMPREITADA	100.0		PAF	2016/01/02	2019/12/31	0	406.000,00		398.000,00		2.500.000,00	2.500.000,00		5.406.000,00	
1.1.1.1.	0102/0701030101	17	2016	93										2.000,00							
1.1.1.1.	0102/07010701	17	2016	93										1.500,00							
1.1.1.1.	0102/07010801	17	2016	93										1.500,00							
1.1.1.1.	0102/07010901	17	2016	93										1.500,00							
1.1.1.1.	0102/07011501	17	2016	93										1.500,00							
1.1.1.1.	06/0701030101	14	2017	87	Fornecimento e Montagem de Elevador e Substituição de Caixilharias no Edifício Paços do Concelho	EMPREITADA	100.0	DP	2017/01/02	2020/12/31	0		150.000,00	1.000,00	149.000,00	50.000,00				200.000,00	
1.2.			Segurança e ordem públicas										3.500,00	3.500,00		35.000,00	35.000,00	35.000,00		108.500,00	
1.2.1.			Protecção civil e luta contra incêndios										3.500,00	3.500,00		35.000,00	35.000,00	35.000,00		108.500,00	
1.2.1.3.			Protecção civil										3.500,00	3.500,00		35.000,00	35.000,00	35.000,00		108.500,00	
1.2.1.3.1.	06/07011501	12	2017	64	Sistema e equipamentos segurança contra incêndios	OUTRA	100.0	POMPCA	2017/01/02	2020/12/31	0		2.500,00	2.500,00		15.000,00	15.000,00	15.000,00		47.500,00	
1.2.1.3.2.		13	2017	65	Aquisição/reparação de maquinaria e equipamentos	OUTRA	100.0	POMPCA	2017/01/02	2020/12/31	0		1.000,00			20.000,00	20.000,00	20.000,00		61.000,00	
1.2.1.3.3.	06/0701060201	13	2017	65										500,00							
1.2.1.3.4.	06/0701100201	13	2017	65										500,00							
2.			Funções sociais										24.746.464,00	3.766.064,00	20.980.400,00	12.388.250,00	5.312.750,00	2.976.750,00	11.150,00	45.435.364,00	
2.1.			Educação										4.934.607,00	967.107,00	3.967.500,00	4.857.650,00	1.557.150,00	306.150,00	11.150,00	11.666.707,00	
A TRANSPORTAR ...												1.554.500,00	456.500,00	1.098.000,00	1.315.000,00	3.510.000,00	2.710.000,00	100.000,00	9.189.500,00		

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				OUTROS
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020		
A TRANSPORTAR ...												6.488.123,00	1.422.623,00	5.065.500,00	6.172.650,00	5.067.150,00	3.016.150,00	111.150,00	20.855.223,00		
2.1.2.3.			Remodelacao das Instalacoes da Educacao									984,00	984,00					984,00			
2.1.2.3.	10/07010701	01	2016	41					2016/01/02	2017/12/31		984,00	984,00					984,00			
2.2.			Saúde									4.056.135,00	26.135,00	4.030.000,00	450.000,00	450.000,00		4.956.135,00			
2.2.1.			Serviços individuais de saúde									4.056.135,00	26.135,00	4.030.000,00	450.000,00	450.000,00		4.956.135,00			
2.2.1.3.			Apoio a Construção e Melhoramentos de Unidades de Saude									4.056.135,00	26.135,00	4.030.000,00	450.000,00	450.000,00		4.956.135,00			
2.2.1.3.	12/0701030701	02	2010	106	EMPREITADA	100.0		DP	2010/01/02	2017/12/31	4	1.635,00	1.635,00					1.635,00			
2.2.1.3.	12/0701030701	01	2015	100	EMPREITADA	15.0	85.0	DP	2015/01/02	2019/12/31	0	1.001.000,00	1.000,00	1.000.000,00	100.000,00	100.000,00		1.201.000,00			
2.2.1.3.	12/0701030701	02	2015	101	EMPREITADA	100.0		DP	2015/01/02	2019/12/31	0	1.007.500,00	7.500,00	1.000.000,00	100.000,00	100.000,00		1.207.500,00			
2.2.1.3.	12/0701030701	01	2016	77	EMPREITADA	15.0	85.0	DP	2016/01/02	2019/12/31	0	1.001.000,00	1.000,00	1.000.000,00	100.000,00	100.000,00		1.201.000,00			
2.2.1.3.	12/0701030701	96	2016	96	EMPREITADA	100.0			2016/01/02	2019/12/31	0	1.007.500,00	7.500,00	1.000.000,00	100.000,00	100.000,00		1.207.500,00			
2.2.1.3.	12/0701030701	01	2017	74	EMPREITADA	100.0			2017/01/02	2020/12/31	0	37.500,00	7.500,00	30.000,00	50.000,00	50.000,00		137.500,00			
2.4.			Habitacão e servicos colectivos									13.305.066,00	1.149.166,00	12.155.900,00	4.410.000,00	2.935.000,00	2.350.000,00	23.000.066,00			
2.4.1.			Habitacão									2.508.500,00	52.500,00	2.456.000,00	470.000,00			2.978.500,00			
2.4.1.1.			Habitacao									2.508.500,00	52.500,00	2.456.000,00	470.000,00			2.978.500,00			
2.4.1.1.		05	2015	12	ADM. DIR.	100.0		DASQV	2015/01/02	2018/12/31	3	35.500,00			70.000,00			105.500,00			
2.4.1.1.	12/0701020301	05	2015	12										30.000,00							
2.4.1.1.	12/07010901	05	2015	12										3.000,00							
2.4.1.1.	12/07011501	05	2015	12										2.500,00							
2.4.1.1.	12/0701020301	33	2017	78	EMPREITADA	15.0	85.0		2017/01/02	2018/12/31	0	255.000,00	5.000,00	250.000,00	50.000,00			305.000,00			
2.4.1.1.	12/0701020301	34	2017	79	EMPREITADA	15.0	85.0		2017/01/02	2018/12/31	0	91.000,00	5.000,00	86.000,00				91.000,00			
2.4.1.1.	12/0701020301	35	2017	80	EMPREITADA	15.0	85.0		2017/01/02	2018/12/31	0	261.000,00	1.000,00	260.000,00	50.000,00			311.000,00			
2.4.1.1.	12/0701020301	36	2017	81	EMPREITADA	15.0	85.0		2017/01/02	2018/12/31	0	501.000,00	1.000,00	500.000,00	50.000,00			551.000,00			
2.4.1.1.	12/0701020301	37	2017	82	EMPREITADA	15.0	85.0		2017/01/02	2018/12/31	0	281.000,00	1.000,00	280.000,00	50.000,00			331.000,00			
2.4.1.1.	12/0701020301	38	2017	83	EMPREITADA	15.0	85.0		2017/01/02	2018/12/31	0	261.000,00	1.000,00	260.000,00	50.000,00			311.000,00			
2.4.1.1.	12/0701020301	39	2017	84	EMPREITADA	15.0	85.0		2017/01/02	2018/12/31	0	101.000,00	1.000,00	100.000,00	50.000,00			151.000,00			
2.4.1.1.	12/0701020301	40	2017	85	EMPREITADA	15.0	85.0		2017/01/02	2018/12/31	0	361.000,00	1.000,00	360.000,00	50.000,00			411.000,00			
A TRANSPORTAR ...												12.692.742,00	1.501.242,00	11.191.500,00	7.042.650,00	5.517.150,00	3.016.150,00	111.150,00	28.379.842,00		

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				OUTROS
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020		
			A TRANSPORTAR ...										12.692.742,00	1.501.242,00	11.191.500,00	7.042.650,00	5.517.150,00	3.016.150,00	111.150,00	28.379.842,00	
2.4.1.1.	12/0701020301	41	2017	86	Empreendimento de Habitação Social de Baiteiro - Cidade SMF	EMPREITADA	15.0	85.0	2017/01/02	2018/12/31	0		361.000,00	1.000,00	360.000,00	50.000,00				411.000,00	
2.4.2.					Ordenamento do território								7.085.896,00	220.896,00	6.865.000,00	2.200.000,00	2.010.000,00	1.510.000,00		12.805.896,00	
2.4.2.1.					Planeamento Urbanístico								195.000,00	20.000,00	175.000,00	130.000,00	130.000,00	130.000,00		585.000,00	
2.4.2.1.1.	04/07010801	06	2015	91	Transportes, rodoviários, ferroviários, taxis e metro	OUTRA	100.0		PPU	2015/01/02	2020/12/31	0	80.000,00	5.000,00	75.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00		230.000,00	
2.4.2.1.1.	04/07010801	07	2016	19	Módulo Colaborativo para entidades externas	OUTRA	100.0		PPU	2016/01/02	2020/01/13	0	60.000,00	10.000,00	50.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00		120.000,00	
2.4.2.1.1.	04/07010801	23	2016	24	Entrega de requerimentos em formato digital off-line	OUTRA	100.0		PPU	2016/01/02	2020/12/31	0	55.000,00	5.000,00	50.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00		235.000,00	
2.4.2.2.					Urbanizacao								6.890.896,00	200.896,00	6.690.000,00	2.070.000,00	1.880.000,00	1.380.000,00		12.220.896,00	
2.4.2.2.1.	04/0701030701	09	2011	63	CONSERVAÇÃO E MELHORAMENTOS DO PATRIMÔNIO EDIFICADO	EMPREITADA	100.0		DAOM	2011/01/02	2017/12/31	3	4.550,00	4.550,00						4.550,00	
2.4.2.2.1.	04/0701041301	01	2014	5	OUTRAS INTERVENÇÕES	OUTRA	100.0		PPU	2014/01/02	2017/12/31	4	3.346,00	3.346,00						3.346,00	
2.4.2.2.1.	04/07010101	01	2015	13	Aquisição de terrenos	OUTRA	100.0		PPU	2015/01/02	2018/12/31	0	450.000,00	50.000,00	400.000,00	200.000,00				650.000,00	
2.4.2.2.1.	06/0701030701	02	2016	25	Demolição de habitações ou outras construções em ruínas	EMPREITADA	100.0		PPU	2016/01/02	2018/12/31	0	30.000,00	30.000,00		50.000,00				80.000,00	
2.4.2.2.1.	04/0701030701	06	2016	26	Protocolos com instituições do setor de Ensino do Planeamento Urbano	EMPREITADA	100.0		PPU	2016/01/02	2020/12/31	0	95.000,00	5.000,00	90.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00		155.000,00	
2.4.2.2.1.	04/0701041301	16	2016	75	Outras Intervenções	EMPREITADA	100.0		PPU	2016/01/02	2018/12/31	0	53.000,00	53.000,00		25.000,00				78.000,00	
2.4.2.2.1.	04/0701041301	17	2016	91	Interface de Transportes de Santa Maria da Feira	EMPREITADA	15.0	85.0	PPU	2016/10/01	2020/12/31	0	3.122.500,00		3.100.000,00	837.500,00	880.000,00	630.000,00		5.470.000,00	
2.4.2.2.1.	04/07010101	17	2016	91	Interface de Transportes de Santa Maria da Feira									1.000,00							
2.4.2.2.1.	04/0701041301	17	2016	91										10.000,00							
2.4.2.2.1.	04/07010701	17	2016	91										500,00							
2.4.2.2.1.	04/07010801	17	2016	91										500,00							
2.4.2.2.1.	04/07010901	17	2016	91										500,00							
2.4.2.2.1.	04/07011501	17	2016	91										10.000,00							
2.4.2.2.1.	04/07011501	18	2016	90	Interface de Transportes de Lourosa	EMPREITADA	15.0	85.0	PPU	2016/10/01	2020/12/31	0	3.122.500,00		3.100.000,00	837.500,00	880.000,00	630.000,00		5.470.000,00	
2.4.2.2.1.	04/07010101	18	2016	90										1.000,00							
2.4.2.2.1.	04/0701041301	18	2016	90										10.000,00							
2.4.2.2.1.	04/07010701	18	2016	90										500,00							
2.4.2.2.1.	04/07010801	18	2016	90										500,00							
2.4.2.2.1.	04/07010901	18	2016	90										500,00							
2.4.2.2.1.	04/07011501	18	2016	90										10.000,00							
2.4.2.2.1.	06/0701041301	19	2017	68	Outras Intervenções	EMPREITADA	100.0		PPU	2017/01/02	2020/12/31	0	10.000,00	10.000,00		100.000,00	100.000,00	100.000,00		310.000,00	
2.4.3.					Saneamento								1.158.699,00	531.599,00	627.100,00	685.000,00	510.000,00	490.000,00		2.843.699,00	
2.4.3.1.					Rede de esgotos e pluviais								1.158.699,00	531.599,00	627.100,00	685.000,00	510.000,00	490.000,00		2.843.699,00	
2.4.3.1.1.	06/0701040301	12	2006	41	CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTOS REDE EM ALTA DA BACIA DO DOURO-ETAR, INTERCEPTORES E ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS	EMPREITADA	36.0	64.0	DSBA	2006/01/02	2017/12/31	4	141.811,00	141.811,00						141.811,00	
2.4.3.1.1.	06/0701040201	08	2008	127	/INCLUINDO PROJECTOS CONSTRUÇÃO,REPARAÇÃO E LIMPEZA DE INTERCEPTORES	EMPREITADA	100.0		DSBA	2008/01/02	2017/12/31	4	13.866,00	13.866,00						13.866,00	
					A TRANSPORTAR ...								20.295.315,00	1.878.815,00	18.416.500,00	9.292.650,00	7.527.150,00	4.526.150,00	111.150,00	41.752.415,00	

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO		
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				OUTROS	
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020			
A TRANSPORTAR ...														20.295.315,00	1.878.815,00	18.416.500,00	9.292.650,00	7.527.150,00	4.526.150,00	111.150,00	41.752.415,00	
2.4.3.1.	06/0701040201	11	2010	97	CONSTRUÇÃO DAS REDES EM BAIXA DA LAJE E CASTER (BACIA B3)	EMPREITADA	30.0	70.0	DSBA	2010/01/02	2017/12/31	4			11.070,00	11.070,00						11.070,00
2.4.3.1.	06/0701040201	12	2010	98	CONSTRUÇÃO DAS REDES EM BAIXA DA LAJE E CASTER (BACIA B4)	EMPREITADA	30.0	70.0	DSBA	2010/01/02	2017/12/31	4			2.000,00	2.000,00						2.000,00
2.4.3.1.	06/07010101	01	2011	28	AQUISIÇÃO DE TERRENOS	OUTRA	100.0		DSBA	2011/01/02	2017/12/31	4			62.025,00	62.025,00						62.025,00
2.4.3.1.	06/07030302	04	2013	34	Execução de fecho de redes de água e saneamento em vários pontos do concelho	EMPREITADA	100.0		DSBA	2013/01/02	2017/12/31	2			46.627,00	46.627,00						46.627,00
2.4.3.1.	06/0701040201	02	2015	14	Execução de fecho de redes de água e saneamento em vários pontos do concelho	EMPREITADA	100.0		DSBA	2015/01/02	2018/12/31	3			200.000,00	200.000,00		100.000,00				300.000,00
2.4.3.1.	06/0701040201	07	2015	96	Limpeza, correção de tampas/sargetas e sumidouros na rede de drenagem de águas pluviais	OUTRA	100.0		DSBA	2015/01/02	2018/12/31	2			2.700,00	2.700,00						2.700,00
2.4.3.1.	06/07030302	02	2016	28	Limpeza, correção de tampas/sargetas e sumidouros na rede de drenagem de águas pluviais	EMPREITADA	100.0		DSBA	2016/01/02	2018/12/31	3			47.000,00	17.000,00	30.000,00	30.000,00				77.000,00
2.4.3.1.	06/07010101	03	2016	29	Aquisição de terrenos/expropriações	OUTRA	100.0		DSBA	2016/01/02	2018/12/31	0			5.000,00	5.000,00		15.000,00				20.000,00
2.4.3.1.	06/07030302	04	2016	30	Execução de rede de saneamento e perfuração - rotunda Arrifana	EMPREITADA	100.0		DSBA	2016/01/02	2017/12/31	0			40.000,00	10.000,00	30.000,00					40.000,00
2.4.3.1.	06/07030302	05	2016	31	Acesso aos Reservatorios R52 e R57 e EE das Caldas de S. Jorge	EMPREITADA	100.0		DSBA	2016/01/02	2019/12/31	0			1.000,00	1.000,00		10.000,00				11.000,00
2.4.3.1.	06/07030302	06	2016	32	Execução de rede de saneamento no lugar da Srª de Campos - Feira	EMPREITADA	100.0		DSBA	2016/01/02	2019/12/31	0			1.000,00	1.000,00		20.000,00				21.000,00
2.4.3.1.	06/07030302	08	2016	34	Execução de rede de saneamento no lugar de Baixa do Melro - Souto	EMPREITADA	100.0		DSBA	2016/01/02	2019/12/31	0			500,00	500,00		20.000,00	20.000,00			40.500,00
2.4.3.1.	06/07030302	01	2017	23	Reabilitações pontuais no Interceptor da Remolha	EMPREITADA	100.0		DSBA	2017/01/02	2020/12/31	0			93.000,00	5.000,00	88.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00		243.000,00
2.4.3.1.	06/0701040201	02	2017	34	Execução de rede de drenagem doméstica na Travessa Nossa Srª da Saúde	EMPREITADA	100.0		DSBA	2017/01/02	2020/12/31	0			22.000,00	2.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00		82.000,00
2.4.3.1.	06/0701040201	03	2017	35	Execução da rede de saneamento no loteamento do lugar de Aguinheiro - Mosteirô	EMPREITADA	100.0		DSBA	2017/01/02	2020/12/31	0			51.000,00	1.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00		201.000,00
2.4.3.1.	06/0701040201	04	2017	36	Reparação de Afluências Indevidas à Rede de Águas Residuais-Arrifana	EMPREITADA	100.0		DP	2017/01/02	2020/12/31	0			59.900,00	1.000,00	58.900,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00		149.900,00
2.4.3.1.	06/0701040201	05	2017	37	Reparação de Afluências Indevidas à Rede de Águas Residuais-Piaes	EMPREITADA	100.0		DP	2017/01/02	2020/12/31	0			59.900,00	1.000,00	58.900,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00		209.900,00
A TRANSPORTAR ...														21.000.037,00	2.247.737,00	18.752.300,00	9.687.650,00	7.747.150,00	4.726.150,00	111.150,00	43.272.137,00	

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO		
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				OUTROS	
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020			
A TRANSPORTAR ...														21.000.037,00	2.247.737,00	18.752.300,00	9.687.650,00	7.747.150,00	4.726.150,00	111.150,00	43.272.137,00	
2.4.3.1.	06/0701040201	06	2017	38	Intervenções na Rede de Drenagem de Águas Pluviais em Arruamentos - Lourosa	EMPREITADA	100.0		DP	2017/01/02	2020/12/31	0			65.200,00	1.000,00	64.200,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00		215.200,00
2.4.3.1.	06/0701040201	07	2017	39	Construção da Rede de Drenagem Pluvial no Lugar de Balteiro/Via Circular - SMF	EMPREITADA	100.0		DP	2017/01/02	2020/12/31	0			54.600,00	1.000,00	53.600,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00		204.600,00
2.4.3.1.	06/0701040201	08	2017	40	Execução de Rede de Drenagem de Águas Pluviais na Rua João de Magalhães - SMF	EMPREITADA	100.0		DP	2017/01/02	2020/12/31	0			44.000,00	1.000,00	43.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00		194.000,00
2.4.3.1.	06/0701040201	09	2017	41	Construção da Rede Pluvial da Pré Escola do Ferral - S. Miguel Souto	EMPREITADA	100.0		DSBA	2017/01/02	2020/12/31	0			19.500,00	1.000,00	18.500,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00		109.500,00
2.4.3.1.	06/0701040201	10	2017	42	Execução de fecho de redes de água e saneamento em vários pontos do concelho	EMPREITADA	100.0		DSBA	2017/01/02	2020/12/31	0			41.000,00	1.000,00	40.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00		191.000,00
2.4.3.1.	06/0701040201	12	2017	45	Construção de Canal para Condução das Águas Pluviais provenientes do Loteamento Lugar Igreja - Canedo	EMPREITADA	100.0		DSBA	2017/01/02	2020/12/31	0			44.000,00	1.000,00	43.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00		134.000,00
2.4.3.1.	06/0701040201	13	2017	46	Construção da Rede Pluvial - Pavilhão e Loteamento de Canedo	EMPREITADA	100.0		DSBA	2017/01/02	2020/12/31	0			30.000,00	1.000,00	29.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00		120.000,00
2.4.4.					Abastecimento de Água										982.645,00	136.645,00	846.000,00	290.000,00	50.000,00		1.322.645,00	
2.4.4.1.					Água										982.645,00	136.645,00	846.000,00	290.000,00	50.000,00		1.322.645,00	
2.4.4.1.	06/0701040701	04	2008	10	CONSTRUCÃO DE OUTRAS REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA	EMPREITADA	100.0		DSBA	2008/01/02	2018/12/31	4			12.000,00	12.000,00						12.000,00
2.4.4.1.	06/0701040701	01	2011	40	CONSTRUCÃO DO RESERVATÓRIO R39 - VALE	EMPREITADA	20.0	80.0	DSBA	2011/01/02	2018/12/31	1			769,00	769,00		50.000,00				50.769,00
2.4.4.1.	06/0701040701	03	2011	41	CONSTRUCÃO DO RESERVATÓRIO R53 - MOSTEIRO	EMPREITADA	20.0	80.0	DSBA	2011/01/02	2018/12/31	1			769,00	769,00		50.000,00				50.769,00
2.4.4.1.	06/0701100201	01	2013	32	Equipamento eletromecânico para a estação elevatória em Mozelos	OUTRA	100.0		DSBA	2013/01/02	2018/12/31	0			2.701,00	2.701,00						2.701,00
2.4.4.1.	06/07010101	13	2014	48	Aquisição de Terrenos / indenizações	OUTRA	100.0		DSBA	2014/01/02	2018/12/31	2			1.000,00	1.000,00						1.000,00
2.4.4.1.	06/07030302	09	2015	63	Construção da rede de drenagem pluvial na Rua da Escola dos Mortais - Riomeão	EMPREITADA	100.0		DSBA	2015/01/02	2018/12/31	1			2.615,00	2.615,00						2.615,00
2.4.4.1.	06/07010101	14	2015	69	Aquisição de Terrenos / indenizações	OUTRA	100.0		DSBA	2015/01/02	2018/12/31	2			2.500,00	2.500,00						2.500,00
2.4.4.1.	06/0701040701	15	2015	103	Construção de outras redes de abastecimento de água	EMPREITADA	100.0		DSBA	2015/01/02	2018/12/31	2			3.791,00	3.791,00						3.791,00
2.4.4.1.	06/07030302	01	2016	27	Construção de outras redes de abastecimento de água	EMPREITADA	100.0		DSBA	2016/01/02	2018/12/31	0			41.000,00	1.000,00	40.000,00	80.000,00				121.000,00
2.4.4.1.	06/07030301	02	2016	53	Drenagem de águas pluviais na Rua da Várzea/Av. do Corgo - Arrifana	EMPREITADA	100.0		DP	2016/01/02	2019/12/31	0			121.000,00	1.000,00	120.000,00	50.000,00	50.000,00			221.000,00
2.4.4.1.	06/07030301	03	2016	54	Drenagem de águas pluviais na Rua das Fontainhas Arrifana	EMPREITADA	100.0		DP	2016/01/02	2017/12/31	0			186.500,00	100.500,00	86.000,00					186.500,00
A TRANSPORTAR ...														21.672.982,00	2.383.382,00	19.289.600,00	10.207.650,00	8.087.150,00	5.016.150,00	111.150,00	45.095.082,00	

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				OUTROS
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020		
			A TRANSPORTAR ...										21.672.982,00	2.383.382,00	19.289.600,00	10.207.650,00	8.087.150,00	5.016.150,00	111.150,00	45.095.082,00	
2.4.4.1.	06/07030301	06	2016	61	Rede pluvial na Rua do Areeiro	EMPREITADA	100.0		DP	2016/01/02	2019/12/31	0	91.000,00	1.000,00	90.000,00	20.000,00				111.000,00	
2.4.4.1.	06/07030301	07	2016	63	Rede águas pluviais na Rua de Casal Meão - S. João de Ver	EMPREITADA	100.0		DP	2016/01/02	2019/12/31	0	91.000,00	1.000,00	90.000,00	20.000,00				111.000,00	
2.4.4.1.	06/07030301	10	2016	69	Rede de águas pluviais na Rua dos Descobrimentos - Santa Maria da Feira	EMPREITADA	100.0		DP	2016/01/02	2019/12/31	0	171.000,00	1.000,00	170.000,00	20.000,00				191.000,00	
2.4.4.1.	06/07030301	11	2016	71	Construção da Rede Pluvial na Rua Nova Espargo - Espargo	EMPREITADA	100.0		DP	2016/01/02	2017/12/31	0	255.000,00	5.000,00	250.000,00					255.000,00	
2.4.6.					Protecção do meio ambiente e conservação da natureza								1.569.326,00	207.526,00	1.361.800,00	765.000,00	365.000,00	350.000,00		3.049.326,00	
2.4.6.1.					Proteccao do meio ambiente								1.569.326,00	207.526,00	1.361.800,00	765.000,00	365.000,00	350.000,00		3.049.326,00	
2.4.6.1.	06/07010101	10	2010	107	CONSTRUÇÃO DE PARQUES DE LAZER	OUTRA	100.0		POMPCA	2010/01/02	2018/12/31	2	10.500,00	10.500,00						10.500,00	
2.4.6.1.	06/0701041301	16	2011	52	REQUALIFICAÇÃO E GESTÃO ACTIVA DO CORREDOR ECOLÓGICO DO RIO UÍMA	EMPREITADA	20.0	80.0	POMPCA	2011/01/02	2018/12/31	4	5.344,00	5.344,00						5.344,00	
2.4.6.1.		24	2011	56	REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL DAS PEDREIRAS DE LOUROSA	EMPREITADA	10.0	10.0	80.0	POMPCA	2011/01/02	2018/12/31	4	15.098,00						15.098,00	
2.4.6.1.	06/0701040201	24	2011	56										648,00							
2.4.6.1.	06/0701040501	24	2011	56										14.450,00							
2.4.6.1.	06/07030313	02	2013	29	Reconstrução do Açude - Caldas de S. Jorge	EMPREITADA	100.0		POMPCA	2013/01/02	2018/12/31	3	7.789,00	7.789,00						7.789,00	
2.4.6.1.	06/07010101	08	2013	60	Construção de parques de lazer	OUTRA	100.0		POMPCA	2013/01/01	2018/12/31	2	8.948,00	8.948,00						8.948,00	
2.4.6.1.		06	2016	35	Construção/Reabilitação de parques de lazer	OUTRA	100.0		POMPCA	2016/01/02	2017/12/31	2	21.796,00							21.796,00	
2.4.6.1.	06/07010101	06	2016	35										5.250,00							
2.4.6.1.	06/07011501	06	2016	35										16.546,00							
2.4.6.1.		07	2016	36	Aquisição de equipamento	OUTRA	100.0		POMPCA	2016/01/02	2017/12/31	0	62.000,00		60.000,00					62.000,00	
2.4.6.1.	06/0701100201	07	2016	36										1.000,00							
2.4.6.1.	06/07011101	07	2016	36										1.000,00							
2.4.6.1.	06/0701041301	08	2016	83	Horto Municipal	EMPREITADA	100.0		POMPCA	2016/01/02	2017/12/31	0	25.000,00	5.000,00	20.000,00					25.000,00	
2.4.6.1.	06/07010101	09	2016	84	Requalificação Ecológica do Rio Cáster	EMPREITADA	100.0		POMPCA	2016/01/02	2019/12/31	1	79.575,00	79.575,00		100.000,00				179.575,00	
2.4.6.1.	06/0701040501	10	2016	85	Requalificação de jardins e rotundas	OUTRA	100.0		POMPCA	2016/01/02	2017/12/31	0	30.000,00	5.000,00	25.000,00					30.000,00	
2.4.6.1.	06/0701041301	11	2016	86	Criação de Canil Municipal	EMPREITADA	100.0		POMPCA	2016/01/02	2017/12/31	1	1.476,00	1.476,00						1.476,00	
2.4.6.1.		12	2016	92	Reabilitação da Quinta do Castelo	OUTRA	100.0		POMPCA	2016/10/01	2019/12/31	0	3.000,00			10.000,00	10.000,00			23.000,00	
2.4.6.1.	06/0701040501	12	2016	92										2.000,00							
2.4.6.1.	06/07011501	12	2016	92										1.000,00							
2.4.6.1.	06/07011501	13	2016	97	Projeto Encostas Metropolitanas do Douro	OUTRA	100.0		POMPCA	2016/10/01	2019/12/31	0	1.000,00	1.000,00		5.000,00	5.000,00			11.000,00	
2.4.6.1.	06/070301	08	2017	43	Encaminhamento de Água da Margem do Rio Inha - Canedo	EMPREITADA	100.0		POMPCA	2017/01/02	2020/12/31	0	26.000,00	1.000,00	25.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		56.000,00	
2.4.6.1.	06/0701040501	10	2017	47	Requalificação da Área Envolvente ao Parque da N. Srª da Piedade - Canedo	EMPREITADA	100.0		POMPCA	2017/01/02	2020/12/31	0	46.000,00	1.000,00	45.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00		196.000,00	
2.4.6.1.		11	2017	48	Aquisição de equipamento	OUTRA	100.0		POMPCA	2017/01/02	2020/12/31	0	107.000,00		100.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00		707.000,00	
2.4.6.1.	06/0701100201	11	2017	48										5.000,00							
					A TRANSPORTAR ...								22.731.508,00	2.564.908,00	20.164.600,00	10.642.650,00	8.362.150,00	5.276.150,00	111.150,00	47.123.608,00	

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				OUTROS
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020		
A TRANSPORTAR ...												24.081.209,00	2.680.809,00	21.400.400,00	11.163.250,00	8.472.750,00	5.386.750,00	111.150,00	49.215.109,00		
2.5.1.2.	09/070305	04	2017	20	Requalificação da Casa e Zona Exterior do Museu do Papel	EMPREITADA	15.0	85.0	POMCA	2017/01/02	2020/12/31	0	65.000,00	5.000,00	60.000,00	75.000,00	100.000,00	100.000,00	340.000,00		
2.5.1.5.					Promocao cultural								219.223,00	59.223,00	160.000,00	210.000,00	110.000,00	60.000,00	599.223,00		
2.5.1.5.		03	2010	104	CENTRO ARTES DE RUA INCLUINDO ARRANJOS EXTERIORES	EMPREITADA	15.0	85.0	DACT	2010/01/02	2018/12/31	4	24.961,00			50.000,00			74.961,00		
2.5.1.5.	09/07010901	03	2010	104										869,00							
2.5.1.5.	09/07011501	03	2010	104										712,00							
2.5.1.5.	09/07030313	03	2010	104										23.380,00							
2.5.1.5.		08	2014	61	Requalificação do "Matadouro"	EMPREITADA	100.0			DACT	2014/01/02	2018/12/31	4	14.762,00			50.000,00		64.762,00		
2.5.1.5.	08/0701030201	08	2014	61											6.000,00						
2.5.1.5.	08/07010901	08	2014	61											8.762,00						
2.5.1.5.		14	2016	95	Requalificação dos Espaços Envolventes ao Edifício do Antigo Matadouro	EMPREITADA	100.0			DACT	2016/01/02	2020/12/31	3	17.000,00		10.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	197.000,00	
2.5.1.5.	08/07010101	14	2016	95											1.000,00						
2.5.1.5.	08/0701040501	14	2016	95											5.000,00						
2.5.1.5.	08/07011501	14	2016	95											1.000,00						
2.5.1.5.		01	2017		CCCTAR / Caixa das Artes								7.500,00	7.500,00					7.500,00		
2.5.1.5.		0101	2017	21	Aquisição de equipamento	OUTRA	100.0				2017/01/02	2017/12/31	0	6.000,00					6.000,00		
2.5.1.5.	09/07010901	0101	2017	21											5.000,00						
2.5.1.5.	09/07011501	0101	2017	21											1.000,00						
2.5.1.5.		0102	2017	22	Aquisição de equipamento audio visual / informático	OUTRA	100.0				2017/01/02	2017/12/31	0	1.500,00					1.500,00		
2.5.1.5.	09/07010701	0102	2017	22											500,00						
2.5.1.5.	09/07010801	0102	2017	22											500,00						
2.5.1.5.	09/07011501	0102	2017	22											500,00						
2.5.1.5.	09/070305	12	2017	77	Castro de Romariz - SMF Juventude	EMPREITADA	15.0	85.0			2017/01/02	2019/12/31	0	155.000,00	5.000,00	150.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	255.000,00	
2.5.1.8.					Jovem Autarca								1.000,00	1.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	16.000,00		
2.5.1.8.		23	2017	12		OUTRA	100.0		DJD	2017/01/02	2020/12/31	0	1.000,00			5.000,00	5.000,00	5.000,00	16.000,00		
2.5.1.8.	10/07010901	23	2017	12											500,00						
2.5.1.8.	10/07011501	23	2017	12											500,00						
2.5.2.					Desporto, recreio e lazer								1.934.532,00	1.476.532,00	458.000,00	2.250.000,00	135.000,00	135.000,00	4.454.532,00		
2.5.2.1.					Rede de equipamentos desportivos								1.933.032,00	1.475.032,00	458.000,00	2.250.000,00	135.000,00	135.000,00	4.453.032,00		
2.5.2.1.	10/07010101	07	2006	100	AQUISIÇÃO DE TERRENOS	OUTRA	100.0		DJD	2006/01/02	2018/12/31	2	3.000,00	3.000,00		5.000,00			8.000,00		
2.5.2.1.	11/0701040601	01	2008	34	CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO DE FIÀES	EMPREITADA	30.0	70.0	DJD	2008/01/02	2018/12/31	9	1.352,00	1.352,00		5.000,00			6.352,00		
2.5.2.1.	06/0701030201	04	2012	18	BALNEÁRIOS DO CAMPO DE JOGOS DE PIGEIROS	EMPREITADA	100.0		DJD	2012/01/02	2018/12/31	9	3.659,00	3.659,00		5.000,00			8.659,00		
2.5.2.1.		07	2012	57	CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO POLIDESPORTIVO DE S.JOÃO DE VÊR	EMPREITADA	100.0		DJD	2012/01/02	2018/12/31	3	160.500,00			50.000,00			210.500,00		
2.5.2.1.	06/0701030201	07	2012	57											99.000,00						
2.5.2.1.	06/07010901	07	2012	57											61.500,00						
2.5.2.1.	06/0701030201	02	2014	53	Pavilhão Gimnodesportivo Mozelos	EMPREITADA	100.0		DJD	2014/01/02	2018/12/31	2	1.170.000,00	1.170.000,00		500.000,00			1.670.000,00		
2.5.2.1.	06/0701030201	05	2015	72	Construção de Piscina de Canedo	EMPREITADA	100.0		DJD	2015/01/02	2018/12/31	0	50.000,00	10.000,00	40.000,00	1.200.000,00			1.250.000,00		
A TRANSPORTAR ...												25.754.943,00	4.094.543,00	21.660.400,00	13.218.250,00	8.687.750,00	5.551.750,00	111.150,00	53.323.843,00		

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				OUTROS
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020		
A TRANSPORTAR ...												25.754.943,00	4.094.543,00	21.660.400,00	13.218.250,00	8.687.750,00	5.551.750,00	111.150,00	53.323.843,00		
2.5.2.1.	06/0701030201	13	2015	104	Reabilitação do complexo desportivo das piscinas Fiães	EMPREITADA	100.0	DJD	2015/01/02	2018/12/31	0	40.000,00	15.000,00	25.000,00	100.000,00			140.000,00			
2.5.2.1.	06/0701030201	14	2015	105	Reabilitação do complexo desportivo das piscinas Lourosa	EMPREITADA	100.0	DJD	2015/01/02	2018/12/31	0	20.000,00	5.000,00	15.000,00	100.000,00			120.000,00			
2.5.2.1.	06/0701030201	15	2015	106	Reabilitação do complexo desportivo das piscinas S.M.Feira	EMPREITADA	100.0	DJD	2015/01/02	2018/12/31	0	50.000,00	5.000,00	45.000,00	100.000,00			150.000,00			
2.5.2.1.	10/07011501	06	2016	44	Rede de Pavilhões Municipais	OUTRA	100.0	DJD	2016/01/02	2017/12/31	2	9.965,00	9.965,00				9.965,00				
2.5.2.1.	10/07010901	08	2016	46	Outras infraestruturas e equipamentos desportivos	OUTRA	100.0	DJD	2016/01/02	2017/12/31	2	1.856,00	1.856,00				1.856,00				
2.5.2.1.	10/0701040601	11	2016	49	Construção de SkatePark	EMPREITADA	100.0	DJD	2016/01/02	2018/12/31	0	80.500,00		75.000,00	50.000,00			130.500,00			
2.5.2.1.	10/07011501	11	2016	49									5.000,00	500,00							
2.5.2.1.	10/07011501	13	2016	51	Parques Desportivos e Outras Infraestruturas Municipais	OUTRA	100.0	DJD	2016/01/02	2017/12/31	0	1.200,00	1.200,00				1.200,00				
2.5.2.1.	10/0701040601	01	2017	3	Rede de Polidesportivos Municipais	OUTRA	100.0	DJD	2017/01/02	2020/12/31	0	35.000,00		30.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	65.000,00			
2.5.2.1.	10/07011501	01	2017	3									1.000,00	4.000,00							
2.5.2.1.	10/07010901	02	2017	4	Outras infraestruturas e equipamentos desportivos	OUTRA	100.0	DJD	2017/01/02	2020/12/31	0	35.000,00		30.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	50.000,00			
2.5.2.1.	10/0701040601	02	2017	4									2.500,00	2.500,00							
2.5.2.1.	10/07011501	02	2017	4									2.500,00								
2.5.2.1.	10/07011501	03	2017	5	Percursos pedestres e ciclovias	OUTRA	100.0	DJD	2017/01/02	2020/12/31	0	1.000,00			5.000,00	5.000,00	5.000,00	16.000,00			
2.5.2.1.	10/0701040601	03	2017	5									500,00								
2.5.2.1.	10/07011501	03	2017	5									500,00								
2.5.2.1.	10/0701040601	04	2017	6	Circuitos de manutenção	OUTRA	100.0	DJD	2017/01/02	2020/12/31	0	6.000,00			5.000,00	5.000,00	5.000,00	21.000,00			
2.5.2.1.	10/0701040601	04	2017	6									500,00								
2.5.2.1.	10/07011501	04	2017	6									5.500,00								
2.5.2.1.	10/07010901	05	2017	7	PAD	OUTRA	100.0	DJD	2017/01/02	2020/12/31	0	1.000,00	1.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00	16.000,00			
2.5.2.1.	10/07010901	06	2017	8	Equipamentos desportivos balizas, tabelas, outros	OUTRA	100.0	DJD	2017/01/02	2020/12/31	0	87.000,00		77.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	147.000,00			
2.5.2.1.	11/0701030501	06	2017	8									5.000,00								
2.5.2.1.	11/07010901	06	2017	8									5.000,00								
2.5.2.1.	10/0701040601	08	2017	9	Pista Atletismo de Lourosa	EMPREITADA	100.0	DJD	2017/01/02	2020/12/31	0	3.000,00			30.000,00	30.000,00	30.000,00	93.000,00			
2.5.2.1.	10/0701040601	08	2017	9									2.000,00								
2.5.2.1.	10/0701100201	08	2017	9									500,00								
2.5.2.1.	10/07011501	08	2017	9									500,00								
2.5.2.1.	10/07011501	13	2017	33	Rede de Pavilhões Municipais	EMPREITADA	100.0	DJD	2017/01/02	2020/12/31	0	27.000,00		25.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	42.000,00			
2.5.2.1.	11/0701040601	13	2017	33									500,00								
2.5.2.1.	11/07010701	13	2017	33									500,00								
2.5.2.1.	11/07011501	13	2017	33									1.000,00								
2.5.2.1.	06/0701040601	14	2017	50	Reabilitação do Pavilhão Desportivo de Lobão	EMPREITADA	100.0	DJD	2017/01/02	2020/12/31	0	146.000,00	50.000,00	96.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	296.000,00			
2.5.2.4.					Associativismo desportivo							1.500,00	1.500,00					1.500,00			
2.5.2.4.	10/0701040601	01	2017	10	Sedes de associações		100.0		2017/01/02	2017/12/31	0	1.500,00						1.500,00			
2.5.2.4.	10/0701040601	01	2017	10									500,00								
A TRANSPORTAR ...												26.300.964,00	4.221.564,00	22.078.400,00	13.703.250,00	8.822.750,00	5.686.750,00	111.150,00	54.624.864,00		

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO			
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				OUTROS		
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020				
A TRANSPORTAR ...														34.496.035,00	11.342.635,00	23.153.400,00	22.933.250,00	12.852.750,00	5.716.750,00	111.150,00	76.109.935,00		
3.3.1.1.	06/07030301	11	2015	38	Req. Ruas Dr.Candido Pinho,Ant.Mart.S.Leite e Olival e Av.5 Outubro e monumento	EMPREITADA	100.0		DP	2015/01/02	2017/12/31	4			7.800,00	7.800,00						7.800,00	
3.3.1.1.	06/07030301	16	2015	44	Alargamento de arruamento na Travessa das Pedreiras - Lourosa	EMPREITADA	100.0		DP	2015/01/02	2018/12/31	2			3.130,00	3.130,00						3.130,00	
3.3.1.1.	06/07030301	04	2016	52	Rede pluvial e pavimentação da Rua do Ouro - Argoncilhe	EMPREITADA	100.0		DP	2016/01/02	2017/12/31	0			95.000,00	95.000,00						95.000,00	
3.3.1.1.	06/07030301	07	2016	55	Requalificação da Rua Armando Pinto Assunção e Pavimentação do cruzamento do Farinheiro - Fornos	EMPREITADA	100.0		DP	2016/01/02	2019/12/31	0			200.000,00	50.000,00	150.000,00	20.000,00				220.000,00	
3.3.1.1.	06/07030301	10	2016	58	Construção de rotunda ao Km 4+600 da EN109-1- Rua das Comendas- Rio Meio	EMPREITADA	100.0		DP	2016/01/02	2019/12/31	0			80.000,00	1.000,00	79.000,00	20.000,00				100.000,00	
3.3.1.1.	06/07030301	12	2016	60	Requalificação do Largo das Airas	EMPREITADA	100.0		DP	2016/01/02	2019/12/31	0			276.000,00	1.000,00	275.000,00	20.000,00				296.000,00	
3.3.1.1.	06/07030301	16	2016	64	Requalificação da Rua da Igreja - S. Paio de Oleiros	EMPREITADA	100.0		DP	2016/01/02	2019/12/31	0			250.000,00	25.000,00	225.000,00	20.000,00				270.000,00	
3.3.1.1.	06/07030301	19	2016	67	Acessibilidades ao edifício social / junta de freguesia - Vila Maior	EMPREITADA	100.0		POMPCA	2016/01/02	2017/12/31	0			143.500,00	63.500,00	80.000,00					143.500,00	
3.3.1.1.	06/07030301	22	2016	70	Construção de muro de suporte de terras e de vedação	EMPREITADA	100.0		POMPCA	2016/01/02	2018/12/31	0			83.438,00	83.438,00		50.000,00				133.438,00	
3.3.1.1.	06/07030301	24	2016	72	Fornecimento, aplicação e conservação de sinalização vertical luminosa, horizontal, sinalética informativa e aplicação de dispositivos de segurança e marcação rodoviária	EMPREITADA	100.0		POMPCA	2016/01/02	2018/12/31	0			291.500,00		250.000,00	200.000,00				491.500,00	
3.3.1.1.	06/0701040901	24	2016	72												40.000,00							
3.3.1.1.	06/07011501	24	2016	72												1.500,00							
3.3.1.1.	06/07030301	26	2016	88	Requalificação da Av. Dr. Francisco Sá Carneiro - S. João de Ver	EMPREITADA	100.0		POMPCA	2016/04/29	2019/12/31	2			160.000,00	160.000,00		50.000,00	50.000,00				260.000,00
3.3.1.1.	06/07030301	07	2017	52	Requalificação da Área Central de Fiães	EMPREITADA	100.0		POMPCA	2017/01/02	2020/12/31	0			265.000,00	65.000,00	200.000,00	250.000,00	200.000,00	200.000,00			915.000,00
3.3.1.1.	06/07030301	09	2017	54	Requalificação e Pavimentação da Rua da Igreja - Riomeão	EMPREITADA	100.0		POMPCA	2017/01/02	2020/12/31	0			53.000,00	10.000,00	43.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00			143.000,00
3.3.1.1.	06/07030301	10	2017	55	Pavimentação e Rede de Drenagem de Águas Pluviais na Rua Nova, Rua dos Lagos e Travessa dos Lagos - Riomeão	EMPREITADA	100.0		POMPCA	2017/01/02	2020/12/31	0			44.000,00	1.000,00	43.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00			104.000,00
3.3.1.1.	06/07030301	11	2017	56	Pavimentação de Arruamentos na Zona Industrial de Romariz	EMPREITADA	100.0		POMPCA	2017/01/02	2020/12/31	0			26.500,00	5.000,00	21.500,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00			86.500,00
A TRANSPORTAR ...														36.474.903,00	11.955.003,00	24.519.900,00	23.633.250,00	13.172.750,00	5.986.750,00	111.150,00	79.378.803,00		

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				OUTROS
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020		
A TRANSPORTAR ...												36.474.903,00	11.955.003,00	24.519.900,00	23.633.250,00	13.172.750,00	5.986.750,00	111.150,00	79.378.803,00		
3.3.1.1.	06/07030301	12	2017	57	Arruamento de Ligação da Rua 1 à Rua 2 - Zona Industrial da Silveirinha - S.João de Ver	EMPREITADA	100.0	POMPCA	2017/01/02	2020/12/31	0	32.000,00	5.000,00	27.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	92.000,00			
3.3.1.1.	06/07030301	15	2017	60	Arruamento de Ligação da Rua Vaz Ferreira à Rua das Fogaceiras - Santa Maria da Feira	EMPREITADA	100.0	POMPCA	2017/01/02	2020/12/31	0	191.000,00	5.000,00	186.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	416.000,00			
3.3.1.1.	06/07030301	16	2017	61	Construção de Muro - Centro Escolar de Valrico - S. Miguel do Souto	EMPREITADA	100.0	POMPCA	2017/01/02	2020/12/31	0	66.000,00	1.000,00	65.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	96.000,00			
3.3.1.1.	06/07030301	17	2017	62	Requalificação Parcial da Rua do Centro Social de Canedo	EMPREITADA	100.0	POMPCA	2017/01/02	2020/12/31	0	38.000,00	5.000,00	33.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	83.000,00			
3.3.1.1.	06/07030301	18	2017	63	Pavimentação em Betão Betuminoso de arruamentos no Concelho	EMPREITADA	100.0	POMPCA	2017/01/02	2020/12/31	0	2.700.000,00	1.200.000,00	1.500.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	14.700.000,00			
3.3.1.1.	06/0701040901	19	2017	70	Fornecimento, aplicação e conservação de sinalização vertical luminosa, horizontal, sinalética informativa e aplicação de dispositivos de segurança e marcação rodoviária	OUTRA	100.0	POMPCA	2017/01/02	2020/12/31	0	75.000,00	75.000,00		150.000,00	150.000,00	150.000,00	525.000,00			
3.3.1.1.	06/07030301	20	2017	71	Construção de muro de suporte de terras e de vedação	EMPREITADA	100.0	POMPCA	2017/01/02	2020/12/31	0	50.000,00	5.000,00	45.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	275.000,00			
3.3.1.1.	06/07030301	22	2017	69	Infraestruturas no loteamento USF de Argoncilhe	EMPREITADA	100.0	POMPCA	2017/01/02	2019/12/31	0	90.500,00	10.500,00	80.000,00				90.500,00			
3.3.1.4.					Ambiente e Obras Municipais							110.000,00	20.000,00	90.000,00	160.000,00	100.000,00		370.000,00			
3.3.1.4.	06	2016	73		Aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e grandes reparações	OUTRA	100.0	POMPCA	2016/01/02	2018/12/31	2	10.000,00			60.000,00			70.000,00			
3.3.1.4.	06/0701060201	06	2016	73									5.000,00								
3.3.1.4.	06/0701069901	06	2016	73									3.300,00								
3.3.1.4.	06/07011101	06	2016	73									1.700,00								
3.3.1.4.	06/0701030101	07	2016	87	Estaleiro Municipal	EMPREITADA	100.0	POMPCA	2016/01/02	2019/12/31	0	100.000,00	10.000,00	90.000,00	100.000,00	100.000,00		300.000,00			
3.4.					Comércio e turismo							14.781,00	14.781,00		50.000,00	50.000,00	50.000,00	164.781,00			
3.4.1.					Mercados e feiras							4.000,00	4.000,00		50.000,00	50.000,00	50.000,00	154.000,00			
3.4.1.1.					Mercados e feiras							4.000,00	4.000,00		50.000,00	50.000,00	50.000,00	154.000,00			
3.4.1.1.		01	2016	94	Reabilitação do Mercado Municipal	EMPREITADA	100.0	POMPCA	2016/10/01	2020/12/31	0	4.000,00			50.000,00	50.000,00	50.000,00	154.000,00			
3.4.1.1.	06/0701030301	01	2016	94									1.000,00								
3.4.1.1.	06/07010901	01	2016	94									1.000,00								
3.4.1.1.	06/0701100201	01	2016	94									1.000,00								
3.4.1.1.	06/07011501	01	2016	94									1.000,00								
3.4.2.					Turismo							10.781,00	10.781,00					10.781,00			
3.4.2.1.					Turismo							10.781,00	10.781,00					10.781,00			
3.4.2.1.	06/0701041301	01	2013	14	Edifício Turismo e Cultura - Feira	EMPREITADA	78.0	DACT	2013/01/02	2018/12/31	3	10.781,00	10.781,00					10.781,00			
3.5.					Outras funções económicas							5.500,00	5.500,00		35.000,00	35.000,00	35.000,00	110.500,00			
3.5.2.					Termalismo							5.500,00	5.500,00		35.000,00	35.000,00	35.000,00	110.500,00			
A TRANSPORTAR ...												39.842.184,00	13.296.284,00	26.545.900,00	28.188.250,00	17.667.750,00	10.381.750,00	111.150,00	96.191.084,00		

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				OUTROS
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020		
A TRANSPORTAR ...												39.842.184,00	13.296.284,00	26.545.900,00	28.188.250,00	17.667.750,00	10.381.750,00	111.150,00	96.191.084,00		
3.5.2.1.			Termas das Caldas de Sao Jorge									5.500,00	5.500,00		35.000,00	35.000,00	35.000,00		110.500,00		
3.5.2.1.	09/0701030701	01 2017 75	Adução e abastecimento de água termal	EMPREITADA		100.0		DACT	2017/01/02	2020/12/31	0	5.500,00	5.500,00		35.000,00	35.000,00	35.000,00		110.500,00		
TOTAL GERAL ...												39.847.684,00	13.301.784,00	26.545.900,00	28.223.250,00	17.702.750,00	10.416.750,00	111.150,00	96.301.584,00		

FASES DE EXECUÇÃO

- 0 - NAO INICIADA
- 1 - COM PROJECTO TÉCNICO
- 2 - ADJUDICADA
- 3 - EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 50%
- 4 - EXECUÇÃO FÍSICA SUPERIOR A 50%
- 9 - CONCLUÍDA
- P -

Orgão Executivo

Em ___ de _____ de ____

Orgão Deliberativo

Em ___ de _____ de ____

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO		
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE					
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020		OUTROS	
A TRANSPORTAR ...												1.629.696,00	1.629.696,00		1.497.119,00	1.496.999,00	1.496.999,00	411.739,05	6.532.552,05			
1.1.1.1.		06	2017	6	OUTRA		100.0	DAF	2017/01/02	2020/12/31	0			15.000,00		9.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00		75.000,00	
1.1.1.1.	02/020215	06	2017	6																		
1.1.1.1.	02/020220	06	2017	6																		
1.1.1.1.	02/020220	07	2017	7	OUTRA		100.0	DSI	2017/01/02	2020/12/31	0			1.000,00			1.000,00	1.000,00	1.000,00		4.000,00	
1.1.1.1.	02/020219	08	2017	8	OUTRA		100.0	DAF	2017/01/02	2020/12/31	0			3.000,00	3.000,00		3.000,00	3.000,00	3.000,00		12.000,00	
1.1.1.1.		09	2017	9	OUTRA		100.0		2017/01/02	2020/12/31	0			10.000,00			50.000,00	50.000,00	50.000,00		160.000,00	
1.1.1.1.	0102/020220	09	2017	9																		
1.1.1.1.	0102/020225	09	2017	9																		
1.1.1.1.		10	2017	10	OUTRA		100.0		2017/01/02	2020/12/31	0			16.000,00			117.000,00	117.000,00	117.000,00		367.000,00	
1.1.1.1.	0102/020121	10	2017	10																		
1.1.1.1.	0102/020202	10	2017	10																		
1.1.1.1.	0102/020219	10	2017	10																		
1.1.1.1.	0102/020220	10	2017	10																		
1.1.1.1.	0102/020225	10	2017	10																		
1.1.1.1.	0102/020206	11	2017	11	OUTRA		100.0		2017/01/02	2020/12/31	0			20.000,00	20.000,00		60.000,00	60.000,00	60.000,00		200.000,00	
1.1.1.1.	0102/020225	12	2017	12	OUTRA		100.0	PRES	2017/01/02	2020/12/31	0			40.000,00	40.000,00		40.000,00				80.000,00	
1.1.1.1.		13	2017	13	OUTRA		100.0	Presi denci a	2017/01/02	2020/12/31	0			2.100,00			2.100,00	2.100,00	2.100,00		8.400,00	
1.1.1.1.	0102/020108	13	2017	13																		
1.1.1.1.	0102/020220	13	2017	13																		
1.1.1.1.	0102/020225	13	2017	13																		
1.1.1.1.	06/020206	15	2017	268	OUTRA		100.0		2017/01/02	2020/12/31	0			120.000,00	120.000,00		120.000,00	120.000,00	120.000,00		480.000,00	
1.2.																						
1.2.1.																						
1.2.1.1.																						
1.2.1.1.1.																						
1.2.1.1.1.	01	2015																				
1.2.1.1.1.	0102/080701	0101	2015	4	OUTRA		100.0	CM	2015/01/02	2018/12/31	3			17.000,00	17.000,00		17.000,00				34.000,00	
1.2.1.1.1.	0102/040701	0102	2015	5	OUTRA		100.0	CM	2015/01/02	2018/12/31	3			7.200,00	7.200,00		7.200,00				14.400,00	
1.2.1.1.1.	0102/040701	0103	2015	6	OUTRA		100.0	CM	2015/01/02	2018/12/31	3			30.000,00	30.000,00		30.000,00				60.000,00	
1.2.1.1.1.	0102/040701	0104	2015	7	OUTRA		100.0	CM	2015/01/02	2018/12/31	3			30.000,00	30.000,00		30.000,00				60.000,00	
1.2.1.1.1.	02	2015																				
1.2.1.1.1.	0102/080701	0201	2015	8	OUTRA		100.0	CM	2015/01/02	2018/12/31	3			34.000,00	34.000,00		34.000,00				68.000,00	
1.2.1.1.1.	0102/040701	0202	2015	9	OUTRA		100.0	CM	2015/01/02	2018/12/31	3			7.200,00	7.200,00		7.200,00				14.400,00	
1.2.1.1.1.	0102/040701	0203	2015	10	OUTRA		100.0	CM	2015/01/02	2018/12/31	3			30.000,00	30.000,00		30.000,00				60.000,00	
1.2.1.1.1.	0102/040701	0204	2015	11	OUTRA		100.0	CM	2015/01/02	2018/12/31	3			30.000,00	30.000,00		30.000,00				60.000,00	
1.2.1.1.1.	03	2015																				
1.2.1.1.1.	0102/080701	0301	2015	12	OUTRA		100.0	CM	2015/01/02	2018/12/31	3			17.000,00	17.000,00		17.000,00				34.000,00	
1.2.1.1.1.	0102/040701	0302	2015	13	OUTRA		100.0	CM	2015/01/02	2018/12/31	3			30.000,00	30.000,00		30.000,00				60.000,00	
1.2.1.1.1.	0102/040701	0303	2015	14	OUTRA		100.0	CM	2015/01/02	2018/12/31	3			30.000,00	30.000,00		30.000,00				60.000,00	
1.2.1.1.1.	0102/040701	12	2015	15	OUTRA		100.0	CM	2015/01/02	2018/12/31	3			11.000,00	11.000,00		11.000,00				22.000,00	
1.2.1.1.1.	0102/020212	14	2015	3	OUTRA		100.0	CM	2015/01/02	2018/12/31	3			14.750,00	14.750,00		14.742,00				29.492,00	
1.2.1.2.																						
A TRANSPORTAR ...												2.144.946,00	2.135.946,00	9.000,00	2.198.361,00	1.870.099,00	1.870.099,00	411.739,05	8.495.244,05			

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020		OUTROS
A TRANSPORTAR ...												2.144.946,00	2.135.946,00	9.000,00	2.198.361,00	1.870.099,00	1.870.099,00	411.739,05	8.495.244,05		
1.2.1.2.	0102/020225	02	2017	15	Fundo de Socorro e Emergência	OUTRA		100.0			2017/01/02	2020/12/31	0	1.000,00	1.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00		16.000,00
1.2.1.3.					Protecao civil									33.800,00	33.800,00		23.100,00	8.700,00	8.700,00		74.300,00
1.2.1.3.	0102/040702	01	2015	16	Programa de Vigilância Móvel Motorizada	OUTRA		100.0	CM		2015/01/02	2018/12/31	3	14.400,00	14.400,00		14.400,00				28.800,00
1.2.1.3.		01	2017	16	Aquisição de EPI e fardamento	OUTRA		100.0			2017/01/02	2020/12/31	0	1.400,00			1.200,00	1.200,00	1.200,00		5.000,00
1.2.1.3.	0102/020107	01	2017	16											1.000,00						
1.2.1.3.	0102/020121	01	2017	16											200,00						
1.2.1.3.	0102/020225	01	2017	16											200,00						
1.2.1.3.	0102/020225	02	2017	17	Conselho municipal de segurança e Comissão municipal de proteção civil	OUTRA		100.0			2017/01/02	2020/12/31	0	1.500,00	1.500,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		4.500,00
1.2.1.3.		03	2017	18	Locação de máquina e equipamentos	OUTRA		100.0			2017/01/02	2020/12/31	0	2.000,00			2.000,00	2.000,00	2.000,00		8.000,00
1.2.1.3.	0102/020206	03	2017	18											1.000,00						
1.2.1.3.	0102/020208	03	2017	18											1.000,00						
1.2.1.3.	0102/020225	04	2017	19	Elaboração de Projetos Planos de Segurança	OUTRA		100.0			2017/01/02	2020/12/31	0	1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		4.000,00
1.2.1.3.		05	2017	20	Campanha de Informação e Sensibilização Dia Internacional da Proteção Civil	OUTRA		100.0			2017/01/02	2020/12/31	0	500,00			3.500,00	3.500,00	3.500,00		11.000,00
1.2.1.3.	0102/020115	05	2017	20												200,00					
1.2.1.3.	0102/020121	05	2017	20												200,00					
1.2.1.3.	0102/020225	05	2017	20												100,00					
1.2.1.3.	0102/020225	08	2017	215	Gestão de segurança de eventos culturais e iniciativas municipais	OUTRA		100.0			2017/01/02	2017/12/31	0	1.000,00	1.000,00						1.000,00
1.2.1.3.		09	2017	216	Segurança Contra Incêndios_SCIE	OUTRA		100.0			2017/01/02	2017/12/31	0	11.500,00							11.500,00
1.2.1.3.	0102/020214	09	2017	216											10.000,00						
1.2.1.3.	0102/020215	09	2017	216											500,00						
1.2.1.3.	0102/020219	09	2017	216											500,00						
1.2.1.3.	0102/020225	09	2017	216											500,00						
1.2.1.3.	0102/020225	11	2017	218	Informação pública sobre riscos	OUTRA		100.0			2017/01/02	2017/12/31	0	500,00	500,00						500,00
2.					Funções sociais									17.027.165,00	15.312.210,00	1.714.955,00	17.035.741,00	14.354.742,00	10.241.649,00		58.659.297,00
2.1.					Educação									4.802.689,00	4.190.689,00	612.000,00	7.533.370,00	5.429.500,00	5.429.500,00		24.995.659,00
2.1.1.					Ensino não superior									3.571.442,00	3.049.442,00	522.000,00	4.648.370,00	4.490.100,00	3.989.500,00		16.699.412,00
2.1.1.	11/020115	28	2015	178	Apoio a projetos educativos	OUTRA		100.0	PE		2015/01/02	2017/12/31	3	300,00	300,00						300,00
2.1.1.	11/020225	29	2015	179	Centro de Recursos Educativos Municipal	OUTRA		100.0	PE		2015/01/02	2017/12/31	3	246,00	246,00						246,00
2.1.1.		01	2016	21	Segurança nas Escolas	OUTRA		100.0	PE		2016/01/02	2017/12/31	0	20.288,00							20.288,00
2.1.1.	11/020219	01	2016	21											9.651,00						
2.1.1.	11/020220	01	2016	21											6.150,00						
2.1.1.	11/020225	01	2016	21											4.487,00						
2.1.1.		02	2016	22	Pequenas reparações em escolas	OUTRA		100.0	PE		2016/01/02	2017/12/31	0	23.505,00							23.505,00
2.1.1.	06/020121	02	2016	22											8.280,00						
2.1.1.	06/020203	02	2016	22											10.225,00						
2.1.1.	06/020225	02	2016	22											5.000,00						
A TRANSPORTAR ...												2.224.085,00	2.215.085,00	9.000,00	2.226.461,00	1.883.799,00	1.883.799,00	411.739,05	8.629.883,05		

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020		OUTROS
A TRANSPORTAR ...														2.224.085,00	2.215.085,00	9.000,00	2.226.461,00	1.883.799,00	1.883.799,00	411.739,05	8.629.883,05
2.1.1.1.	11/020121	03	2016	23	Aquisição de material didático para escolas	OUTRA		100.0		PE	2016/01/02	2017/12/31	0	680,00	680,00						680,00
2.1.1.1.	11/020208	04	2016	24	Administração e Gestão das Escolas	OUTRA		100.0		PE	2016/01/02	2020/12/31	0	45.250,00	45.250,00		45.000,00	45.000,00	45.000,00		180.250,00
2.1.1.1.		05	2016	25	Refeitórios Escolares	OUTRA		100.0		PE	2016/01/02	2018/12/31	0	4.504,00			11.000,00				15.504,00
2.1.1.1.	11/020104	05	2016	25											630,00						
2.1.1.1.	11/020107	05	2016	25											95,00						
2.1.1.1.	11/020113	05	2016	25											270,00						
2.1.1.1.	11/020121	05	2016	25											100,00						
2.1.1.1.	11/020202	05	2016	25											1.649,00						
2.1.1.1.	11/020225	05	2016	25											1.760,00						
2.1.1.1.		07	2016	27	Manutenção de parques infantis, pavilhões e balizas exteriores	OUTRA		100.0		PE	2016/01/02	2017/12/31	0	2.660,00							2.660,00
2.1.1.1.	11/020203	07	2016	27											200,00						
2.1.1.1.	11/020225	07	2016	27											2.460,00						
2.1.1.1.	11/020121	09	2016	29	Programa Regime de Fruta Escolar	OUTRA	60.0	40.0		PE	2016/01/02	2018/12/31	2	41.764,00	41.764,00		30.000,00				71.764,00
2.1.1.1.		10	2016	30	Expansão de Educação Pre-Escolar	OUTRA	100.0			PE	2016/01/02	2019/12/31	2	776.610,00			475.000,00	475.000,00			1.726.610,00
2.1.1.1.	11/020105	10	2016	30											622.510,00						
2.1.1.1.	11/020115	10	2016	30											7.207,00						
2.1.1.1.	11/020121	10	2016	30											2.524,00						
2.1.1.1.	11/020206	10	2016	30											3.838,00						
2.1.1.1.	11/020225	10	2016	30											280,00						
2.1.1.1.	11/040701	10	2016	30											140.251,00						
2.1.1.1.		12	2016	32	Escola + Humana	OUTRA		100.0		PE	2016/01/02	2017/12/31	0	2.703,00							2.703,00
2.1.1.1.	11/020115	12	2016	32											87,00						
2.1.1.1.	11/020121	12	2016	32											454,00						
2.1.1.1.	11/020225	12	2016	32											2.162,00						
2.1.1.1.	11/020220	14	2016	34	Programa Saúde Escolar	OUTRA		100.0		PE	2016/01/02	2017/12/31	0	6.144,00	6.144,00						6.144,00
2.1.1.1.	11/020105	17	2016	37	Programa de Campo de Férias "Vive o Verão"	OUTRA		100.0		PE	2016/01/02	2017/12/31	0	884,00	884,00						884,00
2.1.1.1.					Apoio a projetos educativos	OUTRA		100.0		PE	2016/01/02	2017/12/31	0	42.332,00							42.332,00
2.1.1.1.	11/020105	22	2016	42											1.435,00						
2.1.1.1.	11/020108	22	2016	42											267,00						
2.1.1.1.	11/020113	22	2016	42											389,00						
2.1.1.1.	11/020115	22	2016	42											1.925,00						
2.1.1.1.	11/020117	22	2016	42											32,00						
2.1.1.1.	11/020120	22	2016	42											85,00						
2.1.1.1.	11/020121	22	2016	42											605,00						
2.1.1.1.	11/020206	22	2016	42											346,00						
2.1.1.1.	11/020208	22	2016	42											4.313,00						
2.1.1.1.	11/020213	22	2016	42											21.810,00						
2.1.1.1.	11/020215	22	2016	42											2.800,00						
2.1.1.1.	11/020217	22	2016	42											1.725,00						
2.1.1.1.	11/020225	22	2016	42											6.600,00						
2.1.1.1.		24	2016	44	Centro de Recursos Educativos Municipal	OUTRA		100.0		PE	2016/01/02	2017/12/31	0	361,00							361,00
2.1.1.1.	11/020115	24	2016	44											281,00						
2.1.1.1.	11/020121	24	2016	44											80,00						
2.1.1.1.	11/020225	26	2016	46	Observatório para a educação e inovação	OUTRA		100.0		PE	2016/01/02	2017/12/31	0	5.535,00	5.535,00						5.535,00
A TRANSPORTAR ...														3.153.512,00	3.144.512,00	9.000,00	2.787.461,00	2.403.799,00	1.928.799,00	411.739,05	10.685.310,05

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO						
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE									
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020		OUTROS					
A TRANSPORTAR ...												5.195.240,00	5.092.240,00	103.000,00	6.361.831,00	5.925.899,00	5.440.299,00	411.739,05	23.335.008,05							
2.1.1.1.		32	2017	50	Programa ERASMUS+ Educação Formação(The School we have & The School we want)	OUTRA			100.0	PE	2017/01/02	2018/12/31	0	48.684,00			28.500,00					77.184,00				
2.1.1.1.	11/020121	32	2017	50													5.500,00									
2.1.1.1.	11/020213	32	2017	50													21.184,00									
2.1.1.1.	11/020225	32	2017	50													10.000,00									
2.1.1.1.	11/04080202	32	2017	50													12.000,00									
2.1.1.1.		33	2017	51	Programa ERASMUS+ Educação Formação(IOS - Improving Our Skills)	OUTRA			100.0	PE	2017/01/02	2018/12/31	0	65.064,00			36.500,00					101.564,00				
2.1.1.1.	11/020121	33	2017	51													5.000,00									
2.1.1.1.	11/020213	33	2017	51													25.000,00									
2.1.1.1.	11/020225	33	2017	51													21.764,00									
2.1.1.1.	11/04080202	33	2017	51													13.300,00									
2.1.1.1.	11/020120	34	2017	52	Color ADD	OUTRA				PE	2017/01/02	2017/12/31	4	100,00			100,00					100,00				
2.1.1.1.	11/020225	35	2017	53	Feira "Empreende"	OUTRA				PE	2017/01/02	2017/12/31	0	100,00			100,00					100,00				
2.1.1.1.	11/04080202	36	2017	54	Projecto Educativo "Sinto-me Bem"	OUTRA	100.0			PE	2017/01/02	2017/12/31	0	1.000,00			1.000,00					1.000,00				
2.1.1.1.		37	2017	55	Feira Artes Performativas	OUTRA	100.0			PE	2017/01/02	2017/12/31	0	1.000,00								1.000,00				
2.1.1.1.	11/020115	37	2017	55													100,00									
2.1.1.1.	11/020208	37	2017	55													100,00									
2.1.1.1.	11/020217	37	2017	55													400,00									
2.1.1.1.	11/020225	37	2017	55													400,00									
2.1.1.1.	11/020225	38	2017	56	PrJgr@M@-t?	OUTRA	100.0			PE	2017/01/02	2017/12/31	0	15.000,00		5.000,00	10.000,00					15.000,00				
2.1.1.1.	11/040701	39	2017	57	Planos de Ação Estratégica de Promoção do Sucesso Escolar Agrupamentos de Escolas	OUTRA	100.0			PE	2017/01/02	2019/12/31	0	5.000,00		5.000,00		15.000,00		15.000,00		35.000,00				
2.1.1.1.	11/020213	40	2017	58	Prêmio de Excelência Mérito Escolar	OUTRA	100.0			PE	2017/01/02	2020/12/31	0	1.000,00		1.000,00		5.000,00		5.000,00		5.000,00				
2.1.1.1.	11/020225	41	2017	59	PEM Plano Educativo Municipal	OUTRA	100.0			PE	2017/01/02	2020/12/31	0	1.000,00		1.000,00		10.000,00		10.000,00		10.000,00				
2.1.1.1.	11/04080202	42	2017	60	Projecto Educativo AMP "PAPSE Prev.Abandono Precoce Promoção Sucesso Escolar"		15.0	85.0		PE	2017/01/02	2020/12/31		418.000,00		418.000,00		418.000,00		418.000,00		418.000,00				
2.1.2.					Serviços auxiliares de ensino									1.231.247,00		1.141.247,00		90.000,00		2.885.000,00		2.740.000,00		1.440.000,00		8.296.247,00
2.1.2.1.					Accao Social Escolar									1.226.247,00		1.136.247,00		90.000,00		2.885.000,00		2.740.000,00		1.440.000,00		8.291.247,00
2.1.2.1.1.	11/040305	02	2015	64	Apoio Social Escolar	OUTRA	100.0			PE	2015/01/02	2017/12/31	0	6.204,00		6.204,00							6.204,00			
2.1.2.1.1.		01	2016	58	Transportes Escolares	OUTRA	10.0	90.0		PE	2016/01/02	2019/12/31	0	490.043,00			1.300.000,00		1.300.000,00				3.090.043,00			
2.1.2.1.1.	11/020206	01	2016	58													11.043,00									
2.1.2.1.1.	11/020210	01	2016	58													479.000,00									
2.1.2.1.1.	11/040305	02	2016	59	Apoio Social Escolar	OUTRA	100.0			PE	2016/01/02	2017/12/31	0	25.000,00		25.000,00							25.000,00			
2.1.2.1.1.		01	2017	61	Transportes Escolares	OUTRA	10.0	90.0		PE	2017/01/02	2020/12/31	0	560.000,00			1.440.000,00		1.440.000,00		1.440.000,00		4.880.000,00			
2.1.2.1.1.	11/020206	01	2017	61													10.000,00									
2.1.2.1.1.	11/020210	01	2017	61													550.000,00									
2.1.2.1.1.	11/040305	02	2017	62	Apoio Social Escolar	OUTRA	100.0			PE	2017/01/02	2018/12/31	0	95.000,00		5.000,00	90.000,00		95.000,00				190.000,00			
2.1.2.1.1.	11/04080202	03	2017	63	Bolsas de Estudo	OUTRA	100.0			PE	2017/01/02	2018/12/31	0	50.000,00		50.000,00		50.000,00					100.000,00			
2.1.2.2.					Bibliotecas Escolares									5.000,00		5.000,00							5.000,00			
2.1.2.2.1.		01	2017	64	Rede Nacional de Bibliotecas Escolares	OUTRA	100.0			PE	2017/01/02	2017/12/31	0	5.000,00									5.000,00			
2.1.2.2.2.	11/020120	01	2017	64													250,00									
A TRANSPORTAR ...												6.982.435,00	6.356.685,00	621.000,00	9.759.831,00	9.113.899,00	7.313.299,00	411.739,05	33.581.203,05							

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020		OUTROS
A TRANSPORTAR ...														7.369.989,00	6.722.489,00	647.500,00	9.759.831,00	9.113.899,00	7.313.299,00	411.739,05	33.968.757,05
2.3.2.1.		20	2017	134	Provedoria Municipal para a Mobilidade	OUTRA		100.0		DASQV	2017/01/02	2017/12/31	0	10.000,00							10.000,00
2.3.2.1.	12/020225	20	2017	134											5.000,00						
2.3.2.1.	12/040701	20	2017	134											5.000,00						
2.3.2.1.		21	2017	135	GIP_Gabinete de Inserção Profissional	OUTRA		100.0		DASQV	2017/01/02	2017/12/31	0	3.000,00							3.000,00
2.3.2.1.	12/020225	21	2017	135											500,00						
2.3.2.1.	12/040701	21	2017	135											2.500,00						
2.3.2.1.		22	2017	136	V Mosaico Social	OUTRA		100.0		DASQV	2017/01/02	2017/12/31	0	30.000,00		25.000,00					30.000,00
2.3.2.1.	12/020225	22	2017	136											2.500,00						
2.3.2.1.	12/040701	22	2017	136											2.500,00						
2.3.2.1.		23	2017	137	Iniciativas Sociais/Outros projectos	OUTRA		100.0		DASQV	2017/01/02	2017/12/31	0	500,00							500,00
2.3.2.1.	12/020121	23	2017	137											100,00						
2.3.2.1.	12/020225	23	2017	137											200,00						
2.3.2.1.	12/040701	23	2017	137											200,00						
2.3.2.1.	12/040701	24	2017	138	Programa de Apoio Pessoas Colectivas de Direito Privado sem fins lucrativos	OUTRA		100.0		DASQV	2017/01/02	2017/12/31	0	15.000,00	5.000,00	10.000,00					15.000,00
2.3.2.1.		33	2017	256	M.I.D.A.S. Mudança para a inclusão e desenvolvimento artístico-social	OUTRA		10.0	90.0	DASQV	2017/01/02	2020/12/31	0	290.000,00		288.000,00	100.000,00	100.000,00	10.000,00		500.000,00
2.3.2.1.	12/020121	33	2017	256											1.000,00						
2.3.2.1.	12/020225	33	2017	256											1.000,00						
2.4.					Habituação e servicos colectivos									6.569.158,00	6.417.283,00	151.875,00	5.668.859,00	4.518.307,00	4.130.777,00		20.887.101,00
2.4.1.					Habitacao									43.700,00	23.200,00	20.500,00					43.700,00
2.4.1.1.					Habitacao									43.700,00	23.200,00	20.500,00					43.700,00
2.4.1.1.		25	2017	139	Espaços exteriores e equipamentos	OUTRA		100.0		DASQV	2017/01/02	2017/12/31	0	14.000,00		9.000,00					14.000,00
2.4.1.1.	12/020121	25	2017	139											500,00						
2.4.1.1.	12/020203	25	2017	139											1.000,00						
2.4.1.1.	12/020225	25	2017	139											1.500,00						
2.4.1.1.	12/040701	25	2017	139											2.000,00						
2.4.1.1.		26	2017	140	Gabinete de Gestão do Parque Habitacional	OUTRA		100.0		DASQV	2017/01/02	2017/12/31	0	1.050,00							1.050,00
2.4.1.1.	12/020118	26	2017	140											150,00						
2.4.1.1.	12/020225	26	2017	140											900,00						
2.4.1.1.	12/020225	27	2017	141	Sistema Cobrança de Rendas	OUTRA		100.0		DASQV	2017/01/02	2017/12/31	0	8.000,00	8.000,00						8.000,00
2.4.1.1.		29	2017	143	Concelho Solidário_Medida B_Apoio Excepcional	OUTRA		100.0		DASQV	2017/01/02	2017/12/31	0	16.500,00		11.500,00					16.500,00
2.4.1.1.	12/020121	29	2017	143											250,00						
2.4.1.1.	12/04050102	29	2017	143											250,00						
2.4.1.1.	12/040701	29	2017	143											4.500,00						
2.4.1.1.		30	2017	144	Conservação e Recuperação do Parque Habitacional	OUTRA		100.0		DASQV	2017/01/02	2017/12/31	0	4.000,00							4.000,00
2.4.1.1.	12/020101	30	2017	144											3.000,00						
2.4.1.1.	12/020121	30	2017	144											250,00						
2.4.1.1.	12/020203	30	2017	144											250,00						
2.4.1.1.	12/020225	30	2017	144											500,00						
2.4.1.1.		31	2017	145	Gestão Social do Parque Habitacional do Municipio_GPL	OUTRA		100.0		DASQV	2017/01/02	2017/12/31	0	150,00							150,00
A TRANSPORTAR ...														7.762.189,00	6.771.039,00	991.000,00	9.859.831,00	9.213.899,00	7.323.299,00	411.739,05	34.570.957,05

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE			
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020	
A TRANSPORTAR ...												8.131.539,00	7.039.039,00	1.092.500,00	10.264.638,00	9.612.206,00	7.394.076,00	411.739,05	35.814.198,05	
2.4.2.2.	04/020219	23	2017	271	Contrato de manutenção hardware Mirante	OUTRA	100.0		PPU	2017/11/06	2020/12/31	0	1.000,00	1.000,00		30.000,00	30.000,00		61.000,00	
2.4.2.2.	04/020219	24	2017	272	Outros contratos de manutenção	OUTRA	100.0		PPU	2017/01/02	2020/12/31	0	1.000,00	1.000,00		30.000,00	30.000,00		61.000,00	
2.4.3.					Saneamento								2.689.000,00	2.689.000,00		2.750.000,00	2.750.000,00	2.750.000,00	10.939.000,00	
2.4.3.1.					Rede de esgotos e pluviais								2.689.000,00	2.689.000,00		2.750.000,00	2.750.000,00	2.750.000,00	10.939.000,00	
2.4.3.1.	06/020225	01	2016	92	Tratamento de águas residuais - ADCL	OUTRA	100.0		DAOM	2016/01/02	2020/12/31	0	2.689.000,00	2.689.000,00		2.750.000,00	2.750.000,00	2.750.000,00	10.939.000,00	
2.4.5.					Resíduos sólidos e outros								3.208.500,00	3.208.500,00		2.168.581,00	1.310.000,00	1.310.000,00	7.997.081,00	
2.4.5.	06/020225	02	2010	108	RECOLHA DE RSU E LIMPEZA URBANA	OUTRA	100.0		DAOM	2010/01/02	2018/12/31	4	2.020.500,00	2.020.500,00		858.581,00			2.879.081,00	
2.4.5.	06/020225	01	2016	93	Utilização do aterro da SULDOURO	OUTRA	100.0		DAOM	2016/01/02	2020/12/31	0	1.188.000,00	1.188.000,00		1.310.000,00	1.310.000,00	1.310.000,00	5.118.000,00	
2.4.6.					Proteção do meio ambiente e conservação da natureza								256.608,00	226.733,00	29.875,00	285.471,00			542.079,00	
2.4.6.1.					Proteção do meio ambiente								256.608,00	226.733,00	29.875,00	285.471,00			542.079,00	
2.4.6.1.	06/020206	06	2013	142	Locação de material de transporte	OUTRA	100.0		DAOM	2013/01/02	2018/12/31	3	9.953,00	9.953,00		16.364,00			26.317,00	
2.4.6.1.	06/020220	02	2015	199	Recolha de resíduos da oficina estaleiro	OUTRA	100.0		DAOM	2015/01/02	2016/12/31	3	1.109,00	1.109,00					1.109,00	
2.4.6.1.	06/040701	03	2015	28	Protocolos com associações (quercos, anifeira)	OUTRA	100.0		DAOM	2015/01/02	2018/12/31	3	6.000,00	6.000,00		6.000,00			12.000,00	
2.4.6.1.	06/020206	06	2015	27	Locação de material de transporte	OUTRA	100.0		DAOM	2015/01/02	2018/12/31	2	58.268,00	58.268,00		100.507,00			158.775,00	
2.4.6.1.	06/020220	01	2016	94	Recolha de resíduos da oficina estaleiro	OUTRA	100.0		DAOM	2016/01/02	2016/12/31	0	53.820,00	53.820,00					53.820,00	
2.4.6.1.	06/020121	04	2016	97	Aquisição de fármacos e outros para Veterinário Municipal	OUTRA	100.0		DAOM	2016/01/02	2016/12/31	0	151,00	151,00					151,00	
2.4.6.1.	06/020121	05	2016	98	Gestão de Jardins e Parques	OUTRA	100.0		DAOM	2016/01/02	2018/12/31	0	40.396,00			50.000,00			90.396,00	
2.4.6.1.	06/020203	05	2016	98										938,00						
2.4.6.1.	06/020206	05	2016	98										1.772,00						
2.4.6.1.	06/020206	05	2016	98										5.166,00						
2.4.6.1.	06/020225	05	2016	98										32.520,00						
2.4.6.1.	06/020225	02	2017	203	Campanha Integrada de Sensibilização no Concelho SMF Deposição Multimaterial de Resíduos	OUTRA	15.0	85.0		2017/01/02	2017/12/31	0	10.875,00	1.000,00	9.875,00				10.875,00	
2.4.6.1.	06/020225	03	2017	204	Outras campanhas de sensibilização ambiental	OUTRA	100.0		DAOM	2017/01/02	2017/12/31	0	1.000,00	1.000,00					1.000,00	
2.4.6.1.		04	2017	205	Gestão do Parque das Ribeiras do Uima	OUTRA	100.0		DAOM	2017/01/02	2018/12/31	0	19.036,00			12.600,00			31.636,00	
2.4.6.1.	06/020121	04	2017	205										1.000,00						
2.4.6.1.	06/020225	04	2017	205										18.036,00						
2.4.6.1.	06/020225	05	2017	206	Gestão da Praia Fluvial da Mamoa	OUTRA	100.0		DAOM	2017/01/02	2017/12/31	0	4.000,00	4.000,00					4.000,00	
2.4.6.1.		07	2017		Veterinário Municipal								2.000,00	2.000,00					2.000,00	
2.4.6.1.	06/020109	0701	2017	208	Fármacos	OUTRA	100.0		DAOM	2017/01/02	2017/12/31	0	1.200,00	1.200,00					1.200,00	
2.4.6.1.	06/020111	0702	2017	209	Material médico	OUTRA	100.0		DAOM	2017/01/02	2017/12/31	0	100,00	100,00					100,00	
2.4.6.1.	06/020121	0703	2017	210	Alimentação animal	OUTRA	100.0		DAOM	2017/01/02	2017/12/31	0	500,00	500,00					500,00	
2.4.6.1.	06/020104	0704	2017	211	Desinfetante para as instalações	OUTRA	100.0		DAOM	2017/01/02	2017/12/31	0	100,00	100,00					100,00	
2.4.6.1.	06/020107	0705	2017	212	Vestuário	OUTRA	100.0		DAOM	2017/01/02	2017/12/31	0	100,00	100,00					100,00	
A TRANSPORTAR ...												14.237.647,00	13.135.272,00	1.102.375,00	15.428.690,00	13.732.206,00	11.454.076,00	411.739,05	55.264.358,05	

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO				
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE							
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020		OUTROS			
A TRANSPORTAR ...														14.237.647,00	13.135.272,00	1.102.375,00	15.428.690,00	13.732.206,00	11.454.076,00	411.739,05	55.264.358,05			
2.4.6.1.		09	2017 213	Gestão de Jardins e Parques	OUTRA		100.0	DAOM	2017/01/02	2018/12/31	0			50.000,00		20.000,00	100.000,00					150.000,00		
2.4.6.1.	06/020109	09	2017 213												1.500,00									
2.4.6.1.	06/020121	09	2017 213												10.000,00									
2.4.6.1.	06/020202	09	2017 213												1.000,00									
2.4.6.1.	06/020206	09	2017 213												7.500,00									
2.4.6.1.	06/020225	09	2017 213												10.000,00									
2.5.				Serviços culturais, recreativos e religiosos											4.919.264,00	4.317.684,00	601.580,00	3.733.512,00	2.506.335,00	671.372,00			11.830.483,00	
2.5.1.				Cultura											3.317.076,00	3.016.996,00	300.080,00	2.614.012,00	2.348.335,00	671.372,00			8.950.795,00	
2.5.1.1.				Rede leitura publica											93.310,00	80.810,00	12.500,00	50.645,00	46.400,00	46.400,00			236.755,00	
2.5.1.1.	08/020219	14	2011 348	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DA SOLUÇÃO DE GESTÃO INTEGRADA DE BIBLIOTECAS HORIZON	OUTRA		100.0	DBDA	2011/01/02	2017/12/31	4			5.580,00	5.580,00								5.580,00	
2.5.1.1.	08/040701	02	2015 29	Protocolos com associações (Biblioteca Publica S.Paio Oleiros)	OUTRA		100.0	DBA	2015/01/02	2018/12/31	2			2.400,00	2.400,00		2.400,00						4.800,00	
2.5.1.1.	08/020120	01	2016 99	Aquisição de documentos	OUTRA		100.0	DBA	2016/01/02	2016/12/31	0			10.497,00	10.497,00								10.497,00	
2.5.1.1.		03	2016 101	Núcleo pedagógico	OUTRA		100.0	DBA	2016/01/02	2016/12/31	0			5.489,00									5.489,00	
2.5.1.1.	08/020120	03	2016 101												1.019,00									
2.5.1.1.	08/020225	03	2016 101												4.470,00									
2.5.1.1.	08/020115	04	2016 102	Extensão cultural	OUTRA		100.0	DBA	2016/01/02	2016/12/31	0			226,00	226,00								226,00	
2.5.1.1.		07	2016 105	Manutenção edifício/equipamentos	OUTRA		100.0	DBA	2016/01/02	2016/12/31	0			1.176,00									1.176,00	
2.5.1.1.	08/020121	07	2016 105												66,00									
2.5.1.1.	08/020203	07	2016 105												1.110,00									
2.5.1.1.	08/020219	02	2017 147	Contrato de manutenção da solução de gestão integrada de Bibliotecas HORIZON	OUTRA		100.0	DBDA	2017/01/02	2020/12/31	0			9.500,00	9.500,00		9.500,00	9.500,00	9.500,00				38.000,00	
2.5.1.1.	08/020219	03	2017 148	Contratos de manutenção diversos	OUTRA		100.0	DBDA	2017/01/02	2018/12/31	0			1.845,00	1.845,00		1.845,00						3.690,00	
2.5.1.1.	08/020120	04	2017 149	Aquisição de documentos	OUTRA		100.0	DBDA	2017/01/02	2020/12/31	0			22.500,00	10.000,00	12.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00				90.000,00
2.5.1.1.	08/020225	05	2017 150	SGQ Sistema de gestão de qualidade	OUTRA		100.0	DBDA	2017/01/02	2020/12/31	0			2.500,00	2.500,00		2.500,00	2.500,00	2.500,00				10.000,00	
2.5.1.1.		06	2017 151	Núcleo pedagógico	OUTRA		100.0	DBDA	2017/01/02	2020/12/31	0			11.900,00			11.900,00	11.900,00	11.900,00				47.600,00	
2.5.1.1.	08/020120	06	2017 151												3.000,00									
2.5.1.1.	08/020225	06	2017 151												8.900,00									
2.5.1.1.		07	2017 152	Eventos	OUTRA		100.0	DBDA	2017/01/02	2017/12/31	0			5.450,00										5.450,00
2.5.1.1.	08/020121	07	2017 152												2.750,00									
2.5.1.1.	08/020225	07	2017 152												2.700,00									
2.5.1.1.	08/020121	08	2017 153	Gestão de empréstimo	OUTRA		100.0	DBDA	2017/01/02	2017/12/31	0			950,00	950,00								950,00	
2.5.1.1.		09	2017 154	Manutenção edifício/equipamentos	OUTRA		100.0	DBDA	2017/01/02	2017/12/31	0			10.000,00									10.000,00	
2.5.1.1.	08/020121	09	2017 154												5.000,00									
2.5.1.1.	08/020203	09	2017 154												5.000,00									
2.5.1.1.	08/020225	10	2017 155	Sistemas de Informação	OUTRA		100.0	DBDA	2017/01/02	2017/12/31	0			3.297,00	3.297,00								3.297,00	
2.5.1.2.				Rede museus											301.808,00	156.321,00	145.487,00	34.250,00	31.250,00	31.250,00			398.558,00	
2.5.1.2.	09/020219	02	2014 102	Contratos de manutenção	OUTRA		100.0	DPC	2014/01/02	2018/12/31	4			2.720,00	2.720,00		3.000,00						5.720,00	
2.5.1.2.		02	2016 109	Contratos de manutenção	OUTRA		100.0	DPC	2016/01/02	2016/12/31	0			1.868,00									1.868,00	
2.5.1.2.	09/020219	02	2016 109												908,00									
2.5.1.2.	09/020225	02	2016 109												960,00									
2.5.1.2.		05	2016 112	Plano de Promoção e Divulgação	OUTRA		100.0	DPC	2016/01/02	2016/12/31	0			148,00									148,00	
2.5.1.2.	09/020115	05	2016 112												8,00									
A TRANSPORTAR ...														14.385.693,00	13.250.678,00	1.134.875,00	15.582.335,00	13.778.606,00	11.500.476,00	411.739,05	55.658.849,05			

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO				
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE							
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020		OUTROS			
A TRANSPORTAR ...														15.548.753,00	14.268.391,00	1.280.362,00	16.475.962,00	14.672.233,00	11.531.726,00	411.739,05	58.640.413,05			
2.5.1.5.	0102/05010101	0105	2016	135	Piscina de S. João de Ver	OUTRA		100.0	DACT	2016/01/02	2019/12/31	0			96.000,00	96.000,00		96.250,00	96.250,00				288.500,00	
2.5.1.5.	0102/05010101	0106	2016	136	Pavilhão da Lavandeira	OUTRA		100.0	DACT	2016/01/02	2019/12/31	0			72.350,00	72.350,00		49.750,00	49.750,00				171.850,00	
2.5.1.5.	0102/05010101	0108	2016	138	Parque Ornitológico de Lourosa	OUTRA		100.0	DACT	2016/01/02	2019/12/31	0			220.000,00	220.000,00		219.920,00	219.920,00				659.840,00	
2.5.1.5.	0102/05010101	0109	2016	139	Animação	OUTRA		100.0	DACT	2016/01/02	2019/12/31	0			307.150,00	307.150,00		336.000,00	336.000,00				979.150,00	
2.5.1.5.	0102/05010101	0110	2016	140	Cinetastro António Lamoso/Programação de Sala	OUTRA		100.0	DACT	2016/01/02	2019/12/31	0			149.500,00	149.500,00		114.250,00	114.250,00				378.000,00	
2.5.1.5.	0102/020225	02	2016	141	Festa das Fogaceiras	OUTRA		100.0	DACT	2016/01/02	2017/12/31	0			1.500,00	1.500,00							1.500,00	
2.5.1.5.		03	2016	142	Imaginaris - Festival Internacional de Teatro de Rua	OUTRA		100.0	DACT	2016/01/02	2018/12/31	0			282.000,00			250.000,00						532.000,00
2.5.1.5.	09/02010299	03	2016	142												9.000,00								
2.5.1.5.	09/020108	03	2016	142												1.000,00								
2.5.1.5.	09/020115	03	2016	142												2.500,00								
2.5.1.5.	09/02011603	03	2016	142												500,00								
2.5.1.5.	09/020121	03	2016	142												12.000,00								
2.5.1.5.	09/020202	03	2016	142												500,00								
2.5.1.5.	09/020206	03	2016	142												6.500,00								
2.5.1.5.	09/020208	03	2016	142												9.000,00								
2.5.1.5.	09/020211	03	2016	142												500,00								
2.5.1.5.	09/020213	03	2016	142												6.500,00								
2.5.1.5.	09/020214	03	2016	142												62.000,00								
2.5.1.5.	09/020217	03	2016	142												10.000,00								
2.5.1.5.	09/020220	03	2016	142												1.000,00								
2.5.1.5.	09/020225	03	2016	142												161.000,00								
2.5.1.5.		04	2016	143	Encontros com a Música	OUTRA		100.0	DACT	2016/01/02	2016/12/31	0			4.930,00									4.930,00
2.5.1.5.	09/020208	04	2016	143												200,00								
2.5.1.5.	09/020225	04	2016	143												4.730,00								
2.5.1.5.		05	2016	144	Ação Cultural	OUTRA		100.0	DACT	2016/01/02	2017/12/31	0			12.946,00									12.946,00
2.5.1.5.	09/020115	05	2016	144												562,00								
2.5.1.5.	09/020120	05	2016	144												517,00								
2.5.1.5.	09/020121	05	2016	144												81,00								
2.5.1.5.	09/020208	05	2016	144												2.533,00								
2.5.1.5.	09/020217	05	2016	144												232,00								
2.5.1.5.	09/020225	05	2016	144												9.021,00								
2.5.1.5.		06	2016	145	Produções e eventos temáticos	OUTRA		100.0	DACT	2016/01/02	2016/12/31	0			5.097,00									5.097,00
2.5.1.5.	09/020121	06	2016	145												154,00								
2.5.1.5.	09/020217	06	2016	145												314,00								
2.5.1.5.	09/020225	06	2016	145												4.629,00								
2.5.1.5.		08	2016	147	CCTAR_Caixa das Artes	OUTRA		100.0	DACT	2016/01/02	2020/12/31	0			204.467,00			156.820,00	158.388,00	159.972,00				679.647,00
2.5.1.5.	09/020121	08	2016	147												30.000,00								
2.5.1.5.	09/020217	08	2016	147												14.567,00								
2.5.1.5.	09/020220	08	2016	147												49.200,00								
2.5.1.5.	09/020225	08	2016	147												110.700,00								
2.5.1.5.	09/040701	10	2016	149	Plano de Apoio a Projectos Culturais	OUTRA		100.0	DACT	2016/01/02	2017/12/31	0			49.822,00									49.822,00
2.5.1.5.	09/040701	11	2016	241	Festival Luso Brasileiro de Cinema	OUTRA			DACT	2016/01/02	2017/12/31	0			20.000,00									20.000,00
2.5.1.5.		02	2017	180	Festa das Fogaceiras	OUTRA		100.0	DACT	2017/01/02	2020/12/31	0			65.000,00			65.000,00	65.000,00	65.000,00				260.000,00
2.5.1.5.	0102/020104	02	2017	180												1.000,00								
2.5.1.5.	0102/020115	02	2017	180												17.000,00								
2.5.1.5.	0102/020117	02	2017	180												1.500,00								
A TRANSPORTAR ...														17.039.515,00	15.713.653,00	1.280.362,00	17.763.952,00	15.711.791,00	11.756.698,00	411.739,05	62.683.695,05			

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020		OUTROS
A TRANSPORTAR ...														17.411.354,00	16.042.992,00	1.368.362,00	18.066.452,00	16.004.291,00	12.049.198,00	411.739,05	63.943.034,05
2.5.1.8.	10/020225	03	2016	155	Programa Empreende Jovem	OUTRA		100.0	DJD	2016/01/02	2016/12/31	0			296,00	296,00					296,00
2.5.1.8.		04	2016	156	Jovem Autarca	OUTRA		100.0	DJD	2016/01/02	2017/12/31	0			11.214,00						11.214,00
2.5.1.8.	10/020121	04	2016	156												197,00					
2.5.1.8.	10/020206	04	2016	156												1.436,00					
2.5.1.8.	10/020225	04	2016	156												9.581,00					
2.5.1.8.		05	2016	157	Jovens Cri(Ativos)	OUTRA		100.0	DJD	2016/01/02	2016/12/31	0			1.336,00						1.336,00
2.5.1.8.	10/020121	05	2016	157												367,00					
2.5.1.8.	10/020225	05	2016	157												969,00					
2.5.1.8.		09	2016	161	Projeto no ambito da Juventude	OUTRA		100.0	DJD	2016/01/02	2017/12/31	0			17.905,00						17.905,00
2.5.1.8.	10/020115	09	2016	161												367,00					
2.5.1.8.	10/020121	09	2016	161												1.182,00					
2.5.1.8.	10/020203	09	2016	161												3.561,00					
2.5.1.8.	10/020206	09	2016	161												1.470,00					
2.5.1.8.	10/020213	09	2016	161												462,00					
2.5.1.8.	10/020225	09	2016	161												10.863,00					
2.5.1.8.	10/020225	12	2016	164	Outras Ações	OUTRA		100.0	DJD	2016/01/02	2016/12/31	0			75,00	75,00					75,00
2.5.1.8.	10/020115	01	2017	66	Espaço juventude			100.0	PD	2017/01/02	2017/12/31				500,00	500,00					500,00
2.5.1.8.		02	2017	67	Programa Empreende Jovem	OUTRA		100.0	PD	2017/01/02	2017/12/31	0			900,00						900,00
2.5.1.8.	10/020115	02	2017	67												500,00					
2.5.1.8.	10/020121	02	2017	67												200,00					
2.5.1.8.	10/020217	02	2017	67												100,00					
2.5.1.8.	10/020225	02	2017	67												100,00					
2.5.1.8.		03	2017	68	Jovem Autarca	OUTRA		100.0	PD	2017/01/02	2017/12/31	0			10.000,00		5.000,00				10.000,00
2.5.1.8.	10/020115	03	2017	68												600,00					
2.5.1.8.	10/020121	03	2017	68												200,00					
2.5.1.8.	10/020206	03	2017	68												1.000,00					
2.5.1.8.	10/020208	03	2017	68												700,00					
2.5.1.8.	10/020213	03	2017	68												200,00					
2.5.1.8.	10/020217	03	2017	68												700,00					
2.5.1.8.	10/020225	03	2017	68												600,00					
2.5.1.8.	10/04080202	03	2017	68												1.000,00					
2.5.1.8.	10/020121	04	2017	69	Cartão Jovem Municipal EYC	OUTRA		100.0	PD	2017/01/02	2017/12/31	0			5.000,00	2.500,00	2.500,00				5.000,00
2.5.1.8.		05	2017	70	Jovens Cri(Ativos)	OUTRA		100.0	PD	2017/01/02	2017/12/31	0			6.000,00		3.000,00				6.000,00
2.5.1.8.	10/020121	05	2017	70												250,00					
2.5.1.8.	10/020208	05	2017	70												250,00					
2.5.1.8.	10/020217	05	2017	70												500,00					
2.5.1.8.	10/020225	05	2017	70												2.000,00					
2.5.1.8.		06	2017	71	Jovens Ativos-Experiências profissionais	OUTRA		100.0	PD	2017/01/02	2017/12/31	0			3.500,00						3.500,00
2.5.1.8.	10/020206	06	2017	71												500,00					
2.5.1.8.	10/020208	06	2017	71												500,00					
2.5.1.8.	10/020217	06	2017	71												500,00					
2.5.1.8.	10/020225	06	2017	71												2.000,00					
2.5.1.8.		07	2017	72	Projeto no ambito da Juventude	OUTRA		100.0	PD	2017/01/02	2017/12/31	0			15.000,00						15.000,00
2.5.1.8.	10/020115	07	2017	72												300,00					
2.5.1.8.	10/020121	07	2017	72												1.000,00					
2.5.1.8.	10/020206	07	2017	72												2.800,00					
2.5.1.8.	10/020213	07	2017	72												200,00					
2.5.1.8.	10/020225	07	2017	72												10.000,00					
2.5.1.8.	10/040701	07	2017	72												700,00					
A TRANSPORTAR ...														17.483.080,00	16.104.218,00	1.378.862,00	18.066.452,00	16.004.291,00	12.049.198,00	411.739,05	64.014.760,05

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO			
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE						
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020		OUTROS		
A TRANSPORTAR ...														17.483.080,00	16.104.218,00	1.378.862,00	18.066.452,00	16.004.291,00	12.049.198,00	411.739,05	64.014.760,05		
2.5.1.8.		09	2017	74	Concelho municipal da juventude	OUTRA		100.0	PD	2017/01/02	2017/12/31	0			700,00							700,00	
2.5.1.8.	10/020121	09	2017	74																			
2.5.1.8.	10/020217	09	2017	74																			
2.5.1.8.	10/020225	09	2017	74																			
2.5.1.8.		10	2017	75	Voluntariado Jovem	OUTRA		100.0	PD	2017/01/02	2017/12/31	0			400,00							400,00	
2.5.1.8.	10/020121	10	2017	75																			
2.5.1.8.	10/020225	10	2017	75																			
2.5.1.8.	10/020225	14	2017	79	Loja Europa Jovem	OUTRA		100.0	PD	2017/01/02	2017/12/31	0			1.500,00	1.500,00						1.500,00	
2.5.1.8.	10/020225	15	2017	80	Prove	OUTRA		100.0	PD	2017/01/02	2017/12/31	0			100,00	100,00						100,00	
2.5.1.8.	10/020225	16	2017	81	HUB-Programa integrado de combate ao desemprego juvenil	OUTRA		100.0	PD	2017/01/02	2017/12/31	0			100,00	100,00						100,00	
2.5.1.8.	10/020225	17	2017	82	Além Feira!Feira além fronteiras	OUTRA		100.0	PD	2017/01/02	2017/12/31	0			100,00	100,00						100,00	
2.5.1.8.		18	2017	83	Festa de Natal Inclusivo	OUTRA		100.0	PD	2017/01/02	2017/12/31	0			1.900,00							1.900,00	
2.5.1.8.	10/020115	18	2017	83																			
2.5.1.8.	10/020121	18	2017	83																			
2.5.1.8.	10/020208	18	2017	83																			
2.5.1.8.	10/020225	18	2017	83																			
2.5.1.8.	10/04080200	19	2017	84	Bolsas de Investigação	OUTRA		100.0	PD	2017/01/02	2020/12/31	0			3.000,00	3.000,00		3.000,00	3.000,00	3.000,00		12.000,00	
2.5.1.8.	10/04080200	20	2017	85	Programa Nacional de Bolsas de Arquitetura para Jovens Arquitetos	OUTRA		10.0	PD	2017/01/02	2020/12/31	0			500,00	500,00		3.500,00	3.500,00	3.500,00		11.000,00	
2.5.1.8.	10/020225	21	2017	86	Orquestra e Banda Sinfônica de Jovens de Santa Maria da Feira	OUTRA		100.0	PD	2017/01/02	2020/12/31	0			113.343,00	69.750,00	43.593,00	69.750,00	69.750,00	69.750,00		322.593,00	
2.5.2.					Desporto, recreio e lazer										1.368.071,00	1.066.571,00	301.500,00	1.089.500,00	128.000,00			2.585.571,00	
2.5.2.1.					Rede de equipamentos desportivos										67.617,00	41.617,00	26.000,00	71.000,00	28.000,00			166.617,00	
2.5.2.1.	10/020225	02	2015	147	Pavilhões Desportivos e outros	OUTRA		100.0	DJD	2015/01/02	2018/12/31	3			517,00	517,00		8.000,00				8.517,00	
2.5.2.1.	10/040305	05	2016	169	PAD Medida 5 Cedência de Espaços Desportivos	OUTRA		100.0	DJD	2016/01/02	2017/12/31	0			22.600,00	22.600,00		25.000,00				47.600,00	
2.5.2.1.	10/020121	06	2017	87	Equipamentos desportivos balizas, tabelas, outros	OUTRA		100.0	PD	2017/01/02	2017/12/31	0			3.000,00	3.000,00						3.000,00	
2.5.2.1.		09	2017	89	Pavilhões Desportivos e outros	OUTRA		100.0	PD	2017/01/02	2017/12/31	0			7.500,00							7.500,00	
2.5.2.1.	10/020121	09	2017	89																			
2.5.2.1.	10/020203	09	2017	89																			
2.5.2.1.	10/020225	09	2017	89																			
2.5.2.1.	10/020120	10	2017	90	Pavilhão Municipal de S. João de Ver	OUTRA		100.0	pd	2017/01/02	2018/12/31	0			2.500,00	2.500,00		10.000,00				12.500,00	
2.5.2.1.		11	2017	91	Segurança nos Espaços de Jogo e Recreio Parques Infantis	OUTRA		100.0	PD	2017/01/02	2017/12/31	0			3.500,00								3.500,00
2.5.2.1.	10/020121	11	2017	91																			
2.5.2.1.	10/020225	11	2017	91																			
2.5.2.1.	10/040701	12	2017	92	PAD Medida 5 Cedência de Espaços Desportivos	OUTRA		100.0	PE	2017/01/02	2019/12/31	0			28.000,00	2.000,00	26.000,00	28.000,00	28.000,00				84.000,00
2.5.2.2.					Eventos e programas desportivos										284.617,00	259.117,00	25.500,00	2.500,00				287.117,00	
A TRANSPORTAR ...														17.672.340,00	16.223.885,00	1.448.455,00	18.213.702,00	16.108.541,00	12.125.448,00	411.739,05	64.531.770,05		

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020		OUTROS
A TRANSPORTAR ...														17.672.340,00	16.223.885,00	1.448.455,00	18.213.702,00	16.108.541,00	12.125.448,00	411.739,05	64.531.770,05
2.5.2.2.	10/020225	06	2014	198	OUTRA		100.0	DJD	2014/01/02	2016/12/31	3			1.250,00	1.250,00						1.250,00
2.5.2.2.	10/020105	06	2015	153	OUTRA		100.0	DJD	2015/01/02	2018/12/31	3			627,00	627,00		2.500,00				3.127,00
2.5.2.2.	10/020225	09	2015	156	OUTRA		100.0	DJD	2015/01/02	2016/12/31	3			3.581,00	3.581,00						3.581,00
2.5.2.2.	10/020121	01	2016	170	OUTRA		100.0	DJD	2016/01/02	2016/12/31	0			1.545,00	1.545,00						1.545,00
2.5.2.2.	10/020225	02	2016	171	OUTRA		100.0	DJD	2016/01/02	2016/12/31	0			246,00	246,00						246,00
2.5.2.2.	10/040701	03	2016	172	OUTRA		100.0	DJD	2016/01/02	2016/12/31	0			24.154,00	24.154,00						24.154,00
2.5.2.2.	10/020225	07	2016	176	OUTRA		100.0	DJD	2016/01/02	2016/12/31	0			750,00	750,00						750,00
2.5.2.2.		11	2016	180	OUTRA		100.0	DJD	2016/01/02	2016/12/31	0			3.042,00							3.042,00
2.5.2.2.	10/020115	11	2016	180											896,00						
2.5.2.2.	10/020121	11	2016	180											861,00						
2.5.2.2.	10/020208	11	2016	180											1.200,00						
2.5.2.2.	10/020225	11	2016	180											85,00						
2.5.2.2.		12	2016	181	OUTRA		100.0	DJD	2016/01/02	2017/12/31	0			17.122,00							17.122,00
2.5.2.2.	10/020115	12	2016	181											1.868,00						
2.5.2.2.	10/020121	12	2016	181											1.084,00						
2.5.2.2.	10/020225	12	2016	181											14.170,00						
2.5.2.2.		04	2017	96	OUTRA		100.0	PD	2017/01/02	2017/12/31	0			6.000,00		3.000,00					6.000,00
2.5.2.2.	10/020120	04	2017	96											750,00						
2.5.2.2.	10/020206	04	2017	96											1.000,00						
2.5.2.2.	10/020225	04	2017	96											1.250,00						
2.5.2.2.		05	2017	97	OUTRA		100.0	PD	2017/01/02	2017/12/31	0			12.000,00							12.000,00
2.5.2.2.	10/020121	05	2017	97											1.500,00						
2.5.2.2.	10/020213	05	2017	97											500,00						
2.5.2.2.	10/020225	05	2017	97											10.000,00						
2.5.2.2.	10/040701	07	2017	99	OUTRA		100.0	PD	2017/01/02	2017/12/31	0			140.000,00							140.000,00
2.5.2.2.		08	2017	100	OUTRA		100.0	PD	2017/01/02	2017/12/31	0			15.000,00		12.500,00					15.000,00
2.5.2.2.	10/020225	08	2017	100											500,00						
2.5.2.2.	10/040701	08	2017	100											2.000,00						
2.5.2.2.		09	2017	101	OUTRA		100.0	PD	2017/01/02	2017/12/31	0			300,00							300,00
2.5.2.2.	10/020120	09	2017	101											100,00						
2.5.2.2.	10/020225	09	2017	101											100,00						
2.5.2.2.	10/040701	09	2017	101											100,00						
A TRANSPORTAR ...														17.897.957,00	16.434.002,00	1.463.955,00	18.216.202,00	16.108.541,00	12.125.448,00	411.739,05	64.759.887,05

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020		OUTROS
A TRANSPORTAR ...														17.897.957,00	16.434.002,00	1.463.955,00	18.216.202,00	16.108.541,00	12.125.448,00	411.739,05	64.759.887,05
2.5.2.2.		10	2017	102	PAD_Medida 7_Apoio a qualificação dos Clubes Associações Desportivas	OUTRA		100.0	PD	2017/01/02	2017/12/31	0	400,00								400,00
2.5.2.2.	10/020208	10	2017	102										100,00							
2.5.2.2.	10/020217	10	2017	102										100,00							
2.5.2.2.	10/020225	10	2017	102										100,00							
2.5.2.2.	10/040701	10	2017	102										100,00							
2.5.2.2.		11	2017	103	Programas Desportivos_Manhãs Vivas_Feira MOVE_Road Show entre outros	OUTRA		100.0	PD	2017/01/02	2017/12/31	0	3.000,00								3.000,00
2.5.2.2.	10/020115	11	2017	103										500,00							
2.5.2.2.	10/020120	11	2017	103										500,00							
2.5.2.2.	10/020208	11	2017	103										1.000,00							
2.5.2.2.	10/020225	11	2017	103										1.000,00							
2.5.2.2.		12	2017	104	Pela Tua Saúde Mexe-te	OUTRA		100.0	PD	2017/01/02	2017/12/31	0	2.000,00								2.000,00
2.5.2.2.	10/020115	12	2017	104										1.800,00							
2.5.2.2.	10/020121	12	2017	104										100,00							
2.5.2.2.	10/020225	12	2017	104										100,00							
2.5.2.2.		13	2017	105	Ciclismo para Todos / BTT	OUTRA		100.0	PD	2017/09/02	2017/12/31	0	4.000,00								4.000,00
2.5.2.2.	10/020105	13	2017	105										750,00							
2.5.2.2.	10/020115	13	2017	105										2.000,00							
2.5.2.2.	10/020121	13	2017	105										250,00							
2.5.2.2.	10/020217	13	2017	105										500,00							
2.5.2.2.	10/020225	13	2017	105										500,00							
2.5.2.2.		14	2017	106	Programa Andar a Pé	OUTRA		100.0	PD	2017/01/02	2017/12/31	0	4.000,00								4.000,00
2.5.2.2.	10/020115	14	2017	106										2.500,00							
2.5.2.2.	10/020121	14	2017	106										500,00							
2.5.2.2.	10/020217	14	2017	106										250,00							
2.5.2.2.	10/020225	14	2017	106										750,00							
2.5.2.2.		15	2017	107	RUN FOR FEIRA	OUTRA		100.0	PD	2017/01/02	2017/12/31	0	22.500,00		10.000,00						22.500,00
2.5.2.2.	10/020115	15	2017	107										1.750,00							
2.5.2.2.	10/020121	15	2017	107										1.750,00							
2.5.2.2.	10/020208	15	2017	107										6.250,00							
2.5.2.2.	10/020217	15	2017	107										750,00							
2.5.2.2.	10/020225	15	2017	107										2.000,00							
2.5.2.2.		16	2017	108	Ações e Eventos de Promoção Desportiva	OUTRA		100.0	PD	2017/01/02	2017/12/31	0	23.100,00								23.100,00
2.5.2.2.	10/020105	16	2017	108										1.500,00							
2.5.2.2.	10/020115	16	2017	108										5.000,00							
2.5.2.2.	10/020120	16	2017	108										500,00							
2.5.2.2.	10/020121	16	2017	108										2.000,00							
2.5.2.2.	10/020206	16	2017	108										2.000,00							
2.5.2.2.	10/020208	16	2017	108										500,00							
2.5.2.2.	10/020225	16	2017	108										11.550,00							
2.5.2.2.	10/040701	16	2017	108										50,00							
2.5.2.4.					Associativismo desportivo								1.015.837,00	765.837,00	250.000,00	1.016.000,00	100.000,00				2.131.837,00
2.5.2.4.		02	2016	183	Programa de Apoio à Construção ou Renovação de Campos Relvados Sintético em Instalações Desportivas	OUTRA		100.0	DJD	2016/01/02	2018/12/31	0	246.837,00				200.000,00				446.837,00
2.5.2.4.	10/08050102	02	2016	183										8.522,00							
A TRANSPORTAR ...														18.203.794,00	16.491.524,00	1.473.955,00	18.416.202,00	16.108.541,00	12.125.448,00	411.739,05	65.265.724,05

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020		OUTROS
A TRANSPORTAR ...														21.980.444,00	20.256.489,00	1.723.955,00	21.933.033,00	18.909.372,00	12.196.279,00	482.570,05	75.501.698,05
3.3.1.1.	06/020220	03	2016	239	Elaboração de estudos, projetos, consultoria e fiscalização	OUTRA	100.0	DAOM	2016/01/02	2016/12/31	0			4.926,00	4.926,00					4.926,00	
3.3.1.1.		01	2017	221	Locação de veículos e máquinas	OUTRA	100.0		2017/01/02	2017/12/31	0			2.000,00						2.000,00	
3.3.1.1.	06/020206	01	2017	221											1.000,00						
3.3.1.1.	06/020208	01	2017	221											1.000,00						
3.3.1.1.	06/020225	02	2017	222	Limpeza e desobstrução manual da rede pública de drenagem de águas pluviais, incluindo sumidouros e sarjetas, da rede viária municipal	OUTRA	100.0	DAOM	2017/01/02	2017/12/31	0			10.000,00	5.000,00	5.000,00				10.000,00	
3.3.1.1.	06/020225	03	2017	223	Monotorização, limpeza e desobstrução mecânica da rede pública de drenagem de águas pluviais em diversas estradas e arruamentos do concelho	OUTRA	100.0	DAOM	2017/01/02	2017/12/31	0			20.000,00	10.000,00	10.000,00				20.000,00	
3.3.1.1.	06/020214	04	2017	224	Elaboração de estudos e projetos e fiscalização, em vias de comunicação e obras de arte	OUTRA	100.0		2017/01/02	2020/12/31	0			50.000,00	15.000,00	35.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	80.000,00	
3.3.1.1.		05	2017	225	Consultoria em engenharia e assistência técnica, pareceres técnicos	OUTRA	100.0		2017/01/02	2020/12/31	0			10.000,00		5.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00	
3.3.1.1.	06/020214	05	2017	225											2.500,00						
3.3.1.1.	06/020225	05	2017	225											2.500,00						
3.3.1.1.		06	2017	226	Ensaios laboratoriais de geotécnica e materiais de construção	OUTRA	100.0		2017/01/02	2020/12/31	0			10.000,00		5.000,00	10.000,00	10.000,00		30.000,00	
3.3.1.1.	06/020214	06	2017	226											2.500,00						
3.3.1.1.	06/020225	06	2017	226											2.500,00						
3.3.1.4.					Ambiente e Obras Municipais									935.682,00	791.682,00	144.000,00	310.000,00	310.000,00	250.000,00	1.805.682,00	
3.3.1.4.	06/020206	04	2015	205	Locação de máquinas	OUTRA	100.0	GA	2015/01/02	2016/12/31	0			4.305,00	4.305,00					4.305,00	
3.3.1.4.	06/020225	05	2015	206	Desobstrução e reparação das minas existentes no concelho	OUTRA	100.0	GA	2015/01/02	2016/12/31	0			12.296,00	12.296,00					12.296,00	
3.3.1.4.	06/020225	01	2016	190	Limpeza de terrenos florestais	OUTRA	100.0	GA	2016/01/02	2016/12/31	0			30.000,00	30.000,00					30.000,00	
3.3.1.4.		02	2016	191	Locação de veículos e máquinas	OUTRA	100.0	GA	2016/01/02	2019/12/31	0			272.014,00			60.000,00	60.000,00		392.014,00	
3.3.1.4.	06/020206	02	2016	191											272.000,00						
3.3.1.4.	06/020208	02	2016	191											14,00						
3.3.1.4.	06/020225	03	2016	192	Desobstrução e reparação das minas existentes no concelho	OUTRA	100.0	GA	2016/01/02	2016/12/31	0			26.384,00	26.384,00					26.384,00	
3.3.1.4.		05	2016		Estaleiro Municipal									68.701,00	68.701,00					68.701,00	
3.3.1.4.		0501	2016	240	Manutenção de veículos e máquinas	OUTRA	100.0	ESTAL EIRO	2016/01/02	2016/12/31	0			68.701,00						68.701,00	
3.3.1.4.	06/02010299	0501	2016	240											1.071,00						
3.3.1.4.	06/020104	0501	2016	240											161,00						
3.3.1.4.	06/020112	0501	2016	240											9.175,00						
A TRANSPORTAR ...														22.501.070,00	20.658.821,00	1.783.955,00	22.023.033,00	18.999.372,00	12.216.279,00	482.570,05	76.222.324,05

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISIVO	
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020		OUTROS
A TRANSPORTAR ...												25.991.120,00	24.037.665,00	1.953.455,00	25.157.639,00	19.583.423,00	12.517.579,00	482.570,05	83.732.331,05		
4.3.1.			Comunicacao e relacoes publicas									123.418,00	62.418,00	61.000,00	200,00	300,00	400,00	400,00	124.718,00		
4.3.1.1.			Comunicacao e imagem									82.090,00	42.090,00	40.000,00					82.090,00		
4.3.1.1.1.			Comunicação Externa	OUTRA		100.0	GRP	2016/01/02	2016/12/31	0		6.090,00							6.090,00		
4.3.1.1.1.	0102/020208	02	2016	233										185,00							
4.3.1.1.1.	0102/020220	02	2016	233										74,00							
4.3.1.1.1.	0102/020225	02	2016	233										5.831,00							
4.3.1.1.1.			Comunicação Interna	OUTRA		100.0	GC	2017/01/02	2017/12/31	0		36.000,00		20.000,00					36.000,00		
4.3.1.1.1.	0102/020115	01	2017	248										500,00							
4.3.1.1.1.	0102/020121	01	2017	248										500,00							
4.3.1.1.1.	0102/020213	01	2017	248										3.000,00							
4.3.1.1.1.	0102/020215	01	2017	248										500,00							
4.3.1.1.1.	0102/020217	01	2017	248										3.000,00							
4.3.1.1.1.	0102/020225	01	2017	248										8.500,00							
4.3.1.1.1.			Comunicação Externa	OUTRA		100.0	GC	2017/01/02	2017/12/31	0		40.000,00		20.000,00					40.000,00		
4.3.1.1.1.	0102/020115	02	2017	249										1.500,00							
4.3.1.1.1.	0102/020208	02	2017	249										500,00							
4.3.1.1.1.	0102/020211	02	2017	249										3.500,00							
4.3.1.1.1.	0102/020217	02	2017	249										2.500,00							
4.3.1.1.1.	0102/020220	02	2017	249										2.000,00							
4.3.1.1.1.	0102/020225	02	2017	249										10.000,00							
4.3.1.2.			Relacoes publicas e internacionais									41.328,00	20.328,00	21.000,00	200,00	300,00	400,00	400,00	42.628,00		
4.3.1.2.1.			Geminação de cidades	OUTRA		100.0	GRI	2016/01/02	2016/12/31	0		2.728,00							2.728,00		
4.3.1.2.1.	0102/020213	01	2016	234										642,00							
4.3.1.2.1.	0102/020225	01	2016	234										2.086,00							
4.3.1.2.2.			Geminação de Cidades	OUTRA		100.0	GRP	2017/01/02	2017/12/31	0		7.500,00		5.500,00					7.500,00		
4.3.1.2.2.	0102/020105	02	2017	251										100,00							
4.3.1.2.2.	0102/020213	02	2017	251										1.000,00							
4.3.1.2.2.	0102/020215	02	2017	251										100,00							
4.3.1.2.2.	0102/020225	02	2017	251										800,00							
4.3.1.2.3.			Comunidades Feirenses	OUTRA		100.0	GRP	2017/01/02	2017/12/31	0		5.000,00		2.500,00					5.000,00		
4.3.1.2.3.	0102/020115	03	2017	252										300,00							
4.3.1.2.3.	0102/020121	03	2017	252										200,00							
4.3.1.2.3.	0102/020213	03	2017	252										1.000,00							
4.3.1.2.3.	0102/020225	03	2017	252										1.000,00							
4.3.1.2.4.			Conselho da Europa	OUTRA		20.0	80.0	GRP	2017/01/02	2017/12/31	0	6.000,00		3.000,00					6.000,00		
4.3.1.2.4.	0102/020105	04	2017	253										500,00							
4.3.1.2.4.	0102/020213	04	2017	253										1.500,00							
4.3.1.2.4.	0102/020225	04	2017	253										1.000,00							
4.3.1.2.5.			Erasmus +	OUTRA		20.0	80.0	GRP	2017/01/02	2017/12/31	0	20.000,00		10.000,00					20.000,00		
4.3.1.2.5.	0102/020105	05	2017	254										1.000,00							
4.3.1.2.5.	0102/020121	05	2017	254										2.000,00							
4.3.1.2.5.	0102/020213	05	2017	254										5.000,00							
4.3.1.2.5.	0102/020225	05	2017	254										2.000,00							
4.3.1.2.6.			Interreg Europe	OUTRA		15.0	85.0	GRP	2017/01/02	2021/12/31	0	100,00		100,00			200,00	300,00	400,00	400,00	1.400,00
TOTAL GERAL												26.114.538,00	24.100.083,00	2.014.455,00	25.157.839,00	19.583.723,00	12.517.979,00	482.970,05	83.857.049,05		

FASES DE EXECUÇÃO

- 0 - NÃO INICIADA
- 1 - COM PROJECTO TÉCNICO
- 2 - ADJUDICADA
- 3 - EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 50%

- 4 - EXECUÇÃO FÍSICA SUPERIOR A 50%
- 9 - CONCLUÍDA
- P -

Orgão Executivo

Em ___ de _____ de ____

Orgão Deliberativo

Em ___ de _____ de ____

outros documentos

TRANSFERÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS

Ano Financeiro de 2017 em euros(€)

Freguesia	Transf. Capital (a)	Cantoneiros (b)	Jardins (e)	Salas de Aulas Pequenas reparações (c)	Limpeza e Expediente (d)	Protocolos (equipamentos desportivos) e (utilização instalações aos serviços Jardins infância)	Total
Argoncilhe	44 699,32	37 351,79	5 750,07	3 900,00	1 575,00		93 276,17
Arrifana	35 408,76	32 311,13	4 946,71	1 500,00	600,00		74 766,60
União das Freguesias Caldas de São Jorge e Pigeiros	39 645,05	33 918,30	4 189,63	1 800,00	750,00		80 302,98
União das Freguesias Canedo, Vale e Vila Maior	101 848,02	86 904,03	4 068,20	3 000,00	1 350,00		197 170,25
Escapães	23 326,08	17 488,94	4 359,17	1 050,00	375,00		46 599,19
Fiães	41 353,94	39 675,73	3 531,44	3 150,00	1 275,00		88 986,11
Fornos	22 379,60	11 895,25	3 201,57	900,00	450,00		38 826,42
União das Freguesias Lobão, Gião, Louredo e Guisande	88 899,48	55 395,74	4 892,84	4 500,00	1 875,00	8 500,00	164 063,07
Lourosa	42 794,14	29 025,06	9 877,96	3 900,00	1 650,00	13 900,00	101 147,16
Milheirós de Poiares	28 931,45	18 728,08	3 732,20	1 500,00	375,00		53 266,73
União das Freguesias Mosteirô e São Miguel de Souto	52 661,44	39 807,31	2 665,35	3 600,00	1 200,00		99 934,10
Mozelos	37 769,52	25 490,17	7 521,96	3 300,00	1 350,00		75 431,66
Nogueira Regedoura	32 500,88	23 794,95	1 633,46	2 400,00	675,00		61 004,29
Paços de Brandão	27 736,40	26 315,28	7 554,62	2 250,00	825,00		64 681,30
Rio Meão	31 404,31	22 154,14	3 451,39	1 950,00	750,00		59 709,85
Romariz	29 709,56	29 329,62	5 188,50	1 350,00	375,00		65 952,68
Sanguedo	24 687,34	22 065,10	3 276,77	1 950,00	600,00		52 579,21
União das Freguesias Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo	116 483,94	81 752,07	6 118,00	9 150,00	4 350,00	3 300,00	221 154,01
Santa Maria de Lamas	28 686,59	35 155,96	6 117,22	1 950,00	675,00		72 584,77
São João de Vêr	59 655,43	48 343,28	4 532,24	3 900,00	1 350,00		117 780,94
São Paio de Oleiros	25 418,75	15 257,00	3 390,69	1 500,00	525,00		46 091,44
Total	936 000,00 €	732 158,93 €	100 000,00 €	58 500,00 €	22 950,00 €	25 700,00 €	1 875 308,93
Total das transferencias	1 875 308,93 €						

a) Distribuição tem por base a área e população da freguesia

b) O Valor tem por base: por cada 15 kms de estrada Municipal = 1 cantoneiro ou 530,00€ x 14 meses

c) O Valor é de 150,00€ por sala de aulas

d) O Valor é de 75,00€ por turma

e) Valor é de 1.000,00€ igual para todas as freguesias e o valor restante é proporcional às áreas (zonas verdes/ jardins)

Análise Comparativa entre o Orçamento Municipal e o PAF

A proposta de orçamento municipal e das grandes opções do plano que ora é apresentada encontra-se condicionada pela necessidade imperiosa de dar continuidade ao plano de apoio financeiro em curso.

Tal situação, implica a concordância dos valores globais apresentados com as projeções que naquele plano se assumiam ou, em caso de divergências, uma fundamentação adequada destas últimas bem como a preservação das linhas de força do plano.

Adicionalmente, foram também observadas as regras e princípios orçamentais constantes do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais.

A condução da política financeira do Município de Santa Maria da Feira está comprometida com o elenco de objetivos que foram fixados aquando da aprovação do PAEL em 2012.

Desde 2013, o Município tem vindo a adotar esse plano como guia e é possível fazer um balanço positivo dos resultados obtidos até ao momento. O objetivo principal do PAEL, era a revitalização das economias locais através dos pagamentos a fornecedores, e facilitar a regularização do pagamento das dívidas vencidas há mais de 90 dias, à data de 31 de março de 2012. O programa de ajustamento financeiro (PAF) previa que o município em 2016 atingisse um prazo médio de pagamentos aos fornecedores (PMP) de 163 dias, contudo, o município já alcançou um PMP inferior a 30 dias.

Junta-se quadro onde se evidencia a comparação entre a estimativa feita em sede de PAEL, quer para as receitas quer para as despesas:

Análise Comparativa do Orçamento 2017 com o Programa de Apoio à Economia Local (Receita)

Descrição	Plano de Apoio Financeiro	Orçamento	Desvio	Observações
01 Impostos Diretos	27.351.297,72 €	25.058.826,00 € -	2.292.471,72 €	Aplicação da média dos últimos 24 meses
02 Impostos Indiretos	408.511,62 €	127.771,00 € -	280.740,62 €	Aplicação da média dos últimos 24 meses
04 Taxas, multas e outras penalidades	1.952.425,61 €	1.085.509,00 € -	866.916,61 €	Aplicação da média dos últimos 24 meses
05 Rendimentos propriedades	2.559.762,00 €	2.849.994,00 €	290.232,00 €	Ajustamento em função da efetiva realização da receita
06 Transferências correntes	13.929.963,00 €	19.353.762,00 €	5.423.799,00 €	Aplicação em função das receitas oriundas do OE (Proposta de OE 2017 - esta diferença deve-se essencialmente à alteração legislativa em que os fundos correntes passam de 80% para 90%), bem como a aplicação da média dos últimos 24 meses
07 Venda de bens e serviços correntes	3.801.500,00 €	4.320.863,00 €	519.363,00 €	Aplicação da média dos últimos 24 meses
08 Outras receitas correntes	100.000,00 €	239.252,00 €	139.252,00 €	Aplicação da média dos últimos 24 meses + valor estimado das receitas oriundas do Europarque
Total de receitas correntes	50.103.459,94 €	53.035.977,00 €	2.932.517,06 €	
09 Venda de bens de investimento	- €	621.624,00 €	621.624,00 €	Aplicação da média dos últimos 36 meses
10 Transferências de capital	4.842.418,00 €	9.372.529,00 €	4.530.111,00 €	Aplicação em função das receitas oriundas do OE (Proposta de OE 2017 - esta diferença deve-se essencialmente à alteração legislativa em que os fundos de capital passam de 20% para 10%). Registam-se aqui as receitas referentes a fundos comunitários ainda não arrecadados
11 Ativos Financeiros		1,00 €	1,00 €	Aberta rubrica - devido à possibilidade de remuneração do FAM
13 Outras receitas de capital	40.000,00 €	1.501,00 € -	38.499,00 €	Aplicação da média dos últimos 24 meses
15 Reposições não abatidas nos pagamentos	6.000,00 €	500,00 € -	5.500,00 €	Aberta rubrica
Total de receitas de capital	4.888.418,00 €	9.996.155,00 €	5.107.737,00 €	
Total Receitas	54.991.877,94 €	63.032.132,00 €	8.040.254,06 €	

Análise Comparativa do Orçamento 2017 com o Programa de Apoio à Economia Local (Despesa)

Descrição	Plano de Apoio Financeiro	Orçamento	Desvio	Observações
01 Despesas com Pessoal	14.670.802,56 €	16.424.912,00 €	1.754.109,44 €	Aumento resultante de alterações legislativas
02 Aquisição de Bens e Serviços	22.089.476,05 €	20.398.062,00 € -	1.691.414,05 €	Ajustamento à realidade
03 Juros e Outros Encargos	1.125.432,45 €	432.753,00 € -	692.679,45 €	Ajustamento à realidade
04 Transferências correntes	1.750.000,00 €	3.191.383,00 €	1.441.383,00 €	Ajustamento à realidade - encontra-se refletido os contratos interadministrativos/delegações de competências com as Freguesias e Outras Entidades
05 Subsídios	1.612.000,00 €	1.709.000,00 €	97.000,00 €	Ajustamento à realidade
06 Outras despesas correntes	450.000,00 €	805.550,00 €	355.550,00 €	Ajustamento à realidade
Total de despesas correntes	41.697.711,06 €	42.961.660,00 €	1.263.948,94 €	
07 Aquisição de bens de capital	7.100.000,00 €	13.301.784,00 €	6.201.784,00 €	Aumento justificado pela libertação de fundos para investimento local, investimento este discriminado no Plano Plurianual de Investimento, bem como deslize de algumas obras para 2017
08 Transferências de capital	1.450.000,00 €	2.044.949,00 €	594.949,00 €	Ajustamento à realidade - encontra-se refletido os contratos interadministrativos/delegações de competências com as Freguesias e Outras Entidades
09 Ativos Financeiros		411.739,00 €	411.739,00 €	Pela obrigatoriedade do município intervir no FAM
10 Passivos Financeiros	4.519.004,64 €	4.302.000,00 € -	217.004,64 €	Desvio devido pelo desfasamento do empréstimo PAEL
11 Outras despesas de capital	15.000,00 €	10.000,00 € -	5.000,00 €	Ajustamento à realidade
Total de despesas de capital	13.084.004,64 €	20.070.472,00 €	6.986.467,36 €	
Total Despesas	54.781.715,70 €	63.032.132,00 €	8.250.416,30 €	

Quando se compara os valores globais da despesa e receita corrente, verifica-se que o aumento da despesa face à estimativa do Plano está totalmente suportado por um aumento que é, absoluta e relativamente, superior no lado da receita (mesmo que haja reduções em algumas das suas componentes). Isso significa, portanto, que relativamente à projeção do Plano, o Município tem previsto para 2017 um aumento, da sua capacidade para libertar fundos da atividade corrente para despesas de capital, reflexo de uma posição financeira mais robusta face ao estimado no PAF.



Apesar de algumas divergências entre o Plano e o Orçamento, constata-se que o Município de Santa Maria da Feira goza de uma situação financeira equilibrada, quer pela redução da dívida de curto prazo ser muito inferior ao estimado, quer pela não existência de pagamentos em atraso, bem como deter um saldo orçamental claramente positivo, conforme se pode verificar no quadro infra:

Descrição	2013		2014		2015		2016 (17/10/2016)	
	Previsto PAF	Executado	Previsto PAF	Executado	Previsto PAF	Executado	Previsto PAF	Executado
Saldo orçamental ano anterior	999.321,72 €	884.805,57 €	1.070.597,17 €	3.295.542,83 €	1.345.426,63 €	10.078.465,14 €	1.552.359,91 €	17.288.910,77 €
Receita arrecadada	84.018.374,42 €	76.977.600,96 €	61.810.886,62 €	64.205.697,86 €	55.929.311,11 €	58.929.936,85 €	54.626.025,31 €	45.554.180,23 €
Despesa paga	83.947.098,97 €	74.566.863,70 €	61.536.057,16 €	57.422.775,55 €	55.722.377,83 €	51.719.491,22 €	54.419.703,04 €	37.842.834,62 €
Saldo a transitar (provisório)	1.070.597,17 €	3.295.542,83 €	1.345.426,63 €	10.078.465,14 €	1.552.359,91 €	17.288.910,77 €	1.758.682,19 €	25.000.256,38 €

Resolução nº26/2013_Tribunal de Contas

Mapa das participações da entidade

A-Participações em entidades societárias

Entidade participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício			Meios monetários (montante)	Em espécie (montante)	Obs.
Denominação	N.I.P.C				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M.	505120151	Entidade Empresarial	93110	564 488,43 €	2 329 499,16 €	100,00%	2 329 499,16 €	564 488,43 €	1 765 010,73 €	Pavilhão Lavandeira – Aves Zoo
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, S.A	504134353	Sociedade Anónima	86905	250 000,00 €	125 000,00 €	50,00%	125 000,00 €	125 000,00 €		
Energia-Agencia de Energia do Sul da área Metropolitana do Porto	504454536	Associação de Direito Privado sem fins lucrativos	94992	- €	30 000,00 €	20,00%	30 000,00 €	30 000,00 €		
Suldouro, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, S.A	503698812	Sociedade Anónima	38212	3 400 000,00 €	510 000,00 €	15,00%	510 000,00 €	510 000,00 €		
Feira Park-Parque de ciencia e tecnologia, S.A	508272378	Sociedade Anónima	82990	630 000,00 €	75 000,00 €	11,90%	75 000,00 €	75 000,00 €		
PERM, SA	509042201	Sociedade Anónima	68200	50 000,00 €	25 500,00 €	10,20%		25 500,00 €		Participação Indirecta
ADCL-Águas do Centro Litoral, SA	513606181	Sociedade Anónima	37002	40 225 811,00 €	700 120,00 €	1,74%	700 120,00 €	700 120,00 €		
Águas do Norte, S.A.	513606084	Sociedade Anónima	36001	152 198 130,00 €	484 750,00 €	0,32%	484 750,00 €	484 750,00 €		
Primus, EMT, S.A	502823305	Sociedade Anónima	70220	163 098,00 €	100,00 €	0,06%	100,00 €	100,00 €		

Resolução nº26/2013_Tribunal de Contas

Mapa das participações da entidade

B-Participações em entidades não societárias

Entidade participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital Estatutário	Participação no final do exercício			Obs.
Denominação	N.I.P.C				em N	Forma de realização		
						Meios monetários	Em espécie	
1	2	3	4	5	6	7	8	9
GAMP_ Grande Área Metropolitana Porto	502823305	Pessoa Coletiva de Direito Publico	75123	4 705 959,05 €		90 519,00 €		Comparticipação
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	Associação de Municípios	94110	- €		5 854,00 €		Quota Anual
AMTSM - Associação Municípios Terras de Santa Maria	501651888	Associação Direito Público	84123	5 273 729,95 €		97 422,88 €		Transferência Corrente
ADRITEM	508225736	Associação de direito privado sem fins lucrativos	94995	97 852,95 €		25 000,00 €		Quota Anual
Retecork	G 17994765	Associação Direito Público		- 15 909,78 €		2 000,00 €		Quota Anual
Associação da Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira	506536130	Associação de direito privado sem fins lucrativos	92311	13 950,00 €		52 500,00 €		Produção Espetáculo
Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER	508905435	Pessoa Coletiva de Direito Publico	84123	1 118 802,37 €		1 500,00 €		Quota Anual
Fundação "Terras Santa Maria"	502556773	Sociedade Anónima	85420	50 000,00 €		- €		
Associação Eixo Atlantico do Noroeste Peninsular	503990698	Associação Transfronteiriço de Municípios		- €		15 000,00 €		Quota Anual
FAM - Fundo Apoio Municipal	513319182	Pessoa Coletiva de Direito Publico	84114	650 000 000,00 €		411 738,00 €		Subscrição ano 2015




INTRODUÇÃO

Pelas competências estabelecidas pela alínea d) do Art.º 11º dos Estatutos da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. (doravante designada por Feira Viva), cumpre ao Conselho de Administração apresentar os documentos previsionais para o exercício económico de 2017, e submeter ulteriormente os mesmos à aprovação da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.

Posto isto, através do presente documento, apresenta-se o Orçamento e Plano de Atividades para 2017.

1 FEIRA VIVA

1.1 MISSÃO

Fundada em 24 de Novembro de 2000, a Feira Viva, tem como objetivo a administração e gestão de equipamentos desportivos, culturais e sociais, promoção e realização de atividades de animação, desportiva, recreativa e cultural e iniciativas de carácter socioeconómico e científico.

“Administração e gestão de equipamentos desportivos, culturais e sociais, a promoção e realização de actividades de animação desportiva, recreativa e cultural e iniciativas de carácter sócio-económico e científico, segundo os mais elevados padrões de qualidade ao menor custo possível, perspectivando a melhoria contínua dos produtos e serviços, na procura constante de exceder as expectativas dos clientes, elevando a qualidade de vida dos mesmos com a geração de momentos de felicidade.”

1.2 QUINZE ANOS DE ATIVIDADE

Fundada no ano 2000, a Feira Viva inicia a sua atividade em 2001, tendo cumprido 15 anos de atividade em 2016.

- **2001**

A Feira Viva inicia a sua atividade em março, assumindo a gestão das Piscinas Municipais de Santa Maria da Feira, Fiães e Lourosa;

A Feira Viva reabre ao público o Zoo de Lourosa - Parque Ornitológico de Lourosa;

- **2002**

A Feira Viva passa a gerir o Pavilhão Municipal da Lavandeira;

A Feira Viva lança o conceito de “Período Azul” (preços diferenciados) nas Piscinas Municipais;

A Feira Viva lança o programa “Férias Vivas”;

A Feira Viva passa a gerir as Casas da Juventude de Arrifana, Souto e Lobão;

A Feira Viva inicia a dinamização das Esplanadas de Verão;

A Feira Viva passa a gerir o Cine Teatro António Lamoso;

- **2003**

A Feira Viva passa a gerir a Piscina de São João de Ver;

A Feira Viva abre ginásio na Piscina Municipal de Santa Maria da Feira;

A Feira Viva começa a colaborar na produção dos eventos culturais do município;

A Feira Viva lança o programa "Manhãs Vivas";

No Zoo de Lourosa nascem os primeiros Casuares em cativeiro em Portugal.

- **2004**

A Feira Viva passa a produzir grande parte dos eventos culturais do município;

A Feira Viva abre ginásio na Piscina Municipal de Lourosa;

A Feira Viva torna-se a primeira empresa municipal em Portugal certificada pela ISO 9001:2000, no âmbito da gestão de equipamentos desportivos, culturais e sociais;

As Piscinas Municipais passam a abrir aos domingos, no período da manhã;

A Feira Viva organiza, pela primeira vez, um evento em torno da Seleção Nacional de Futebol – Euro Zone 2004 Feira;

A Feira Viva lança o "Festival Para Gente Sentada".

- **2005**

A Feira Viva passa a gerir o Pavilhão Municipal de Arrifana;

Ao Parque Ornitológico de Lourosa é atribuído o título de licença de funcionamento;

As Piscinas Municipais introduzem o tratamento da água por raios Ultravioleta;

A Feira Viva é convidada para participar como preletora no seminário organizado pela CCDRN - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, subordinado ao tema "Certificação para a Qualidade na Administração Pública – casos de sucesso";

A Feira Viva realiza o evento "24 horas a nadar" em parceria com a SIC, onde é obtido o Guinness World Record;

- **2006**

A Feira Viva organiza o "29º Congresso Nacional da Associação Portuguesa de Técnicos de

Natação”;

A Feira Viva é convidada para participar como preletora no "Congresso Ibérico de Atividades Aquáticas", em Oviedo – Espanha;

A Piscina de São João de Ver passa a ter utilização durante doze meses, fruto da cobertura insuflável da mesma;

O evento "Viagem Medieval em Terra de Santa Maria" é apresentado na "Conferência Ibérica de Marketing nas Cidades", organizada pelo IPAM, ao lado de eventos como o Rock in Rio e American's Cup – Valência;

- **2007**

O Parque Ornitológico de Lourosa torna-se membro de pleno direito da EAZA - Associação Europeia de Zoos e Aquários;

As Piscinas Municipais passam a abrir na época de inverno, ao domingo, no período da tarde;

Na "Viagem Medieval" são colocados pórticos, definindo claramente o perímetro do evento;

A Feira Viva vence prémio no 1º Concurso Nacional de Boas Práticas na Administração Pública;

É na "Viagem Medieval" concretizada uma operação sem precedentes - a Operação Pendão - no sentido de reforçar o desenvolvimento do sentimento de pertença, reforço de identidade e diferenciação do território;

A Feira Viva lança a equipa "Feira Viva Natação Adaptada";

O evento "Viagem Medieval em Terra de Santa Maria" atinge um impacto em termos de *Communication Performance* superior a 1.500.000 €;

As Piscinas Municipais de Santa Maria da Feira foram alvo de análise em tese de doutoramento pela UTAD, que lhes atribui o 1º lugar no ranking de 20 piscinas em Portugal, com o tema "Gestão da Qualidade e da Excelência no Desporto";

- **2008**

A Feira Viva lança o evento "Terra dos Sonhos" com fortíssima participação local;

A "Viagem Medieval" recebe Menção Honrosa, na área de Animação, atribuída pelo Turismo de Portugal;

O Parque Ornitológico de Lourosa passa a realizar festa de aniversários para crianças;

O "Imaginarius – Festival Internacional de Teatro de Rua" realiza uma parceria com o Festival de Hølsebro, na Dinamarca, com participação de uma produção local - "As Noivas" - no referido festival;

As Piscinas Municipais alargam os seus serviços à área da estética e novas salas de atividade de *studio*;

A Feira Viva lança o "Projeto Envolver" na "Viagem Medieval";

- **2009**

O Parque Ornitológico de Lourosa realiza o evento "Aniversário do Yochi", que obteve uma afluência superior a 3000 visitantes;

A Feira Viva introduz na "Viagem Medieval" o conceito de espetáculos de grande formato, 100% construídos pela organização da "Viagem Medieval";

A Piscina Municipal de Santa Maria da Feira atinge em pleno a autossustentabilidade de exploração;

A Feira Viva introduz o conceito de Casting na "Viagem Medieval" proporcionando à população uma maior participação efetiva no projeto;

- **2010**

O Parque Ornitológico de Lourosa, no âmbito das Comemoração do Ano Internacional da Biodiversidade, organiza o "IV Congresso Ibérico da Associação Ibérica de Cuidadores de Animais Selvagens";

As Piscinas Municipais, apesar do enquadramento conjuntural económico, e fruto sobretudo do conceito multisserviço, conseguem atingir um crescimento de rendimentos de 10%;

A 10ª Edição do "Imaginarius" contou com a maior participação de entidades locais de sempre;

A "Feira Viva Natação Adaptada", vê uma das suas atletas, de 15 anos, sagrar-se recordista do Mundo;

A "Viagem Medieval em Terra de Santa Maria" recebe prémio de "Melhor Evento Cultural 2009" na Gala dos Eventos.



- **2011**

É introduzido, na “Viagem Medieval em Terra de Santa Maria”, o conceito de entradas pagas, através de bilhete único (pulseira), que tanto permitia a entrada diária como para a totalidade dos dias do evento. Foram vendidas, 228 299 pulseiras ao preço unitário de 2€.

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 28 de fevereiro de 2011, delibera aprovar um VOTO DE LOUVOR a todos os atletas da equipa “Feira Viva Natação Adaptada”, professores e respetivas famílias, e dele dar conhecimento à Feira Viva Natação Adaptada e todos os atletas, reconhecendo todo o seu mérito e dedicação.

A Piscina Municipal da Feira abre 2 novos espaços para prática desportiva, uma sala específica para a prática de *Cycling* e uma nova sala de *Studio*, para aulas de grupo.

O Parque Ornitológico de Lourosa lança as atividades “Hora de alimentação dos Flamingos” e “Pelicanos & Companhia”, nas quais se dão a conhecer os aspetos mais curiosos destas espécies que encantam os visitantes. Estas sessões são destinadas ao público em geral, estão incluídas na visita e possuem carácter regular.

- **2012**

O evento “Terra dos Sonhos”, na sua 5ª edição, ultrapassa os 50.000 visitantes, pela primeira vez, mantendo-se o equilíbrio económico do projeto.

O evento “Viagem Medieval em Terra de Santa Maria”, edição de 2012, é galardoado na “Gala dos Eventos”, realizada em Lisboa, com o prémio “Melhor Evento Cultural de 2011”.

- **2013**

O evento Terra dos Sonhos, conta a sua 6ª edição e ultrapassa os 60 Mil visitantes.

O evento Viagem Medieval em Terra de Santa Maria, edição de 2013, é galardoado na “Gala dos Eventos”, realizada em Lisboa, com os prémios Melhor Evento Cultural de 2012 e Melhor Animação/Performance Artística em Evento 2012.

A Piscina Municipal da Feira levou a cabo atividades de promoção com níveis de sucesso notório. O “Open Day”, em janeiro, contou com cerca de 800 novas inscrições em apenas um dia e o “Happy Hour” foi um evento desportivo que trouxe mais de 150 utilizadores a uma maratona de *Cycling outdoor*, num espetáculo desportivo aberto à comunidade.

Este ano, exatamente 3 anos depois do nascimento do 1º calau de casco cinzento em cativeiro na Europa, no Parque Ornitológico de Lourosa, foi registado mais um nascimento desta espécie. Segundo o ISIS (International Species Information System), nos últimos anos mais nenhum zoológico

do mundo teve sucesso na procriação desta espécie de calau. O nascimento desta ave no Zoo de Lourosa teve forte impacto a nível dos *media*, tendo inclusive sido mote de reportagem por parte da estação televisiva SIC.

- **2014**

O Evento "Terra dos Sonhos" mudou de designação, passando a denominar-se "Perlim - Uma Quinta de Sonhos", tendo ultrapassado os 80.000 visitantes.

O Zoo de Lourosa dinamiza ações do projeto "Há Vida no Uíma", o qual contemplava inúmeras iniciativas destinadas à população em geral e que tinham como objetivos, entre outros, divulgar a biodiversidade do Rio Uíma, promover a ligação afetiva deste espaço com a comunidade e levar a que esta adote um papel ativo na defesa do ambiente e na redução dos impactos negativos que algumas ações do Homem têm neste tipo de ecossistemas.

- **2015**

A empresa reinicia, em janeiro, a gestão do Cineteatro António Lamoso, após reabilitação infraestrutural profunda do mesmo.

No âmbito do Projeto Feira Viva Natação Adaptada 4 atletas integram as seleções nacionais na Natação Adaptada e em Síndrome de Down e representam Portugal com distinção, tendo registado tempos mínimos A para os Jogos Paralímpicos Rio de Janeiro 2016 e conquistando duas medalhas de bronze no Campeonato Europeu de Natação de Síndrome de Down, acrescentando-lhe recordes pessoais e europeus.

Dá-se a implantação da Loja Oficial própria de Merchandising em Perlim "Perlinices", com uma média de faturação superior a 1000€ por dia de funcionamento.

A Feira Viva assume, em parceria com a Câmara Municipal, a gestão do EUROPARQUE Centro de Congressos.

1.3 VALORES E CAPITAL HUMANO

Dando seguimento às estratégias encetadas nos exercícios anteriores, com os pressupostos dos valores definidos, assumem-se as diretrizes para o cumprimento da orientação dos Recursos Humanos, vinculando-os aos projetos como interfaces de excelência, com vista a que se atinjam os mais elevados patamares de diferenciação e excelência na produção e organização dos mesmos.

Com a constante preocupação na adaptabilidade dos RH às novas realidades e projetos assumidos pela Feira Viva, a empresa continua a apostar no investimento em formação individual e coletiva, otimizando os



desempenhos das equipas em cada área de atuação da organização como um todo. De resto, tendo os pressupostos da dotação de valor-acrescentado às pessoas, assume-se a organização como uma unidade competente e apta a fazer face aos desafios impostos pelo acréscimo de novos e diferentes projetos que aconteceram em 2016 e que se transferem para o ano 2017.

Assim, a empresa apresenta-se, de modo casuístico, como um elemento preponderante e determinante no estado motivacional dos seus Recursos Humanos, orientando-os para o cumprimento de objetivos setorializados que resultam num todo pleno de maturidade, resultando numa positiva avaliação de desempenhos.

É intenção da Feira Viva dar continuidade ao desenvolvimento em cada colaborador da empresa, do espírito de missão associado ao serviço público e à causa que motiva a Feira Viva - Santa Maria da Feira.

1.4 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

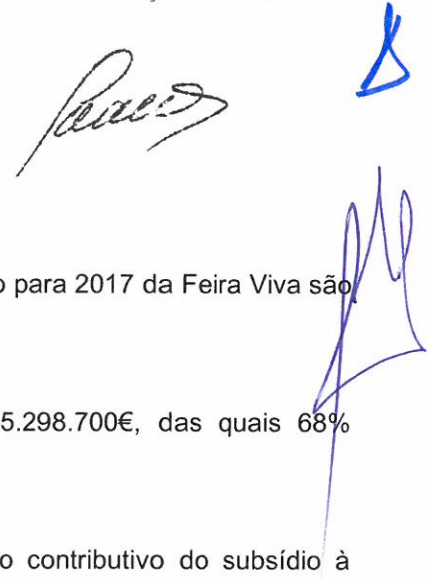
A Feira Viva tem como princípios de gestão:

- » A promoção do desenvolvimento local e a prestação de serviços de qualidade aos munícipes;
- » A obtenção, sempre que possível, de preços que permitam o equilíbrio de exploração a médio prazo (Princípio do utilizador-pagador);
- » A obtenção de índices de produtividade compatíveis com os padrões internacionais;
- » O enriquecimento do património cultural do concelho através da divulgação de novas criações e produções artísticas de carácter nacional e internacional, bem como, por via da participação em rede de produção e programação cultural a nível nacional;
- » A potenciação da notoriedade da marca SANTA MARIA DA FEIRA;
- » Contribuir continuamente para o desenvolvimento do território – SANTA MARIA DA FEIRA – pela qualidade dos serviços prestados nos equipamentos e diferenciação das atividades culturais proporcionando o contributo para:
 - Captar residentes
 - Captar visitantes

As suas linhas de ação centram-se, essencialmente na:

- Maximização da qualidade;
- Motivação e formação contínua de todos os colaboradores;
- Forte aposta no Marketing e na Comunicação;

- Rigor orçamental;
- Constante procura de novas soluções.



1.5 PERSPECTIVA ECONÓMICA

Os principais factos económicos que estão na base da proposta do Orçamento para 2017 da Feira Viva são as seguintes:

1. Prevê-se um total de receitas no presente orçamento de 5.298.700€, das quais 68% correspondem a receitas próprias e 32% a subsídio à exploração.

2. Os equipamentos e atividades em que se prevê que o peso contributivo do subsídio à exploração direto seja inferior a 50% dos custos totais dos mesmos são:

- Piscina Municipal da Feira
- Piscina Municipal de Fiães
- Piscina Municipal de Lourosa
- Viagem Medieval em Terra de Santa Maria
- Perlim
- Eventos Europarque

3. Os equipamentos e atividades que se prevê que o peso contributivo do subsídio à exploração direto seja superior a 50% dos custos totais dos mesmos são:



- Piscina de São João de Ver
- Feira Viva – Natação Adaptada
- Pavilhão da Lavandeira
- Zoo de Lourosa
- Cine Teatro António Lamoso / Programação de Sala
- Semana Santa

4. Ao nível de custos com pessoal, não estão previstas alterações estruturais, estando as remunerações sujeitas a eventuais alterações impostas pelas disposições legais obrigatórias;

5. Ao nível do investimento, só existe previsão relativamente à conservação e reparação corrente dos equipamentos existentes, prevendo-se contudo a articulação com o município do desenvolvimento de investimentos estruturantes:

- Piscina Municipal de Lourosa, ginásio e salas de academia;

- Piscina de Fiães, ginásio e salas de academia;
- Reabilitação do Zoo de Lourosa;
- Dotação de novas infraestruturas à Quinta do Castelo
- Reabilitação da Piscina de São João de Ver.



2 EQUIPAMENTOS E ACTIVIDADES 2017

A Feira Viva, em 2017, encabeçará a gestão dos seguintes equipamentos e atividades:

EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

- Piscina Municipal da Feira
- Piscina Municipal de Lourosa
- Piscina Municipal de Fiães
- Piscina de São João de Ver
- Pavilhão Municipal da Lavandeira

PROJETOS DESPORTIVOS

- Feira Viva Natação Adaptada - Competição

PARQUE TEMÁTICO

- Zoo de Lourosa - Parque Ornitológico

EQUIPAMENTOS CULTURAIS

- Cine Teatro António Lamoso / Programação de Sala

EVENTOS CULTURAIS

- Apoio na produção e operacionalização do programa da Festa das Fogaceiras
- Semana Santa
- Apoio na produção e operacionalização do Imaginarius
- Viagem Medieval em Terra de Santa Maria
- Perlim

EVENTOS EUROPARQUE

- Acolhimento, dinamização e operacionalização de eventos Empresariais, Desportivos,

Culturais, Científicos, Religiosos, Formativos e outros, no EUROPARQUE Centro de Congressos.

3 PISCINAS MUNICIPAIS

Enquadramento 2017

Para o ano de 2017, perspetivando a captação de novos clientes e manutenção dos atuais, não se prevê o aumento dos preços praticados, realidade que decorre da perspetiva global face à diminuição dos rendimentos disponíveis por parte das famílias e perante o cenário e condições económicas, de um modo geral. De resto, ao longo de 2016, foram efetuados investimentos na manutenção e qualificação de estruturas, nomeadamente da Piscina da Feira, com vista à retenção e à captação de clientes. Esta iniciativa defrontou-se em 2016 com uma realidade alterada, pela forte concorrência de novos espaços privados, particularmente na área do *fitness*. A contratação de mais um elemento para o Departamento de Imagem e Comunicação, com especial dedicação às ações das Piscinas Municipais permite, em 2017, expor de forma mais eficiente as atividades e iniciativas dos equipamentos.

Objetivos

- » Prossecução da política de melhoria contínua do serviço, visando a autonomia económica de exploração;
- » Reforço do conceito de piscinas como Polo multisserviços na área do desporto e lazer;
- » Procura permanente de novas soluções dinamizadoras através da aposta em novos produtos;
- » Qualificação e otimização física das Infraestruturas;
- » *Rebranding* de "Piscinas Municipais"

Investimentos

A política de investimentos da empresa visa sobretudo a manutenção corrente dos equipamentos, no sentido de assegurar o devido funcionamento das instalações e otimização das mesmas.

Adicionalmente pretende-se articular a possibilidade de realização de investimentos estruturantes pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, que possibilitem a oferta de novas modalidades potenciadores de maior rentabilidade dos equipamentos, designadamente nas Piscinas de Lourosa e Fiães.

4 PAVILHÕES MUNICIPAIS

Enquadramento 2017



Prevê-se a aplicação da discriminação positiva a entidades de mérito desportivo concelhias, definidas pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, através de um desconto no tarifário aprovado que pode atingir os 90%.

Objetivos

Maximização da utilização dos espaços pelas entidades concelhias que promovam atividades desportivas, zelando pela conveniente utilização e manutenção das instalações, bem como pela permanente contenção de custos, designadamente, com a crescente responsabilização dos utilizadores.

Investimentos

A política de investimentos da empresa visa sobretudo a manutenção corrente dos equipamentos, no sentido de assegurar o devido funcionamento das instalações.

5 PISCINA DE SÃO JOÃO DE VER

Enquadramento 2017

Prevê-se a aplicação da discriminação positiva a entidades de mérito desportivo concelhias, definidas pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, através de um desconto no tarifário aprovado que pode atingir os 90%.

Objetivos

» Ocupação prioritária da Piscina de São João de Ver pelo projeto Feira Viva - Natação Adaptada e pelas entidades apoiadas pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, no âmbito da sua política para o desporto, com a introdução gradual do conceito de utilizador-pagador.

» Utilização do equipamento em modo descoberto, para atividades lúdicas e de lazer, no período estival, de junho a setembro.

Investimentos

A política de investimentos, da empresa, visa sobretudo a manutenção corrente dos equipamentos, no sentido de assegurar o devido funcionamento das instalações.

6 FEIRA VIVA – NATAÇÃO ADAPTADA

Enquadramento 2017



No seguimento dos resultados obtidos ao longo de 2016, pretende-se dar continuidade à política de melhoria de resultados dos nadadores, com destaque particular para os 6 atletas que se encontram no nível 5 – Alta Competição, dos quais um dos atletas conseguiu mínimos para os Jogos Paralímpicos, não tendo estado presente devido às regras de cotas por País. Dois atletas foram convocados pela Federação Portuguesa de Natação para o Campeonato do Europeu do IPC no Funchal, em abril e maio, onde foram batidos recordes nacionais, pessoais e atingidos mínimos A para as Olimpíadas do Rio de Janeiro. Por sua vez, os atletas convocados para o Open European Swimming Championship 2015, organizado pela DSISO, que se realizou em Loano, Itália de 7 a 12 de novembro daquele ano, conquistaram duas medalhas de bronze, também com as cores da seleção nacional de Síndrome de Down. Ao longo de 2016 a Feira Viva fez um investimento no atletas que apresentou os tempos mínimos para as Paraolimpíadas com um estágio num Centro de Estágios Especializado em Alto Rendimento em Natação, em Sierra Nevada – Granada – Espanha.

A empresa INDAQUA Feira assumiu-se como Patrocinador da equipa para a época que está prestes a terminar, 2015/2016, pelo que um dos objetivos próximos será a renegociação desta parceria e conquista de novos parceiros e apoios para a equipa.

A nova época desportiva que, entretanto já teve início, manterá objetivos competitivos de altíssimo nível, nomeadamente, pretende-se continuar a proporcionar aos atletas com melhor desempenho a participação em competições internacionais no seguimento do próximo ano.

7 ZOO DE LOUROSA

Enquadramento 2017

Para o ano de 2017, apesar dos esforços de conquista de novos clientes, não se prevê um aumento das receitas próprias, decorrente da situação da redução de rendimentos disponíveis das famílias e das condições económicas e sociais.

Objetivos

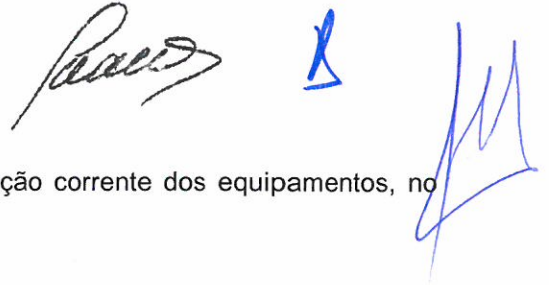
» Reforço da identidade do Parque Ornitológico de Lourosa como local de grande valor nacional e internacional, ao nível de conservação das espécies e da biodiversidade e da educação ambiental, apostando na chancela de “Único Parque Ornitológico do País”;

» Reforço da dinamização de atividades geradoras de receitas, de alguns dias temáticos, e realização de eventos integrados no plano anual de atividades.

» Captação de novos públicos, através do reforço e alargamento da divulgação do Zoo e suas atividades noutros concelhos e distritos limítrofes.

» Manutenção de uma coleção ornitológica com forte valor conservacionista e simultaneamente atrativa

para os visitantes.



Investimentos

A política de investimentos, da empresa, visa sobretudo a manutenção corrente dos equipamentos, no sentido de assegurar o devido funcionamento das instalações.

Adicionalmente pretende-se articular a possibilidade de realização de investimentos estruturantes pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, que possibilitem, a reabilitação do Zoo de Lourosa.

8 CINETEATRO ANTÓNIO LAMOSO

Enquadramento 2017

O Cineteatro António Lamoso é um equipamento cultural municipal, polo 2 do CCTAR/Caixa das Artes, sobe a gestão da Feira-Viva Cultura e Desporto E.M. Constitui-se um polo de promoção e difusão da criação artística contemporânea através da apresentação regular de produções, coproduções ou do acolhimento de projetos artísticos. Propõe-se a integrar na sua programação anual propostas artísticas de variadas linguagens e estéticas, integrando os *stakeholders* locais (artistas ou associações) compaginando na programação agentes culturais e criativos autóctones com artistas e agentes culturais nacionais e internacionais. Pretende manter uma ação permanente na construção de hábitos de consumo de bens culturais assim como na captação e fidelização de públicos. Prossegue a sua missão com base em valores de identidade e território, interdisciplinaridade, complementaridade, aprendizagem e inovação. Enquanto polo do projeto CCTAR/Caixa das Artes constitui-se, simultaneamente, um espaço e um agente de construção de um novo ecossistema cultural para o desenvolvimento integrado de Santa Maria da Feira, quer a nível cultural, educativo e social, quer a nível turístico e económico.

Objetivos

- » Apresentar na programação anual de espetáculos de produção local concelhia, com recurso a artistas, grupos informais ou associações locais;
- » Apresentar na programação anual estreias nacionais;
- » Promover criações em residência;
- » Promover propostas de Mediação/Interpretação e de Qualificação/Educação derivadas da programação / criação de atividades à volta do programa criativo e cultural;
- » Promover o aluguer de espaços/serviços;
- » Maximizar o público em espetáculos com entrada paga.



9 EVENTOS CULTURAIS

Os eventos em geral, e os eventos culturais em particular, têm vindo a assumir-se como geradores de oportunidades de crescimento e desenvolvimento dos territórios, bem como alavancadores do posicionamento de imagem positiva e forte dos mesmos.

Objetivos

- » Prosseguir a política de inovação e qualificação nos eventos culturais.
- » Reforço da capacidade de criação de conteúdos;
- » Continuação da aposta nos grupos/associações concelhias como elementos preponderantes na realização dos eventos;
- » Continuação da aposta do envolvimento da população e da comunidade local nos diferentes eventos.
- » Procura de realização de atividades e eventos pontuais que reforcem o posicionamento do território como líder nacional, e com reconhecimento internacional, no âmbito da temática Medieval.

10 EVENTOS EUROPARQUE

Enquadramento 2017

Os Eventos Europarque surgem como uma nova perspetiva altamente catalizadora da potencialidade de receber atividades pluridisciplinares no território. Dada a dimensão da infraestrutura e todo o seu potencial multifuncional, associado à aposta numa nova imagem e numa dinâmica de comunicação moderna de proximidade com o cliente/utilizador, os Eventos Europarque assumir-se-ão como uma alavanca de presença de Santa Maria da Feira como *player* Nacional e Internacional em eventos *indoor* em modelo de Centro de Congressos.

Objetivos

- » Maximização da utilização da capacidade instalada;
- » Diversidade de utilizações: Empresarial, Desportiva, Cultural, Científica, Religiosa, Formativa, outras;
- » Transformação do espaço e devolução do mesmo ao território como um local plural e preferencial de lazer.



» Reforço da afirmação de Santa Maria da Feira como player Nacional e Internacional na área dos eventos em modelo de Centro de Congressos, maximizando os efeitos diretos e indiretos para a economia da região e do país.

» Rebranding da Marca “Europarque”.



Anexos

Anexo I – Demonstração de Resultados Previsional por Atividade

Anexo II – Demonstração de Resultados Previsional por Evento

Anexo III – Demonstração de Resultados Previsional

Anexo IV – Balanço Previsional

Anexo V – Mapa de Tesouraria Previsional

Anexo VI – Mapa Plurianual de Atividades

Anexo VII - Principais Atividades para 2017

Santa Maria da Feira, 10 de outubro de 2016

O Conselho de Administração

Emídio Sousa

Eduardo Cavaco

Gil Ferreira



ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL POR ATIVIDADE 2017

RENDIMENTOS	SERV. TRANSVERSAIS	NATAÇÃO ADAPTADA	PRECINAS			S. J. VER	PAVILHÕES	P. ONT. LOUROSA	GESTÃO DE EVENTOS	EUROPARQUE	CINE-TEATRO / PROGRAMAÇÃO DE SALA	TOTAL
			FEIRA	FIÁES	LOUROSA							
71 VENDAS			2.500	1.500	1.100	2.500		11.000				
72 PRESTAÇÃO SERVIÇOS		12.000	810.000	320.000	255.000	14.000	6.000	59.000	600.000	89.000	3.483.000	
BILHETARIAS ACTIVIDADES		7.000	810.000	320.000	255.000	14.000		45.000		70.000	2.721.000	
OUTROS								14.000	100.000		114.000	
SPONSORIZAÇÃO		5.000							500.000	3.000	508.000	
ALUGUERES ESPAÇOS							6000			16.000	22.000	
Impacto Iva												
75 SUBSÍDIOS	561.000	18.000		117.000	168.000	96.000	72.350	220.000		148.500	1.709.000	
Equipamentos e Eventos	561.000	18.000		117.000	168.000	96.000	72.350	220.000		148.500	1.709.000	
78 O. RENDIMENTOS E GANHOS	6.000	500	5.000	16.000	1.600	1.500	3.500	6.000		4.000	54.100	
79 JUROS, DIVIDENDOS E O. REND.												
TOTAL DE RENDIMENTOS	567.000	30.500	817.500	454.500	425.700	114.000	81.850	300.000	600.000	242.500	5.298.700	
GASTOS												
61 CVM/MC			1.400	800	700	1.800		5.500			29.200	
62 FORN. E SERV. EXTERNOS	145.000	28.000	487.250	267.200	246.800	79.600	24.350	76.600	427.000	171.900	3.372.670	
621 SUBCONTRATOS			1.000	10.000	12.000	246.800		1.000	300.000	70.000	1.741.600	
6221 TRAB. ESPECIALIZADOS	14.000	50	11.000	5.000	4.500	2.500	1.000	4.500	5.000	6.000	56.550	
6222 PUBLICIDADE E PROPAG.	200		2.000	1.500	1.100			7.500	1.000	10.000	23.490	
6223 SEGURANÇA E VIGILANCIA	200		350	600	400			2.000	20.000	23.750	23.750	
6224 HONORÁRIOS	6.000	20.000	220.000	94.000	95.000	4.500	1.800	5.000	20.000	50.000	556.300	
6225 COMISSÕES									1.000	1.500	2.500	
6226 CONS. E REPARAÇÃO	3.200		28.000	13.000	12.500	5.100	4.000	6.500	3.000	2.000	82.300	
6228 OUTROS	600	2.600	100	150	150	100		23.000	1.000	200	28.300	
6231 FERRAM. E UTENSÍLIOS	1.200	220	12.000	4.500	4.500	1.800	700	4.500	4.000	2.500	44.850	
6232 LIVROS E DOC. TÉCNICA	50		50	50	50			100			350	
6233 MAT. ESCRITÓRIO	3.000	50	2.000	800	1.000	150		1.000	2.000	2.000	12.750	
6234 ARTIGOS P/A OFERTA	150	80	1.000	150	150			100		350	350	
6241 ELETRICIDADE	2.800		58.000	40.000	32.000	17.500	8.500	8.000		350	2.080	
6242 COMBUSTÍVEIS	2.100		100.000	50.000	47.000	42.000	3.000	1.400	5.000	7.000	176.400	
6243 ÁGUA	500		35.000	35.000	24.000	3.500	3.000	1.000		2.600	252.800	
6251 DESLOCAÇÕES E ESTAD.	300	2.000	150	150	100			2.200	500	300	105.100	
6253 TRANSP. MERCADORIAS											6.200	
6251 RENDAS E ALUGUERES	99.500	200	2.000	4.000	3.500	1.000		1.500	7.000	8.000	126.700	
6262 COMUNICAÇÃO	8.000	200	5.000	4.000	4.500	300	500	2.400		1.000	29.800	
6263 SEGUROS	700	100	2.500	1.000	1.200	600	700	900		200	9.800	
6264 ROYALTIES			1.400	750	750			100		7.500	10.500	
6265 CONTENC. E NOTARIADO	1.000										1.000	
6266 DESPESAS DE REPRESENT.	500	2.500	200	100	100			100	1.000		5.000	
6267 LIMP. HIG. E CONFORTO	1.000		5.500	2.500	2.300	700	1.000	3.800	56.500	750	74.550	
6268 OUTROS												
63 GASTOS COM PESSOAL	388.700		278.300	162.000	161.000	16.100	47.500	198.000	172.700	61.500	1.666.400	
64 GASTOS DE P. AMORTIZAÇÃO	48.350	500	5.000	16.000	1.600	1.500	4.000	53.980		5.000	139.830	
68 OUTROS GASTOS E PERDAS	6.000	2.000	5.000	7.000	14.000	15.000	6.000	15.500		4.000	76.600	
69 GASTOS E PERDAS DE FINAN.	5.000		4.500	1.500	1.600			400	300	100	13.700	
TOTAL DE GASTOS	663.050	30.500	781.450	454.500	425.700	114.000	81.850	300.000	600.000	242.500	5.298.700	
RESULTADO	-36.050	0	36.050	0	0	0	0	0	0	0	0	
Subsídio Exploração / Gastos Totais	93%	99%	0%	26%	39%	84%	88%	73%	18%	0%	62%	32%

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL POR EVENTO 2017

	SEMANA SANTA	VIAGEM MEDIEVAL	PERLIM	TOTAL
Rendimentos Gastos				
RENDIMENTOS				
71 VENDAS		22 000	12 000	34 000
72 PRESTAÇÃO SERVIÇOS	-	950 000	368 000	1 318 000
BILHETEIRAS ACTIVIDADES		850 000	350 000	1 200 000
OUTROS				-
SPONSORIZAÇÃO		100 000	12 000	112 000
ALUGUERES ESPAÇOS			6 000	6 000
OUTROS				-
75 SUBSIDIOS	17 000			17 000
78 O. RENDIMENTOS E GANHOS	-			-
IMPUTAÇÃO SUB. INVESTIMENTO				-
O. RENDIMENTOS E GASTOS				-
79 JUROS, DIVIDENDOS E O. REND.				-
TOTAL DE RENDIMENTOS	17 000	972 000	380 000	1 369 000
GASTOS				TOTAL
61 CMVMC		13 000	6 000	19 000
62 FORN. E SERV. EXTERNOS	14 900	958 700	374 000	1 347 600
621 SUBCONTRATOS	1 400	400 000	110 000	511 400
6221 TRAB. ESPECIALIZADOS	150	125 000	40 000	165 150
6222 PUBLICIDADE E PROPAG.	2 000	65 000	22 000	89 000
6223 SEGURANÇA E VIGILÂNCIA	1 000	105 000	25 000	131 000
6224 HONORÁRIOS		14 000	22 000	36 000
6225 COMISSÕES		1 500	1 200	2 700
6226 CONS. E REPARAÇÃO	100	20 000	2 500	22 600
6231 FERRAM. E UTENSILIOS	150	70 000	32 000	102 150
6232 LIVROS E DOC. TECNICA		6 500		6 500
6233 MAT. ESCRITÓRIO	100	1 000	800	1 900
6234 ARTIGOS P/A OFERTA		3 000	2 500	5 500
6241 ELECTRICIDADE	400	5 000	7 000	12 400
6242 COMBUSTIVEIS	100	2 500	2 000	4 600
6243 ÁGUA		7 500	2 000	9 500
6251 DESLOCAÇÕES E ESTAD.	100	11 000	2 500	13 600
6253 TRANSP. MERCADORIAS				-
6261 RENDAS E ALUGUERES	9 000	65 000	90 000	164 000
6262 COMUNICAÇÃO	50	2 000	500	2 550
6263 SEGUROS	100	3 000	400	3 500
6264 ROYALTIES		4 000	1 000	5 000
6265 CONTENC. E NOTARIADO				-
6266 DESPESAS DE REPRESENT.	200	27 500	5 600	33 300
6267 LIMP. HIG. E CONFORTO	50	18 000	4 500	22 550
6228 OUTROS		2 200	500	2 700
63 GASTOS COM PESSOAL	-	-	-	-
REMUNERAÇÕES E ENCARGOS				-
FORMAÇÃO				-
ACTIVIDADES E OUTROS				-
64 GASTOS DEP. E AMORTIZAÇÃO	-	-	-	-
AMORTIZAÇÕES BENS 2010				-
68 OUTROS GASTOS E PERDAS	2 100			2 100
IVA NÃO DEDUTIVEL	2 100			2 100
69 GASTOS E PERDAS DE FINANC.		300		300
TOTAL DE GASTOS	17 000	972 000	380 000	1 369 000
RESULTADO	0	0	0	0
Subsidio Exploração / Gastos Totais	100%	0%	0%	1%

anexo II

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAL PREVISIONAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RENDIMENTOS E GASTOS	2017
Vendas e Serviços Prestados	3 535 600
Subsídios à Exploração	1 709 000
Custo das Mercadorias Vendidas	29 200
Fornecimentos e Serviços Externos	3 372 870
Gastos com Pessoal	1 666 400
O. Rendimentos e Ganhos	54 100
O. Gastos e Perdas	76 600
RESULTADO ANTES DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	153 630
Gastos de Depreciação e Amortização	139 930
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES GASTOS FINANCIAMENTOS E IMPOSTOS)	13 700
Gastos e Perdas de Financiamento	13 700
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-

Receita

1

[Handwritten Signature]

Handwritten signature

Handwritten mark

Handwritten signature

BALANÇO INDIVIDUAL PREVISIONAL
EM 31 DEZEMBRO 2017

RUBRICAS	2017
ATIVO NÃO CORRENTE	
Ativos Fixos Tangíveis	2 275 013
Ativos Fixos Intangíveis	2 760
Ativos Biológicos	75 654
Ativos por Impostos Diferidos	30 564
SUBTOTAL	2 383 990
ATIVO CORRENTE	
Inventários	32 535
Clientes	41 297
Estado e O. Entes Públicos	14 317
O. Contas a Receber	42 113
Diferimentos	34 769
Caixa e Depósitos Bancários	39 710
SUBTOTAL	204 742
TOTAL DO ATIVO	2 588 732
CAPITAL PRÓPRIO + PASSIVO	
Capital Realizado	564 488
O. Instrumentos de Capital próprio	377 742
Reserva Legal	27 264
Resultados Transitados	26 969
O. Variações de Capital Próprio	130 144
SUBTOTAL	1 126 608
Resultado Líquido do Exercício	-
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	1 126 608
PASSIVO NÃO CORRENTE	
Provisões	1 266
Fornecedores	
O. Contas a Pagar	-
Passivo por Impostos Diferidos	17 267
SUBTOTAL	18 534
PASSIVO CORRENTE	
Fornecedores	629 642
Estado e O. Entes Públicos	123 430
O. Contas a Pagar	679 371
Diferimentos	10 848
SUBTOTAL	1 443 291
TOTAL DO PASSIVO	1 461 824
TOTAL PASSIVO+CAPITAL PRÓPRIO	2 588 432

MAPA DE TESOURARIA PREVISIONAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RUBRICAS	2017
SALDO INICIAL	14 410
RECEBIMENTOS	
DE AUMENTO CAPITAL PRÓPRIO	-
DE VENDAS	52 600
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3 483 000
DE SUBSIDIOS EXPLORAÇÃO	1 709 000
DE OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	54 100
DE JUROS DIVIDENDOS E O. REND.	-
DE REEMBOLSO DE IVA	
TOTAL DE RECEBIMENTOS + S.I.	5 313 110
PAGAMENTOS	
FORNECEDORES	3 516 700
GASTOS COM PESSOAL	1 666 400
OUTROS GASTOS E PERDAS	76 600
GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	13 700
TOTAL DE PAGAMENTOS	5 273 400
RECEBIMENTOS - PAGAMENTOS	
DISPONIBILIDADES	39 710

[Handwritten Signature]

Anexo V

[Handwritten Signature]

PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES 2017/2018
LINHAS ESTRATÉGICAS

AREAS	2017	2018
PISCINAS MUNICIPAIS	<ul style="list-style-type: none"> » Análise da Alteração de Tarifário » Política contínua de melhoria de serviço visando a autonomia económica de exploração » Rebranding da Marca » Criação de pelo menos um novo serviço » Investimento em eficiência energética 	<ul style="list-style-type: none"> » Análise da Alteração de Tarifário » Política contínua de melhoria de serviço visando a autonomia económica de exploração » Criação de pelo menos um novo serviço » Investimento em eficiência energética
PAVILHÕES E PISCINA S. J. DE VER	<ul style="list-style-type: none"> » Manutenção do conceito de utilizador » Maximização da utilização dos espaços » Concessão de exploração de espaços 	<ul style="list-style-type: none"> » Manutenção do conceito de utilizador » Maximização da utilização dos espaços » Concessão de exploração de espaços
PARQUE ORNITOLÓGICO LOUROSA	<ul style="list-style-type: none"> » Aumento afluência através de novos serviços » Abranger novos públicos através criação de novos serviços » Redução do défice de exploração do Zoo 	<ul style="list-style-type: none"> » Aumento afluência através de novos serviços » Abranger novos públicos através criação de novos serviços » Redução do défice de exploração do Zoo
CINE-TEATRO	<ul style="list-style-type: none"> » Implementação de uma nova dinamica de ocupação do mesmo com qualidade artística e grandeza de Receitas » Maximização da Utilização dos espaços 	<ul style="list-style-type: none"> » Implementação de uma nova dinamica de ocupação do mesmo com qualidade artística e grandeza de Receitas » Maximização da Utilização dos espaços
NATAÇÃO ADAPTADA	<ul style="list-style-type: none"> » Participação de atletas em provas internacionais e melhoria de resultados com crescente contribuição dos participantes e patrocinadores 	<ul style="list-style-type: none"> » Participação de atletas em provas internacionais e melhoria de resultados com crescente contribuição dos participantes e patrocinadores
SEMANA SANTA	<ul style="list-style-type: none"> » Potenciação da notoriedade da marca de SANTA MARIA DA FEIRA com eventos diferenciados e únicos alavancadores da visita a Santa Maria da Feira nos eventos e fora deles. » Diferenciação num evento religioso » Reforço da participação de entidades concelhias na geração e apresentação de conteudos » Aumento do envolvimento da população 	<ul style="list-style-type: none"> » Potenciação da notoriedade da marca de SANTA MARIA DA FEIRA com eventos diferenciados e únicos alavancadores da visita a Santa Maria da Feira nos eventos e fora deles. » Diferenciação num evento religioso » Reforço da participação de entidades concelhias na geração e apresentação de conteudos » Aumento do envolvimento da população
VIAGEM MEDIEVAL	<ul style="list-style-type: none"> » Potenciação da notoriedade da marca SANTA MARIA DA FEIRA com eventos diferenciados e unicos alavancadores da visita a Santa Maria da Feira nos eventos e fora deles. » Evolução para um conceito cinematográfico da recriação histórica » Reforço da participação de entidades concelhias na geração e apresentação de conteudos » Autosustentabilidade económica total do projecto » Aumento do envolvimento da população 	<ul style="list-style-type: none"> » Potenciação da notoriedade da marca SANTA MARIA DA FEIRA com eventos diferenciados e unicos alavancadores da visita a Santa Maria da Feira nos eventos e fora deles. » Evolução para um conceito cinematográfico da recriação histórica » Reforço da participação de entidades concelhias na geração e apresentação de conteudos » Autosustentabilidade económica total do projecto » Aumento do envolvimento da população
PERLIM	<ul style="list-style-type: none"> » Potenciação da notoriedade da marca de SANTA MARIA DA FEIRA com eventos diferenciados e únicos alavancadores da visita a Santa Maria da Feira nos eventos e fora deles. » Reforço da participação de entidades concelhias na geração e apresentação de conteudos » Autosustentabilidade económica total do projeto » Aumento do envolvimento da população 	<ul style="list-style-type: none"> » Potenciação da notoriedade da marca de SANTA MARIA DA FEIRA com eventos diferenciados e únicos alavancadores da visita a Santa Maria da Feira nos eventos e fora deles. » Reforço da participação de entidades concelhias na geração e apresentação de conteudos » Autosustentabilidade económica total do projeto » Aumento do envolvimento da população
EVENTOS EUROPARQUE	<ul style="list-style-type: none"> » Maximização da utilização da capacidade instalada, com diversidade de utilização, empresarial, desportiva, cultural, religiosa e formativa, na vertente "indoor" e "outdoor"; » Procura de parceiros para ocupação regular (permanente) de espaços que não castrem a capacidade multifuncional do equipamento; » Procura da autosustentabilidade económica total do projeto » Rebranding da Marca » Procura de potenciar os efeitos diretos e indiretos dos eventos realizados na economia local 	<ul style="list-style-type: none"> » Maximização da utilização da capacidade instalada, com diversidade de utilização, empresarial, desportiva, cultural, religiosa e formativa, na vertente "indoor" e "outdoor"; » Procura de parceiros para ocupação regular (permanente) de espaços que não castrem a capacidade multifuncional do equipamento; » Procura da autosustentabilidade económica total do projeto » Procura de potenciar os efeitos diretos e indiretos dos eventos realizados na economia local

Anexo VII Principais Actividades para 2017

Actividade	Data
Cultura	
Programação de Sala	Janeiro a Dezembro
Festa das Fogaceiras (Apoio)	Janeiro
Semana Santa	Abril
Imaginarius (Apoio)	Maio
Viagem Medieval em Terra de Santa Maria	Julho/Agosto
Perlim	Dezembro
Parque Ornitológico - Educação Ambiental	
Dia dos Namorados	Fevereiro
Carnaval	Fevereiro
Dia do Pai	Março
Jardim do Visitante	Março
Dia da Cidade	Abril
Dia da Mãe	Maio
Dia da Criança	Junho
Gelados para as aves	Julho
Dia Mundial dos Avós	Julho
Dia Emigrante	Agosto
Dia internacional do abutre	Setembro
Dia mundial do turismo	Setembro
Halloween	Outubro
Magusto	Novembro
Atelier de Natal	Dezembro
Hora alimentação dos flamingos	Janeiro a Dezembro
Pelicanos & Companhia	Janeiro a Dezembro
Piscinas Municipais	
Troféu das Fogaceiras 17 - Competição Natação Adaptada 17	Janeiro
Festival Lúdico	Abril
Aquaday	Abril
Festival para todos	Maio
Festival de Dança para Crianças	Junho
Pilates & Yoga	Junho
Happy Hour	Julho
Eventos Europarque	
Dinamização da Ocupação do Europarque - Centro de Congressos	Janeiro a Dezembro

Contratos Pluri-ano	Entidade	Ref. Proçamento	Início do Contrato	Termo do contrato	Pelo	Vigor atualizado	2016	2017	2018	2019
Aquisição de Comunicação de Voz fixa, móvel e de dados	MEO-S Comunicações Multimédia, S.A		01/10/2016	30/09/2018	Vários Pólos	49 706,82	2 213,35	24 853,41	18 540,08	x
Aquisição de energia elétrica em média tensão, baixa tensão especial e baixa tensão normal	Gulf Power, S.A		30/09/2016	31/08/2017	Vários Pólos	338 553,04	84 563,26	253 889,78	x	x
Fornecimento de água natural em regime de mercado de preços livres	Gulf Power, S.A		30/09/2016	31/08/2017	Vários Pólos	228 926,19	56 731,55	170 194,64	x	x
Controlo físico-químico e bacteriológico e de infra-estruturas das águas dos tanques das piscinas e análises de água destinadas ao consumo humano	Inst. Superior Engl. de Porto		data de contrato	36 meses	Piscinas e Zoo	17 850,00	991,67	6 950,00	5 950,00	4 950,33
Serviço fixo de voz, serviço móvel de mensagens e estafetas do serviço fixo de voz	MEO-S Comunicações Multimédia, S.A		23/04/2015	23/04/2016	Vários Pólos	24 762,80	12 381,40	3 095,35	x	x
Serviço de limpeza para o edifício Centro de Congressos e para os eventos realizados no Europeparque	Hidrosia, Serviços de Limpeza, Lda		10/08/2016	08/09/2017	Eventos (residenciais)	55 486,08	23 119,20	32 366,88	x	x
Serviços diversos de apoio à preparação de congressos, incluindo montagem / desmontagem no âmbito dos eventos a ter lugar no Europeparque – Centro de Congressos.	B.B. - Facility Services, Sociedade Unipessoal, Lda		18/05/2016	30/04/2017	Europeparque	40 025,00	26 683,33	13 341,67	x	x
Contratação do prestador de serviços para realizar a breche de montagem, operação, gestão e manutenção dos equipamentos de som e de luz assim como toda a maquinaria de cena existente no Grande Auditório de Europeparque – Centro de Congressos.	José Carlos da Costa Rodrigues Duarte		16/06/2016	31/12/2017	Europeparque	19 650,00	7 289,47	12 410,53	x	x
Serviço de Segurança e Vigilância para os Eventos do Europeparque, Zoo de Lourosa, os eventos Viagem Medieval em Terra de Santa Maria e Pólvora, Uma Quinta de Sorchos e Sarama, Santa.	Comanugar Segurança Privada, S.A		21/07/2016	30/04/2017	Vários Eventos	95 605,50	93 757,50	1 875,00	x	x
Serviços de consultoria na área do marketing e patrocinios	Lda		30/03/2016	31/12/2017	Europeparque, renovável	72 000,00	36 000,00	36 000,00	x	x
Aquisição de Software de bilhética serviço helpdesk e bilhetes	Ennag - Consultores de Sistemas de Informação, Lda	DAF_075 AD	15/03/2016	31/12/2017	Europeparque, renovável	15 665,00	6 226,00	9 339,00	x	x
Renda Armazém de Cerveja	Ennoproconeto		01/11/2016	31/12/2017	Gestão de Eventos	37 833,20	37 833,20	x	x	x
Renda Armazém de Sábão de lava Ver	Fernanda da Silva Araújo		01/01/2016	31/12/2017	Gestão de Eventos	23 333,20	23 333,20	x	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Ana Bilomas	PIS_389 AD	01/09/2016	31/08/2017	renovável	8 409,00	2 803,00	5 606,00	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Ana Bilomas	PIS_389 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	10 717,50	3 572,50	7 145,00	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Ana Bilomas	PIS_389 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	1 815,00	605,00	1 210,00	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Ana Bilomas	PIS_389 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	5 445,00	1 815,00	3 630,00	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	André Bastos	PIS_384 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	10 895,00	3 631,67	7 263,33	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	André Bastos	PIS_385 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	3 201,00	1 067,00	2 134,00	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Bruno Gil	PIS_386 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	10 235,50	3 410,83	6 821,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Bruno Santos	PIS_387 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	15 476,50	5 158,83	10 317,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Bruno Santos	PIS_388 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	13 645,00	4 549,17	8 695,83	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Carlos Santos	PIS_389 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	15 459,00	5 152,00	10 307,00	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Carolina Lima	PIS_390 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	13 407,50	4 469,17	8 938,33	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Cherry Oliveira	PIS_392 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	10 731,00	3 577,00	7 154,00	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Cláudia Ferreira	PIS_393 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	6 795,00	2 265,00	4 530,00	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Cláudia Ferreira	PIS_393 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	15 822,00	5 272,33	10 549,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Elm. Cruzado	PIS_396 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	10 924,00	3 641,00	7 283,00	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Elm. Cruzado	PIS_396 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	10 924,00	3 641,00	7 283,00	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Glória Pais	PIS_395 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	5 445,00	1 815,00	3 630,00	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Inês Manuel	PIS_397 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	8 845,00	2 948,33	5 896,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Jaoko Magalhães Pereira	PIS_398 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	17 205,00	5 735,00	11 470,00	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Jaoko Santos	PIS_400 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	9 832,50	3 278,50	6 557,00	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Jaoko Santos	PIS_400 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	15 822,00	5 272,33	10 549,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	José Martins	PIS_402 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	10 924,00	3 641,00	7 283,00	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	José Martins	PIS_402 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	10 924,00	3 641,00	7 283,00	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Juan Rocha	PIS_403 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	15 860,00	5 283,33	10 576,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Juliana Reis	PIS_404 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	10 205,00	3 401,67	6 803,33	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Luis Coelho	PIS_405 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	12 862,50	4 280,83	8 561,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Márcia Marques	PIS_406 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	15 156,25	5 052,08	10 104,17	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Mércia Silva	PIS_409 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	6 345,00	2 115,00	4 230,00	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Miroco Silva	PIS_407 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	11 445,00	3 811,67	7 623,33	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Miroco Silva	PIS_407 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	11 445,00	3 811,67	7 623,33	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Miroco Silva	PIS_409 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 145,00	1 381,67	2 763,33	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Miroco Silva	PIS_409 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 145,00	1 381,67	2 763,33	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Miroco Silva	PIS_410 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	9 440,00	3 148,00	6 280,00	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Miquel Pinheiro	PIS_411 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	8 830,00	2 943,33	5 886,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Nuno Lopes	PIS_412 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	8 830,00	2 943,33	5 886,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Orlando Soares	PIS_419 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	15 587,50	5 196,83	10 393,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 855,50	1 620,83	3 241,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 855,50	1 620,83	3 241,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 855,50	1 620,83	3 241,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 855,50	1 620,83	3 241,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 855,50	1 620,83	3 241,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 855,50	1 620,83	3 241,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 855,50	1 620,83	3 241,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 855,50	1 620,83	3 241,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 855,50	1 620,83	3 241,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 855,50	1 620,83	3 241,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 855,50	1 620,83	3 241,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 855,50	1 620,83	3 241,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 855,50	1 620,83	3 241,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 855,50	1 620,83	3 241,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 855,50	1 620,83	3 241,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 855,50	1 620,83	3 241,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 855,50	1 620,83	3 241,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 855,50	1 620,83	3 241,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 855,50	1 620,83	3 241,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 855,50	1 620,83	3 241,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 855,50	1 620,83	3 241,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 855,50	1 620,83	3 241,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 855,50	1 620,83	3 241,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 855,50	1 620,83	3 241,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 855,50	1 620,83	3 241,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 855,50	1 620,83	3 241,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 855,50	1 620,83	3 241,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 855,50	1 620,83	3 241,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 855,50	1 620,83	3 241,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 855,50	1 620,83	3 241,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 855,50	1 620,83	3 241,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 855,50	1 620,83	3 241,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 855,50	1 620,83	3 241,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 855,50	1 620,83	3 241,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 855,50	1 620,83	3 241,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 855,50	1 620,83	3 241,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017	Piscinas	4 855,50	1 620,83	3 241,67	x	x
Contratação professores para as piscinas e jardins municipais	Paula Alves	PIS_415 AD	01/09/2016	31/08/2017						



PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 25.º, alínea j) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, apresentamos o nosso parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2017, da Sociedade **FEIRA VIVA – Cultura e Desporto, E. M.**, consistindo, Plano Plurianual de Atividades, Mapa de Tesouraria Previsional, Demonstração de Resultados Previsional e Balanço Previsional.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do conselho de administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidas nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

4. O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu:

a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:

- a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
- a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
- a adequação da apresentação da informação previsional;

b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.



5. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.

Parecer

6. Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela entidade.

7. Devemos contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

S. João da Madeira, 10 de outubro de 2017

Ângelo Couto & Carlos Ribeiro, S.R.O.C.

Representada por:

Ângelo Manuel de Oliveira Couto, R.O.C. N.º 590

2016/10/13



Orçamento da Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira 2017

Distribuição das rubricas de despesa e receita da Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira

Rubricas de despesa		
1. Equipa de direção		6 820,00 €
2. Equipa artística		31 200,00 €
3. Equipa técnica e de montagem		7 000,00 €
4. Espaços e equipamentos		5 780,00 €
5. Produção e montagem		3 500,00 €
6. Edição, registo e documentação		2 200,00 €
7. Logística		4 500,00 €
8. Promoção e comunicação		4 570,00 €
9. Despesas administrativas		2 330,00 €
Total		67 900,00 €
Rubricas de receitas		
1. Coproduções		0,00 €
2. Bilheteira		8 400,00 €
3. Outras receitas próprias		0,00 €
4. Apoio público nacional		
4.1. Autarquias		59 500,00 €
4.2. Outros		0,00 €
5. Apoio público internacional		0,00 €
6. Apoio privado		0,00 €
Total		67 900,00 €
Saldo da Atividade		0,00 €

2016/10/13

Orçamento - despesas

1. Equipa de direção

Função	Nome		Valor final
Diretor Artístico	Paulo Martins		2 500,00 €
Coordenação Projeto	Catarina Rebelo		4 320,00 €
Total			6 820,00 €

2. Equipa artística

Função	Nome		Valor final
Maestro	Estágio 1		2 000,00 €
Músicos	Estágio 1		5 800,00 €
Maestro	Estágio 2		2 000,00 €
Músicos	Estágio 2		5 800,00 €
Maestro	Estágio 3		2 000,00 €
Músicos	Estágio 3		5 800,00 €
Maestro	Estágio 4		2 000,00 €
Músicos	Estágio 4		5 800,00 €
Total			31 200,00 €

3. Equipa técnica e de montagem

Função	Nome		Valor final
Administrativa	Catarina Bento		7 000,00 €
Total			7 000,00 €

4. Espaços e equipamentos

Descrição			Valor final
Aluguer de espaços			2 780,00 €
Espaços subtotal			2 780,00 €
Equipamentos			
Montagens transportes			1 000,00 €
Equipamentos subtotal			1 000,00 €
Outros			
Local de Ensaios			1 000,00 €
Aluguer de instrumentos			1 000,00 €
Outros subtotal			2 000,00 €
Total			5 780,00 €

5. Produção e montagem

Descrição			Valor final
Aluguer Som e Luz			3 500,00 €
Total			3 500,00 €

6. Edição, registo e documentação

Descrição			Valor final
Registo video			1 600,00 €
Registo Fotografico			600,00 €
Total			2 200,00 €

7. Logística

Descrição			Valor final
Deslocações e transportes			
Músicos			1 500,00 €
Deslocações e transporte subtotal			1 500,00 €
Alojamento			
Músicos			1 500,00 €
Alojamento subtotal			1 500,00 €
Alimentação			
Músicos			1 500,00 €
Alimentação subtotal			1 500,00 €
Outros			
Outros subtotal			0,00 €
Total			4 500,00 €

8. Promoção e comunicação

Suportes de comunicação			Valor final
Jornais			1 520,00 €
Flyers			1 650,00 €
Muppies			1 400,00 €
Total			4 570,00 €

9. Despesas administrativas e de gestão

Direitos de autor e conexos			Valor final
Licenças			854,00 €
Contabilista			1 476,00 €
Subtotal			2 330,00 €
Outros			
Outros subtotal			0,00 €
Total			2 330,00 €

Total das Despesas

67 900,00 €

2016/10/13



Orçamento - receitas

1. Coproduções

Nome da entidade			Valor final
Total			0,00 €

2. Bilheteira

Espectáculos			8 400,00 €
Total			8 400,00 €

3. Outras receitas próprias

Total			0,00 €

4. Apoio público nacional

Autarquias			
Município de Santa Maria da Feira			59 500,00 €
			59 500,00 €
Outros			
Total			59 500,00 €

5. Apoio público internacional

Nome da entidade			Valor final
Total			0,00 €

6. Apoio privado

Total			0,00 €

Total das Receitas			67 900,00 €
---------------------------	--	--	--------------------